Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fernanda Ghirotto Garcia

O Lugar como categoria de análise:
a definição de zonas de interesse no Bairro da Boa Vista, Recife/PE

Rio de Janeiro

2012

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fernanda Ghirotto Garcia

O Lugar como categoria de análise: a definição de zonas de interesse no Bairro da Boa Vista, Recife/PE

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Orientador: Profª. Ms. Helena Mendes dos Santos

Coorientador: Giorge Bessoni

Cosupervisor: Fábio Cavalcanti

Rio de Janeiro

2012

O objeto de estudo dessa pesquisa foi definido a partir de uma questão identificada no cotidiano da prática profissional da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

G216l Garcia, Fernanda Ghirotto.
O lugar como categoria de análise: a definição de zonas de interesse no Bairro da Boa Vista, Recife/PE / Fernanda Ghirotto Garcia – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2012.

188 f.: il.

Orientadora: Helena Mendes dos Santos

Dissertação (Mestrado) – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural, Rio de Janeiro, 2012.

1. Patrimônio Cultural. 2. Preservação - Interdisciplinaridade. 3. Urbanismo – Sistema de Zonas. I. Santos, Helena Mendes dos. II. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). III. Título.
CDD 711.13

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

Fernanda Ghirotto Garcia

O Lugar como categoria de análise: a definição de zonas de interesse no Bairro da Boa Vista, Recife/PE

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado Profissional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, como pré-requisito para obtenção do título de Mestre em Preservação do Patrimônio Cultural.

Rio de Janeiro, 14 de dezembro de 2012.

Banca examinadora

_____

Professora Ms.C. Helena Mendes dos Santos (orientadora)

_____

Giorge Patrick Bessoni e Silva (supervisor) – Superintendência do IPHAN em Pernambuco

_____

Professora Ms.C. Juliana Ferreira Sorgine – PEP/MP/IPHAN

_____

Professor Dr. Marcelo Antonio Sottratti – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

Para Manoel.
Para Marisa.
Para Nonna.

AGRADECIMENTOS

À minha família que apaziguava minhas angustias de longe. Minha mãe, Marisa, e seu carinho maior que o mundo. Meu pai, Manoel, referência de obstinação. Meu irmão, Felipe, que ao duvidar me fez acreditar. Nonna e Tia Cláudia que confiaram e me ampararam, enviando conforto em forma de quitutes e palavras.

À minha orientadora Helena Mendes, de gentileza única, que sempre esteve presente, dando preciosas contribuições.

Ao Super, Giorge Bessoni, pelas palavras amigas, pelos poemas enviados, pelas idas à Dona Kátia e ao Mercado da Boa Vista e pelo conhecimento dividido. Ao Cossuper, Fábio Cavalcanti, por apontar a luz no fim do túnel. À amiga Maria Emília por se importar quando eu achava que ninguém mais se importava.

Agradeço imensamente a todos os entrevistados que dispuseram de seu tempo e compartilharam os seus pontos de vista, as suas experiências e me enriqueceram com suas valiosas informações.

À toda equipe da COPEDOC, sempre tão atenciosa e solícita. À Professora Analucia Thompson que, sempre tão disponível, ajudou a melhorar esse trabalho com as suas contribuições. À turma 2010 do PEP/MP pelos momentos compartilhados, pelas inquietações divididas e pelas amizades feitas.

A Superintendência do IPHAN em Pernambuco pelo desafio e pela acolhida. Em especial aos pepistas e amigos Júlia, que dividiu comigo tantas dúvidas e ajudou na construção desse trabalho, e Lucas, por ter me acolhido e ter deixado o último ano mais divertido.

Aos amigos de longa data. Camila que me apresentou ao PEP e dividiu virtualmente os momentos finais. Flávia e a sua preciosa visita. Cláudio, que sempre será meu sócio, mesmo que ele arranje outras sócias. Anna e pequeno Lorenzo, pelos encontros deliciosos. Marjorie, que sempre tem um caso para contar. Natália e Irene, amigas irmãs. Rogério Baeta, por todas as grandes conversas.

Aos arquitetos fontes de inspiração que tive a oportunidade de conviver e aprender com eles. Em especial Flávio Grillo, que me fez acreditar que valia a pena trilhar esse caminho e que

era possível viver em Recife, e Lúcia Candiotto, dona de uma personalidade e conhecimento únicos.

Injusto seria esquecer aqueles que me receberam tão bem em Recife, me fizeram sentir acolhida e me deram uma casa para morar. Obrigada Lívia, Madalena e Rosane. Obrigada Marcos e família.

RESUMO

O Bairro da Boa Vista, Recife/PE, nessa dissertação, é apreendido como um Lugar, com base na bibliografia existente sobre o assunto e na definição dada pelo Inventário Nacional de Referências Culturais. Assim foram investigados o seu processo histórico, a legislação vigente, os bens reconhecidos como patrimônio cultural e de que maneira que as pessoas se apropriam do bairro e em que medida ele também é motivador das experiências dessas pessoas e das suas práticas sociais. Para isso, foram realizadas entrevistas, associadas ao desenho de mapas cognitivos de modo a formar um quadro amplo que demonstre a imagem subjetiva do bairro. O objetivo geral desse estudo foi apreender o Bairro da Boa Vista, Recife/PE, como um Lugar – segundo a definição dada pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), dotado de significado cultural passível de se atribuir valor patrimonial – visando a preservação das suas referencias culturais reconhecidas pelos usuários, além dos bens já tombados isoladamente pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Os objetivos específicos foram delimitar a dimensão territorial desse Lugar e definir zonas de interesse baseadas no reconhecimento das pessoas, de modo a servir de balizamento para ações preservacionistas a serem implementadas pela instituição.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Referência Cultural. Lugar. Mapa Cognitivo. Boa Vista. Recife.

ABSTRACT

The Boa Vista neighborhood, located in Recife/PE, is analyzed as a “Place” in this work, based on the existing bibliography and according to the terms of the Cultural References National Inventory. Therefore, its historical processes, present law and goods acknowledged as cultural heritage were studied, as well as the way people appropriate it and how Boa Vista motivates people’s experiences and social practices. For this reason, interviews were conducted and associated to cognitive maps in order to design a broad framework that demonstrates the subjective image of the neighborhood. The aim of this study is to identify the Place embedded with cultural meaning that can be attributed with heritage value in order to preserve its cultural references. The specific goals are to delineate the territorial dimension of this “Place” and to define value areas based on people’s recognitions that can serve as a reference for preservation actions.

Key-words: Cultural Heritage. Cultural Reference. Place. Cognitive Map. Boa Vista. Recife.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração I.1 – Localização das cidades do Recife e Olinda	20
Ilustração I.2 – Localização do Bairro da Boa Vista	20
Ilustração 1.1 – Localização da Vila de Olinda sobre a colina, o povoamento de Recife e aproximadamente do futuro Bairro da Boa Vista	54
Ilustração 1.2 – Conquista do Recife pelos holandeses, a Ilha de Antônio Vaz desocupada e aproximadamente o futuro Bairro da Boa Vista	54
Ilustração 1.3 – Primeira planta de Recife elaborada após a ocupação holandesa mostrando tanto as edificações construídas pelos portugueses, quanto àquelas realizadas pelos holandeses, antes da chegada de Nassau	55
Ilustração 1.4 – O mapa mostra importantes modificações feitas pelos holandeses no Bairro do Recife e na Ilha de Antônio Vaz, inclusive com o projeto da Ponte da Boa Vista	55
Ilustração 1.5 – Planta urbana de Recife mostrando as pontes que ligam o Bairro do Recife à Ilha de Antônio Vaz e a Ilha de Antônio Vaz ao futuro Bairro da Boa Vista	56
Ilustração 1.6 – Palácio e Ponte da Boa Vista	56
Ilustração 1.7 – Principais caminhos que chegavam até os engenhos no interior do Estado	57
Ilustração 1.8 – Primeiras edificações no Bairro da Boa Vista	57
Ilustração 1.9 – Indicações das Ruas Visconde de Goiana, Imperatriz e Hospício e da Praça Maciel Pinheiro	58
Ilustração 1.10 – Indicações da Rua de Santa Cruz, do Pátio de Santa Cruz, da Praça Maciel Pinheiro, da Ponte da Boa Vista e do Largo da Soledade	59
Ilustração 1.11 – Praça Maciel Pinheiro	60
Ilustração 1.12 – Localização do Cemitério de Santo Amaro das Salinas	60
Ilustração 1.13 – Ponte Santa Isabel, Rua da Aurora e Ginásio Pernambucano. Nessa foto ainda não tinha sido construída a Assembleia Legislativa	61
Ilustração 1.14 – Postal datado de 1904	61
Ilustração 1.15 – Planta da Cidade do Recife	62
Ilustração 1.16 – Faculdade de Direito do Recife (em conclusão) Pernambuco	62
Ilustração 1.17 – Palácio da Soledade	63
Ilustração 1.18 – Igreja de São Gonçalo	63
Ilustração 1.19 – Matriz da Boa Vista	64
Ilustração 1.20 – Casa Natal de Joaquim Nabuco, localizada na Rua da Imperatriz, nº 147	64
Ilustração 1.21 – Igreja das Fronteiras	65
Ilustração 1.22 – Vista aérea dos bairros da Boa Vista e Santo Antônio	65

Ilustração 1.23 – Ponte da Boa Vista	66
Ilustração 1.24 – Casa Natal de Oliveira Lima, localizada na Avenida Oliveira Lima, nº 813	66
Ilustração 1.25 – Loja Maçônica Conciliação	67
Ilustração 1.26 – Rua da Aurora	67
Ilustração 1.27 – Casa Natal de Manuel Bandeira, localizada na Rua da União, nº 263	68
Ilustração 1.28 – Ginásio Pernambucano	68
Ilustração 1.29 – Rua da Soledade, nº 13, 25, 27 e 35	69
Ilustração 2.1 – Mapa cognitivo (Luiz Santos)	115
Ilustração 2.2 – Mapa cognitivo (Noé Sérgio)	115
Ilustração 2.3 – Mapa cognitivo (Maria das Graças)	116
Ilustração 2.4 – Mapa cognitivo (Frederico Almeida)	116
Ilustração 2.5 – Mapa cognitivo (Marcelo Freitas)	117
Ilustração 2.6 – Mapa cognitivo (Elenita Rufino)	117
Ilustração 2.7 – Mapa cognitivo (Alexandre Furtado)	118

LISTA DE MAPAS

Mapa 1.1 – Evolução Urbana	70
Mapa 1.2 – Legislação Federal	71
Mapa 1.3 – PPSH/RMR	72
Mapa 1.4 – Legislação Estadual	73
Mapa 1.5 – Legislação Municipal	74
Mapa 2.1 – Bens Protegidos (segundo entrevistados)	119
Mapa 2.2 – Elementos Urbanos – VIAS (entrevistas)	120
Mapa 2.3 – Elementos Urbanos – VIAS (mapas cognitivos)	121
Mapa 2.4 – Elementos Urbanos – LIMITES (entrevistas)	122
Mapa 2.5 – Elementos Urbanos – LIMITES (mapas cognitivos)	123
Mapa 2.6 – Elementos Urbanos – MARCOS (entrevistas)	124
Mapa 2.7 – Elementos Urbanos – MARCOS (mapas cognitivos)	125
Mapa 2.8 – Elementos Urbanos – PONTOS (entrevistas)	126
Mapa 2.9 – Elementos Urbanos – PONTOS (mapas cognitivos)	127
Mapa 3.1 – Elementos Urbanos – VIAS	148
Mapa 3.2 – Elementos Urbanos – LIMITES	149
Mapa 3.3 – Elementos Urbanos – MARCOS EDIFICADOS	150
Mapa 3.4 – Elementos Urbanos – PONTOS NODAIS	151
Mapa 3.5 – Síntese dos Elementos Urbanos	152
Mapa 3.6 – Delimitação do Bairro da Boa Vista	153
Mapa 3.7 – Zonas de Interesse	154
Mapa 3.8 – Zonas de Interesse Revisadas	155

LISTA DE TABELAS

Tabela 1.1 – Relação da categoria *Conjuntos Urbanos* localizados no Bairro da Boa Vista segundo o PPSH/RMR	75
Tabela 1.2 – Relação da categoria *Edifícios Isolados* localizados no Bairro da Boa Vista segundo o PPSH/RMR	77
Tabela 1.3 – Parâmetros construtivos ZUP1	47
Tabela 1.4 – Parâmetros construtivos ZEPH	48
Tabela 1.5 – Parâmetros construtivos ZECP	50
Tabela 1.6 – Relação dos Imóveis de Preservação (Plano Específico da Boa Vista)	79
Tabela 1.7 – Relação dos IEPs localizados no Bairro da Boa Vista	80
Tabela 1.8 – Relação dos IPAVs localizados no Bairro da Boa Vista	80
Tabela 1.9 – Relação dos bens identificados pelo Inventário de Conhecimento do Acervo Azulejar localizados no Bairro da Boa Vista	80
Tabela 1.10 – Relação dos bens identificados pelo Inventário do Patrimônio Religioso em Pernambuco localizados no Bairro da Boa Vista	81
Tabela 2.1 – Categoria dos informantes	98
Tabela 2.2 – Bens protegidos segundo os entrevistados	104
Tabela 3.1 – Vias	156
Tabela 3.2 – Limites	157
Tabela 3.3 – Marcos edificados	158
Tabela 3.4 – Pontos nodais	161
Tabela 3.5 – Relação entre a frequência dos elementos e o índice a ele atribuído	134
Tabela 3.6 – Frequência dos elementos e a sua respectiva cor	134
Tabela 3.7 – Zonas de interesse	134

LISTA DE ABREVIAÇÕES E SIGLAS

CR/IPHAN – Coordenadoria Regional do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DPHAN – Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

DPPC – Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural da Cidade do Recife

DR/SPHAN – Diretoria Regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FIDEM – Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

FUNDARPE – Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco

IEP – Imóvel Especial de Preservação

IPAV – Imóvel de Proteção de Área Verde

PPSH/RMR – Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife

LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo

SPA – Setor de Preservação Ambiental

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPHAN – Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SPR – Setor de Preservação Rigorosa

URB – Empresa de Urbanização do Recife

ZDE – Zona de Diretriz Especial

ZEC – Zona Especial do Centro

ZECP – Zona Especial do Centro Principal

ZEP – Zona Especial de Preservação

ZEPH – Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural

ZPA – Zona de Preservação Ambiental

ZPR – Zona de Preservação Rigorosa

ZUP – Zona de Urbanização Preferencial

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO 1 - HISTORIANDO: a evolução urbana do Bairro da Boa Vista 21

1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS 21

1.1.1 Chegada dos portugueses e Recife como porto para escoamento de mercadorias 21

1.1.2 Período de dominação holandesa e desenvolvimento da cidade do Recife até sua expulsão 23

1.2 ELEVAÇÃO DE RECIFE À VILA, INÍCIO DO POVOAMENTO DA BOA VISTA E SEU DESENVOLVIMENTO 26

1.3 DAS REVOLUÇÕES ATÉ AS INTENSAS MELHORIAS URBANAS 28

1.4 RECIFE MODERNA: "urbanizar, civilizar e modernizar" 33

1.5 BOA VISTA HOJE: a seleção e a preservação do seu patrimônio edificado 37

CAPÍTULO 2 – O IMAGINÁRIO DO BAIRRO DA BOA VISTA 82

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: o Bairro da Boa Vista como Lugar 82

2.2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: entrevistas e mapas cognitivos 92

2.3 INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS: categorias de análise 96

2.3.1 O perfil dos informantes 96

2.3.2 Percepção dos informantes sobre o bairro 100

2.3.3 Elementos físicos urbanos: análise das entrevistas e dos mapas cognitivos 108

2.3.4 Síntese parcial 113

CAPÍTULO 3 – A TOTALIDADE DO LUGAR 128

3.1 INTRA-ELEMENTOS: cruzamento preliminar de cada elemento físico urbano 128

3.2 INTERELEMENTOS: a totalidade do Bairro da Boa Vista 131

3.3 TRANSELEMENTOS: zonas no Bairro da Boa Vista 133

3.3.1 Delimitação das zonas 133

3.3.2 Análise interna de casa zona: confronto com as informações previamente recolhidas 135

3.4 CONFRONTANDO AS ZONAS 144

CONSIDERAÇÕES FINAIS 162

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 166

ENTREVISTAS REALIZADAS 175

ANEXOS 177

INTRODUÇÃO

Primeiro saímos, tu e eu, para cumprimentar as ruas com nomes lindos: Aurora, Saudade, União, Amizade, Alegria, Soledade. Boa noite, ruas! Boa noite aos fantasmas antigos de marinheiros holandeses.
(CRAVEIRO *apud* MAIOR e SILVA, 1992, p. 285)

O desenvolvimento do presente trabalho partiu da demanda pragmática da Superintendência do IPHAN em Pernambuco em ter definidas áreas de entorno e os critérios de intervenção de oito bens tombados isoladamente, localizados no Bairro da Boa Vista, em Recife.

Tal definição embasaria as tomadas de decisões dos técnicos da instituição no momento da análise dos projetos de intervenção nos imóveis próximos aos bens tombados no bairro. Contudo, após as primeiras pesquisas realizadas observamos que havia uma divergência entre o que a superintendência considerava como limites do bairro e aquele estabelecido pela Lei municipal[1]. Em função disso, optamos por tentar compreender, inicialmente, qual a dimensão territorial do bairro na percepção das pessoas para, a partir daí, determinar zonas de interesse que pudessem servir de balizamento para futuras ações de preservação no bairro. Assim, a pesquisa acabou seguindo caminhos diferentes daquele primeiro sugerido.

O novo rumo dado ao trabalho foi motivado principalmente após sabermos da existência de outros bens com processos abertos no IPHAN, localizados no bairro, sendo três de tombamento e um relativo à delimitação de áreas de entorno. Desses três processos de tombamento, dois encontram-se sobrestados e um arquivado[2]. Já o processo que definia áreas de entorno de monumentos tombados na Cidade do Recife, delimitou três poligonais no bairro

[1] Segundo a Lei Municipal nº 16.293, de 03 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre as Regiões Político-Administrativas do Município do Recife e delimita os bairros da cidade, nem todos os bens tombados pelo IPHAN estão situados no Bairro da Boa Vista, estando o Palácio da Soledade e a Casa Natal de Oliveira Lima localizados no Bairro da Soledade; o Ginásio Pernambucano localizado no Bairro de Santo Amaro; somente a Igreja de São Gonçalo, a Matriz da Boa Vista, a Casa Natal de Joaquim Nabuco, a Igreja das Fronteiras e a Faculdade de Direito estariam de fato localizados no Bairro da Boa Vista. Já os bens com processo de tombamento sobrestado, Casa Natal de Manuel Bandeira e Conjunto Arquitetônico das ruas Barão de São Borja e da Soledade, também estão localizados no Bairro da Boa Vista.

[2] Os dois processos sobrestados são referentes à Ponte da Boa Vista, situada no Bairro de Santo Antônio, conforme a Lei nº 16.293/97; e à Loja Maçônica da Conciliação, situada no Bairro da Boa Vista. O processo arquivado é do Conjunto Arquitetônico da Rua da Aurora, localizado majoritariamente no Bairro da Boa Vista e uma pequena parte no Bairro de Santo Amaro.

que foram homologadas pelo Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural, além do estudo de outras quatro, e que não foram levadas ao conhecimento da Superintendência.

Assim surgiu a indagação: afinal, se já existiam poligonais de entorno de bens tombados individualmente definidas, mas que jamais foram utilizadas, porque redefini-las, usando apenas critérios arquitetônicos e morfológicos? Outro ponto também motivador da mudança de abordagem do estudo foi o fato de que, além dos oito bens tombados, dos quatro bens com processos de tombamento sobrestados e de um arquivado, existem, ainda, seis igrejas integrantes do Inventário do Patrimônio Religioso de Pernambuco e outros sessenta e três imóveis integrantes do Inventário de Conhecimento do Acervo Azulejar situados no bairro.

A estes aspectos pode ser acrescentada a vitalidade própria de um bairro localizado no centro de cidade, que nasceu como um local periférico e de circulação e que ao longo de mais de 300 anos foi adquirindo importância como centro de comércio varejista e de serviços, palco para reinvindicações políticas, local de diversas festividades, abrigo para migrantes, lugar de lazer, de trabalho, de estudo e de moradia, entre outros. Isso não poderia ser ignorado. Havia uma necessidade mais premente em compreendê-lo a partir de outro olhar, que ia além do arquitetônico, visto por uma única arquiteta, e que tentasse abranger também a percepção das pessoas ali envolvidas, que atribuem significado e valor àquilo que faz parte do cotidiano delas, das suas atividades. Era necessário compreender o Bairro da Boa Vista de forma mais ampla, abarcá-lo como um todo e não pensar apenas em delimitações de polígonos de entorno de bens tombados isoladamente que não se articulam, tomando o bairro de modo fragmentário.

Após redirecionar o olhar, o problema, então, se transformou em como explicitar e espacializar a importância atribuída pela população ao bairro e em que medida ela seria coincidentes ou não com os bens reconhecidos. Os monumentos tombados pelo IPHAN deixaram de ser o foco primordial para dar lugar ao Bairro da Boa Vista e às pessoas ali envolvidas. A solução encontrada para resolver a questão foi apreender o bairro enquanto um bem cultural apropriado pelas pessoas e categorizado como Lugar (INRC, 2000), tendo em vista a possibilidade de valer-se da experiência adquirida durante a prática profissional na Superintendência do IPHAN em Recife/PE com a aplicação do inventário realizado para fundamentar a proposta de tombamento do Terreiro Obá Ogunté (Sítio de Pai Adão), localizado no Bairro de Água Fria em Recife/PE.

O bairro passou a ser apreendido como Lugar, produto e produtor das mais diversas práticas sociais. É o espaço reconhecido, identificado e valorado pelas pessoas e delimitado por objetos urbanos, que podem ser ruas, praças, edificações, entre outros.

Assim, a questão norteadora do trabalho é: o conceito de Lugar pode ser aplicado como categoria de análise visando a preservação do Bairro da Boa Vista? Como reflexo da amplidão provinda do próprio universo da pesquisa, o referencial teórico escolhido também foi variado e complementar.

Assim, antes de compreender a definição de Lugar foi necessário primeiro definir Espaço, afinal, Lugar é uma categoria de análise interna do Espaço. Para tanto, utilizamos as considerações elaboradas pelo geógrafo Milton Santos. O Lugar é também uma categoria de bem cultural, referência para um determinado grupo de pessoas, e aí foi necessário compreender o que são Bem e Referência Cultural, assim fizemos uso das concepções de Aloísio Magalhães complementadas pelos estudos realizados pela socióloga Maria Cecília Londres Fonseca e pelo antropólogo Antônio Augusto Arantes Neto. Entendido os conceitos de Espaço, Bem e Referência Cultural, chega-se ao conceito de Lugar propriamente dito, fundamentado no Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC). Uma vez compreendido Lugar, foi necessário identificá-lo espacialmente através dos seus objetos urbanos, de tal modo utilizamos a teoria de Kevin Lynch com os seus Elementos Perceptíveis da Cidade (*vias, limites, marcos edificados, pontos nodais e bairro*). Ainda, se o Lugar é valorado pelas pessoas e estas estão associadas ao grupo a que pertencem, coube, então recorrer, por fim, a preciosa ajuda de Maurice Halbwachs. Partimos, então, da hipótese de que o Bairro da Boa Vista é um Lugar e que é possível identificar nele áreas de maior e menor interesse a partir da percepção das pessoas ali envolvidas.

Para desenvolver o trabalho, primeiro foi necessário compreender a origem do bairro, seu desenvolvimento e como ele atualmente se apresenta. A investigação partiu das pesquisas histórica, iconográfica e legislações vigentes. As pesquisas histórica e iconográfica trouxeram subsídios para a compreensão da apropriação, da conformação, da formação e da evolução urbana. A análise das legislações em vigor, nos diferentes âmbitos (federal, estadual e municipal), permitiu compreender os parâmetros que administram a dinâmica espacial do bairro, quais são os instrumentos de proteção existentes e quais os bens que são reconhecidos pelo Estado. Em seguida foram elaboradas entrevistas semiestruturadas com a finalidade de entendermos como se dá a relação das pessoas com o Lugar.

A escolha dos entrevistados partiu de dois grupos distintos: não especialistas e especialistas. Nessas entrevistas foi solicitado que descrevessem o bairro, identificando os

trajetos e os elementos considerados mais significativos, explicando a importância que o bairro tem para eles, apontando as manifestações culturais, recordando as mudanças que ocorreram, percebendo as suas permanências, narrando as suas formas de apropriação e demais aspectos que o próprio entrevistado considerasse relevante. Foi requisitado, também, que elaborassem mapas cognitivos, que foram analisados comparativamente aos dados coletados, tornando possível compreender a importância atribuída ao bairro, as qualidades reconhecidas e, ainda, distinguir os elementos físicos conformadores do bairro com alusão aos objetos definidores dos seus limites, aos pontos de referências que ajudam a identificá-lo, aos principais caminhos percorridos e aos seus demais elementos urbanos. Assim, foi formado um quadro amplo que demonstra a imagem subjetiva do bairro.

A partir das informações adquiridas com a pesquisa histórica, a análise da legislação, das entrevistas e dos mapas cognitivos, foi realizada uma sistematização dos dados que contemplou a descrição objetiva dos elementos formadores do espaço e a imagem subjetiva do bairro, identificando a sua totalidade e as áreas de maior interesse.

O trabalho então se estruturou em três capítulos. O primeiro capítulo aborda a evolução urbana do bairro, partindo dos antecedentes históricos até os dias atuais. Para entender em que momento foi iniciada a ocupação do bairro, foi necessário nos reportar, inicialmente, à chegada dos portugueses a Pernambuco, o seu estabelecimento em Olinda e Recife como porto de escoamento de mercadorias; em seguida, consideramos a vinda dos holandeses, o primeiro desenvolvimento do Recife para assim chegar ao início da ocupação da porção de terra que se estabeleceria o Bairro da Boa Vista.

As primeiras notícias da ocupação dessa porção datam do início do século XVIII com o estabelecimento de um posto fortificado. Durante esse mesmo século surgiram os primeiros caminhos, que se configurariam nas atuais ruas do Hospício, Velha, da Glória, da Matriz, São Gonçalo e da Imperatriz. Essa última, resultante do primeiro aterro feito no bairro. Houve também a construção dos primeiros casarios e de outras edificações que até hoje se encontram lá, como as igrejas de Nossa Senhora da Conceição, Matriz da Boa Vista, da Soledade, São Gonçalo, de Santa Cruz, do Rosário e das Fronteiras, o Recolhimento da Glória e o Palácio da Soledade. Durante o século XIX o bairro continuou a se expandir em direção ao oeste (Soledade), ao sul (Coelhos) e ao norte (aterro da Aurora). É dessa época também a construção do Mercado da Boa Vista e do Ginásio Pernambucano.

O século XIX foi marcado por inúmeras melhorias urbanas realizadas pelo Conde da Boa Vista e também pelo surgimento de epidemias devastadoras na cidade.

Já o século XX viu a onda migratória dos judeus, que se fixaram nas proximidades da Praça Maciel Pinheiro e fundaram a atual Sinagoga Israelita do Recife, e a inauguração do templo da Loja Maçônica da Conciliação e do edifício da atual Assembleia Legislativa. Como forma de melhorar a saúde na cidade, o então governador Herculano Bandeira, contratou também nessa época o engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito para a direção geral dos trabalhos de saneamento de Recife. O Bairro da Boa Vista continuou a se adensar na sua porção central devido à abertura das ruas José de Alencar e Marquês de Amorim, que propiciaram o surgimento de uma nova tipologia de edificações, as casas burguesas implantadas afastadas das laterais dos lotes. No século XX também ocorreu a transferência da Faculdade de Direito para o prédio que atualmente ocupa na Praça Adolfo Cirne; o alargamento da Rua Formosa, se transformando na atual Avenida Conde da Boa Vista; a construção do Parque 13 de Maio e da Avenida Mário Melo; e a inauguração da Faculdade Católica de Pernambuco. Ainda nessa época aconteceram as primeiras ações preservacionistas no bairro por parte dos três níveis de poder (federal, estadual e municipal).

Todo esse percurso foi realizado comparativamente à iconografia, principalmente com os mapas da época. Fatos históricos relevantes que ecoaram pelo bairro também foram considerados. Assim apreendemos como o bairro foi se ordenando ao longo dos séculos, até chegar aos dias atuais, indicando qual a legislação vigente referente à ordenação urbana e à proteção do seu patrimônio construído nos três níveis de poder. O uso de ilustrações e de mapas temáticos foi recorrente como forma de comparar as informações coletadas.

O segundo capítulo trata das entrevistas realizadas. Nele é explicado o referencial teórico; a metodologia empregada; os resultados provenientes das entrevistas, indicando o perfil dos entrevistados, as percepções sobre o bairro e os elementos físicos urbanos destacados tanto nas entrevistas quanto nos mapas cognitivos, formando assim uma imagem ainda parcial do bairro. Nesse capítulo também foram utilizados mapas e tabelas elaborados a partir dos dados recolhidos.

Por fim, o terceiro capítulo trata dos resultados alcançados com a análise das informações levantadas nas etapas anteriores da pesquisa, a identificação da totalidade do bairro e a definição de diferentes zonas e o seu respectivo interesse. Primeiro foram reunidos os objetos urbanos apresentados nas entrevistas e nos mapas cognitivos de cada elemento urbano, gerando quatro mapas contendo a síntese de cada um desses elementos (*vias, limites, marcos edificados e pontos nodais*). Em seguida, os elementos urbanos foram sobrepostos, determinando-se a totalidade do bairro. Com a espacialização da totalidade do bairro foi possível delimitar zonas de interesse que foram analisadas internamente através do confronto

com os dados recolhidos na primeira fase da pesquisa, para assim reavaliá-las e chegar ao resultado final.

Após percorrer todo esse caminho, chegamos ao resultado de que é possível definir zonas que podem servir de referência para ações preservacionistas baseadas no nível de relevância dado pela população do lugar.

O trabalho que segue então tem como universo de estudo o Bairro da Boa Vista, localizado na área continental da Cidade do Recife (ver ilustração I.1), "(...) uma espécie de Olinda descida de morros e rente com o mar, está em ponto da costa brasileira avançado sobre o Atlântico. Perto da Europa. Bem mais próximo de Nova York do que o Rio." (FREYRE, 1978, p. 3). É um bairro que, juntamente com os bairros do Recife, de Santo Antônio e de São José, conforma a porção central do município, ligando-se a eles através de pontes sobre o Rio Capibaribe (ver ilustração I.2).



Ilustração I.1 – Localização das cidades do Recife e Olinda.
Autor: Google, nov. 2009.
Fonte: Google Earth. Acesso em: 14 out. 2011.



Ilustração I.2 – Localização Bairro da Boa Vista.
Autor: Google, nov. 2009.
Fonte: Google Earth. Acesso em: 14 out. 2011.

CAPÍTULO 1

HISTORIANDO: a evolução urbana do Bairro da Boa Vista

Sem saber onde estivemos, é difícil saber para onde estamos indo.
(HEWISON, 1987 *apud* HARVEY, 1992, p. 85)

1.1 ANTECEDENTES HISTÓRICOS

1.1.1 Chegada dos portugueses e Recife como porto para escoamento de mercadorias

O povoamento da Cidade do Recife iniciou-se no século XVI com a ocupação da estreita faixa de terra no final do istmo de Olinda que formava um porto protegido por um muro natural de arrecifes. No ano de 1535, segundo Danillo Fragoso (1971, p. 13), o donatário português Duarte Coelho Pereira, com o objetivo de se apossar das terras a ele doadas por D. João III, aportou em Igarassu, deslocou-se em direção às colinas do Marim e ali construiu a vila de Olinda. Ao sul da nova vila, existia um porto natural formado pela linha de arrecifes, ideal para servir de ancoradouro das embarcações. Apesar da economia baseada no plantio e no comércio da cana que prospera em local de várzea, Josué de Castro (1954, p. 58-59) aponta que a escolha de Duarte Coelho em estabelecer a principal cidade de sua Capitania no alto da colina ao invés das terras baixas, longe do porto e da várzea do rio, justifica-se pelo tipo de colonização praticada pelos portugueses na época, na qual privilegiavam locais altos por proteção, para ter uma visão melhor das terras baixas e por entenderem que “nestas terras quentes, onde não há água e é pobre a vegetação, o clima é salubre, mas onde a água é abundante e a vegetação frondosa, o clima é mortífero” (CASTRO, 1954, p. 60-61).

Por se tratar de um porto seguro, os habitantes de Olinda começaram a usar o istmo ao sul de Olinda para transbordo de mercadorias, que eram escoadas tanto pelo Rio Beberibe quanto por terra (BAERS,1898 e BERINGER, 1942 *apud* CASTRO, 1954, p. 63-64). Em consequência, alguns homens de mar (carregadores, marinheiros e pescadores) começaram a se instalar na porção de terra baixa paralela à linha dos arrecifes e espremido entre o mar e o rio e formaram uma pequena aldeia conhecida como *O Povo*, ou *Povoação dos Arrecifes*, ou ainda *Ribeira Marinha dos Arrecifes*, atual Bairro do Recife (CASTRO, 1954, p. 64-73). Esses primeiros habitantes, como esclarece Fragoso (1971, p. 13), inicialmente abrigavam-se

em palhoças, mas aos poucos a população foi aumentando e adquirindo importância econômica. Logo se instalou nas várzeas dos rios a partir do ano de 1542, a indústria açucareira com seus engenhos, oriunda principalmente da várzea do Capibaribe (ROCHA, 1967). Oficialmente, a data simbólica de fundação da cidade é o dia 12 de março de 1537 (CAVALCANTI, 1977, p. 23-24) (ver ilustração 1.1).

O Recife do século XVI já possuía um próspero e importante porto marítimo, a sua população crescia, os portugueses construíram um sistema de fortins e os padres franciscanos ergueram um convento próximo a um estaleiro em uma ilha quase deserta em frente à Povoação dos Arrecifes, conhecida primeiramente como Ilha dos Navios e depois como Ilha de Santo Antônio, conforme relata Castro (1954, p. 74-75). Conseguintemente, os estrangeiros começaram a se interessar por Recife e seguiram-se algumas invasões, conforme descreve Galvão (2006b, p. 11-12). Em 1561 os franceses, no caminho de volta à Europa após serem expulsos por Mem de Sá do Rio de Janeiro, desembarcaram em Recife, porém a investida não foi bem sucedida e Duarte D'Albuquerque Coelho os expulsou. Os ingleses também aportaram por essas bandas e em 1595 o corsário James Lancaster saqueou Recife. Contudo os únicos que realmente se instalaram na cidade, além dos portugueses, foram os holandeses em 1630 (ver ilustração 1.2).

Nesse período,

> Parece que o Recife – que os documentos antigos chamam simplesmente de "Povo" – era um triste burgo nos primeiros anos do século XVII. Burgo triste e abandonado que os nobres de Olinda deviam atravessar pisando em ponta de pé, receando os alagados e os mangues; burgo de marinheiros e de gente ligada ao serviço do porto; burgo triste, sem vida própria, para onde até a água tinha de vir de Olinda. (MELLO, 1947, p. 35)

A futura Cidade do Recife, no primeiro século da presença portuguesa, era basicamente um porto utilizado para o transbordo da mercadoria, que, inicialmente, foi relegado a favor da ocupação de Olinda, em função da sua localização, no alto de uma colina. Somente após a chegada dos holandeses, conforme se verá a seguir, começou a haver uma ocupação mais extensiva em Recife, inclusive com um plano urbano e com melhorias na cidade.

1.1.2 Período de dominação holandesa e desenvolvimento da cidade do Recife até sua expulsão

A esquadra holandesa da Companhia das Índias Ocidentais, sob as ordens do Coronel Theodoro Weerdenburgh, desembarcou em Pau Amarelo, além de Olinda[3]. Em Recife, apesar da enorme diferença climática, identificaram-se com a topografia, muito semelhante com as terras baixas do norte da Holanda, "uma região anfíbia, ora água ora terra firme" (ORTIGÃO, 1910 *apud* CASTRO, 1954, p. 84), e espantaram-se com Olinda e sua colina edificada. Rapidamente, os engenheiros holandeses Van Burem e Drewis fizeram, respectivamente, uma planta do Recife e outra da ilha de Santo Antônio e os flamengos começaram a construir edificações e fazer modificações no local (CAVALCANTI, 1977, p. 61).

Já em Olinda:

> Perdida a Villa, todos os moradores e suas famílias fugiram de Olinda para os mattos. A 17, o general e o almirante hollandezes fazem sua entrada triumphal em Olinda. Ahi teve assento tambem em 3 de Maio o Conselho Politico, tribunal no qual estava o governo supremo hollandez, apezar de ter o comandante das tropas o titulo de governador. Mas, a 25 de novembro do seguinte anno de 1631, os hollandezes, inquietados com a chegada do conde Bagnolo, que desembarcara a 19, acompanhado do donatario Duarte de Albuquerque, cujos recursos trazidos se exagerava; e urgindo a situação pela solução do que mais conveniente fosse, visto o temor que tinham de um ataque por parte dos pernambucanos, que sempre manifestaram o firme propósito de resistência, e então, pensavam, sobretudo mais se tornariam corajosos para enfrental-a em faço do auxilio: deliberou o Conselho Politico arrazar as fortificações, incendiar a Villa e concentrar todas as forças no Recife, que ao mesmo tempo deveria ser fortificado. (GALVÃO, 2006a, p. 412)

Depois do incêndio ocorrido em Olinda, a população se deslocou para Recife. Com isso, houve a necessidade de novas edificações e grande parte dos materiais de construção vieram da demolição das casas incendiadas, ocorrendo assim a demolição de Olinda (MELLO e COSTA *apud* CAVALCANTI, 1977, p. 31-32). Nessa mesma época, devido à limitação da península e a consequente escassez de terreno, segundo Castro (1954, p. 99-100), os holandeses iniciaram os primitivos aterros do lado da bacia do Beberibe; começaram o surgimento dos primeiros sobrados; e construíram algumas casas na então Ilha dos Navios, pois Recife e a ilha de Antonio Vaz eram "lugares próprios para, com oportunidade, fundar-se

[3] Oliveira Lima (*apud* CASTRO, 1954, p. 100) dividiu a dominação holandesa em três períodos. O primeiro, da conquista, de 1630 a 1637. O segundo, da administração, de 1637 a 1642. E o terceiro, da resistência, de 1642 a 1654.

uma cidade" e "que ninguém que da Holanda vier para aqui quererá ir morar em Olinda"[4]. Os holandeses também se preocuparam em construir fortes, paliçadas e muros para defesa (ver ilustração 1.3).

O conde João Maurício de Nassau, príncipe de Orange, chegou ao Brasil, juntamente com uma comitiva especializada, sete anos depois da invasão holandesa, em 1637, como governador, capitão-geral e almirante de terra e mar do Brasil holandês. Conforme descreveu Cavalcanti (1977) e Sebastião Galvão (2006b, p. 20-21), ele se instalou na Ilha de Antônio Vaz, primitiva Ilha dos Navios e atual Bairro de Santo Antônio, primeiro em uma casa até seu palácio de *Vrijburg* (Friburgo ou Palácio das Torres) ser concluído. Com Nassau, Castro (1954) acredita que a cidade do Recife começou a se fixar definitivamente na sua localização atual. Sob a sua orientação o arquiteto holandês Pieter Post[5] traçou o plano urbano da ilha que passou a se chamar *Mauritsstad* (cidade de Maurício) ou *Mauricia* (Mauricéa). A escolha da ilha não foi por acaso, a preferência holandesa era estratégica; a água era considerada um meio de proteção, portanto em uma ilha não haveria necessidade de cavar fossos defensivos. A ilha estava também localizada entre dois rios que serviam a indústria do açúcar, primeiro por possuírem férteis vales e depois por convirem de caminho de escoamento. Outro fator foi a existência de água no seu subsolo para abastecimento da nova cidade (CASTRO, 1954) (ver ilustração 1.4).

A população dessa época em Recife, como relata Mello (1947, p. 57-58), era formada basicamente pela população livre ("vrijeluijden"), pelos colonos ("coloniers") e pelos familiares dos empregados da Companhia das Índias Ocidentais[6].

O período dos flamengos em Pernambuco foi marcado por um intenso melhoramento na cidade. Nessa ocasião, segundo descrição de José Antonio Gonçalves de Mello (*apud* CAVALCANTI, 1977, p. 267-270), foram construídos mercados, hospitais, fortes e a Casa da Câmara, foi criado o Corpo de Extinção de Incêndios do Recife, foram feitas melhorias urbanísticas (como a criação de um serviço de limpeza pública, a pavimentação de algumas vias com ladrilhos holandeses, a colocação de paliçada em torno do Recife, a execução de drenagem e aterros de mangues e alagados, entre outros). Nassau mandou construir também, conforme informa Galvão (2006b), uma ponte ligando o Recife à *Mauritsstad*, em 1644, e

[4] Coronel holandês Adolph van Els em carta de 3 de abril de 1630 aos Diretores da Câmara de Dordrecht (ELS, 1630 *apud* MELLO, 1947, p. 48)

[5] A autoria do plano urbano da Ilha de Antonio Vaz é questionável e, segundo Gonsalves de Mello (*apud* REIS, 2000), o projeto poderia ser de Hendrick van Berchem. Para aprofundamento ver REIS, 2000 e MELLO, 1947.

[6] A população livre era formada por empregados ou soldados da Companhia que haviam cumprido o seu prazo no exército, sendo alguns deles judeus. Os colonos eram pessoas recrutadas na Europa para o cultivo da terra (MELLO, 1947, p. 57-58).

outra, chamada Ponte da Boa Vista, ligando a ilha ao continente, dispensando assim os serviços dos botes e canoas e marcando a direção de crescimento da cidade (ver ilustração 1.5). Contudo é oportuno destacar que, mesmo com a construção de pontes na porção central da cidade, o transporte fluvial que ligava o centro da cidade aos seus arrabaldes teve papel relevante pelo menos até o século XIX, o que impulsionou a ocupação de locais mais distantes (MILFONT, 2005). Um outro palácio, o de verão, chamado Castelo da Boa Vista, foi erguido no lado oeste da ilha, voltado para o continente, próximo a uma das pontes e que mais tarde daria nome à freguesia do lado continental (ver ilustração 1.6). Recife, mesmo após a expulsão dos holandeses, continuou a sofrer influência do plano nassoviano resultando em sua disposição radioconcêntrica (CASTRO, 1954, p. 126).

Nessa época, a única coisa que existia no que viria a ser a freguesia da Boa Vista era um pequeno cais e o início da estrada que ia até o interior do Estado. Havia também um sítio com um sobrado e um coqueiral pertencente ao Capitão Felippe Santiago d'Oliveira, vendido mais tarde a Christovão de Barros Rego, que construiu a primitiva capela de Conceição dos Coqueiros, atual Igreja de Santa Cecília, localizada no começo da Rua da Conceição (GALVÃO, 2006a, p. 71). O bairro era em sua grande parte coberto por mangues que só foram aterrados décadas mais tarde (ver ilustração 1.7).

Sebastião Galvão (2006b) relata que no ano de 1644, João Maurício de Nassau retornou à Holanda e deixou o governo do Brasil holandês nas mãos do Supremo Conselho do Recife. Iniciou-se dessa forma uma diminuição no desenvolvimento da cidade, um período de tirania e decadência administrativa, acendendo na população o desejo de se libertar do domínio flamengo e assim irrompendo, um ano depois, o movimento libertador, conhecido como Restauração Pernambucana. No mesmo ano, 1645, o Supremo Conselho ordenou a destruição da cidade Mauricia. Os pernambucanos, para combaterem os holandeses, criaram diversas guarnições militares e pontos fortificados ou estâncias, dentre elas a de Henrique Dias, que ocupava parte do território da Boa Vista, e ali ele construiu uma capela de taipa sob a proteção de Nossa Senhora da Assunção das Fronteiras da Estância em agradecimento pelas vitórias alcançadas contra os holandeses.

Após várias batalhas, estes foram finalmente expulsos em 1654; a então cidade Mauricia, passou a se chamar Povoação de Santo Antônio, e o governador e Capitão-General de Pernambuco fez a doação ao herói Henrique Dias "das casas que foram do flamengo Van Ufel, bem como das olarias que foram de Gaspar Coque e todas as terras annexas a ella junto ao rio Capibaribe, até a ilha de Santo Antonio, bem assim as terras que serviram de cemitério dos judeus" (GALVÃO, 2006b, p. 229).

Alguns anos depois, foi construída uma capela dedicada a Santo Amaro no sítio das Salinas por Francisco do Rego Barros, que daria nome, mais tarde, ao atual Bairro de Santo Amaro, localizado ao norte do Bairro da Boa Vista.

Observa-se que, a partir do século XVII foi sendo acrescido ao primitivo núcleo urbano da cidade do Recife, composto pelos atuais bairros do Recife, Santo Antônio e São José, as terras da Boa Vista, dividida então em sítios de cultura, predominantemente de coqueiro (COSTA *apud* CAVALCANTI, 1977, p. 234).

1.2 ELEVAÇÃO DE RECIFE À VILA, INÍCIO DO POVOAMENTO DA BOA VISTA E SEU DESENVOLVIMENTO

No século seguinte, relata Galvão (2006b), a população do Recife continuou a prosperar, a crescer e o povoado foi elevado à categoria de Vila por Carta Régia de D. João V em 1709, com o nome de Santo Antônio do Recife. Esse fato desencadeou a Guerra dos Mascates, que foi um conflito entre os recifenses, também conhecidos como mascates, e a população da vila de Olinda. A notícia que se tem da Boa Vista, nesse momento, é que foi estabelecido ali, no arraial, um posto fortificado objetivando sitiar os mascates na praça do Recife (CAVALCANTI, 1977, p. 234). Na década seguinte, a freguesia era “uma povoação populosa de grande recreação com seus jardins e fontes, regalados frutos e saborosos pescados, com dois mil vizinhos, e as igrejas de N. S. da Conceição, da Soledade, Santo Amaro, e São Gonçalo” (PITA, 1724 *apud* CAVALCANTI, 1977).

Durante o século XVIII, Boa Vista sofreu várias transformações e é nesse mesmo período que surgem importantes marcos edificados locais, existentes até os dias de hoje, como ruas e igrejas. Menezes (1988, p. 85) acredita que a atual Rua do Hospício, que antes do aterro era a margem do rio, foi uma das primeiras partes a ser habitada por pescadores na freguesia; contudo, apenas em 1736, conforme explica Guerra (1961, p. 18), o padre Fr. João dos Martírios construiu o hospício para a residência dos padres esmoleres de Jerusalém em uma porção de terra comprada um ano antes por João da Costa Monteiro e que daria nome à rua. De lá, o caminho, atual Rua Velha, curvava-se próximo à antiga ponte da Boa Vista e seguia

até aonde seria o cemitério dos Judeus[7], localizado "em torno ou mesmo no terreno do Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, na Rua da Glória, uma das primeiras do Bairro da Boa Vista" (MENEZES, 2000 *apud* RIBEMBOIM, 2002), onde "deveria haver algum casario" (MENEZES, 1988, p. 85).

Percebe-se que o bairro começou a se desenvolver a partir da Rua Velha, de onde saem a atual Rua da Glória e a Rua da Matriz. Nesse núcleo inicial foram edificados nas primeiras décadas do século XVIII a Igreja de Santa Cruz, o Recolhimento da Glória (CAVALCANTI, 1977, p. 249) e a Igreja de São Gonçalo (ver ilustração 1.8).

No mapa que Menezes (1988) identifica como sendo de 1749 e Reis (2000) como sendo de 1763 já é possível identificar uma rua que

> segue desde o pé da ponte até uma igrejinha de São Gonçalo, e do mesmo lugar outra rua vai até o pátio da igreja de Santa Cruz. A rua que vai para São Gonçalo seria a primeira, porquanto a outra, a da Santa Cruz é considerada Nova – e quando outra rua surge, depois, a do Aterro, passa a tal nova se titular de Velha, e a Rua de São Gonçalo de Glória, a conta de um recolhimento de N. Sª da Glória (MENEZES, 1988, p. 85).

Durante o governo de Henrique Luiz Pereira Freire (1737-1746), Galvão (2006a, p. 71-72) relata que a Ponte da Boa Vista foi deslocada, ficando um pouco mais ao norte que a primitiva, provocando o "Aterro Novo" ou "Aterro da Boa Vista" na Rua do Aterro, atual Rua da Imperatriz, dessa forma, houve um redirecionamento da povoação em direção à atual Praça Maciel Pinheiro. No ano de 1757, Parahym (1978, p. 162-163) contabiliza que a população total de Recife era de aproximadamente vinte mil habitantes, sendo que nos Bairros de Santo Amaro e da Boa Vista somavam-se 3.915 casas.

Na expansão do Bairro da Boa Vista, outras edificações começaram a surgir no núcleo de povoamento inicial e além dele, dentre elas a Matriz da Boa Vista em 1784; a Igreja de Nossa Senhora da Glória, sagrada em 1791; a Igreja do Rosário, sagrada em 1797; o Palácio da Soledade; e a reconstrução da Igreja das Fronteiras (Galvão, 2006b, p. 377-379). Para o lado oeste, a população era impedida de crescer, já que existiam propriedades, de modo que por esses lados surgiram apenas caminhos, conforme observa Menezes (1988, p. 86).

[7] A localização e a própria existência do cemitério dos Judeus é questionada. Segundo Pereira da Costa (*apud* CAVALCANTI, 1977, p. 232-233), pode-se tratar na verdade de um cemitério indígena que foi confundido com um cemitério judaico devido a um erro de cópia ou tipográfico e chega até mesmo a contestar a existência dos judeus em Recife nesse período. Já Gonsalves de Mello (1947, p. 290-311) afirma que mesmo não sendo possível identificar o início da imigração judaica em Pernambuco, sabe-se que já haviam muitos deles no período holandês. Para aprofundamento consultar CAVALCANTI, 1977; MELLO, 1947 e RIBEMBOIM, 2002.

1.3 DAS REVOLUÇÕES ATÉ AS INTENSAS MELHORIAS URBANAS

No século que se seguiu o Bairro da Boa Vista já era bem desenvolvido e importante, sendo caracterizado por intensas modificações e melhoramentos. Guerra (1973, p. 28) observa também que o século XIX foi marcado por agitações em Recife que buscavam mudanças políticas e sociais. Segundo Sette (1948, p. 370), no início do século surgiram novas ideias de "constitucionalismo, democracia, igualdade, individualismo republicanismo... E ainda de quebra: romantismo (...)". No ano de 1805 o bairro foi desmembrado da Sé de Olinda e se tornou freguesia (GALVÃO, 2006a, p. 72). A porção de terra que viria a ser a Rua da Aurora foi, em 1806, transferida a Casimiro Antônio Medeiros pela Câmara Municipal do Recife: "140 palmos correntes de terrenos alagados no bairro da Boa Vista, junto a ponte e na direção Norte, mediante o foro anual de 1.480 réis" (CÂMARA MUNICIPAL DO RECIFE, 1806 *apud* GUERRA, 1972, p. 119).

Em um mapa de 1808 de José Fernandes Portugal (ver ilustração 1.9), Menezes identifica o começo da atual Rua Visconde de Goiana que sai do largo de São Gonçalo e segue em direção ao Mondego, que fazia parte da Estância de Henrique Dias, e de outra rua que também parte do largo de São Gonçalo, mas segue em direção norte, passando ao lado da Igreja de Santa Cruz e da atual Rua do Corredor do Bispo, até chegar à antiga propriedade de Domingos Pires Ferreira. Nesse mesmo mapa é possível observar sítios ao longo da Rua do Hospício, e mais à frente, nos alagados, uma ilhota chamada dos "Ratos" (MENEZES, 1988, p. 93). Tal ilha mais tarde, já incorporada ao Bairro da Boa Vista através dos aterros, viria a se transformar no Parque 13 de Maio, proposto na segunda metade do século XIX e inaugurado apenas em 1939 (ALMEIDA, 2005, p. 130).

No ano de 1809, o viajante anglo-português Henry Koster desembarca em Recife e observa que na cidade,

> Algumas janelas das casas têm vidraças e balcões de ferro, mas a maioria não os possue e os balcões são cobertos de gelosias. Não se vêem mulheres alem das escravas negras, o que dá um aspecto sombrio às ruas. As mulheres portuguesas e as brasileiras, e mesmo as mulatas de classe media, não chegam à porta de casa durante todo o dia. Ouvem a Missa pela madrugada, e não sáem sinão em palanquins, ou a tarde, a pé, quando, ocasionalmente, a família faz um passeio. (KOSTER, 1942, p. 36)

Durante o governo do capitão geral desembargador Caetano Pinto de Miranda Montenegro ou Marquês da Praia Grande (1804-1817), alguns brasileiros descontentes com o governo português iniciaram um movimento revolucionário que tinha como objetivo a

independência do Brasil e a formação de um governo republicano. Os revoltosos instalaram o seu governo provisório, após a fulga do Marquês da Praia Grande para o Rio de Janeiro, no Palácio da Soledade por alguns dias e elaboraram inclusive um projeto de constituição – Lei Orgânica – atribuída, acreditam alguns, a Frei Caneca (GALVÃO, 2006b, p. 39-48). Contudo, acabaram sucumbindo às tropas portuguesas, sendo que alguns dos pernambucanos foram presos, outros deportados e outros enforcados (FRAGOSO, 1971, p. 17). Guerra diz que

> Idéias revolucionárias que se alastraram pelo Recife como o óleo na água, sem poder deter no seu deslizamento (...). Pode-se afirmar que a política que agitou Pernambuco na primeira metade do século XIX 'não media conveniências, nem respeitava condições'. Era violenta, desenfreada, agitadora das massas, intoxicando costumes, atrofiando progressos materiais. (GUERRA, 1973, p.28)

No mesmo ano assumiu como governador de Pernambuco o capitão-geral português Luís do Rego Barreto (1817-1821). Com ele se iniciou um período de violência, tirania e arbitrariedade. Como reação, no ano de 1821, houve uma tentativa de assassiná-lo, enquanto passava pela Ponte da Boa Vista, e surgiu na cidade de Goiana/PE um movimento que se rebelou contra a exclusão dos brasileiros da Junta Constitucional Governativa. Assim o povo armado e a tropa brasileira marcharam em direção a Recife, depuseram o então governador e em outubro do mesmo ano assinaram a Convenção de Beberibe, elegendo uma Junta Governativa Provisória, composta somente por brasileiros e tendo como presidente Gervásio Campelo Pires Ferreira. Dessa forma, Pernambuco deixou de ser dominação portuguesa, antecipando a independência do Brasil que ocorreria apenas no ano seguinte (PARAHYM, 1978, p. 26-27). Recife foi elevado à categoria de cidade através de Carta Imperial em 1823. Nesse momento o britânico James Henderson, em viagem pelo Brasil, passou pelo Recife e observou:

> The third part of the town, called Boavista, is the only portion susceptible of any considerable increase, being situated on the continent. It has advanced in magnitude with the others, but is destitute of regularity, which may be attributed to the negligence of the senate in not having marked out the streets in right lines at its commencement.[8] (HENDERSON, 1821, p. 381)

Apesar da Independência do Brasil, ocorrida em 1822, os pernambucanos mostravam-se insatisfeitos e hostis à dissolução da Assembléia Constituinte por D. Pedro I em 1823 e à Constituição de 1824. Assim, decidiram não reconhecer como autoridade o Imperador e o denunciaram como traidor. Pernambuco, juntamente com a Paraíba, o Rio Grande do Norte e

[8] A terceira parte da cidade, chamada Boavista, é a única porção suscetível de qualquer aumento considerável, estando situada no continente. O bairro avança na mesma proporção dos outros, contudo é desprovido de regularidade, talvez em função da negligência do Senado em não ter planejado as suas ruas em linhas retas (tradução livre da autora).

o Ceará, se uniram através de um pacto conhecido como “Confederação do Equador”, que tinha como objetivo proclamar um Governo Republicano. Não tardando, D. Pedro I mandou uma expedição para acabar com a revolução libertária e, assim, alguns revoltosos foram executados, dentre eles, Frei Joaquim do Amor Divino Caneca, melhor conhecido como Frei Caneca (GALVÃO, 2006b, p. 51-53).

O Bairro da Boa Vista no ano de 1824 era, segundo um almanaque citado por Sebastião Galvão,

> ... o último [bairro] para a terra firme e por onde entram as produções do norte e do interior: o mais bem arejado e mais moderno, ao que deve a regularidade com que avança na sua edificação; goza de ares mais puros, não só por aquelle motivo como pela grande quantidade de quintaes cultivados que tem quase todas as casas. Os quartéis de cavallaria estão neste bairro, que vai crescendo com rapidez por isso que tem para onde se estenda. (ALMANAK, 1824 apud GALVÃO, 2006b, p. 54)

Em 15 de fevereiro de 1827, Recife passa a ser capital de Pernambuco.

Nos primeiros anos do século XIX é possível observar uma ocupação mais regular com o traçado ortogonal das vias (ver ilustração 1.10), no local primitivamente chamado de Casimiro com o seu aterramento, e nas décadas seguintes a ocupação em direção norte. Assim, foi possível o surgimento das ruas da Aurora, da Saudade, 7 de Setembro, da União e Formosa (atual Avenida Conde da Boa Vista). Segundo Menezes (1988),

> A ocupação dessa parte da Boa Vista se deu em momentos diferentes.
> Em primeiro lugar vem o aterro do Casimiro, o qual compreende o aproveitamento do mangue até a Rua Formosa, atual Conde da Boa Vista. Neste trecho aterrado se instalou a Fundição Aurora, dos ingleses, e no extremo da área aterrada situou-se a Igreja dos Ingleses, demolida nos anos quarenta do século atual.
> A segunda etapa compreende as obras realizadas pelo Barão de Beberibe desde o seu sobrado e indo até a atual Rua do Riachuelo.
> Uma terceira etapa compreende o trecho que daí segue até a Avenida Norte atual, e onde se encontram localizados a Assembléia e o Ginásio Pernambucano (MENEZES, 1988, p. 97).

Os anos 1820 foram marcados também por alguns avanços urbanos, enumerados por Parahym (1978) e por Lins (2007), como a construção do Mercado da Boa Vista, a publicação dos jornais “Aurora Pernambucana” e “Diário de Pernambuco”, o começo da iluminação pública, a criação do Liceu Provincial (atual Ginásio Pernambucano) e do Liceu Pernambucano e a instalação da fundição de metais Starr & Comp. Contudo, a imagem da cidade ainda era precária:

> Naquele tempo a população ia pelos quarenta mil habitantes. Contava a área urbana do Recife pouco mais de duzentas ruas, ainda não calçadas, habitualmente sujas, enlameadas quando chovia. Havia muitos becos estreitinhos, travessas tortuosas, vielas, algumas praças e pouquíssimas pontes de madeira. Nenhuma de ferro. Eram cerca de seis a oito mil casas, muitas delas assobradadas, esguias, imprensadas, sem

> qualquer graça arquitetônica. As lojas eram, muitas vezes, destinadas ao mais variado comércio. Nos pavimentos superiores residiam as famílias. Janelas enxadrezadas que quase nunca se escancaravam para entrar a alegria da luz do sol. A cozinha localizava-se sempre no último andar. Não havia água encanada. A água era colhida em cacimbas ou trazida em canoas vinda do Monteiro ou do Varadouro de Olinda. Água poluída, contaminada, de péssima qualidade como é de se imaginar. Veículo de doenças. (PARAHYM, 1978, p. 119).

Na década de 1830, Recife continuou sendo palco de várias revoltas, conforme apresenta Parahym (1978): Setembrizada e Novembrada, de 1831, Abrilada (1832) e Guerra dos Cabanos (1834). O período de paz iniciou-se com a eleição para presidente de Pernambuco em 1837 de Francisco do Rego Barros, o Conde da Boa Vista. A sua administração foi marcada por intensos melhoramentos urbanos e por impulsos progressistas em vários setores, Cavalcanti (1977) chega até mesmo a compará-los com as transformações nassauvianas. Segundo Guerra (1973), quando o Conde da Boa Vista assumiu, as principais ruas do Bairro da Boa Vista ficavam intransitáveis com as chuvas e o Beco do Tambiá (atual Avenida Manuel Borba) servia ao baixo meretrício. Ele ainda afirma que pouco existia além do Pátio da Santa Cruz, exceto pelo caminho que chegava a Trempe (atual encontro da Rua Barão de São Borja com a Rua Visconde de Goiana); e pelo caminho que ia em direção a atual Corredor do Bispo até chegar ao Palácio Episcopal, atual Rua Gervásio Pires. O resto era apenas edificações menores, terrenos baldios e imensos sítios. O comercio varejista começava a aparecer na atual Rua da Imperatriz, porém a sua ocupação ainda se caracterizava pelas residências de famílias abastadas.

Dentre os feitos executados por Rego Barros, destacam-se os consertos da Ponte da Boa Vista, a fundação da Companhia do Beberibe para o abastecimento de água, a drenagem dos pântanos no centro da cidade, a arborização da cidade e a contratação de trabalhadores estrangeiros. Cavalcanti (1977, p. 284) informa que com a Companhia do Beberibe foram instalados chafarizes em vários pontos da cidade e fontes (uma na atual Praça Maciel Pinheiro) (ver ilustração 1.11), além de uma caixa d'água na Rua Gervásio Pires (atual Hotel Central). Já com alguns dos técnicos que vieram trabalhar em Recife, Guerra (1973, p. 56) diz que primeiramente o alemão João Bloem, em seguida o francês Boyer e por fim Louis Léger Vauthier elaboraram os planos de modernização da cidade que contavam com o alargamento de ruas, o alinhamento de edifícios e o nivelamento de gabaritos, entre outras coisas. Outro francês que influenciou a atual conformação da cidade foi Nicolau Gadault, que iniciou "o loteamento dos terrenos de 'sítios', para o alargamento de bairros e subúrbios" (GUERRA, 1973, p. 105).

Após sete anos de governo do Conde da Boa Vista, as modificações ocorridas em Recife foram notáveis, juntamente com seu "afrancesamento". Guerra acredita que Rego Barros fez "surgir uma paisagem mais humana, mais limpa, mais nacional da Província de Pernambuco, onde não deixou faltar o seu traço de cultura, de inteligência viva e atualizada de universitário parisiense" (GUERRA, 1973, p. 132).

O momento de prosperidade é interrompido no final dos anos de 1840. Antecipando a Revolução Praieira, Parahym (1978) explica que em 1847 a população do Recife explodiu um movimento contra os comerciantes portugueses que ficou conhecido como "mata, mata marinheiro". No ano seguinte os populares se revoltaram contra os grandes proprietários de terras, que formavam uma oligarquia despótica, movimento econômico-social ficou conhecido como "Revolução Praieira". Nesse mesmo período, em 19 de agosto de 1849, é relevante destacar que nasceu o abolicionista Joaquim Aurélio Nabuco de Araújo na casa localizada à Rua da Imperatriz, nº 147 e que seria tombada um século depois pelo IPHAN, em 23 de agosto de 1949 (Cf. Processo de tombamento nº 396-T-48).

A década seguinte foi marcada por algumas epidemias devastadoras na cidade do Recife. Primeiramente, em 1850, quando houve uma epidemia de febre amarela com alto índice de mortandade, o que obrigou as autoridades a proibirem os sepultamentos nas igrejas, sendo construído o Cemitério de Santo Amaro das Salinas (ver ilustração 1.12), próximo ao Cemitério dos Ingleses, ambos localizados no Bairro de Santo Amaro, ao norte do Bairro da Boa Vista (PARAHYM, 1978, p. 60 e GALVÃO, 2006b, p. 60). Mais tarde, em 1856, foi o ano que Parahym (1978, p. 82) chamou de "o ano negro da cólera", devido às condições precárias de higiene na cidade[9] e que gerou um número elevadíssimo de morte. Contudo, apesar das epidemias se repetirem nas décadas de seguinte, não foi só de epidemias que Recife atravessou a de 1850. Em 1859 o sistema de iluminação pública foi modernizado, passando a ser de gás carbônico, assim no período da visita de D. Pedro II e de Dona Theresa Christina, Recife foi considerada uma das capitais mais iluminadas[10].

Nas últimas décadas do século XIX, Recife viu a chegada da modernidade, assim relata Fragoso (1971), Parahym (1978), Galvão (2006b) e Sette (1948), com a estrada de ferro urbana que ligava Recife à Olinda; a inauguração do telégrafo entre Recife, Europa, Pará, Bahia e Rio de Janeiro; a instalação do serviço urbano de telefone; a chegada do

[9] Nessa época, relata Parahym, não havia sistema de esgoto, o abastecimento de água era ineficiente e havia um desconhecimento em torno da cólera.

[10] Conforme consta no Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados de Pernambuco, elaborado pelo IPHAN/PE, foi nessa mesma visita que o então Imperador concedeu à Igreja das Fronteiras o título de "Imperial Capela".

daguerreótipos; o início das primeiras linhas do serviço de transporte coletivo de ônibus; a construção da primeira ponte de ferro do Brasil, a Ponte de Santa Isabel; o início dos serviços de esgoto; o surgimento da campanha abolicionista encabeçada por Joaquim Nabuco; e a realização da primeira eleição municipal.

Nessa época, segundo Honorato (1863, p. 154), o Bairro da Boa Vista era o "mais bello e mais saudável;" com "muitos e ricos edifícios, e bellos templos". Foi também na década de 1860, mais exatamente em 25 de dezembro de 1867, que nasceu o historiador e diplomata Manoel de Oliveira Lima na casa de estilo neoclássico localizada à Rua Oliveira Lima, antiga Corredor dos Bispos, número 813 e que foi tombada pelo IPHAN em 23 de janeiro de 1968 (Cf. Processo de tombamento nº 793-T-67). Enquanto isso, Menezes (1988) indica que o Bairro da Boa Vista continuava a crescer. No mapa elaborado pelos engenheiros Law & Blount em 1865, é possível observar a expansão em direção ao oeste (a área da Rua da Soledade, do Beco da Trempe e da Rua Corredor do Bispo) e ao sul (para os lados do Hospital Pedro II nos Coelhos). Já no mapa de 1870 (ver ilustração 1.12) nota-se também a expansão do bairro na direção norte, no aterro da Aurora, inclusive com a construção do edifício do Ginásio Pernambucano, que havia sido inaugurado alguns anos antes, em 01 de dezembro de 1866 (PARAHYM, 1978, p. 224) (ver ilustração 1.13).

1.4 RECIFE MODERNA: "Urbanizar, civilizar e modernizar" [11]

Na virada do século XIX para o século XX, a cidade do Recife contava com uma população de 113 mil habitantes, contabiliza Parahym (1978, p. 163). Galvão (2006a, p. 73) presume que só na Boa Vista havia cerca de 80 mil pessoas. Número acrescido pela onda migratória de judeus, que fugiam do pogrom[12]. A presença judaica deixou marcas em Recife e principalmente no Bairro da Boa Vista, visto que a maioria dos judeus ali se fixou mais exatamente nas proximidades da Praça Maciel Pinheiro. Silva (2007) informa que aos poucos, algumas ruas do bairro foram sendo tomadas pelo comércio judeu, que ficavam no térreo das residências, além da fundação, no início do século XX, da atual Sinagoga Israelita do Recife, localizada na Rua Martins Júnior. Ludermir (2003, p. 4-5) demarca bem a presença judaica,

[11] Prefeitura do Recife. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br>. Acessado em: 08 set. 2011

[12] Massacres russos contra a comunidade judaica no final do século XIX e início do século XX, no qual eles eram acusados pela situação econômica e política do país, segundo Silva (2007).

entre os anos de 1914 e 1939, e explica que a escolha pela Boa Vista não foi despropositado, pois ali havia a disponibilidade de estoque imobiliário; os preços dos imóveis eram mais acessíveis; a presença de elementos católicos, como irmandades e edifícios, era menor do que nos bairros de Santo Antônio e São José; e havia a proximidade de consumidores de seus produtos.

Nesse momento, a tecnologia, que havia dado seus primeiros passos no século passado, começou a se aprimorar, assim em 03 de janeiro de 1901 transitou em Recife o primeiro automóvel, relata Cavalcanti:

> Começava o Recife a perder sua pacata vida de província. As buzinas, os roncos, os novos barulhos dos atritos de ferro, das explosões dos motores, faziam trepidar a velha cidade como a acordá-la para uma nova vida, chamamento que ela atendeu, pois sentia um pulsar mais forte denunciando progresso. (CAVALCANTI, 1977, p. 301)

Ainda nos primeiros anos do século XX, foram inaugurados o templo da loja Maçônica Conciliação à Avenida Conde da Boa Vista e o edifício do Senado Estadual, atual Assembleia Legislativa, na Rua da Aurora, ao lado do Ginásio Pernambucano (Galvão, 2006a) (ver ilustração 1.14).

Contudo, apesar da chegada dessa tal modernização, o Recife continuou a ser palco de doenças, tornando-se a gripe uma epidemia endêmica. Os casos, que chegavam a números preocupantes e que algumas vezes levavam ao óbito, de cólica, vômitos e tonturas acabaram se confirmando sendo causados pela intoxicação por chumbo (saturnismo) dos canos da Companhia do Beberibe que abastecia de água a cidade do Recife, informa Sette (1948).

Assim, em 1909 o então governador Herculano Bandeira (1908-1911) contratou o engenheiro sanitarista Francisco Saturnino Rodrigues de Brito para a direção geral dos trabalhos de saneamento de Recife, que incluíam o abastecimento de água e os esgotos pluviais e sanitários, conforme relata o próprio Saturnino (1917). Os projetos foram elaborados baseados no levantamento da planta da cidade elaborado em 1906 por Sir Douglas Fox e H. M. Whitley (ver ilustração 1.15). Nesse mesmo mapa, Menezes (1988) observa a expansão do Bairro da Boa Vista devido à abertura de novas ruas, adensando ainda mais a sua porção central, como as ruas José de Alencar e Marquês de Amorim. Rodrigues (2006, p. 56) explica que, com a abertura de tais ruas, surgiu uma nova tipologia de edificações no bairro, as casas burguesas implantadas afastadas das laterais dos lotes. Além das intervenções urbanísticas, que propiciaram o crescimento da cidade por vários anos, Saturnino de Brito também estabeleceu a regulamentação sobre o espaço urbano do poder local, entendido assim como um instrumento de planejamento urbano (MOREIRA, 1995, p. 791).

Almeida (2005) esclarece que esse foi um período de intensas modificações urbanas com o estabelecimento de uma nova estrutura urbana, objetivando a modernização do Recife. Moreira (1995, p. 789) compreende que esse período de intensas reformas urbanas não ocorreu apenas na cidade do Recife, mas também nas grandes cidades brasileiras entre os anos de 1890 e 1930, contudo com as suas especificidades.

Na realidade, a modernização do Recife aconteceu ao longo de quase um século e envolveu várias fases, sendo a primeira no século XIX com as modificações ocorridas durante a administração do Conde da Boa Vista e a estada de Vauthier. Já entre os anos de 1909 e 1915, entendidos como a segunda fase, abarca um amplo programa de obras que inclui, entre outros, o já relatado programa de saneamento de Saturnido de Brito. A terceira fase compreende o Governo de Sérgio Loreto (1922-1926) e a quarta fase se refere ao Estado Novo (1937-1945) (MOREIRA, 1995, p. 788).

Na década de 1910, Recife continua a ser palco de agitações e transformações. No início da década, em 1911, estourou um movimento popular contra o domínio na política do então conselheiro e senador federal Dr. Rosa e Silva, que terminou apenas com a posse do general Dantas Barreto para o governo de Pernambuco (GALVÃO, 2006b, p. 92-108). Em 1912 a Faculdade de Direito transfere-se para o edifício na Praça Adolfo Cirne, que havia tido sua pedra fundamental lançada em 1889 pelo Conde d'Eu, que foi tombado pelo IPHAN em 1980 e onde funciona até os dias atuais (Cf. Processo de tombamento nº 970-T-78) (ver ilustração 1.16); em 1914 inicia a era dos bondes elétricos com a inauguração da Pernambuco Tramways Power Company Ltd (PARAHYM, 1978); os jesuítas compram da Diocese e instalam, em 1917, o Colégio Nóbrega no antigo Palácio Episcopal da Soledade que funcionaria até 2006; e, em 1919, o sistema de luz à gás do século XIX é substituído pela eletricidade (SETTE, 1948). Galvão, nessa época, diz que "a freguezia da Boa Vista prende a attenção, não só pela casaria mais espaçosa, ruas mais bem traçadas, construcções de melhor gosto, como por seus edificios publicos (...)" (GALVÃO, 2006b, p. 370).

Os judeus, nesse momento, vão se fixando em uma das porções mais primitiva do bairro, no polígono demarcado ao norte pela Rua Formosa (atual Avenida Conde da Boa Vista), ao sul pela Rua da Glória, ao leste pelo Cais José Mariano e ao oeste pela Rua José de Alencar (LUDERMIR, 2003, p. 5-6).

Na virada da década, Parahym (1978, p. 163) estima que a população da cidade do Recife já atingisse o patamar de 239.000 pessoas. É a partir desse momento que o Recife passou a ser palco de inúmeros planos e intervenções urbanísticas, entre eles as obras de expansão durante a administração do Governador Sérgio Loreto entre 1922 e 1926; o plano de

remodelação de Domingos Ferreira em 1927; o plano de remodelação e extensão de Nestor de Figueiredo em 1932; o plano de remodelação de Attilio Correa Lima em 1936; e o plano de reforma de Ulhôa Cintra em 1943 (MOREIRA, 1995 e 1997), contudo sem grandes repercussões no Bairro da Boa Vista, que vai se consolidando nessas primeiras décadas do século XX como um bairro limítrofe entre o núcleo central do Recife e a sua área suburbana. "Apesar de ser o mais populoso, é um bairro pouco denso, devido à área extensa aos lotes maiores, mas é marcadamente urbano, apesar de existirem alguns sítios em suas áreas limítrofes" (MOREIRA, 1997, p. 447).

Talvez seja possível pensar que os ecos mais relevantes na Boa Vista desses planos de remodelação da Cidade do Recife sejam alguns dos primeiros tombamentos pelo SPHAN de edificações isoladas no bairro, como se verá logo mais; a reconstrução da Ponte Duarte Coelho em 1942 e o consequente alargamento da Rua Formosa, se transformando assim na principal avenida do bairro com o nome de Avenida Conde da Boa Vista (1946), pelo então prefeito Pelópidas Silveira (FRAGOSO, 1971, p. 47). A consolidação da Avenida Conde da Boa Vista como principal ligação entre o centro e os subúrbios da cidade valorizou os lotes lindeiros que foram se caracterizando por altos edifícios com feições modernistas com o térreo ocupado por comércio (RODRIGUES, 2006, p. 59).

O início do Estado Novo em 1937 colocou Agamenon Magalhães (1937-1945) como interventor do Estado de Pernambuco, estabelecendo traços cada vez mais autoritários, que haviam se iniciado durante a gestão do prefeito Sérgio Loretto, na modernização recifense. O regime da época compreendia que modernizar a cidade era também modernizar o cidadão, assim, além das intervenções urbanísticas foi também estabelecida a secção de "repressão à mendicância e vadiagem de menores", com o objetivo de limpar os espaços urbanos e de estabelecer uma estética nas ruas que espelhasse a modernização e o progresso (FELDHUES, 2008, p. 4-5).

Paralelamente, durante a década de 1930, os judeus foram transformando os imóveis da Rua do Aragão em lojas e fábricas de móveis (LUDERMIR, 2003, p. 9), uso que até os dias de hoje se mantém, caracterizando-a assim como um polo moveleiro. Foi também nessa época, em 1939, que a área alagada do então passeio público 13 de Maio e o Canal da Boa Vista foram aterrados (Aterros da Asseca), surgindo assim o Parque 13 de Maio, maior jardim do Bairro da Boa Vista, e a Avenida Mário Melo (FERREIRA, 1996, p. 48).

1.5 BOA VISTA HOJE: a seleção e a preservação do seu patrimônio edificado

Esse momento coincide com a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), com a publicação do Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937[13] e com a instauração os primeiros processos federais de tombamento de bens isolados no bairro[14].

No ano seguinte foi instaurado o processo de tombamento nº 130-T-38, referente ao Palácio da Soledade, também denominado Colégio Nóbrega, que foi inscrito no Livro do Tombo de Belas Artes em 18 de julho de 1938 (ver ilustração 1.17). Conforme já visto, a edificação foi construída no século XVIII para ser o Palácio Episcopal, mas acabou também servindo como sede de governo provisório, como colégio jesuíta e atualmente é a sede da Superintendência do IPHAN em Pernambuco.

O segundo processo aberto foi o de número 138-T-38 conferido à Igreja de São Gonçalo, construída no início do século XVIII, que também incluía todo o seu acervo, conforme consta no certificado de tombamento datado de 19 de outubro de 1989 e lavrado pelo então chefe do arquivo da coordenadoria de registro e documentação da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) Edson de Britto Maia (Cf. Processo de tombamento nº 138-T-38) (ver ilustração 1.18). Assim como o Palácio da Soledade, também foi inscrita no Livro do Tombo de Belas Artes em 15 de julho de 1938.

Por fim, em 01 de agosto de 1938 foi inscrito igualmente no Livro do Tombo de Belas Artes a Igreja de Nossa Senhora da Boa Vista, também conhecida como Matriz da Boa Vista e construída no final do século XVIII (ver ilustração 1.19), o tombamento da Igreja inclui ainda todo o seu acervo (Cf. Processo de tombamento nº 149-T-38)[15]. É oportuno notar que esses três bens até então tombados foram todos inscritos no Livro do Tombo de Belas Artes, são ligados a Igreja Católica e foram construídos no século XVIII.

---

[13] O Decreto-Lei nº25/37 é um instrumento jurídico que instituiu o tombamento no Brasil. A partir de então se tornou possível a proteção de bens culturais de natureza material. Ao ser tombado o bem passa a ter reconhecido o seu valor cultural e é inscrito em pelo menos um dos quatro Livros do Tombo: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes; e Livro do Tombo das Artes Aplicadas. Para um maior aprofundamento a respeito do Decreto-Lei nº25/37 consultar Telles (2010) e Miranda (2006).

[14] Confrontar mapa 1.2 referente à legislação federal.

[15] Fonseca estabeleceu diferentes fases de atuação do IPHAN relativas ao tombamento ao longo dos anos. A primeira ficou conhecida como “fase heroica” (FONSECA, 2009, p. 81-130), que vai do início do então SPHAN em 1937 até o final da década de 1960. Tal fase coincide temporalmente com o período chamado “das memoráveis batalhas judiciais” estabelecido por Motta e Thompson (2010, p. 26-37) ao estudar as práticas institucionais relativas aos entornos de bens tombados.

O fim do Estado Novo em 1945 foi seguido por um momento de grande ebulição político-cultural no Recife. Nesse cenário, em 1951, foi inaugurada a Universidade Católica de Pernambuco, localizada no quarteirão atrás do Palácio da Soledade, a partir da Faculdade de Filosofia, Ciência e Letras Manuel da Nóbrega dos jesuítas. As intervenções urbanas passaram a ser concebidas como planejamento urbano regional, visando, além do bem comum, a cidade funcional voltada para o desenvolvimento econômico, ao invés do urbanismo que visava reformas de embelezamento, monumentalidade e higiene das décadas anteriores, conforme difundido pelo engenheiro Antônio Bezerra Baltar (PONTUAL, 2001). Em 1957, Josué de Castro constata: "O Bairro da 'Boa Vista' continua, com magros sobrados de varandas de ferro espremidos pela rua da Imperatriz abaixo" (CASTRO, 1957 *apud* MAIOR, 1992, p. 256).

Após o fim do Estado Novo, no final da década de 1940, o então SPHAN ainda promoveu mais dois tombamentos no bairro: a Casa Natal de Joaquim Nabuco (Processo nº 396-T-48) e a Igreja de Nossa Senhora das Fronteiras ou apenas Igreja das Fronteiras (Processo nº 400-T-49)[16]. No processo da Casa de Joaquim Nabuco nota-se que a motivação do tombamento foi o centenário de nascimento do abolicionista e "ilustre brasileiro" (Cf. Processo de tombamento nº 396-T-48) e a preocupação com a demolição da edificação, pois, conforme visto, existiam planos de remodelação urbanística com o alargamento de ruas em Recife (ver ilustração 1.20).

Na Igreja das Fronteiras é possível perceber a intenção do tombamento nas palavras bastante elucidativas de Lúcio Costa:

> Da primitiva capela nada ficou. Da capela nova, que se diz concluída em 1703, talvez ainda subsista o arcabouço geral, inclusive a portada e os arcos da capela-mor e colaterais. O frontão e os respectivos coruchéus são muito mais recentes, bem como a talha, obra já de meados do século passado e muito pobre.
> A igreja não apresenta nenhum valor artístico. Interessa apenas como reminiscência de sentido histórico sentimental. (Cf. Processo de tombamento nº 400-T-49, s/n)

A Igreja das Fronteiras, diferentemente dos três primeiros bens tombados no bairro, foi inscrita no Livro do Tombo Histórico, da mesma forma ocorreu com a Casa Natal de Joaquim Nabuco. Pelas palavras do próprio Lúcio Costa, isso aconteceu pois o interesse na Igreja das Fronteiras era "histórico sentimental", visto que essa já havia sido bastante modificada, pouco restando da capela primitiva (ver ilustração 1.21). Já no caso da Casa Natal de Joaquim

[16] Confrontar mapa 1.2 referente à legislação federal.

Nabuco, como a própria denominação diz, o interesse em sua preservação se deu pelo fato de lá ter nascido uma personalidade da história do Brasil.

A partir dos anos 1950 iniciou-se no Recife um grande afluxo de pessoas vindas do interior, fazendo com que a sua população passasse do meio milhão de habitantes (PARAHYM, 1978, p. 163). O crescimento populacional provocou o adensamento dos bairros periféricos e o consequente esvaziamento de residências da porção mais central da cidade (ver ilustração 1.22)[17].

Nos últimos 50 anos o bairro continuou sendo alvo de ações preservacionistas com o tombamento de outras edificações e o estabelecimento de zonas protegidas, sendo uma das diferenças mais relevantes a atuação de outros níveis de poder (estadual e municipal) concomitantemente com a atuação federal através do IPHAN, descentralizando assim a proteção dos bens culturais.

No ano de 1965 foi aberto o processo no IPHAN, sobrestado, referente à Ponte da Boa Vista (Processo nº 760-T-65) (ver ilustração 1.23). A sua motivação, assim como no caso da Casa Natal de Joaquim Nabuco, foi a iminência de sua demolição, visto que uma cheia do Rio Capibaribe havia danificado a sua estrutura e a Prefeitura do Recife via, na época, como solução a construção de uma nova ponte no lugar da ponte existente. A justificativa de tombamento se baseou no fato da ponte ser "(...) construção, ainda do tempo do Império, de fabricação inglesa, em estrutura de ferro, e, já integrada na paisagem característica do Recife (...)" (Cf. Processo de tombamento nº 760-T-65, s/n). Nesse processo observa-se que apesar do aspecto histórico ser preponderante, o então chefe do 1º Distrito da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN), Ayrton Carvalho, já percebia a integração da ponte na paisagem do local e, assim, recomendou "(...) a recuperação da velha, mas valiosa ponte urbana (...)" (Cf. Processo de tombamento nº 760-T-65, s/n).

Dois anos depois, o IPHAN instaurou o Processo de tombamento nº 793-T-67 que faz referência a Casa Natal de Oliveira Lima, historiador e diplomata nascido em 1867, como já visto (ver ilustração 1.24). Inscrito em 23 de janeiro de 1968 no Livro do Tombo Histórico a motivação do tombamento do imóvel foi exatamente a mesma do tombamento da Casa de Joaquim Nabuco: centenário do "ilustre diplomata e historiador pernambucano" e a iminência de sua demolição em função de remodelação urbanística (Cf. Processo de tombamento nº 793-T-67, s/n).

[17] Confrontar mapa 1.1 referente à evolução urbana.

Na década seguinte, mais exatamente em 1973, o Governo do Estado de Pernambuco criou a Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco (FUNDARPE), dentro do contexto dos *Compromissos de Brasília* (1970) e de *Salvador* (1971), resultantes de dois encontros de governadores, e do Programa Integrado de Reconstrução das Cidades Históricas do Nordeste, que tinha basicamente como objetivo revitalizar monumentos históricos para o desenvolvimento do turismo e, assim, gerar renda para as cidades (FONSECA, 2009, p. 143). O *Compromisso de Brasília* reconheceu, dentre outras coisas, a necessidade dos Estados e dos Municípios protegerem seus bens culturais complementando a atuação federal através da criação de legislação específica e de órgãos regionais de preservação do patrimônio, que seriam auxiliados pelo então DPHAN (IPHAN. Compromisso de Brasília, 1970 *apud* CURY (Org.), 2000). Já no *Compromisso de Salvador*, foi ratificado o *Compromisso de Brasília*, recomendando novamente a criação de secretarias e fundações de cultura estaduais e de legislações complementares, entre outros (IPHAN. Compromisso de Salvador, 1971 *apud* CURY (Org.), 2000). Porém, a atuação do órgão estadual só será sentida no Bairro da Boa Vista na década seguinte, com o tombamento da Casa Natal de Manuel Bandeira, conforme se verá mais adiante.

Apesar da constituição de um órgão estadual de preservação, o IPHAN abriu novos processos de tombamento de imóveis no Bairro da Boa Vista[18]. Assim, em 1974 o IPHAN iniciou o processo da Loja Maçônica Conciliação (Processo nº 906-T-74), que se encontra sobrestado (ver ilustração 1.25)[19]. O pedido de tombamento partiu do venerável da Loja Maçônica da Conciliação do Recife, José Cavalcanti de Amorim, respaldado pelo então Ministro da Educação, Ney Braga, em função do centenário da fundação da loja maçônica em Recife. O pedido era, inclusive, bastante específico, para que a loja fosse inscrita nos Livros de Tombo Histórico e de Belas Artes (Cf. Processo de tombamento nº 906-T-74, s/n). Porém, a documentação existente no processo pouco dá pistas sobre o posicionamento da instituição, apenas o requerente exalta continuamente a associação de algumas "personalidades" à Loja Maçônica e as suas qualidades patrióticas.

Em 1978 foi a vez de o IPHAN instaurar o Processo de nº 970-T-78 referente ao Prédio da Faculdade de Direito de estilo eclético do final do século XIX, tendo sido inscrito nos Livros do Tombo de Belas Artes e Histórico em 06 de agosto de 1980 (ver ilustração

[18] A atuação do IPHAN nas décadas de 1970 e 1980 foi classificada por Fonseca (2009, p. 131-177) como "fase moderna", enquanto que para Motta e Thompson (2010, p. 38-63) foi identificada como "da preservação como política urbana".
[19] Confrontar mapa 1.2 referente à legislação federal.

1.16). Aqui, como na Loja Maçônica da Conciliação, o pedido de tombamento partiu de fora do IPHAN, no caso, do então Diretor da Faculdade de Direito, Professor Francisco de A. Rosa e Silva Sobrinho, provavelmente motivado pela expectativa de que a instituição restaurasse o teto de gesso do Salão Nobre que se encontrava arruinado, conforme explicitado no ofício de 04 de novembro de 1977 encaminhado ao chefe do 1º Distrito do IPHAN, Ayrton Carvalho (Cf. Processo de tombamento nº 970-T-78). É pertinente observar que a data comemorativa também motivou o pedido de tombamento, pois assim como no caso das casas natais que foram tombadas no ano do centenário de nascimento de "ilustres brasileiros" e do centenário da Loja Maçônica, no ano de 1977 celebrou-se o sesquicentenário da fundação dos cursos jurídicos no Brasil.

Nesse mesmo ano, a Fundação de Desenvolvimento da Região Metropolitana do Recife (FIDEM), vinculada à Secretaria de Planejamento, elaborou o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana do Recife (PPSH/RMR), incitado pelas *Normas de Quito* (1967)[20] e também pelo *Compromisso de Salvador* (1971), que englobou o Bairro da Boa Vista como um todo. O PPSH/RMR tinha como objetivo a revitalização de ambientes históricos, através de proposições e de instrumentos normativos, compreendendo que a preservação faz parte do processo de planejamento e desenvolvimento da região metropolitana e reconhecendo a sua dinâmica. Contudo, apesar de o plano ter objetivos claros de preservação do patrimônio histórico, não há indícios que a FUNDARPE, órgão estadual responsável pela preservação do patrimônio histórico e artístico de Pernambuco, tenha participado do seu desenvolvimento.

O plano foi dividido em três fases: de inventário, onde os sítios históricos foram identificados, caracterizados hierarquizados (PEREIRA, 2009, p. 86-87); de instrumentação, com a recomendação da existência de um órgão estadual responsável por tombar e supervisionar os sítios históricos e aprofundar as pesquisas sobre os sítios inventariados para rever e normatizar a delimitação das zonas de preservação rigorosa e ambiental, e mobilizar recursos financeiros para a execução dos projetos; e de "projetamento", com a implantação dos projetos de revitalização, integrando a preservação ao desenvolvimento socioeconômico (FIDEM, 1978).

[20] As *Normas* foram o resultado da reunião sobre conservação e utilização de monumentos e lugares de interesse histórico e artístico realizada pela Organização dos Estados Americanos (OEA), que dentre as recomendações apontava a necessidade do Estado abranger também o contexto urbano do monumento, protegendo os sítios e conjuntos monumentais e integrando-os ao resto da cidade através de um plano regulador regional, que defina zonas de proteção rigorosa, de proteção ou respeito e de paisagem urbana (IPHAN. Normas de Quito, 1967 *apud* CURY (Org.), 2000). Para aprofundamento consultar Cury (Org.) (2000).

As proposições geradas, enquanto plano de ação, pelo PPSH/RMR foram voltadas ao zoneamento dos sítios históricos e a sua regulamentação, com a mobilização de agentes e de recursos financeiros. Assim, o zoneamento desses sítios previu a demarcação de zonas de preservação rigorosa (ZPR) e zonas de preservação ambiental (ZPA) com as suas normatizações, sendo diferente conforme a categorização de cada sítio histórico. Um dos aspectos a ser ressaltado é que a regulamentação do uso do solo buscou revitalizar os sítios de modo a reintegrá-los ao contexto metropolitano do Recife, através da determinação de atividades que conjugassem a necessidade do usuário e do proprietário com a sua adequação ao sítio, a conscientização da comunidade e a importância da participação da população, porém ainda de forma não ativa[21]. No âmbito do bairro em análise foram identificados alguns bens culturais relevantes, para os quais foram elaborados diagnósticos e proposições que serão vistos a seguir (FIDEM, 1978, p. 09-96).

O PPSH/RMR foi o plano mais completo de preservação até hoje elaborado para o bairro e foi desenvolvido pelo braço do governo ligado ao planejamento e não à cultura. O plano foi tão significativo que, apesar do Governo de Pernambuco não ter dado continuidade às ações propostas, tanto a legislação municipal que definiu as Zonas Especiais de Proteção Histórica (ZEPHs), quanto o estudo federal que determinou as únicas poligonais de entorno existentes, que serão vistos mais adiante, se apropriaram dele. Assim, é possível observar que muitas vezes tais poligonais são coincidentes, com algumas poucas diferenças. Isso evidencia a necessidade de se colocar a preservação do patrimônio cultural dentro do âmbito de planejamento, sem, contudo desassociá-la da cultura, pois já não é mais possível pensar o desenvolvimento territorial, econômico e social desconsiderando as referências culturais da população.

As práticas sociais e seus suportes materiais que refletem a forma de apropriação e valoração do local por parte das pessoas, que dão um sentido diferenciado para a memória e para a vida social dessa população e que ajudam na construção de uma identidade própria devem servir como balizamento na implantação de políticas de planejamento e desenvolvimento urbano. Dentro do PPSH/RMR, o Bairro da Boa Vista foi inserido na

[21] Algumas das recomendações propostas pelo PPSH/RMR era a criação da *Semana do Patrimônio Cultural*, a inclusão de temas relativos ao patrimônio histórico e artístico nas escolas, o treinamento de técnicos estaduais e municipais especializados, o estabelecimento de legislações complementares por parte do estado e do município e a criação de linhas de crédito especiais.

categoria de *Conjuntos Antigos*[22], além de sete imóveis identificados na categoria *Edifícios Isolados* (FIDEM, 1978)[23].

Mesmo após a criação da FUNDARPE em 1973, apenas seis anos depois foi sancionada a da Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979, que "institui o Tombamento de bens pelo Estado", sendo regulamentada pelo Decreto nº 6.239, de 01 de janeiro de 1980, onde foi instituído juridicamente o Sistema Estadual de Tombamento pelo Estado de Pernambuco (MENEZES, 2008, p. 65 e SIQUEIRA NETO, 2011, p. 55). Assim como a criação da FUNDARPE teve influência direta da legislação federal, também é possível notar que a Lei nº 7.970/79 foi herdeira do Decreto-Lei nº 25/37, definindo que todos os bens tombados pelo IPHAN em Pernambuco estarão automaticamente tombados pela FUNDARPE (artigo 4º)[24].

Na década de 1980[25] o IPHAN abriu os três últimos processos de tombamento, até hoje, no Bairro da Boa Vista, sendo o que o de nº 1.015-T-80, que trata do tombamento de trecho da Rua da Aurora que vai da Avenida Conde da Boa Vista até a Rua do Riachuelo (ver ilustração 1.26) foi arquivado. O pedido de tombamento data de 31 de outubro de 1975 e foi encaminhado pela Comissão do Patrimônio Histórico e Artístico do Conselho de Cultura da Cidade do Recife, sendo o processo instaurado em 1980. Entre os anos de 1975 e 1977 o então Chefe do 1º Distrito do IPHAN, Ayrton Carvalho, enviou recorrentes ofícios requisitando posicionamento a respeito do tombamento por parte da Diretoria Geral do IPHAN, contudo a resposta veio apenas em 1980 quando o Chefe do Arquivo, Edson de Britto Maia, perguntou se ainda havia o interesse no tombamento por parte da Diretoria Regional. Segundo o chefe do arquivo, a demora na resposta foi ocasionada pelo extravio dos ofícios. O processo foi arquivado em 1983, em função da "informação telefônica do Dr. Ayrton de Carvalho, comunicando que a citada quadra foi tombada pelo Estado de Pernambuco" (Cf. Processo de tombamento nº 1.015-T-80, s/n).

---

[22] Ver Tabela 1.1 para detalhe de cada conjunto urbano e mapa 1.3 referente ao PPSH/RMR.

[23] Ver Tabela 1.2 para detalhe de cada edifício isolado e mapa 1.3 referente ao PPSH/RMR.

[24] Apesar de a legislação estadual ter se inspirado na federal, elas não são idênticas. Uma das diferenças é em relação aos Livros de Tombo: enquanto os estaduais são em maior número e são classificados conforme a característica física dos bens, os federais são definidos conforme o valor atribuído a eles. Assim, os livros estabelecidos pela Lei estadual são: Livro de Tombo dos bens móveis de valor arqueológico, etnográfico, histórico, artístico ou folclórico; Livro de Tombo de edifícios e monumentos isolados; Livro de Tombo de conjuntos urbanos e sítios históricos; Livro de Tombo de monumentos, sítios e paisagens naturais; e Livro de Tombo de cidades, vilas e povoados (artigo 6º, incisos I ao V). Outra diferença está no fato de que nas legislações estaduais não foram previstos os efeitos do tombamento para os proprietários da coisa tombada. Para maiores detalhes consultar Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979, e Decreto nº 6.239, de 01 de janeiro de 1980.

[25] A primeira metade da década de 1980 foi classificada por Motta e Thompson (2010, p. 63-69) como sendo o terceiro período de atuação do IPHAN referente ao entorno, denominado "dos procedimentos e normas internas".

Três anos depois o Governo do Estado volta a requerer o tombamento do Conjunto Urbano da Rua da Aurora, porém abrangendo ainda mais quarteirões, incluindo da Avenida Conde da Boa Vista até a quadra do Ginásio Pernambucano, com o objetivo de evitar a substituição das edificações ali existentes e assim garantir a permanência do conjunto. Em 1987 a então Coordenadora de Proteção da SPHAN, Jurema Kopke Eis Arnaut, enviou o Ofício nº 144/87 ao Secretário do PHAN, Oswaldo José de Campos Mello, encaminhando o pedido do Governo do Estado, porém não consta resposta no processo.

O Conjunto Urbano da Rua da Aurora foi objeto de tombamento pelo Governo de Pernambuco, tendo sido homologado em 1985 e inscrito no Livro de Tombo de Conjuntos Urbanos e Sítios Históricos[26] (FUNDARPE, 2011, p. 80-83). Menezes (2008, p. 135) notificou que nessa mesma época a FUNDARPE desapropriou três imóveis da Rua da Aurora e os restaurou, objetivando instalar em dois deles a sua sede.

Nessa mesma época o IPHAN também abriu o processo a favor do tombamento da Casa da Rua da União, nº 263, onde nasceu o poeta Manuel Bandeira (Processo de tombamento nº 1.058-T-82), a pedido do então Secretário de Cultura do Ministério da Educação e Cultura (MEC), Marcos Vinicios Vilaça, motivado pela possível demolição do imóvel (ver ilustração 1.27). Concomitantemente, o Governo do Estado de Pernambuco tombou a referida casa em 1983 e a inscreveu no Livro de Tombo de Edifícios e Monumentos Isolados[27]. Não existe uma resposta formal por parte do IPHAN a respeito desse tombamento como ocorreu com o processo do conjunto da Rua da Aurora, porém na Informação nº 47/82, a arquiteta Dora Monteiro e Silva de Alcântara argumenta que mesmo reconhecendo o seu "valor monumental"[28], a "superposição de tombamentos, embora sendo legítima, perde um pouco o seu sentido operacional, que deve pautar-se por esse espírito de estreita colaboração e complementaridade entre os órgãos patrimoniais" (Cf. Processo de tombamento nº 1.058-T-82, s/n).

Os processos da Rua da Aurora e da Casa natal de Manuel Bandeira possuem alguns pontos em comum: o pedido partiu de outro ente público, municipal ou estadual; foram tombados em seguida pela FUNDARPE e o IPHAN, fundamentado nisso, decidiu não tombar

[26] Confrontar mapa 1.4 referente à legislação estadual.
[27] Confrontar mapa 1.4 referente à legislação estadual.
[28] A própria arquiteta Dora Alcântara (Cf. Processo de tombamento nº 1.058-T-82) usa a expressão "valor monumental" baseada na *Carta de Veneza* (1964), entendendo que a Casa Natal de Manuel Bandeira adquiriu significado cultural e interesse especial ao longo do tempo por ter sido a residência dos avós do poeta Manuel Bandeira. A *Carta de Veneza* é o resultado do *II Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos dos Monumentos Históricos* e versa sobre a conservação e a restauração de monumentos e sítios. Para aprofundamento da *Carta* consultar CURY (Org), 2000.

os imóveis. A FUNDARPE abriu também em 1989 o processo de tombamento das casas nº 47, 55, 61 e 73 também na Rua da União, próximas à casa de Manuel Bandeira, porém o processo continua aberto[29]. (FUNDARPE, 2011, p. 89).

O último bem tombado pelo IPHAN no Bairro da Boa Vista foi o de número 1.101-T-83, relativo ao Ginásio Pernambucano, construção neoclássica inaugurada em 1868 (ver ilustração 1.28). O edifício foi inscrito em 19 de julho de 1984 apenas no Livro do Tombo de Belas Artes, apesar de ao longo do processo sua história ser sistematicamente exaltada, como o fato de ser "uma das escolas mais antigas do Brasil" e possuir "um Museu de História Natural muito importante, no Nordeste, uma Biblioteca com grande número de volumes raros e uma história que incluiu como alunos, personalidades de importância nacional" (Cf. Processo de tombamento nº 1.101-T-83, s/n).

Até então os bens selecionados no bairro haviam sido tombados isoladamente e sem uma poligonal de entorno definida. Umberto Napoli, arquiteto do setor de tombamento e representante da comissão de preservação de conjuntos e sítios históricos da SPHAN, objetivando ampliar a proteção de tais edificações foi até Recife em 1984 e propôs 11 áreas para o entorno de 31 monumentos tombados, sendo oito áreas definidas em uma primeira etapa para a deliberação do Conselho Consultivo e três que permaneceram em estudo em uma segunda etapa[30]. Dessas oito áreas definidas, três se referem a quatro monumentos tombados no Bairro da Boa Vista[31]. Conforme o próprio arquiteto relata na Informação nº 85/84 anexada ao Processo nº 08/SPHAN_84, referente às áreas de entorno dos monumentos tombados pela SPHAN na Cidade do Recife, os trabalhos foram desenvolvidos em conjunto com duas técnicas da Divisão de Preservação de Sítios Históricos da Empresa de Urbanização do Recife da Secretaria de Planejamento e Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Recife e dimensionados conforme as áreas onde se localizam os monumentos federais e as Zonas Especiais de Preservação (ZEPs) definidas pela antiga Lei Municipal de uso e ocupação do solo nº 14.511, de 17 de janeiro de 1983[32].

---

[29] "A abertura do processo de tombamento (...) assegura ao bem em exame, até a Resolução final, o mesmo regime de preservação dos bens tombados (..) (PERNAMBUCO, 1980).

[30] Os estudos de Napoli foram elaborados no ano seguinte à realização dos dois *Seminários sobre Entornos dos Monumentos Tombados* pelo então SPHAN/Pró-Memória, que objetivava definir uma metodologia para a abordagem da ambiência dos bens tombados nacionalmente. Para maiores detalhes consultar MOTTA; THOMPSON, 2010.

[31] Confrontar mapa 1.2 referente à legislação federal.

[32] Atualmente a Lei de Uso e Ocupação do Solo vigente em Recife é a Lei nº 16.176, de 09 de abril de 1996 e será abordada mais adiante.

Em 30 de agosto de 1984 foi realizada 110ª Reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em Olinda/PE que votou por unanimidade a favor da delimitação dos entornos estabelecidos na primeira etapa do Processo nº 08/SPHAN_84, tendo como relator o Conselheiro Roberto Cavalcanti de Albuquerque. Posteriormente, a Coordenadora do Setor de Tombamento, arquiteta Dora Alcântara enviou ao Diretor da 4ª Diretoria Regional da SPHAN (4ª DR/SPHAN), arquiteto Ayrton Carvalho, o Ofício nº 155/84 de 09 de novembro de 1984 encaminhando os resultados dos estudos de entorno aprovados pelo Conselho Consultivo e requerendo o início da etapa seguinte para a conclusão da delimitação dos entornos restantes. Em resposta, o arquiteto da 4ª DR/SPHAN, Vital Pessoa de Melo, na Informação nº 42/VITAL/84 afirmou claramente discordar com as extensões das áreas definidas por Napoli, pois no ano de 1978, dentro do PPSH/RMR, havia sido inventariado um acervo bem maior do que os tombamentos nacionais. Nesse levantamento estavam envolvidos profissionais de várias áreas: da própria instituição, da Prefeitura e de outras entidades, tais como, associações de classe e órgãos de outros níveis administrativos.

Na segunda etapa do estudo, concluída na informação nº 111/86 de 04 de agosto de 1986 elaborada pelo arquiteto Umberto Napoli com a colaboração da arquiteta Marise Campos de Souza, foi proposta as outras três áreas de entorno, sendo duas no Bairro da Boa Vista[33]. Ainda no volume 3 do Processo nº 08/SPHAN_84 consta um estudo de uma poligonal única que engloba a Igreja de São Gonçalo, a Matriz da Boa Vista, a Casa Natal de Joaquim Nabuco e o Conjunto Arquitetônico das Ruas Barão de São Borja e da Soledade. Não foram encontrados indícios de que essa segunda etapa tenha passado pelo aval do Conselho Consultivo, nem tão pouco que tenha sido elaborada qualquer Portaria de Entorno para o Bairro da Boa Vista.

O último bem tombado pelo IPHAN no bairro, conforme visto, foi o Ginásio Pernambucano, contudo não foi o último processo de tombamento aberto. Em 1985 foi iniciado o Processo de Tombamento nº 1.175-T-85 que trata do Conjunto Arquitetônico que compreende as casas de nº 204, 212, 218, 226, 232, 240, 246, 279 e 320 da Rua Barão de São Borja e as de nº 13, 25, 27 e 35 da Rua da Soledade (ver ilustração 1.29). O processo é composto apenas pela descrição da proposta da poligonal de tombamento e da poligonal de

[33] Uma área abrange Ginásio Pernambucano e a proposta de tombamento do Conjunto Arquitetônico da Rua da Aurora. A outra inclui o entorno da Igreja de São Gonçalo, o entorno da Matriz da Boa Vista e da Casa Natal de Joaquim Nabuco e a proposta de tombamento do Conjunto Arquitetônico das Ruas Barão de São Borja e da Soledade.

entorno, não havendo nenhum outro tipo de informação. Entretanto, o Processo nº 08/SPHAN_84, relativo aos entornos de bens tombados no Recife, apenas visto, indica que a proposta partiu também dos estudos do arquiteto Umberto Napoli.

Na última década do século XX, a Prefeitura da Cidade do Recife promulgou a Lei nº 16.176, de 09 de abril de 1996, que regulamenta o zoneamento da cidade até hoje em vigor, também conhecida como Lei de Uso e Ocupação do Solo (LUOS)[34]. Nessa lei o município foi dividido em 33 Unidades Urbanas, sendo que o Bairro da Boa Vista está dentro da Unidade Urbana 03 que inclui também os bairros de Coelhos, Ilha do Leite, Paissandu e Soledade; e em quatro zonas distintas, sendo o Bairro da Boa Vista considerado majoritariamente como Zona de Urbanização Preferencial (ZUP) e algumas porções como Zona de Diretrizes Específicas (ZDE) (Capítulo II – Da divisão territorial; Seção I – Do zoneamento, artigos 6º ao 8º), que se superpõe à ZUP.

A ZUP ainda foi subdividida em ZUP1 e ZUP2, conforme o potencial construtivo, levando em consideração as condições geomorfológicas, de infraestrutura e paisagística do local. Nessa lógica, o Bairro da Boa Vista está inserido dentro da ZUP1, Zona de Urbanização Preferencial com alto potencial construtivo (Capítulo II – Da divisão territorial; Seção II – Das zonas de urbanização preferencial, artigos 9º e 10). Traduzindo isso em números, significa que:

Tabela 1.3 – Parâmetros construtivos ZUP1

ZONA	Taxa de Solo Natural	Coeficiente de Utilização	Afastamentos			REQUISITOS ESPECIAIS
			Frente	Lateral	Fundos	
ZUP 1	25%	4,00	5,00 m	nulo / 1,50 m	3,00 m	A, B, C, D

REQUISITOS ESPECIAIS

A. As edificações com até 2 (dois) pavimentos poderão colar em 2 (duas) das divisas laterais e/ou de fundos, obedecendo às seguintes condições:

I. Quando colar em 2 (duas) divisas laterais, deverão manter um afastamento mínimo de 3 (três) metros da divisa de fundos;

II. Quando colar em uma divisa lateral e uma divisa de fundos, deverão manter um afastamento mínimo de 1,50m (um metro e meio) da outra divisa lateral;

III. A altura total das edificações coladas nas divisas laterais e/ou de fundos não poderá exceder a gota de 7,50m (sete metros e cinquenta centímetros), cota esta medida a partir do nível do meio fio.

B. As edificações com mais de dois pavimentos poderão colar em 2 (duas) das divisas laterais e/ou de fundos, os dois primeiros pavimentos, se houver, desde que atendido o disposto no item anterior.

C. Para as edificações com até 2 (dois) pavimentos, quando não colarem nas divisas laterais e/ou de fundos e apresentarem vãos abertos, o afastamento mínimo para as respectivas divisas será de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

[34] Confrontar o mapa 1.5 relativo à legislação municipal.

D. Para as edificações com mais de 2 (dois) pavimentos, quando não colarem nas divisas laterais e de fundos o afastamento mínimo para os dois primeiros pavimentos será de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

Fonte: RECIFE, 1996.

A legislação também prevê que o coeficiente de utilização máximo na ZUP1 possa ser aumentado para até 5,0 com a utilização do instrumento do solo criado e da concessão onerosa do direito de construir.

Já a ZDE foi subdividida em outras seis zonas (Capítulo II – Da divisão territorial; Seção I – Do zoneamento; Subseção IV – Das zonas de diretrizes específicas, artigos 13 ao 26), sendo que algumas porções do Bairro da Boa Vista foram consideradas Zonas Especiais de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural (ZEPH)[35] e outras Zonas Especiais de Centros (ZEC). As ZEPHs são delimitadas com o objetivo de preservar o patrimônio histórico-cultural da cidade e se conformam em sítios, ruínas e conjuntos antigos importantes pela sua expressão arquitetônica, histórica, cultural e paisagística. Os seus parâmetros construtivos são estabelecidos conforme as suas características, assim as áreas dentro da ZEPH consideradas importante pelo seu significado histórico e/ou cultural possuem parâmetros mais restritivos e são denominadas de Setor de Preservação Rigorosa (SPR), já as áreas de transição entre os SPRs e as demais zonas são denominados Setor de Preservação Ambiental (SPA). Na Boa Vista foram definidos seis ZEPHs[36], sendo seus parâmetros:

Tabela 1.4 – Parâmetros Construtivos ZEPH

ZEPH	SPR	SPA					
		PARÂMETROS URBANÍSTICOS					
	REQUISITOS ESPECIAIS	Taxa Solo Natural	Coeficiente de utilização	Afastamentos	Gabaritos		REQUISITOS ESPECIAIS
					SPA1	SPA2	
8 – Bairro da Boa Vista	A, U	ZECP	ZECP	ZECP			U
11 – Casas Puristas	A, B, H, L, S	ZECP	ZECP	ZECP			
17 – Faculdade de Direito	A, B, Q, S	ZECP	ZECP	ZECP	35		V

[35] A atuação municipal na preservação do patrimônio edificado se consolidada no final da década de 1970 com a Lei nº 13.957, de 26 de setembro de 1979, que trata da proteção de edificações, ruínas, sítios e conjuntos antigos, coincidindo, não por acaso, no mesmo momento dos *Compromissos de Brasília e de Salvador*, da aprovação do PPSH/RMR e da instituição da FUNDARPE, vistos anteriormente (PEREIRA, 2009, p. 85-86). Para um maior aprofundamento a respeito dos antecedentes da legislação protecionista da Cidade do Recife consultar PEREIRA, 2009.

[36] A delimitação das ZEPHs na LUOS de 1996 é uma revisão da LUOS de 1979 e da de 1983, que na realidade foi a proposta do PPSH/RMR, visto anteriormente, transportada para o âmbito Municipal. No entanto, nessa transferência, os perímetros das áreas de preservação e seus parâmetros sofreram algumas alterações em decorrência de um estudo mais minucioso elaborado por técnicos municipais, sem, contudo alterar os principais preceitos teóricos (PEREIRA, 2009, p. 91-93). Confrontar o mapa 1.5 da legislação municipal e o mapa 1.3 do PPSH/RMR.

ZEPH	SPR	SPA					
	REQUISITOS ESPECIAIS	PARÂMETROS URBANÍSTICOS					REQUISITOS ESPECIAIS
		Taxa Solo Natural	Coeficiente de utilização	Afastamentos	Gabaritos		
					SPA1	SPA2	
20 – Igreja das Fronteiras	A, B, H, L, T, S	ZUP 1	ZUP 1	ZUP 1	10	10	C, F, M, R, T
22 – Igreja N. S. da Conceição	A, B, H, L, S	ZUP 1	ZUP 1	ZUP 1			
25 – Palácio da Soledade	A, B, H, L, S	ZUP 1	ZUP 1	ZUP 1	13		A, F, M, T

REQUISITOS ESPECIAIS

A. Análise especial para cada caso a critério do órgão competente, objetivando a restauração, manutenção do imóvel e/ou sua compatibilização com a feição do conjunto integrante do sítio, sendo permitida a demolição dos imóveis cujas características não condizem com o sítio, ficando o parecer final a critério da Comissão de Controle Urbano;

B. Não serão permitidas modificações no parcelamento do solo, inclusive remembramento e desmembramento, podendo haver interligação entre os imóveis, desde que não interfira na volumetria dos mesmos;

C. Respeito à legislação vigente no tocante às condições internas dos compartimentos no que se refere às construções novas e/ou acréscimos, remembramento e desmembramento;

F. Gabarito máximo medido a partir da cota de piso fornecido pelo órgão competente até o ponto máximo da platibanda; no caso de edificações implantadas em terrenos inclinados, o gabarito deverá ser medido no ponto médio da edificação;

H. As condições internas dos compartimentos das edificações originais quanto às dimensões, iluminação e ventilação serão objeto de análise especial pelo órgão competente;

L. Nos lotes construídos poderão existir novas edificações, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelo órgão competente, não sendo computado neste cálculo a edificação preservada;

M. Nos lotes construídos onde existem IEPs (Imóveis Especiais de Preservação), poderão existir novas edificações, obedecendo aos parâmetros estabelecidos pelo órgão competente. A edificação existente não será computada neste cálculo;

Q. A área restante da SPR é declarada “non aedificandi”, devendo a mesma ter tratamento paisagístico;

R. As edificações com altura de até 21m (vinte e um metros) deverão ter a cobertura em telha cerâmica ou material similar, visando a integração volumétrica e ambiental com as demais do entorno;

S. Qualquer uso é permitido, desde que não acarrete descaracterização no imóvel, interferência no entorno e obedeça ao que determina esta Lei;

T. Quando a linha-limite que define o perímetro de um dos setores de preservação dividir o imóvel, prevalecem para o mesmo as condições mais restritivas; se a linha-limite dividir o imóvel em áreas que tenham condições de constituir lotes independentes, prevalecem para cada lote as recomendações do Setor ou Zona em que estejam incluídos;

U. ZEPH selecionada com proposta de Plano Específico;

V. Análise especial quanto à implantação de edificações visando compatibilização com ambiência do sítio histórico;

Fonte: RECIFE, 1996.

A ZEPH8, Bairro da Boa Vista, foi alvo de um plano específico, conforme o requisito especial “U” previsto na LUOS. Esse plano foi elaborado em 2009 por diversos órgãos da Prefeitura da Cidade do Recife que se ocupam da organização espaço urbano. Nele foram definidos 70 imóveis de proteção[37], que se intenciona que sejam transformados em IEPs, conforme informação da Diretora de Preservação do Patrimônio Cultural, Lorena Veloso. Ali também foram definidos os parâmetros urbanísticos das SPAs.

[37] Para relação de todos os imóveis de proteção segundo o Plano Específico da Boa Vista, consultar a tabela 1.6.

A definição desses parâmetros ocorreu de acordo com o estudo pormenorizado realizado por face de quadra, de forma que cada quarteirão de cada rua possui sua taxa de solo natural, seu gabarito e seus afastamentos, algumas vezes sendo coincidentes, outras não. Esse estudo gerou uma minuta de um decreto, que ainda não passou pelo crivo da Câmara Municipal do Recife, contudo já vem sendo utilizado pela Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural (DPPC) como balizamento nas aprovações de projeto daquela área, conforme recomendação da Procuradoria Municipal (VELOSO, 2012).

Já as ZECs foram subdivididas em três e no Bairro da Boa Vista encontra-se um trecho considerado como Zona Especial de Centro Principal (ZECP), no qual seus parâmetros são:

Tabela 1.5 - Parâmetros Construtivos ZECP

ZONA	Taxa de Solo Natural	Coeficiente de Utilização	Afastamentos			REQUISITOS ESPECIAIS
			Frente	Lateral	Fundos	
ZECP	20%	7,00	nulo	nulo / 1,50 m	nulo / 1,50 m	A, B, C, D, F

REQUISITOS ESPECIAIS

A. As edificações com até 2 (dois) pavimentos poderão colar em 2 (duas) das divisas laterais e/ou de fundos, obedecendo às seguintes condições:

I. Quando colar em 2 (duas) divisas laterais, deverão manter um afastamento mínimo de 3 (três) metros da divisa de fundos;

II. Quando colar em uma divisa lateral e uma divisa de fundos, deverão manter um afastamento mínimo de 1,50m (um metro e meio) da outra divisa lateral;

III. A altura total das edificações coladas nas divisas laterais e/ou de fundos não poderá exceder a cota de 7,50m (sete metros e cinquenta centímetros), cota esta medida a partir do nível do meio fio.

B. As edificações com mais de dois pavimentos poderão colar em 2 (duas) das divisas laterais e/ou de fundos, os dois primeiros pavimentos, se houver, desde que atendido o disposto no item anterior.

C. Para as edificações com até 2 (dois) pavimentos, quando não colarem nas divisas laterais e/ou de fundos e apresentarem vãos abertos, o afastamento mínimo para as respectivas divisas será de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

D. Para as edificações com mais de 2 (dois) pavimentos, quando não colarem nas divisas laterais e de fundos o afastamento mínimo para os dois primeiros pavimentos será de 1,50m (um metro e cinquenta centímetros).

F. As edificações poderão colar os 4 (quatro) primeiros pavimentos nas divisas frontais e laterais, desde que afastem no mínimo 3m (três metros) da divisa dos fundos.

Fonte: RECIFE, 1996.

Além das zonas de preservação, a LUOS também reafirmou a existência de imóveis especiais que devem ser protegidos (Capítulo V – Dos imóveis especiais, artigos 99 ao 102). A proteção de tais imóveis se justifica tanto pela sua arquitetura relevante para o patrimônio histórico, artístico e cultural, denominados Imóveis Especiais de Preservação (IEP)[38], quanto por possuírem significativa área verde que contribua para a qualidade paisagística da cidade,

[38] Para relação de todos os IEPs localizados no Bairro da Boa Vista, consultar a tabela 1.7.

denominados Imóveis de Proteção de Área Verde (IPAV)[39]. Os IEPs foram objetos de legislação específica. Já para os IPAVs ficou determinado que eles devem seguir a legislação da zona que pertence, com diferença da obrigatoriedade de manter pelo menos 70% da área verde existente.

O processo de seleção dos IEPs iniciou em um momento bem distinto e com objetivos mais restritos do que aqueles que haviam sido propostos no estudo do PPSH/RMR e que gerariam as ZEPHs. No ano de 1994 impulsionados pelo intenso processo de renovação urbana que vinha ocorrendo na Cidade do Recife, alguns técnicos municipais em conjunto com outros pesquisadores iniciaram a pesquisa, a catalogação e a seleção de imóveis que culminaria em 1997 com a Lei nº 16.284, que determinou os Imóveis Especiais de Preservação (PEREIRA, 2009, p. 155 e AMORIM, 1999, p. 1-2)[40]. A definição dos IEPs, relata Pereira (2009, p. 115), ocorreu dentro de um contexto de revisão da Legislação de Uso e Ocupação do Solo, visando assim a integração das edificações com a verticalização, o adensamento e a dinâmica da cidade, acreditando-se que dessa maneira os imóveis teriam a sua vida útil prolongada.

Os tombamentos por parte do IPHAN no Bairro da Boa Vista cessaram na década de 1980, conforme visto, porém algumas ações ainda ocorreram no bairro. Assim, na contramão de tudo o que vinha sendo construído nos últimos anos, em 1998 a então 5ª Coordenadoria Regional do IPHAN (5ªCR/IPHAN), em resposta ao Ofício DPU-145/97 de 29 de outubro de 1997 encaminhado pela Empresa de Urbanização do Recife (URB) que requeria "indicação em planta do raio de influência dos monumentos tombados", elaborou o Ofício nº 021/98/5ªCR/IPHAN/MinC, de 21 de janeiro de 1998.

Nesse ofício foram delimitadas 17 áreas vizinhas a monumentos tombados federalmente e que dessa forma, deveriam ser objeto de análise por parte da 5ªCR/IPHAN. Essas áreas se baseiam nas ZEPHs municipais, contudo os seus limites são bem mais restritos. Dentre essas 17 áreas, sete encontram-se no Bairro da Boa Vista[41]. Nas delimitações desses polígonos foi completamente ignorado o trabalho que havia sido desenvolvido em 1984 pelo arquiteto Umberto Napoli em conjunto com técnicos da Prefeitura Municipal do Recife e que havia sido objeto de aprovação por parte do Conselho Consultivo. Tais limites foram estabelecidos por uma única técnica da instituição que não se preocupou em aprofundar a

[39] Para relação de todos os IPAVs localizados no Bairro da Boa Vista, consultar tabela 1.8.
[40] Para maiores detalhes dos direitos e deveres do proprietário do IEP consultar a Lei nº 16.284/97 e para saber mais a respeito do processo de seleção dos IEPs consultar PEREIRA, 2009.
[41] Confrontar mapa 1.2 relativo à legislação federal.

análise e restringiu a poligonal de entorno às edificações mais próximas. A decisão da técnica foi ratificada pelo então chefe de divisão técnica e pelo coordenador regional da época[42].

Ainda na década de 1990 ocorreu a última abertura de um processo de tombamento do século XX no Bairro da Boa Vista. O processo foi por parte da FUNDARPE e se refere ao antigo prédio da Escola Manuel Borba, localizado no Pátio de Santa Cruz. Tal processo não foi finalizado, sendo, portanto um dos dois processos ainda abertos pela FUNDARPE no Bairro da Boa Vista. (FUNDARPE, 2011, p. 89). Os dois últimos tombamentos pela FUNDARPE no bairro ocorrem na década seguinte. Em 2009 foi concluído o tombamento do Cinema São Luiz e em 2010 o da Igreja Nossa Senhora de Fátima do Colégio Nóbrega[43].

Dentro das ações do IPHAN nos últimos anos cabe ainda acrescentar o Inventário de Conhecimento do Acervo Azulejar em Pernambuco elaborado no ano de 2008 pela Superintendência de Pernambuco. Dentre os imóveis inventariados, 63 encontram-se no Bairro da Boa Vista (IPHAN, 2008)[44]. O IPHAN/PE também elaborou entre 2009 e 2010 o Inventário do Patrimônio Religioso em Pernambuco, com o objetivo de conhecer o patrimônio religioso edificado, juntamente com seus bens móveis e integrados, e não tombado[45]. O inventário identificou e documentou o acervo religioso, com foco em igrejas católicas e protestantes, consideradas de relevância histórica, estilística e/ou arquitetônica de diversas cidades do estado. Em Recife foram inventariadas 30 igrejas, dessas cinco se localizam no Bairro da Boa Vista.

Atualmente o Bairro da Boa Vista, segundo a legislação municipal, está inserido em um zoneamento (ZUP1 e ZECP) que incentiva o adensamento e a verticalização com o estabelecimento de um alto coeficiente de utilização e a não definição de gabarito máximo, principalmente na ZECP que também permite afastamentos nulos. Contudo existem seis áreas de zoneamento mais restritivo que se superpõe à ZUP1 e à ZECP, conhecidas como ZEPHs. Tais ZEPHs ainda se subdividem em dois setores distintos, conforme visto previamente, e se conformam quase como ilhas preservadas rodeadas por um zoneamento perverso que estimula o adensamento desmedido.

---

[42] O mais preocupante na elaboração e divulgação de tal tipo de documento é que a Prefeitura da Cidade do Recife até hoje se baseia nessa informação equivocada para encaminhar os pedidos de aprovação de projeto à Superintendência.

[43] Confrontar mapa 1.4 referente à legislação estadual.

[44] Esse inventário tinha como objetivo identificar, localizar, caracterizar e fotografar as edificações que possuíam revestimento parietal em azulejo dos séculos XVI ao XIX. Para localizar os bens inventariados, consultar o mapa 1.2 referente à legislação federal e a tabela 1.9 para relação de todos os imóveis inventariados no Bairro da Boa Vista.

[45] Para relação de todos os imóveis do Inventário do Patrimônio Religioso localizados no Bairro da Boa Vista, consultar a tabela 1.10 e mapa 1.2.

Além dessas ilhas preservadas, o Bairro da Boa Vista conta também com pontos isolados que devem ser preservados, isto é, 25 IEPs, 04 IPAVs e 77 Imóveis de Proteção segundo o Plano Específico da Boa Vista. Outras edificações também protegidas são aquelas dos quatro bens tombados pela FUNDARPE, sendo um deles o Conjunto Urbano da Rua da Aurora, e dois com o processo ainda aberto. Já pelo IPHAN existem oito bens tombados e quatro sobrestados, sendo um o Conjunto Arquitetônico da Rua Barão de São Borja e da Rua da Soledade, que englobam 13 edificações. Além de três poligonais de entorno ratificadas pelo Conselho Consultivo, 63 imóveis inventariados pelo Acervo Azulejar e outros seis pelo Inventário do Patrimônio Religioso.

O bairro juntamente com os bairros do Recife, de Santo Antônio e de São José, conforma a porção central da cidade do Recife. Ocupando oficialmente uma área de 176 ha no qual residem mais de 14.000 pessoas (Prefeitura do Recife, 2012), o bairro se consolidou ao longo dos seus 300 anos como um lugar plural que contempla diferentes estilos arquitetônicos e uma variedade de traçados urbanos, palco de expressões culturais e de movimentos sociais e políticos.

Nos últimos anos o bairro vem sendo alvo de programas e intervenções por parte do poder público, como o programa da prefeitura municipal do Recife "Morar no Centro" de 2000 e o "Programa de Requalificação de Áreas Urbanas Centrais" de 2005 desenvolvido pelo Ministério das Cidades, além de estudos acadêmicos a respeito da presença judaica[46], da relação do Mercado da Boa Vista com o Recife[47], das condições de habitabilidade no seu sítio histórico[48], do Parque 13 de Maio[49], das suas permanências urbanas[50], de circuitos para o turismo de massa[51] e de diretrizes para o tombamento do bairro[52], entre outros.

---

[46] LUDERMIR, Rosa Bernarda. **Um lugar judeu no Recife**: A influência de elementos culturais no processo de apropriação do espaço urbano do bairro da Boa Vista pela imigração judaica na primeira metade do século XX. 2005. 233 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

[47] MELO, Maria C. Lacerda de. **A relação dos mercados públicos de São José e da Boa Vista com a Cidade do Recife entre 1820 e 1875**. 2011. 130 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

[48] BERNARDINO, Iana Ludermir. **Para morar no centro histórico**: Condições de habitabilidade no Sítio Histórico da Boa Vista no Recife. 2011. 202 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2011.

[49] FREITAS, Cândida. **O Parque 13 de Maio na modernização do Recife**. 2006. 148 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

[50] CAVALCANTI, Vania Cristina Silva. **Pegadas em um aterro**: Uma investigação sobre permanências urbanas na Boa Vista. 2007. 162 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007.

[51] ALBUQUERQUE, Marília Matoso de. **Uma Boa Vista para você**: Plano para o circuito integrado da Boa Vista. 2005. 114 f. Trabalho de Graduação (Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2005.

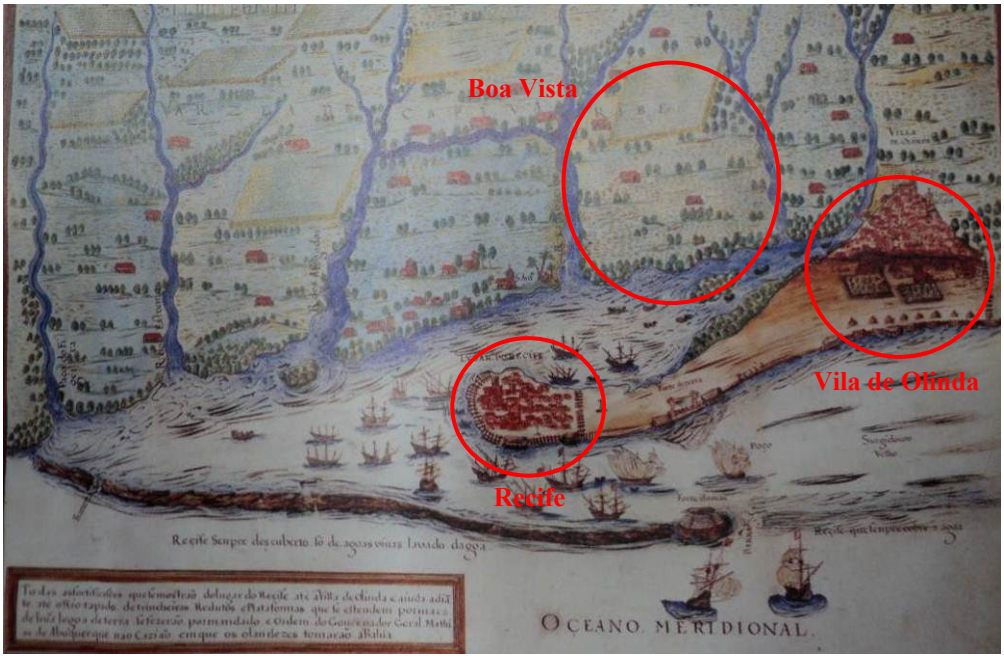


Ilustração 1.1 – Localização da Vila de Olinda sobre a colina, o povoamento de Recife e aproximadamente do futuro Bairro da Boa Vista
Todas as fortificasões que se mostraõ dolugar do Recife até a Villa de Olinda e ainda adiãnte até o Rio tapado de trincheiras Redutos e Plataformas que se estendem pormaes de huã legoa de terra se fezerão por mandado e Ordem do Governador Geral Mathias de Albuquerque na oCasiaõ em que os olandezes tomaraõ a Bahia, 1626
Autor: João Teixeira Albernaz I.
Fonte: Original manuscrito, que ilustra o códice "Livro que dá Rezão do Estado do Brasil" (ca. 1626), do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro (*apud* REIS, 2000, p. 74).

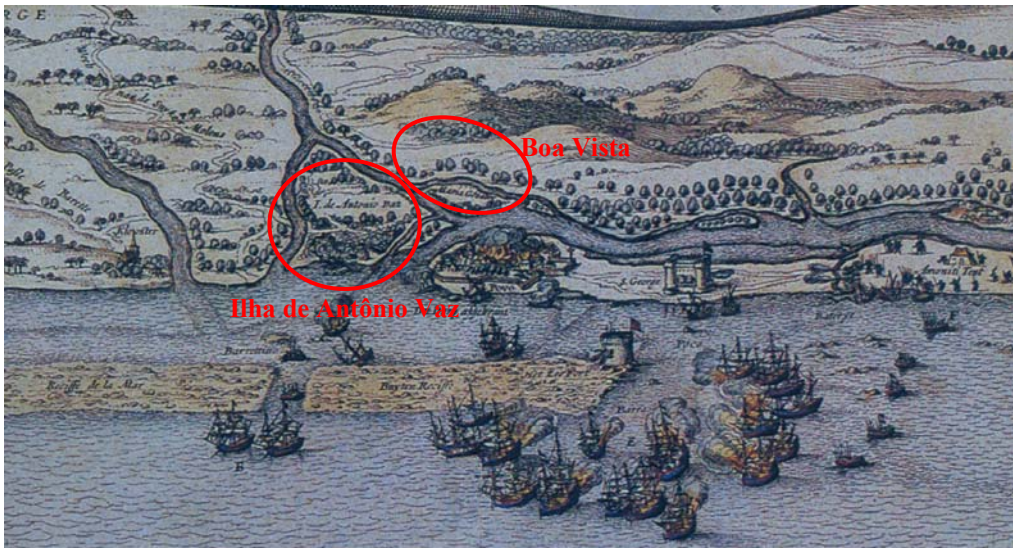


Ilustração 1.2 – Conquista do Recife pelos holandeses, a Ilha de Antônio Vaz desocupada e aproximadamente o futuro Bairro da Boa Vista.
Hanc Tabulam continens Laetam Pharnambuci. Amsterdã, 1630.
Fonte: IPHAN, 2010b.

---

[52] RODRIGUES, Rodrigo José Cantarelli. **De arruados dispersos a uma conformação singular**: Diretrizes para o tombamento federal do bairro da Boa Vista. 2006. 189 f. Trabalho de Graduação (Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2006.

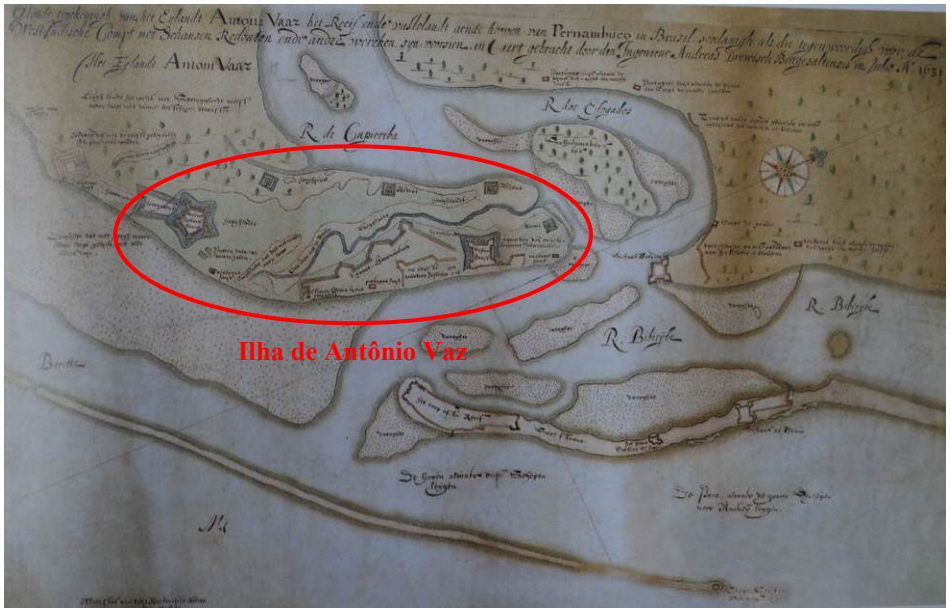


Ilustração 1.3 – Primeira planta de Recife elaborada após a ocupação holandesa mostrando tanto as edificações construídas pelos portugueses, quanto àquelas realizadas pelos holandeses, antes da chegada de Nassau.
Grondt teyckoningh van het Eylandt Antoni Vaaz het Recif ende vastelandt aende haven van Pernambuco in Brasil, soodanigh als die tegenwoor digs voor de West Indische Comp.e met Schansen Redouten ende andre wercken syn voorsien, in Caert gebracht door den Ingenieur Andreas Drewish Bongesaltensis in julio A.o 1631, 1631.
Autor: Andreas Drewisch Bongesaltensis.
Fonte: Original manuscrito do Algemeen Rijkarchief, Haia (*apud* REIS, 2000, p. 81).



Ilustração 1.4 – O mapa mostra importantes modificações feitas pelos holandeses no Bairro do Recife e na Ilha de Antônio Vaz, inclusive com o projeto da Ponte da Boa Vista.
CAERTE VANDE HAVEN VAN PHARNAMBOCQVE.... Anno 1639.
Autor: Johannes Vingboons (atribuição).
Fonte: Original manuscrito do atlas atribuído a Johannes Vingboons, do Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, Recife (*apud* REIS, 2000, p. 86).

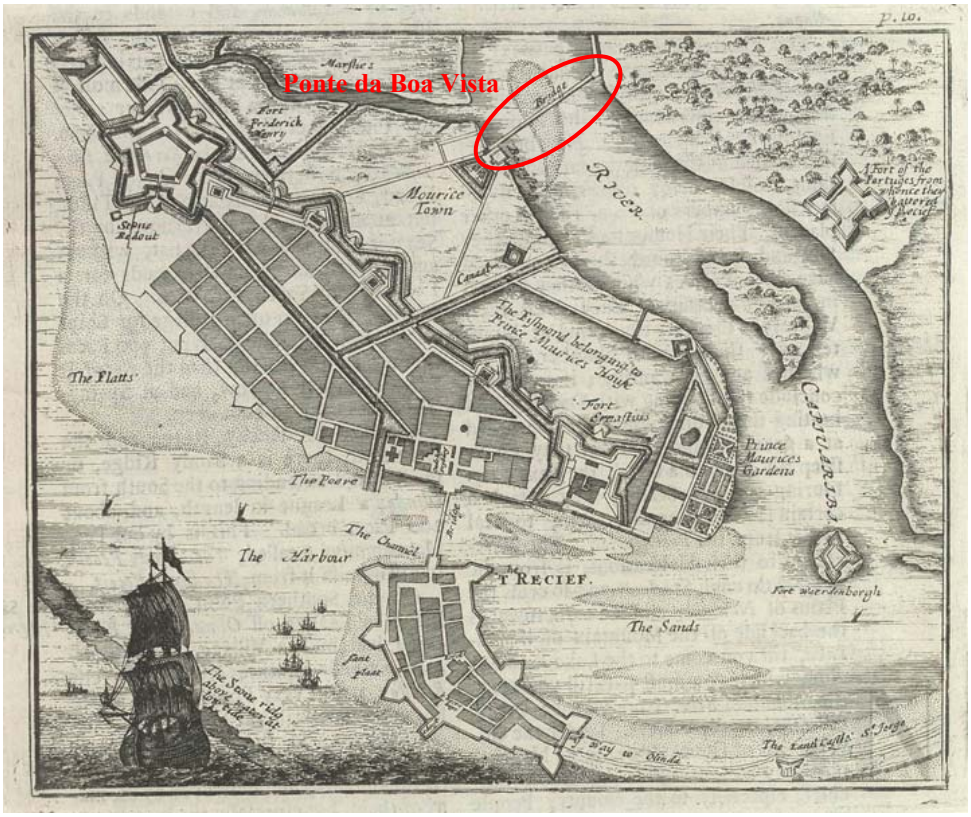


Ilustração 1.5 – Planta urbana de Recife mostrando as pontes que ligam o Bairro do Recife à ilha de Antônio Vaz e a Ilha de Antônio Vaz ao futuro Bairro da Boa Vista.
The Receif, Maurice's Town, and Anthony Vaez. 1703.
Autor: Awnsham Churchill.
Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal.
Disponível em: <http://catalogo.bnportugal.pt>. Acesso em: 03 fev. 2011.



Ilustração 1.6 – Palácio e Ponte da Boa Vista
BOA VISTA.
Autor: Frans Post.
Fonte: Gravura que ilustra o livro de Barlaeus (BARLAEUS – 1647), estampa nº 41. Exemplar pertencente à Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro (*apud* REIS, 2000, p.91).

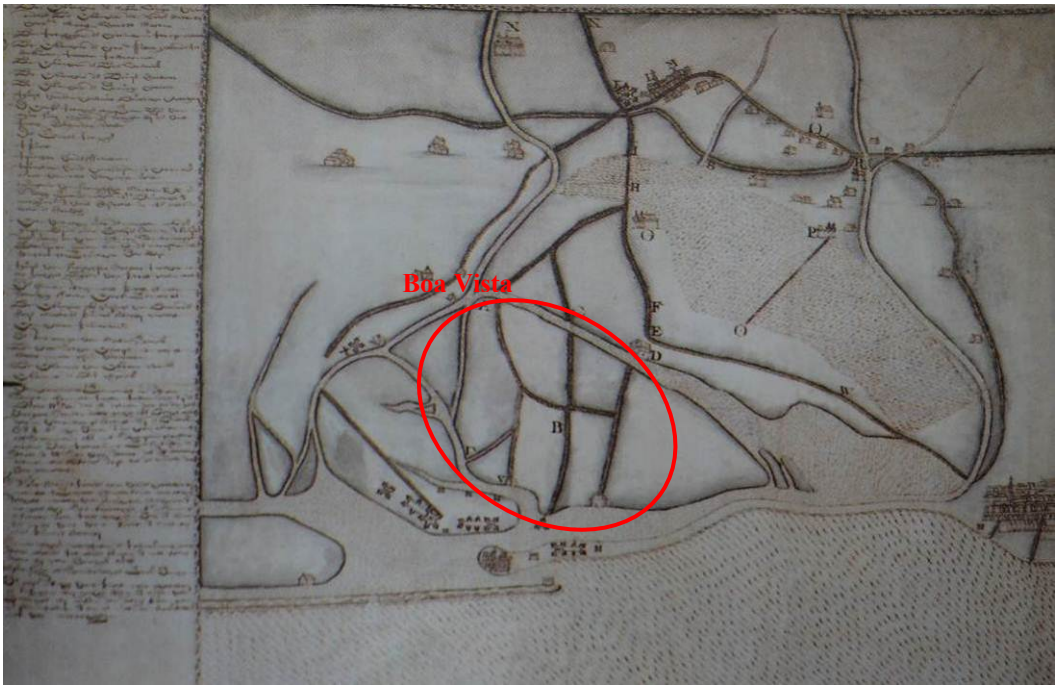


Ilustração 1.7 – Principais caminhos que chegavam até os engenhos no interior do Estado.
Imagem com título ilegível [Recife].
Autor: não identificado.
Fonte: Original manuscrito do Algemeen Rijksarchief, Haia (*apud* REIS, 2000, p. 82).



Ilustração 1.8 – Primeiras edificações no Bairro da Boa Vista.
Planta genográfica da Villa de S. Antonio do Recife de Pernambuco...
Autores: Francisco de Oliveira Miranda; João Garcia Velho do Amaral; José Peixoto de Abreu.
Fonte: Original manuscrito do Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa (*apud* REIS, 2000, p.102)

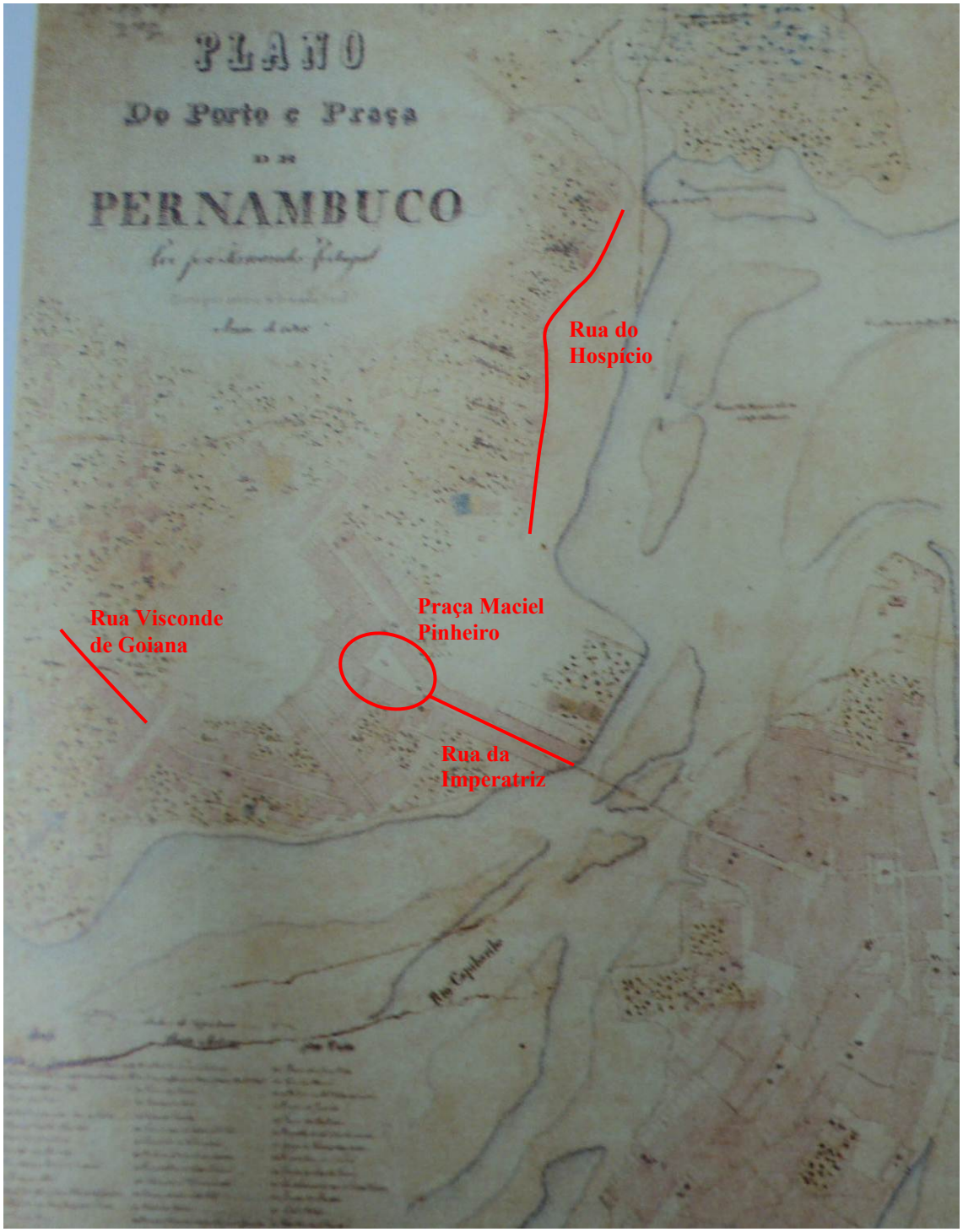


Ilustração 1.9 – Indicações das Ruas Visconde de Goiana, Imperatriz e Hospício e da Praça Maciel Pinheiro.
Plano do Porto e Praça de Pernambuco...1808 [Detalhe].
Autor: José Fernandes Portugal.
Fonte: REIS, 2000.



Ilustração 1.10 – Indicações da Rua de Santa Cruz, do Pátio de Santa Cruz, da Praça Maciel Pinheiro, da Ponte da Boa Vista e do Largo da Soledade.
Plano do Porto e Praça de Pernambuco e seu contorno meridional, e ocidental, 1827.
Autor: Pedro Cronenberg.
Fonte: Coleção da Diretoria do Serviço Geográfico do Exército (*apud* MENEZES, 1988).



Ilustração 1.11 – Praça Maciel Pinheiro.
Perspectiva da rua da Imperatriz vista da praça do Conde D'Eu, 1875.
Autor: Marc Ferrez.
Fonte: FERREZ, 1988.

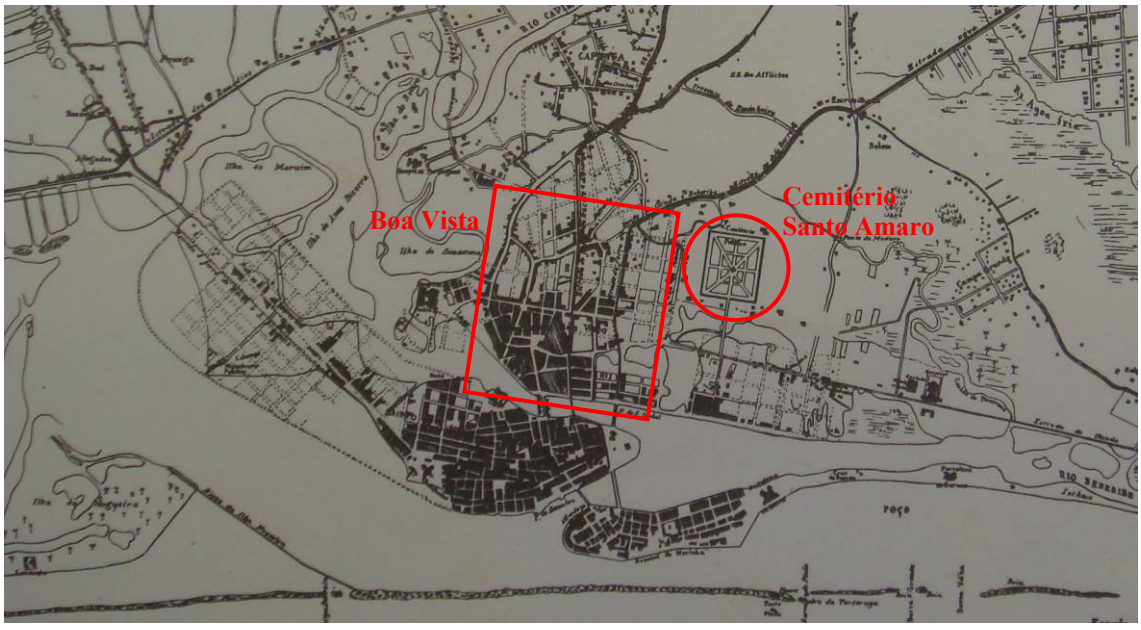


Ilustração 1.12 – Localização do Cemitério de Santo Amaro das Salinas.
Recife 1876.
Autor: desconhecido.
Fonte: Arquivo Público Estadual (*apud* MENEZES, 1988).

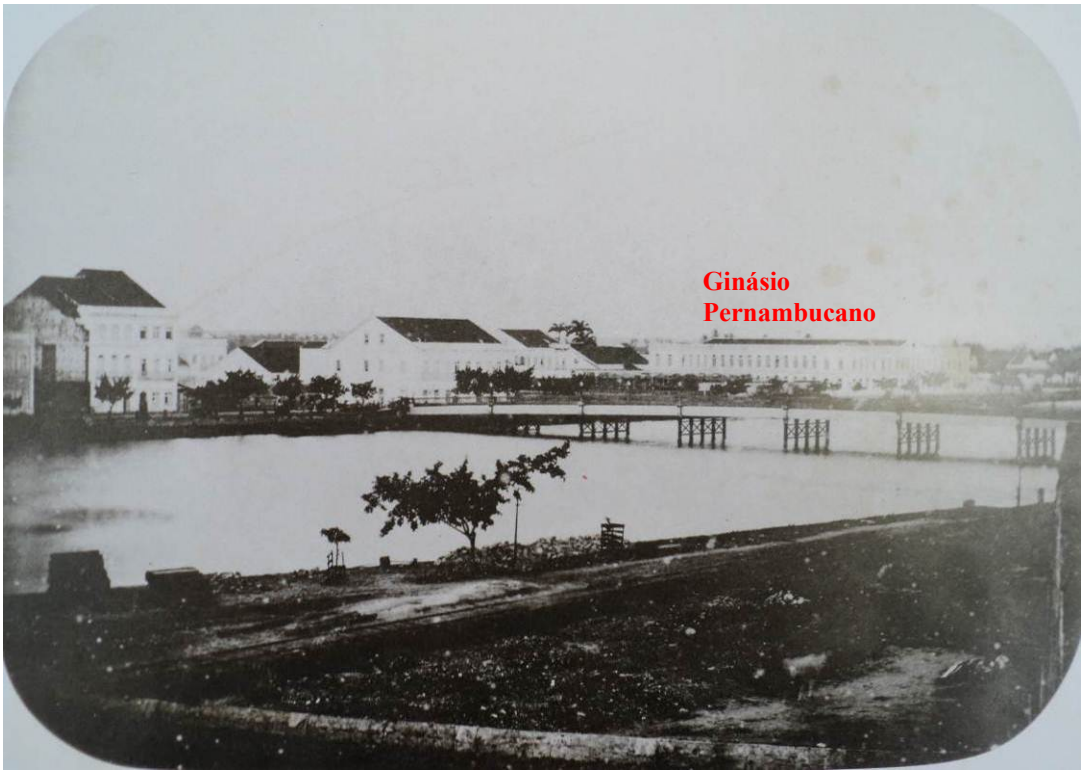


Ilustração 1.13 – Ponte Santa Isabel, Rua da Aurora e Ginásio Pernambucano. Nessa foto ainda não tinha sido construída a Assembleia Legislativa.
Autor: João Ferreira Vilela, 2ª metade do século XIX.
Fonte: FERREZ, 1988.



Ilustração 1.14 – Postal datado de 1904.
Recife (Pernambuco). Assembléia e Gymnasio.
Autor: desconhecido.
Fonte: <http://leomedeirosolinda.blogspot.com.br/2009/01/mergulhando-na-histria-de-olinda-e.html>. Acesso em: 08 set. 2012.

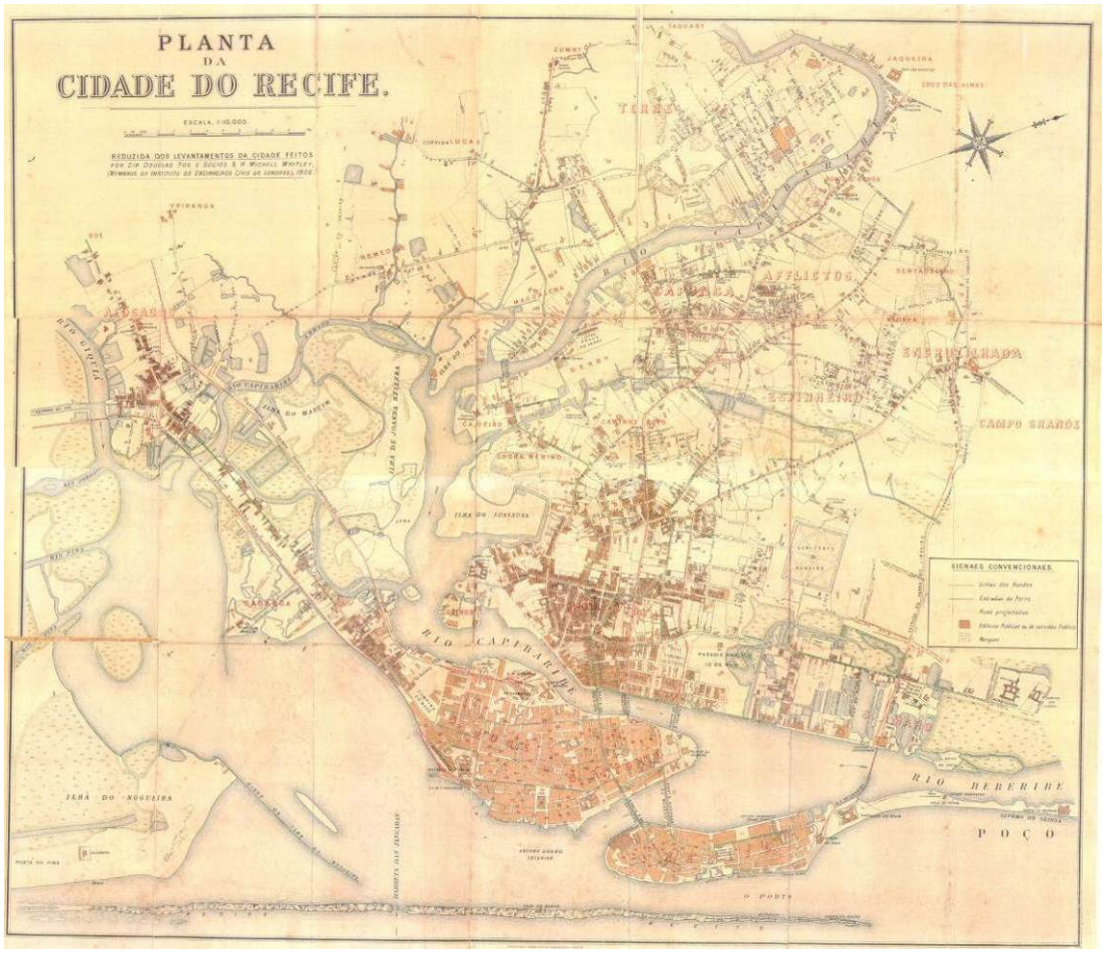


Ilustração 1.15 – *Planta da Cidade do Recife*.
Autor: Sir Douglas Fox, 1906.
Fonte: Museu da Cidade do Recife.



Ilustração 1.16 – *Faculdade de Direito do Recife (em conclusão) Pernambuco*.
Autor: desconhecido, 1ª metade do século XX.
Fonte: <http://acertodecontas.blog.br/atualidades/faculdade-de-direito-do-recife-recebera-verbas-para-reformas-em-2008/>. Acesso em: 27 set. 2011.



Ilustração 1.17 – Palácio da Soledade.
Autor: desconhecido, 2010/2011.
Fonte: <http://cafehistoria.ning.com/photo/palacio-da-soledade-1833?context=latest>.
Acesso em: 27 set. 2011.



Ilustração 1.18 – Igreja de São Gonçalo.
Autor: Google, nov. 2011.
Fonte: Google Street View.
Disponível em: <https://maps.google.com/>.
Acesso em: 08 set. 2012.



Ilustração 1.19 – Matriz da Boa Vista.
Autor: Fernanda Ghirotto Garcia, 29 set. 2011.



Ilustração 1.20 – Casa Natal de Joaquim Nabuco, localizada na Rua da Imperatriz, nº 147.
Autor: Fernanda Ghirotto Garcia, 29 set. 2011.



Ilustração 1.21 – Igreja das Fronteiras.
Autor: Tito Garcez, mai. 2010.
Fonte: <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=1134545>.
Acesso em: 08 set. 2012.

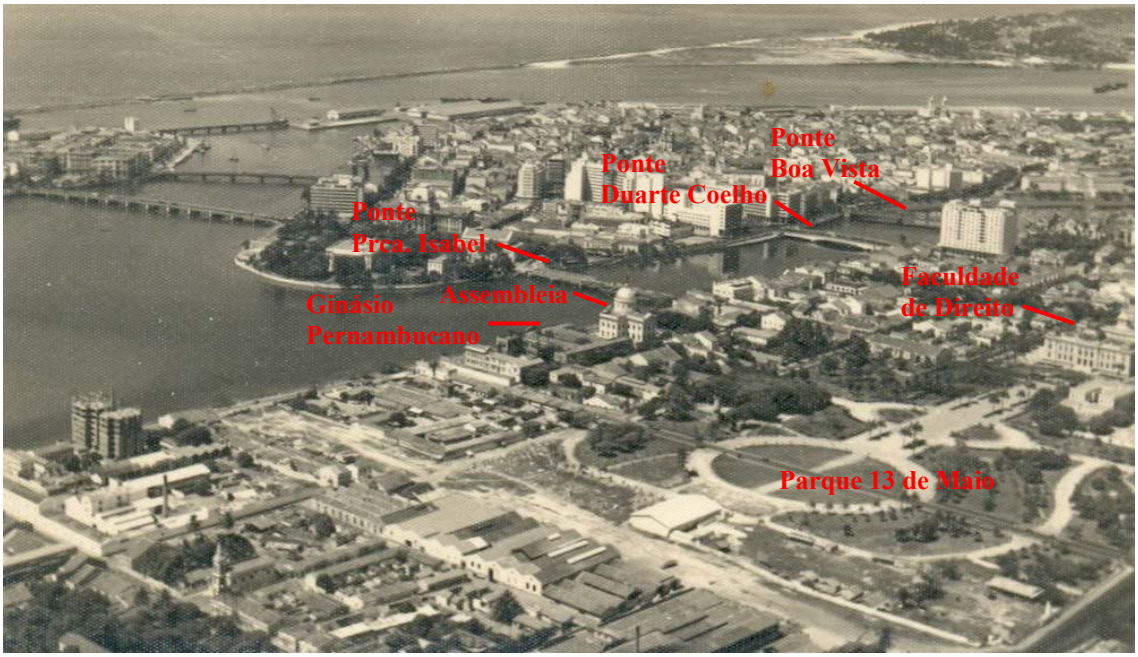


Ilustração 1.22 – Vista aérea dos bairros da Boa Vista e Santo Antônio.
Autor: desconhecido, 1952.
Fonte: <http://maispe.blogspot.com.br/2012/05/imagens-do-recife.html>.
Acesso em: 08 set. 2012.



Ilustração 1.23 – Ponte da Boa Vista.
Autor: Fernanda Ghirotto Garcia, 29 set. 2011.



Ilustração 1.24 – Casa Natal de Oliveira Lima, localizada na Avenida Oliveira Lima, nº 813.
Autor: Fernanda Ghirotto Garcia, 29 set. 2011.



Ilustração 1.25 – Loja Maçônica Conciliação.
Autor: P. Marinho, 1913.
Fonte: Album de Pernambuco.
Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_wrapper&view=wrapper&Itemid=344>. Acesso em: 08 set. 2012.

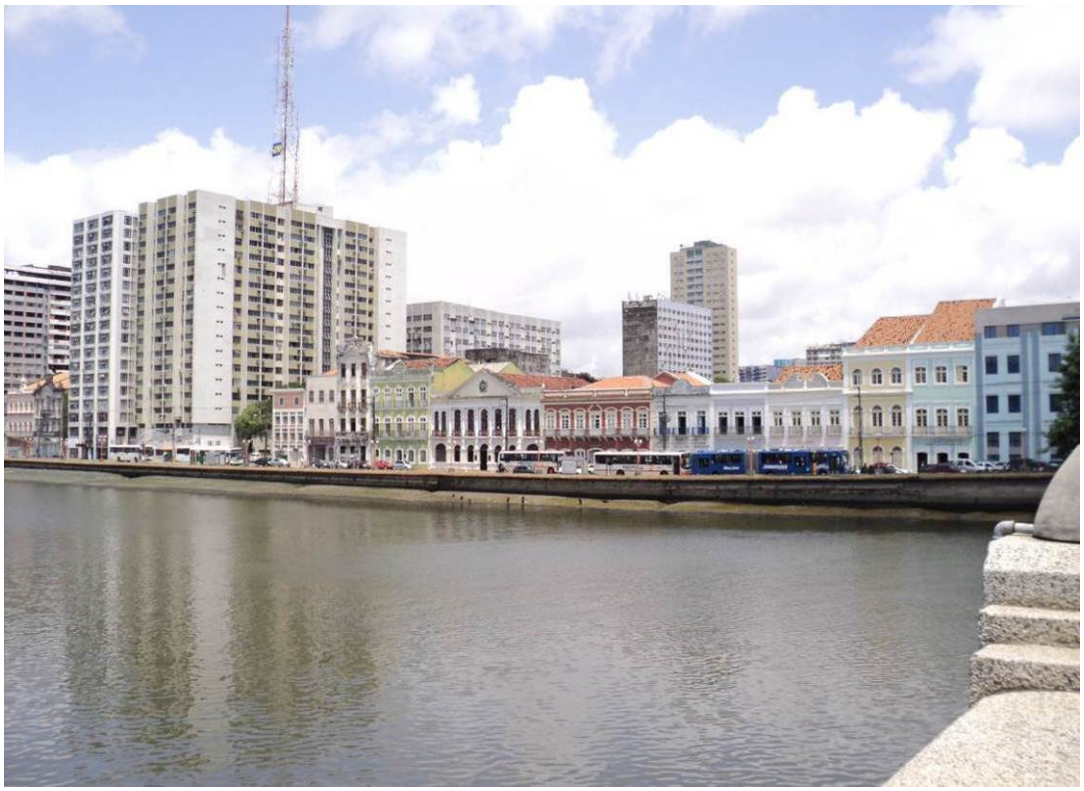


Ilustração 1.26 – Rua da Aurora.
Autor: Fernanda Ghirotto Garcia, 29 set. 2011.



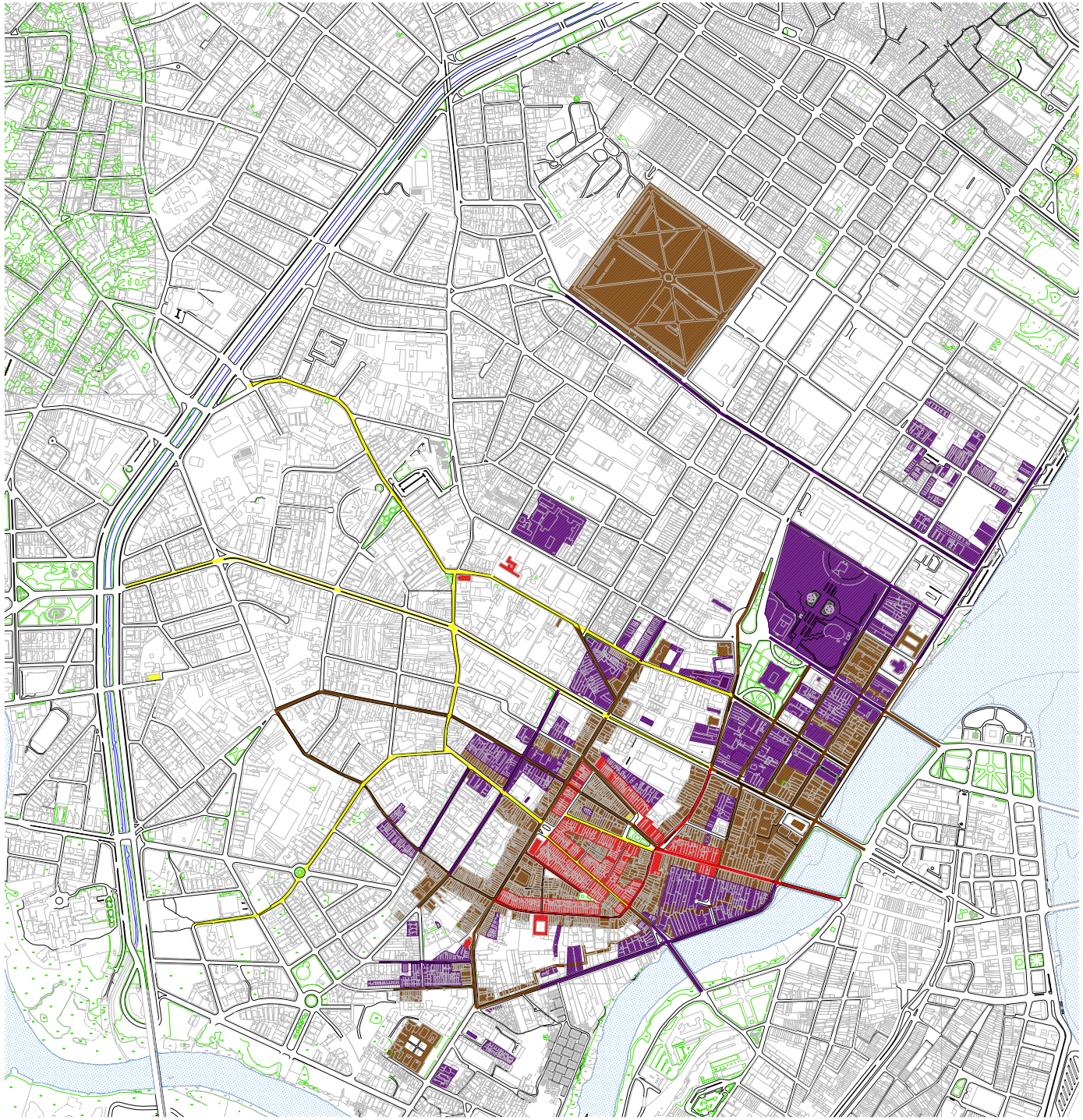
Ilustração 1.27 – Casa Natal de Manuel Bandeira, localizada na Rua da União, nº 263.
Autor: Fernanda Ghirotto Garcia, 29 set. 2011.



Ilustração 1.28 – Ginásio Pernambucano.
Autor: Márcio Cabral de Moura, 02 out. 2007.
Fonte: <http://www.flickr.com/photos/mcdemoura/1526633588/in/photostream/>.
Acesso em: 27 set. 2011.



Ilustração 1.29 – Rua da Soledade, nº 13, 25, 27 e 35.
Autor: Google, nov. 2011.
Fonte: Google Street View.
Disponível em: <https://maps.google.com/>. Acesso em: 08 set. 2012.



LEGENDA

- Século XVII
- Século XVIII
- Século XIX
- Século XX

BAIRRO DA BOA VISTA

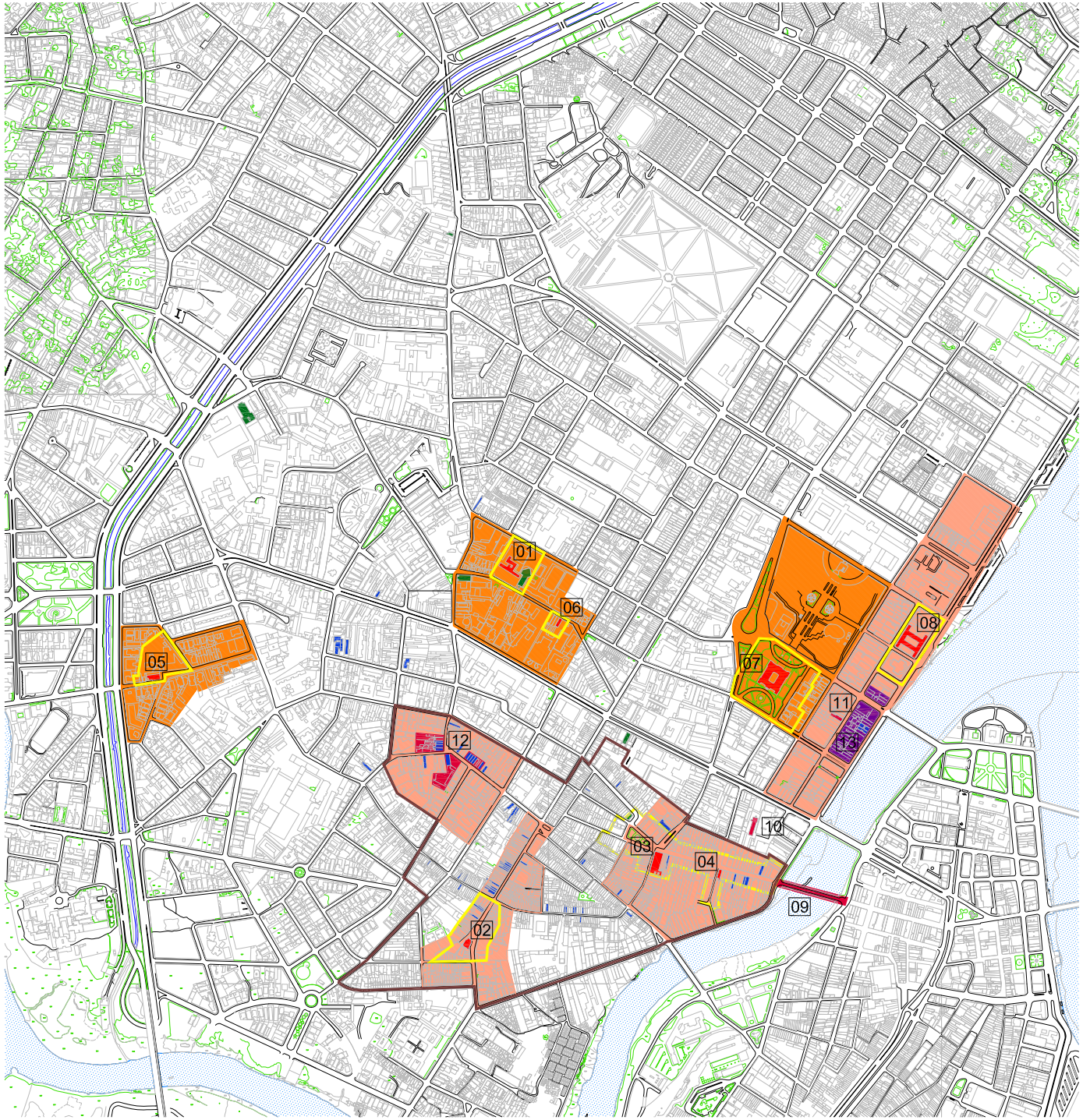
Recife, PE

N

Título:
Evolução Urbana
Fonte: MENEZES, 1988.

Mapa:
1.1

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

- Poligonal de entorno do Processo nº 08/SPHAN_84 aprovada pela 110ª Reunião do Conselho Consultivo
- Proposta de Poligonal do Processo nº 08/SPHAN_84
- Poligonal em estudo do Processo nº 08/SPHAN_84
- Poligonal Ofício nº 021/98/5ªCR/IPHAN/MinC
- Monumento Tombado
- Processo em Sobrestado
- Processo Arquivado
- Bens Inventário Patrimônio Religioso
- Bens Inventário Azulejar

Nº	DENOMINAÇÃO	PROCESSO DE TOMBAMENTO
01	Palácio da Soledade	130 - T - 38
02	Igreja de São Gonçalo	138 - T - 38
03	Ig. Nossa Sra. da Boa Vista	149 - T - 38
04	Casa da Rua da Imperatriz, nº 147 (onde nasceu Joaquim Nabuco)	396 - T - 48
05	Ig. Nossa Sra. das Fronteiras	400 - T - 49
06	Casa Natal de Oliveira Lima	793 - T - 67
07	Faculdade de Direito	970 - T - 78
08	Ginásio Pernambucano	1.101 - T - 83
09	Ponte da Boa Vista	760 - T - 65
10	Casa "Loja Maçônica Conciliação"	906 - T - 74
11	Casa da Rua da União, nº 263 (casa de Manuel Bandeira)	1.058 - T - 82
12	Conjunto Arquitetônico Rua Barão de São Borja, nº 204, 212, 218, 226, 232, 240, 246, 279 e 320 Rua da Soledade, nº 13, 25, 27 e 35	1.175 - T - 85
13	Conjunto Arquitetônico da Rua da Aurora	1.015 - T - 80

BAIRRO DA BOA VISTA

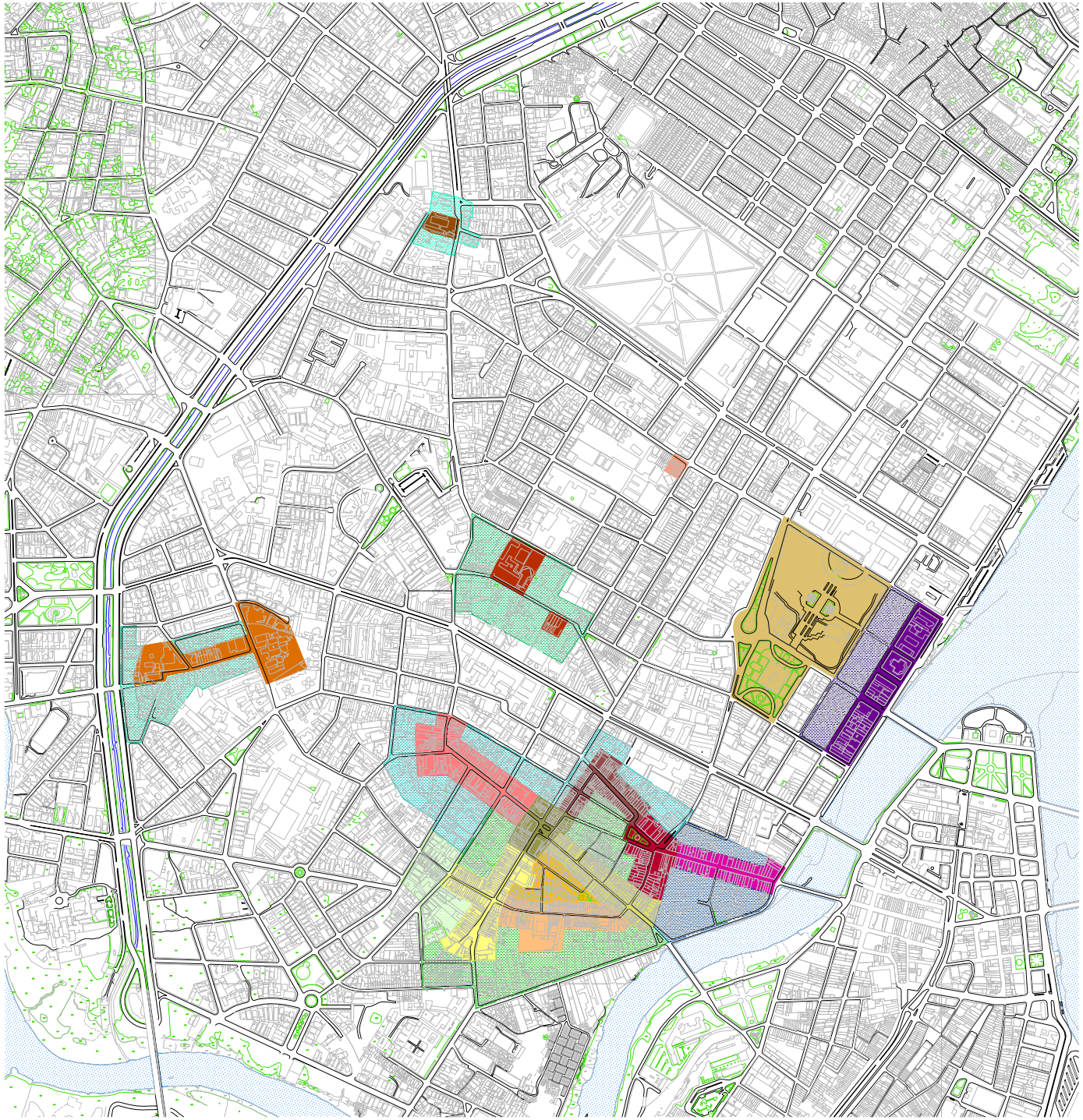
Recife, PE

N

Título:
Legislação Federal
Fonte: IPHAN.

Mapa:
1.2

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

- ZPR 01 - Ruas de Santa Cruz e de São Gonçalo
- ZPR 02 - Rua da Glória
- ZPR 03 - Ruas da Alegria e Leão Coroado
- ZPR 04 - Rua Velha
- ZPR 05 - Pátio de Santa Cruz
- ZPR 06 - Rua Barão de São Borja
- ZPR 07 - Ruas da Conceição e Rosário da Boa Vista
- ZPR 08 - Praça Maciel Pinheiro
- ZPR 09 - Rua da Imperatriz
- ZPR 10 - Rua da Aurora
- ZPR 11 - Arquitetura Cubista da Visconde de Suassuna
- ZPR 12 - Faculdade de Direito
- ZPR 13 - Igreja das Fronteiras
- ZPR 14 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição
- ZPR 15 - Palácio da Soledade e Casa Natal de Oliveira Lima
- ZPA 01
- ZPA 02
- ZPA 03
- ZPA 04
- ZPA 05
- ZPA 06 - Igreja das Fronteiras
- ZPA 07 - Igreja de Nossa Senhora da Conceição
- ZPA 08 - Palácio da Soledade e Casa Natal de Oliveira Lima

BAIRRO DA BOA VISTA

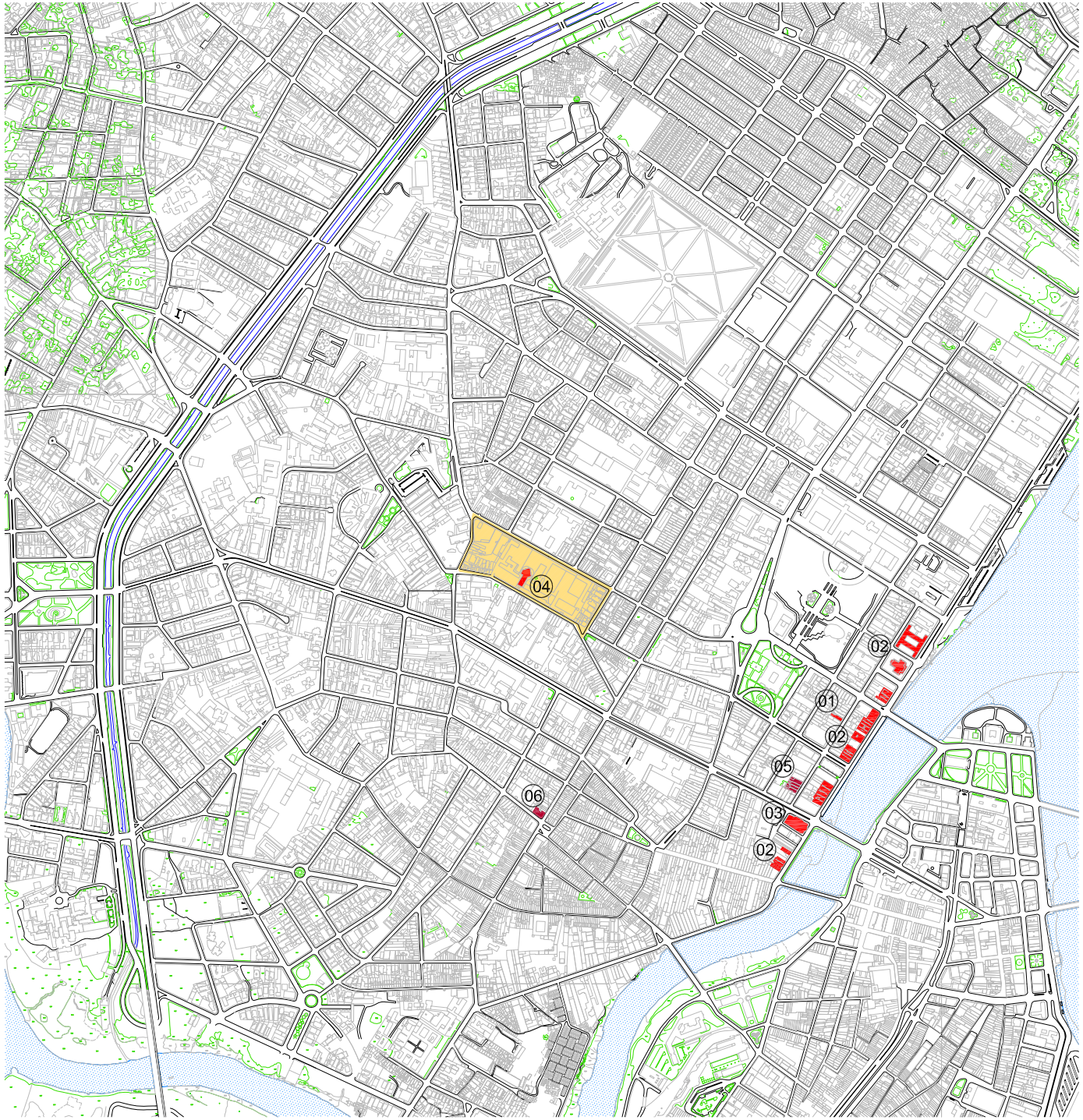
Recife, PE

N

Título:
PPSH/RMR
Fonte: FIDEM, 1978.

Mapa:
1.3

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

- Poligonal Monumento Tombado
- Monumento Tombado
- Monumento Provisoriamente tombado

Nº	DENOMINAÇÃO	PROCESSO DE TOMBAMENTO
01	Espaço Passárgada Casa de Manuel Bandeira	1.326/82
02	Conjunto Urbano da Rua da Aurora	3.522/83
03	Cinema São Luís	2.867/06
04	Igreja Nossa Senhora de Fátima do Colégio Nóbrega	161/00
05	Casas nº 47, 55, 61 e 73 da Rua da União	1.911/89
06	Antigo Prédio da Escola Manoel Borba	691/98

N

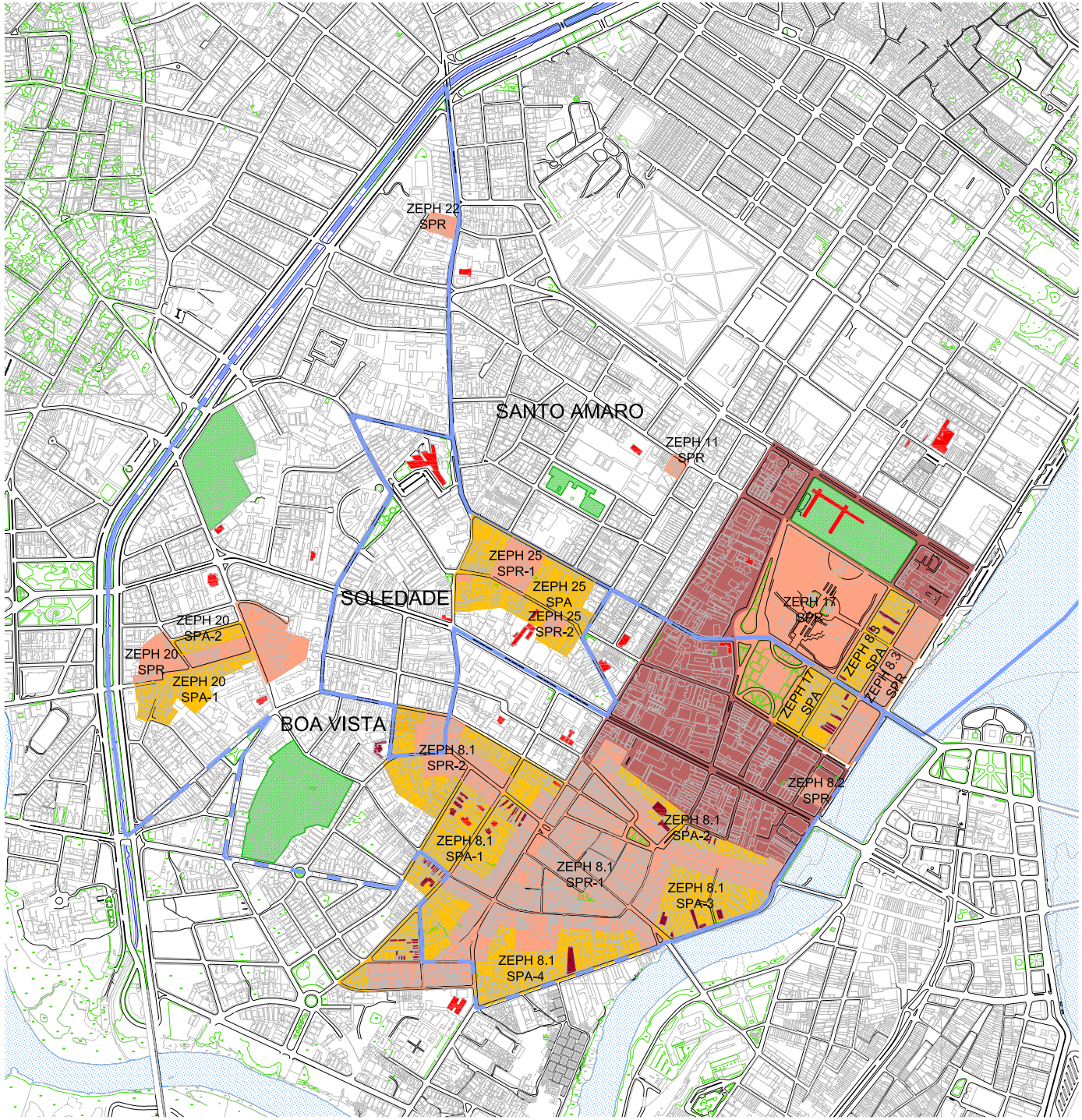
BAIRRO DA BOA VISTA

Recife, PE

Título:
Legislação Estadual
Fonte: FUNDARPE.

Mapa:
1.4

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

- Limite Bairros - PCR
- ZEPH - SPR
- ZEPH - SPA
- ZECP
- ZUP1
- IEP
- IPAV
- Imóveis de Proteção (Plano Específico da Boa Vista)

BAIRRO DA BOA VISTA

Recife, PE

N

Título: Legislação Municipal

Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.

Mapa: 1.5

Escala:

0 100 200 300 400 500m

Tabela 1.1 – Relação da categoria *Conjuntos Urbanos* localizados no Bairro da Boa Vista segundo o PPSH/RMR.

PROJETO	DIAGNÓSTICO	ZPR	ZPA			
			SETOR 01	SETOR 02	SETOR 03	SETOR 04
Ruas de Santa Cruz e São Gonçalo	Conjunto formado por casa conjugadas do tipo porta e janela, sendo algumas revestidas por azulejos, de um ou dois pavimento, com uso residencial, coemrcial e de serviço e com poucas modificações. As duas edificações mais notáveis que escapam dessa configuração são a Igreja de São Gonçalo, que serve de "cenário de fundo da Rua de Santa Cruz" (FIDEM, 1978, p. 163), e o Mercado da Boa Vista.	- Disciplinamento do tráfego de veículos; - Tratamento adequado dos logradouros; - Restauração do Mercado da Boa Vista; - Uso: residencial, comercial e serviços	- Uso: residencial, comercial e de serviços.	- Uso: residencial, comercial e serviços.		
Rua da Glória	Preservação do traçado urbano primitivo com ruas estreitas e tortuosas, quadras irregulares e lotes estreitos e profundos, e o predomínio de edificações de um pavimento de uso residencial	- Disciplinamento do tráfego de veículos; - Tratamento adequado dos logradouros; - Tombamento a nível estadual e restauração da igreja e do Recolhimento de N. S. da Glória; - Uso: residencial		- Uso: residencial/ comercial de serviços.		
Ruas da Alegria e Leão Coroado	Edificações de um e dois pavimentos são implantadas em quadras irregulares com lotes estreitos e profundos e que as ruas estreitas e tortuosas formam bolsões, além da falta de infraestrutura e equipamentos básicos.	- Disciplinamento do tráfego de veículos; - Tratamento adequado dos logradouros; - Uso: residencial				
Rua Velha	Existência de residências de um, dois e três pavimentos que atribui uma dinâmica a volumetria da área, contudo com o estado de preservação precário.	- Disciplinamento do tráfego de veículos; - Tratamento adequado dos logradouros; - Uso: residencial		- Uso: residencial, comercial e serviços.		- Uso: comercial e serviços

PROJETO	DIAGNÓSTICO	ZPR	ZPA			
			SETOR 01	SETOR 02	SETOR 03	SETOR 04
Pátio de Santa Cruz	Predomínio de sobrados de dois e três pavimentos de uso comercial e de serviços no térreo e de residências nos pavimentos superiores, sendo a Igreja de Santa Cruz o seu elemento de destaque.	- Disciplinamento do tráfego de veículos; - Tombamento a nível estadual e restauração da Igreja de Santa Cruz; - Tratamento adequado ao pátio e logradouros; - Uso: residencial, comercial e serviços.		- Uso: residencial, comercial e serviços.	- Uso: residencial, comercial e serviços.	
Rua Barão de São Borja	Presença de edificações térreas e de dois pavimentos com um conjunto significativo de azulejos dos séculos XVIII e XIX, contudo a presença de edificações mais recentes descaracterizaram a escala e o ambiente do conjunto	- Tratamento adequado do logradouro; - Uso: residencial, comercial e de serviços.		- Uso: residencial, comercial e serviços.	- Uso: residencial, comercial e serviços.	
Ruas da Conceição e Rosário da Boa Vista	Edificações do século XVIII e XIX, em sua maioria térreas, intercaladas por sobrados de 2 e 3 pavimentos de usos variados. Destacam-se a Igreja de Nossa Senhora da Conceição e a Igreja do Rosário dos Pretos.	- Tratamento adequado do logradouro; - Tombamento e restauração da Igreja de N. S. da Conceição e da Igreja do rosário dos Pretos da Boa Vista; - Uso: residencial, comercial e de serviços.		- Uso: residencial, comercial e serviços.	- Uso: residencial, comercial e serviços.	
Praça Maciel Pinheiro	Formada pela Igreja Matriz da Boa Vista com uma ambiência bastante descaracterizada com edificações em sua maioria comerciais de um e três pavimentos.	- Tratamento adequado da praça e do logradouro; - Disciplinamento do comércio de ambulantes; - Disciplinamento do tráfego de veículos; - Tombamento a nível estadual da fonte; - Restauração da Igreja da Boa Vista. - Uso: comercial e de serviços.		- Uso: residencial, comercial e serviços.	- Uso: residencial, comercial e serviços.	- Uso: comercial e serviços.

PROJETO	DIAGNÓSTICO	ZPR	ZPA			
			SETOR 01	SETOR 02	SETOR 03	SETOR 04
Rua da Imperatriz	Predominância de edificações de três e quatro pavimentos nas proximidades da Ponte da Boa Vista e de dois e três pavimentos na vizinhança da Igreja Matriz da Boa Vista, sendo os pavimentos térreos muito modificados em função do seu intenso uso comercial.	- Disciplinamento do comércio e ambulantes; - Tratamento adequado do logradouro com o fechamento do mesmo ao trânsito de veículos e implantação de mobiliário urbano; - Restauração da Casa Natal de Joaquim Nabuco; - Uso: comercial e de serviços.				- Uso: comercial e serviços.
Rua da Aurora	Trecho da Rua da Aurora entre a Avenida Conde da Boa Vista e a Rua João Lira. Implantação de sobrados de dois e três pavimentos do século XIX com destaque para os edifícios do Colégio Estadual (atual Ginásio Pernambucano) e da Assembleia Provincial (atual Legislativa).	- Tratamento adequado do logradouro; - Tombamento a nível estadual e conservação da Assembleia Provincial e do Ginásio Pernambucano; - Uso: manter o atual.	- Número máximo de pavimento permitido para novas construções: 10; - As demais normas são as indicadas pela PMR; - Uso: manter o atual.			

Fonte: FIDEM, 1978, p. 163-172

Tabela 1.2 – Relação da categoria *Edifícios Isolados* localizados no Bairro da Boa Vista segundo o PPSH/RMR.

PROJETO	DIAGNÓSTICO	ZPR	ZPA	
			Setor 01	Setor 02
Arquitetura Cubista da Visconde de Suassuna	Projetadas pelo arquiteto Luiz Mounier e construídas em 1940, são os únicos exemplares na região metropolitana do Recife desse movimento arquitetônico que se caracterizou pela simplicidade das linhas e pureza das formas	- Tombamento a nível estadual das casas; - Preservação das características essenciais das casas quanto a forma, escala e materiais de vedação e revestimento; - Uso: manter o atual.	Não há necessidade de determinação de ZPA, já que essas casas são obras da arquitetura contemporânea.	
Faculdade de Direito	Construção eclética do início do século XX de estrutura mista, composta por um porão e mais dois pavimentos, com um pátio central ajardinado de onde se observam as cirulações com colunas e varandas de ferro,	- Tombamento a nível estadual e conservação do edifício; - Preservação da vegetação de porte médio e grande e conservação jardins; - Proibição de novas edificações; - Uso: Faculdade de Direito.	Não foi necessário determinar ZPA.	

PROJETO	DIAGNÓSTICO	ZPR	ZPA	
			Setor 01	Setor 02
Igreja das Fronteiras	Localizada próxima a um conjunto conservado de casas térreas do século XIX de um lado e do outro edificações bastante descaracterizadas.	- Tombamento a nível estadual da Igreja das Fronteiras; - Preservação das características essenciais das edificações situadas à Rua Henrique Dias, no terreno vizinho à Igreja, do quartel e do colégio; quanto à forma, cor, escala e materiais de vedação e revestimento; - Agenciamento dos logradouros; - Uso para Igreja, quartel e colégio: manter o atual; - Uso para as casas da Rua Henrique Dias: residencial e/ou serviços.	- Nº máx. de pavtos. permitidos para novas construções: 2; - Taxa máx. de ocupação: 40% para edificações de 2 pavtos. e 50% para as de 1 pavto. - Uso: residencial e/ou serviços.	- Nº máx. de pavtos. permitidos para novas construções: 6; - Taxa máx. de ocupação: segundo Prefeitura do Recife; - Uso: residencial e/ou serviços.
Igreja Nossa Senhora da Conceição (João de Barros)	Vizinhança, caracterizada por edificações térreas e em sua maioria recentes, estava em risco devido a sua proximidade com o centro	- Tombamento a nível estadual e restauração da Igreja de Nossa Senhora da Conceição de João de Barros; - Desapropriação da casa vizinha à Igreja e seu respectivo terreno que deverá ser anexado à Igreja; - Agenciamento da área resultante da desapropriação; - Proibição de novas edificações; - Uso: permanecer o atual.	- Nº máx. de pavtos. permitidos para novas construções: 2; - Taxa máx. de ocupação: 40% ; - Uso: residencial.	
Palácio da Soledade e Casa Natal de Oliveira Lima	Variedade do uso das edificações com predominância do setor de serviços, de um e dois pavimentos, mas com o início do surgimento de edificações mais altas.	- Tombamento a nível estadual do Palácio da Soledade e da Casa Natal de Oliveira Lima; - Restauração do Palácio da Soledade devendo-se envidar esforços para demolição da capela anexa; - Conservação da Casa Natal de Oliveira Lima; - Uso: permanecer o atual.	- Nº máx. de pavtos. permitidos para novas construções: 3; - Taxa máx. de ocupação: 40%; - Uso: comercial e de serviços.	

Fonte: FIDEM, 1978, p. 163-172

Tabela 1.6 – Relação dos Imóveis de Preservação (Plano Específico da Boa Vista).

Nº	IMÓVEL DE PRESERVAÇÃO	ZONA	Nº	IMÓVEL DE PRESERVAÇÃO	ZONA
01	Avenida Manoel Borba, 595	ZEPH8	43	Rua Visconde de Goiana, 191	ZEPH8
02	Avenida Manoel Borba, 603	ZEPH8	44	Rua Visconde de Goiana, 199	ZEPH8
03	Avenida Manoel Borba, 629	ZEPH8	45	Rua Visconde de Goiana, 203	ZEPH8
04	Avenida Manoel Borba, 323	ZEPH8	46	Rua Jorn. Edmundo Bittencourt, 84	ZEPH8
05	Avenida Manoel Borba, 329	ZEPH8	47	Rua Jorn. Edmundo Bittencourt, 90	ZEPH8
06	Avenida Manoel Borba, 339	ZEPH8	48	Rua Jorn. Edmundo Bittencourt, 100	ZEPH8
07	Avenida Manoel Borba, 371	ZEPH8	49	Rua Jorn. Edmundo Bittencourt, 108	ZEPH8
08	Rua das Ninfas, 84	ZEPH8	50	Rua Jorn. Edmundo Bittencourt, 112	ZEPH8
09	Rua das Ninfas, 112	ZEPH8	51	Rua Jorn. Edmundo Bittencourt, 116	ZEPH8
10	Rua José de Alencar, 234	ZEPH8	52	Rua Jorn. Edmundo Bittencourt, 120	ZEPH8
11	Rua José de Alencar, 346	ZEPH8	53	Rua Jorn. Edmundo Bittencourt, 128	ZEPH8
12	Rua José de Alencar, 367	ZEPH8	54	Rua do Jasmim, 172	ZEPH8
13	Rua José de Alencar, 368	ZEPH8	55	Rua do Jasmim, 182	ZEPH8
14	Rua José de Alencar, 385	ZEPH8	56	Rua do Jasmim, 184	ZEPH8
15	Rua José de Alencar, 404	ZEPH8	57	Rua do Jasmim, 196	ZEPH8
16	Rua José de Alencar, 578	ZEPH8	58	Hotel do Parque Rua do Hospício, 51	ZEPH8
17	Rua José de Alencar, 765	ZEPH8			
18	Rua Marquês de Amorim, 46	ZEPH8	59	Teatro do Parque Rua do Hospício, 81	ZEPH8
19	Rua Marquês de Amorim, 50	ZEPH8			
20	Rua Marquês de Amorim, 64	ZEPH8	60	Rua Martins Júnior, 29	ZEPH8
21	Rua Marquês de Amorim, 71	ZEPH8	61	Rua Martins Júnior, 39	ZEPH8
22	Rua Marquês de Amorim, 83	ZEPH8	62	Rua Martins Júnior, 47	ZEPH8
23	Rua Marquês de Amorim, 99	ZEPH8	63	Rua Martins Júnior, 105	ZEPH8
24	Rua Marquês de Amorim, 114	ZEPH8	64	Rua Doutor José Mariano, 186	ZEPH8
25	Rua Marquês de Amorim, 127	ZEPH8	65	Rua Doutor José Mariano, 228	ZEPH8
26	Rua Porto Rico, 44	ZEPH8	66	Rua Doutor José Mariano, 238	ZEPH8
27	Rua Porto Rico, 54	ZEPH8	67	Rua Doutor José Mariano, 308	ZEPH8
28	Rua Barão de São Borja, 41	ZEPH8	68	CILPE Rua Doutor José Mariano, 586	ZEPH8
29	Rua Barão de São Borja, 55	ZEPH8			
30	Rua Barão de São Borja, 65	ZEPH8	69	Rua Velha, 34	ZEPH8
31	Rua Barão de São Borja, 69	ZEPH8	70	Rua da União, 217	ZEPH8
32	Rua Barão de São Borja, 81	ZEPH8	71	Rua da União, 225	ZEPH8
33	Rua Barão de São Borja, 97	ZEPH8	72	Rua da União, 237	ZEPH8
34	Colégio Nossa Senhora do Carmo Rua Barão de São Borja, 433	ZUP1	73	Rua da União, 263	ZEPH8
			74	Rua da União, 293	ZEPH8
35	Rua Visconde de Goiana, 139	ZEPH8	75	Rua da União, 499	ZEPH8
36	Rua Visconde de Goiana, 143	ZEPH8	76	Edifício União Rua da União, 543	ZEPH8
37	Rua Visconde de Goiana, 157	ZEPH8			
38	Rua Visconde de Goiana, 163	ZEPH8	77	Rua da União, 583	ZEPH8
39	Rua Visconde de Goiana, 171	ZEPH8	78	Rua Mamede Simões, 204	ZEPH8
40	Rua Visconde de Goiana, 173	ZEPH8	79	Rua Princesa Isabel, 99	ZEPH8
41	Rua Visconde de Goiana, 183	ZEPH8	80	Rua Princesa Isabel, 142	ZEPH8

Nº	IMÓVEL DE PRESERVAÇÃO	ZONA	Nº	IMÓVEL DE PRESERVAÇÃO	ZONA
42	Rua Visconde de Goiana, 187	ZEPH8	Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife.		

Tabela 1.7 – Relação dos IEPs localizados no Bairro da Boa Vista.

Nº	IEP	ZONA	Nº	IEP	ZONA
01	JUCEPE Rua do Hospício, 751	ZECP	13	Rua José de Alencar, 367	ZEPH8
			14	Rua José de Alencar, 404	ZEPH8
02	CELPE Avenida João de Barros, 111	ZUP1	15	Hotel Central Avenida Manoel Borba, 209	ZEPH8
03	Conservatório Pernambucano de Música Avenida João de Barros, 594	ZUP1	16	Hospital Geral do Recife Rua do Hospício, 563	ZECP
04	Avenida Mário Melo, s/n	ZECP	17	Escola Pinto Júnior Rua do Hospício, 646	ZUP1
05	Avenida Visconde de Suassuna, 393	ZUP1			
06	Rua da Soledade, 339	ZUP1	19	Rua do Jasmim, 136	ZEPH8
07	Antiga Escola de Arquitetura Avenida Conde da Boa Vista, 1424	ZUP1	18	URB - Recife Avenida Oliveira Lima, 867	ZEPH25
08	Centro Josué de Castro Rua Dom Bosco, 779	ZUP1	20	Rua Dom Bosco, 1216	ZUP1
			21	Rua Corredor do Bispo, 90	ZUP1
09	Juvenato Dom Vital Rua do Giriquiti, 48	ZUP1	22	IMIP Rua dos Coelhos, 300	ZUP1
10	Edifício Barão do Rio Branco Rua do Giriquiti, 205	ZUP1	23	TV Jornal do Comércio Rua Capitão Lima, 250	ZUP1
11	EMLURB Av. Gov. Carlos de Lima Cavalcanti, 09	ZUP1	24	Rua Capitão Lima, 280	ZUP1
			25	Rua Capitão Lima, 307	ZUP1
12	Rua José de Alencar, 346	ZEPH8	Fonte: RECIFE, 1997.		

Tabela 1.8 – Relação dos IPAVs localizados no Bairro da Boa Vista.

Nº	IPAV	ZONA	Nº	IPAV	ZONA
01	Quadra situada entra as ruas da Fundição, João Lira, do Hospício e Avenida Mário Melo	ZECP	03	Colégio Americano Batista Rua Dom Bosco, 1308	ZUP1
02	Universidade Católica de Pernambuco Rua Almeida Cunho, 526	ZUP1	04	Colégio Salesiano Sagrado Coração de Jesus Rua Dom Bosco, 551	ZUP1

Fonte: RECIFE, 1996.

Tabela 1.9 – Relação dos bens identificados pelo Inventário de Conhecimento do Acervo Azulejar localizados no Bairro da Boa Vista.

Nº	ACERVO AZULEJAR	Nº	ACERVO AZULEJAR	Nº	ACERVO AZULEJAR
01	Av. Conde Boa Vista, 1242	22	Rua de São Gonçalo, 34	43	Rua da Glória, 294
02	Rua do Príncipe, 752	23	Rua de São Gonçalo, 42	44	Rua da Glória, 300
03	Rua do Progresso, 274	24	Rua de São Gonçalo, 60	45	Rua da Glória, 318
04	Rua do Progresso, 436	25	Rua de Santa Cruz, 54	46	Rua da Glória, 322
05	Rua do Progresso, 458	26	Rua de Santa Cruz, 115	47	Rua da Glória, 366
06	Rua da Aurora, 447	27	Rua de Santa Cruz, 136	48	R. Rosário da Boa Vista, 49

Nº	ACERVO AZULEJAR	Nº	ACERVO AZULEJAR	Nº	ACERVO AZULEJAR
07	Rua da Aurora, 457	28	Rua de Santa Cruz, 138	49	Rua da Imperatriz, 58
08	Rua Barão de São Borja, 65	29	Rua de Santa Cruz, 144	50	Rua da Imperatriz, 83
09	Rua Barão de São Borja, 69	30	Rua de Santa Cruz, 146	51	Rua da Imperatriz, 89
10	Rua Barão de São Borja, 81	31	Rua de Santa Cruz, 150	52	Rua da Imperatriz, 107
11	Rua Barão de São Borja, 190	32	Rua de Santa Cruz, 198	53	Rua da Imperatriz, 285
12	Rua Barão de São Borja, 204	33	Rua de Santa Cruz, 208	54	Rua da Soledade, 11
13	Rua Barão de São Borja, 226	34	Rua de Santa Cruz, 212	55	Rua da Soledade, 13
14	Rua Barão de São Borja, 232	35	Rua de Santa Cruz, 220	56	Rua da Soledade, 25
15	Rua Barão de São Borja, 240	36	Rua Visconde de Goiana, 88	57	Rua da Soledade, 27
16	Rua Barão de São Borja, 246	37	Rua Visconde de Goiana, 89	58	Rua da Soledade, 84
17	Rua Barão de São Borja, 278	38	R. Visconde de Goiana, 104	59	Rua Velha, 186
18	Rua Barão de São Borja, 279	39	R. Visconde de Goiana, 187	60	Rua Velha, 302
19	Rua Barão de São Borja, 347	40	Rua da Glória, 169	61	Rua Velha, 308
20	Rua Barão de São Borja, 496	41	Rua da Glória, 278	62	Rua do Hospício, 51
21	Rua de São Gonçalo, 30	42	Rua da Glória, 283	63	Rua da Conceição, 106

Fonte: IPHAN, 2008.

Tabela 1.10 – Relação dos bens identificados pelo Inventário do Patrimônio Religioso em Pernambuco localizados no Bairro da Boa Vista.

Nº	PATRIMÔNIO RELIGIOSO	Nº	PATRIMÔNIO RELIGIOSO	Nº	PATRIMÔNIO RELIGIOSO
01	Igreja Nossa Sra. Conceição Av. João de Barros	03	Igreja Nossa Sra. Conceição Rua da Conceição	05	Igreja Nossa Senhora da Soledade
02	Igreja Nossa Senhora de Fátima	04	Igreja Batista da Capunga	06	Igreja Presbiteriana da Boa Vista

Fonte: IPHAN, 2010a.

CAPÍTULO 2
O IMAGINÁRIO DO BAIRRO DA BOA VISTA

(...)
Tu sabes como nasceu a ideia das pontiagudas catedrais?
De um louco incendiando um pinheiro de espinhos.
Arquiteta de mim, me construo à imagem das tuas Casas
E te adentras em carne e moradia. (...)
(HILST, 2004, p. 102)

O Bairro da Boa Vista é um local que agrega uma variedade de processos sociais e espaciais que ocorreram ao longo do tempo, caracterizando-se como um lugar contemporâneo e com usos diversos. As relações e transformações sociais que ali ocorrem estão diretamente ligadas ao modo como o bairro se estabeleceu, a sua espacialidade. No capítulo anterior foi descrito como este se constituiu ao longo do tempo e quais são, atualmente, as leis que regulam a dinâmica urbana e os bens reconhecidos pelo Estado, na tentativa de explicar a forma que o espaço urbano é produzido e modificado, afinal "descrição e explicação são inseparáveis. O que deve estar no alicerce da descrição é a vontade de explicação (...)" (SANTOS, 2008, p. 18). Contudo, para ter uma compreensão ainda mais ampla do objeto de estudo é necessário também entender como a população se apropria, frui, modifica, reproduz o espaço e em que medida o espaço também motiva as experiências da população, as suas práticas sociais, através dos relatos dos próprios atores sociais ali envolvidos.

2.1 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA: o Bairro da Boa Vista como Lugar

O Bairro da Boa Vista é abordado como um bem cultural apropriado pelas pessoas e categorizado como Lugar através da concepção estabelecida pelo Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC), contudo é necessário ter em mente que o Lugar é também uma categoria de análise interna do Espaço, assim cabe inicialmente entender o significado do Espaço. O ponto de partida será, então, as reflexões feitas pelo geógrafo Milton Santos.

Santos definiu Espaço como "um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de objetos e de sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como o quadro único no qual a história se dá" (2008, p. 63). Em outras palavras, a

natureza que existia nos primórdios, com suas coisas naturais, foi sendo transformada ao longo da história, através das ações do homem, pelo Espaço, com objetos fabricados frutos da técnica, cabe então compreender o que são esses sistemas de objetos e esses sistemas de ações. O primeiro, sistemas de objetos, é a transformação das coisas em objetos por meio da sua utilização pelo homem com uma intenção social, portanto, fabricado e manipulado por ele e assim refletindo um determinado momento histórico. Esses objetos, que organizam o Espaço, chamado por Santos de Espaço Geográfico, estão em uma localização contínua e constituem sistemas, pois os grupos humanos os utilizam de modo combinado, podendo seu uso ser funcional e/ou simbólico (SANTOS, 2008, p. 73). Já o sistema de ações, entendido como um ato projetado, é o processo "no qual um agente, mudando alguma coisa, muda a si mesmo" (MORGENSTERN, 1960, *apud* SANTOS, 2008, p. 78). A ação humana ainda seria dividida em três tipos inseparáveis, sendo o agir técnico, ações solicitadas pela técnica; o agir formal, ações sujeitas à forma jurídica, econômica e científica; e, por fim, o agir simbólico, ações emotivas, rituais que são determinadas pela representação e significação (BRAUN e JOERGES, 1992, *apud* SANTOS, 2008, p. 82).

Atualmente, observou Santos, o sistema de objetos está cada vez mais artificial, pois se antes havia a natureza selvagem com seus objetos naturais, agora estes estão sendo substituídos por objetos fabricados. Uma vez que, conforme explicado, o sistema de objetos não está desvinculado do sistema de ações, interagindo entre si, o sistema de ações também passa a ser cada vez mais artificial. Essa interação existente entre os dois sistemas faz com que o Espaço seja dinâmico e se transforme (SANTOS, 2008, p. 63) e faz também com que as ações deem um sentido aos objetos (SANTOS, 2008, p. 86). Ou seja, o Espaço substitui e acumula ações de diferentes gerações, o que muda a significação dos objetos (SANTOS, 2008, p. 103-104). O Espaço é "formado, de um lado, pelo resultado material acumulado das ações humanas através do tempo, e, de outro lado, animado pelas ações atuais que hoje lhe atribuem um dinamismo e uma funcionalidade" (SANTOS, 2008, p. 106). Esse Espaço se transforma pelo processo social que também se cristaliza tanto em formas sociais quanto em configurações espaciais, a isso, Sartre (*apud* SANTOS, 2008, p. 317) chamou de *prático-inerte*, sendo, para Santos, a sua expressão mais acabada o próprio Espaço. As heranças deixadas por esses processos sociais enquanto "forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares" (SANTOS, 2008, p. 140) constituem as *rugosidades*.

Santos (2008, p. 113-128) ainda segue com suas reflexões e compreende também que é necessário que se analise as decorrências da totalidade, entendida como "a realidade em sua

integridade", ou seja, como "o conjunto de todas as coisas e de todos os homem, em sua realidade, isto é, em suas relações, e em seu movimento" (2008, p. 116), no Espaço. A totalidade é uma estrutura dinâmica e sempre incompleta que está em constante movimento, se desfazendo e se refazendo, se tornando outra totalidade, sempre buscando se totalizar. Assim distingue-se a totalidade, que é o resultado, da totalização, que é o processo e que também é o Espaço. Esse é um processo de fragmentação, no qual os seus fragmentos continuam a fazer parte da totalidade, de forma que para conhecer essa totalidade é necessário também refletir sobre a sua divisão. Assim chega-se à sua definição de Lugar:

> A totalidade (que é una) se realiza por impactos seletivos, nos quais algumas de suas possibilidades se tornam realidade. Pessoas, coletividades, classes, empresas, instituições se caracterizam, assim, por tais efeitos de especialização. O mesmo se dá com os lugares, definidos em virtude dos impactos que acolhem. Essa seletividade tanto se dá no nível das formas, como no nível do conteúdo. O movimento da totalidade para existir objetivamente é um movimento dirigido à sua espacialização, que é também particularização. (SANTOS, 2008, p.124-125)

Após essa explanação, é possível se pensar o Espaço como essa totalidade incompleta que está em constante movimento na busca de se totalizar e assim, particularizando-se, o que pode ser definido como Lugar. É importante frisar que o Lugar não é uma parte menor do Espaço, mas sim uma particularidade dele que precisa ser entendida como uma totalidade na totalidade. O Lugar é, portanto, a realidade em movimento, é a sua totalidade e também a sua negação (SILVEIRA, 2003 *apud* DANTAS, 2009, p. 7). Para Santos,

> O lugar é o quadro de uma referência pragmática ao mundo, do qual lhe vêm solicitações e ordens precisas de ações condicionadas, mas é também o teatro insubstituível das paixões humanas, responsáveis, através da ação comunicativa, pelas mais diversas manifestações da espontaneidade e da criatividade. (SANTOS, 2008, p. 322)

A definição de Lugar dada por Santos conjuga a materialidade espacial, as ações pragmáticas e as paixões humanas. A definição de Lugares do INRC ainda incorpora o valor da excepcionalidade para um determinado grupo de pessoas[53]. Contudo para ver as suas especificidades caberá ainda discutir o significado de *Referências Culturais*, que trará um ponto de vista mais plural à abordagem do Bairro da Boa Vista, acrescentando às suas análises históricas e legislativas uma dimensão econômica, cultural, social e simbólica, buscando assim garantir a sua dinamicidade.

[53] "Essa densidade diferenciada quanto a atividades e sentidos abrigados por esses lugares constitui a sua centralidade ou excepcionalidade para a cultura local, atributos que são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas." (INRC, 2000, p. 32)

Aloísio Magalhães perguntaria: “Que referenciais? Quais são esses referenciais? Qual a importância desses referenciais?” (MAGALHÃES, 1997, p.45), a explicação que segue tentará responder a essas perguntas com base nas reflexões do próprio Aloísio Magalhães, da socióloga Maria Cecília Londres Fonseca e do manual do INRC elaborado sob a coordenação do antropólogo Antônio Augusto Arantes Neto. O ponto fundamental na concepção de Referência Cultural é que ela trouxe uma perspectiva antropológica ao entendimento de cultura, deixando de tratá-la como um objeto estático e passando a compreendê-la como um processo dinâmico, complexo e diversificado (CASTRIOTA, 2009, p. 214). Antes, contudo, é necessário ter em mente que pelo menos desde a década de 1960 já se discutia a importância dos Bens Culturais. A *Recomendação de Paris de Obras Públicas ou Privadas*, de 1968, fruto da 15ª Sessão da Conferência Geral da Organização das Nações Unidas, os considerou elementos da presença dos povos, sendo necessário, portanto, preservá-los e valorizá-los. Os Bens Culturais, segundo a *Recomendação*, também contribuem para o bem estar dos povos e para o desenvolvimento social e econômico dos países. (IPHAN. Recomendação de Paris de Obras Públicas ou Privadas, 1968 *apud* CURY (Org.), 2000).

Aloísio Magalhães (1997) fala de Bens Culturais, compreendendo-os como referências dos valores permanentes de uma nação. Esses Bens são dinâmicos e se conformam em modos de ser, costumes, gestos e hábitos. Essa dinamicidade, que é um processo aberto e flexível, possibilita modificações no Bem, garantindo assim a sua continuidade. O Bem Cultural se divide em duas vertentes que, apesar de cada uma ter uma dinâmica específica, interagem entre si, sendo uma a vertente patrimonial e outra a vertente da ação cultural. A vertente patrimonial se refere aos bens mais estáveis que já estão cristalizados em nossa cultura e que devem ser identificados, recuperados, preservados, revitalizados, referenciados e devolvidos a sua comunidade. Já a vertente da ação cultural está ligada a produção, circulação e consumo da cultura, assim são bens mais dinâmicos, móveis e atuais.

Magalhães também viu a possibilidade da incorporação do bem cultural da vertente da ação cultural à vertente patrimonial, quando este adquirir estabilidade e permanência. O Bem Cultural, compreende Magalhães, é o acervo do processo criativo da população que possui um valor permanente e que possibilita o desenvolvimento de uma nação. Ou seja, àqueles bens móveis e imóveis inicialmente valorizados se associam também aqueles outros bens que estão inseridos na vida cotidiana da população e que são expressões de criatividade e de autenticidade, se conformando assim nos Bens Culturais. Essa concepção de Aloísio Magalhães abriu uma nova possibilidade, no qual passava a ser possível valorizar os objetos

inseridos na realidade cotidiana popular como Bens Culturais, reconhecendo a sua dinâmica e sua mutabilidade. Esse entendimento vai balizar as reflexões de Fonseca que seguem.

Cecília Londres Fonseca (2000 *apud* IPHAN, 2000, p. 11-21) compreende as Referências Culturais como sendo um processo de apreensão da ressignificação de práticas sociais e de elementos, fixos ou não, existentes em um determinado lugar e valorizados como marcas características para sujeitos de um determinado grupo através de um processo cultural, distinguindo assim a sua identidade. Esses elementos, na realidade, são suportes materiais que refletem a forma de apropriação e valorização do espaço por um determinado grupo. Uma vez que esses elementos, ou para usar a terminologia de Santos, esses objetos são valorizados por grupos sociais específicos, cabe a eles também identificá-los como representantes da coletividade no qual cada membro se reconhece de alguma forma. Assim, esses sujeitos passam a ser informantes e intérpretes de seu patrimônio cultural, pois para identificar as suas Referências Culturais é necessário compreender as suas representações simbólicas, relacioná-las, sistematizá-las e, por fim, representá-las.

Já de acordo com o manual do INRC (IPHAN, 2000, p. 27-34), as Referências Culturais vão além dos elementos materiais, elas são também as festas, as artes, as formas de expressão, os ofícios e os modos de fazer, também ditos práticas culturais, que tem um sentido diferenciado para a memória e para a vida social da população e que ajudam na construção de uma identidade própria. É importante salientar que as práticas culturais possuem suporte material, de forma que um lugar ou um edifício por vezes passam a representar o modo de vida e as atividades cotidianas de um determinado grupo, por exemplo. Compreendido o significado de Referências Culturais, torna-se claro que os Bens Culturais podem ser edificações, objetos, práticas e também Lugares. Portanto, os Lugares

> São espaços apropriados por práticas e atividades de naturezas variadas (...), tanto cotidianas quanto excepcionais, tanto vernáculas quanto oficiais. Essa densidade diferenciada quanto a atividades e sentidos abrigados por esses lugares constitui a sua centralidade ou excepcionalidade para a cultura local, atributos que são reconhecidos e tematizados em representações simbólicas e narrativas. Do ponto de vista físico, arquitetônico e urbanístico, esses lugares podem ser identificados e delimitados pelos marcos e trajetos desenvolvidos pela população nas atividades que lhes são próprias. Eles podem ser conceituados como lugares focais da vida social de uma localidade. (INRC, 2000, p. 32)

Destarte, para apreender o Bairro da Boa Vista como Lugar é necessário considerar os seus aspectos físicos, o seu processo histórico e também a forma que os sujeitos se apropriam, usam, valorizam e modificam o bairro, construindo assim a sua história concomitantemente com seus edifícios, seus objetos, suas festas e seus costumes. Segundo a definição de Lugar, apenas vista, a sua delimitação é feita pelos marcos e trajetos. Para compreender o que são

esses itens, será utilizada como referência a análise feita por Kevin Lynch (2006) sobre os elementos perceptíveis da cidade: *vias, limites, marcos edificados, pontos nodais* e *bairros*. Compete esclarecer que apesar de Lynch se ater a uma análise física sobre os objetos, ele não nega o seu significado e pressupõe que ele seja reforçado pela forma, afinal a cidade não é um objeto em si mesmo, mas sim o modo como seus habitantes a apreendem (LYNCH, 2006, p. 3), e apesar da apreciação ser das partes de um todo, começando pelas diferenças, Lynch também reconhece que "para examinar a totalidade de um sistema é necessário, antes, lograr a diferenciação e a compreensão de suas partes" (LYNCH, 2006, p. 95), para terminar na reintegração da imagem total.

Assim, as *vias* (LYNCH, 2006, p. 54-69) foram consideradas como os elementos urbanos predominantes onde os outros elementos se organizam e se relacionam e no qual a população ao se locomover habitualmente, ocasionalmente ou potencialmente por elas, observa a cidade. As vias podem adquirir uma maior importância devido a determinadas características, como: pela concentração de determinada atividade ou hábito, como por exemplo, a Rua do Aragão no Bairro da Boa Vista que aglomera o comércio de mobiliário; pelas suas características espaciais, como a Avenida Conde da Boa Vista que se destaca pela sua largura, pelos seus edifícios altos e pela aglomeração de pessoas; pela sua relação com outro elemento, como a Rua da Aurora que segue paralela ao Rio Capibaribe e que funciona também como um limite; pela sua exposição visual (tanto aquilo que se vê a partir dela, quanto o inverso); pelo seu caráter estrutural; pela sua continuidade, como a Rua de Santa Cruz que possui em suas edificações uma tipologia volumétrica e de ocupação contínua; pela qualidade direcional, com destinos e origens claros, como a Rua Velha que vai da Ponte 6 de Março, ou Ponte Velha, até o Pátio de Santa Cruz; entre outros. A interseção entre as vias também deve ser levada em conta, pois é o ponto de decisão. Um conjunto de vias pode ser visto como um sistema, formando uma rede viária, mas para isso é necessário que haja uma relação geral coerente entre elas com alguma regularidade. No desenvolvimento do trabalho, as vias de Kevin Lynch são equiparadas aos trajetos do INRC.

Os *limites* (LYNCH, 2006, p. 69-74) são elementos lineares que determinam fronteiras, podendo ser barreiras penetráveis ou impenetráveis, que rompe uma área, ou costuras no qual as regiões se relacionam. É pertinente ter claro que os limites não são entendidos e nem usados como ruas pelos observadores, eles são referências laterais. A força dos limites vem da sua continuidade, da sua predominância visual e eventualmente da sua intransponibilidade. Não à toa o Rio Capibaribe é lembrado com frequência, como se verá mais adiante. Contudo o limite também pode ser fragmentário, quando abstratamente é

contínuo, mas apenas em alguns pontos é visível; e também fragmentar as áreas. Quando os limites se comportam como costuras, eles acabam unindo áreas distintas; e eles também podem ser vias com qualidades direcionais. Lynch ainda aponta a existência de limites elevados que podem acabar se transformando em pontos de orientação. A importância dos limites está na sua característica organizacional de atribuir unidade as diferentes áreas. Aqui usaremos os limites para tentar determinar a extensão do Bairro da Boa Vista para os sujeitos.

Os *marcos edificados* (LYNCH, 2006, p. 88-92) consistem em pontos externos que podem ser usados como referências radiais, caso estejam distantes, ou como referências para uma direção constante, se estiverem dentro da cidade. A escala dos marcos pode ser variável, sua característica principal é a singularidade que se torna inesquecível no contexto e são mais legíveis quando sua forma se destaca do plano de fundo. O elemento pode se tornar um marco quando ele é visível de diversos lugares; quando ele contrasta com elementos locais vizinhos, variando o seu gabarito e o afastamento; quando ele está situado numa junção e ajude a pessoa a se situar; e quando ele se associa a alguma atividade específica ou a algum fato histórico. Eles refletem a identidade e a estrutura de uma cidade e o seu valor aumenta quando eles estão associados a alguma história, sinal ou significado.

Os *pontos nodais* (LYNCH, 2006, p. 80-87) se configuram como focos estratégicos e intensivos onde os observadores podem entrar e se locomover para ele ou a partir dele. São junções, concentrações de alguma característica, conexões de vias, locais de interrupção de trajeto de importância perceptiva. Essas concentrações, algumas vezes, difundem sua influência tornando-se o foco, a síntese e o símbolo do bairro. Sua forma física nem sempre é clara, podendo ser vaga e indefinida e, como nos bairros, também podem ser introvertidos ou extrovertidos.

Por fim, os *bairros* (LYNCH, 2006, p. 74-80) são regiões bidimensionais de porte médio ou grande, que possuem determinadas características que garantem uma continuidade temática. Neles o observador penetra mentalmente, os reconhece internamente e pode usá-los como referências externas. Contudo nem sempre a sua unidade temática é imediata, uma vez que podem existir algumas semelhanças em diferentes bairros. Um ponto distintivo bastante expressivo se refere às conotações sociais dos bairros, no qual uma determinada classe social ou etnia pode se associar a bairros específicos. A homogeneidade interna de cada bairro passa a ser menos importante quando este se destacou do resto da cidade pela sua unidade temática. Eles podem ser voltados para si mesmos (introvertidos), “com poucas referências que as liguem à cidade ao seu redor” (LYNCH, 2006, p. 79), ou voltados para o espaço circundante (extrovertidos) e suas fronteiras podem ser inexistentes, bem determinadas ou incertas. Aqui a

intenção é compreender a unidade temática que conforma o Bairro da Boa Vista na concepção dos observadores.

Os elementos conformadores da cidade reforçam a identidade do todo com o aprofundamento e o enriquecimento do caráter da cidade ao estruturá-la internamente. Os observadores percebem que os elementos, que não existem isoladamente, se organizam como um todo, sendo interdependentes e havendo uma relativa estabilidade entre as partes desse todo (LYNCH, 2006, p. 93-95).

A transformação da cidade em um verdadeiro Lugar ocorre, acredita Lynch (2006, p. 101-102), quando o cidadão impregna de relações e significados próprios o ambiente claramente identificado e visivelmente organizado, concretizando assim as esperanças, os prazeres e o senso comunitário. Ou seja, o resultado dos desejos e das ações humanas com a estrutura geológica original gera a natureza específica do Lugar (LYNCH, 2006, p. 123), realçando assim as atividades humanas que ali existem e estimulando o "depósito de um traço de memória" (LYNCH, 2006, p. 134).

Portanto, a imagem formada do Lugar é o resultado de um processo que ocorre entre o observador e o seu ambiente, onde o observador seleciona, organiza e dá significado aquilo que ele vê nas especificidades do ambiente. Assim, a imagem pode variar de acordo com cada observador. Contudo, existe uma imagem de grupo, no qual a percepção do Lugar coincide substancialmente entre membros de um mesmo grupo. Essa imagem formada ainda pode ser subdividida em três componentes: identidade, estrutura e significado. A identidade é a identificação e a diferenciação de um objeto reconhecendo o objeto como uma entidade separável. A estrutura é a relação do objeto tanto com o observador quanto com outros objetos. E o significado é também uma relação, mas que se refere ao sentido que o objeto tem para o observador, podendo ser prático ou emocional (LYNCH, 2006, p. 7-9). A essa imagem do grupo chamaremos de memória do grupo, que está entrelaçada, conforme visto, à memória de cada pessoa. Por sua vez a memória do grupo se liga a um domínio ainda mais amplo que é a memória coletiva (HALBWACHS *apud* BOSI, 2004, p. 55). A seguir será visto como a memória coletiva e a memória individual se conformam e se relacionam com o Lugar.

A memória, entendida como uma lembrança que refaz as experiências do passado com imagens e ideias atuais, compreende Halbwachs (2006), é um fenômeno social, no qual a memória individual depende das referências e dos grupos sociais que cada pessoa faz parte para se constituir (BOSI, 2004, p. 54 e HALBWACHS, 2006, p. 41). Assim, quando um sujeito recorda algo, ele recorre às noções e aos dados que são comuns a ele próprio e a outros, mesmo que aparentemente seja a lembrança de um evento no qual ele estivesse

sozinho. Nessa perspectiva, o indivíduo nunca está realmente só, ele se situa sempre em um ou outro grupo. Isso significa que ao lembrar, o sujeito recorre às referências de pessoas de determinado grupo, adotando seu ponto de vista, afinal a lembrança se torna mais confiável e exata quando são agregadas as impressões de outros às suas próprias. A pessoa continua a fazer parte desse grupo quando ela se influencia pelas suas ideias e seus pensamentos. De forma que ao trazer uma parte do grupo em si mesmo, as lembranças do indivíduo passam a ser não só dele, mas de todos os outros, mesmo que esses outros não estejam fisicamente presentes. Nessa linha de pensamento, quando o indivíduo não mais faz parte do grupo e deixa de concordar com a memória dos outros, o reconhecimento e a reconstrução de uma lembrança em uma base comum deixam de ser possíveis e a memória individual acaba sendo suprimida. Portanto é possível dizer que a memória individual é sempre coletiva (HALBWACHS, 2006, p. 29-41), ou ainda, que "cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva" (HALBWACHS, 2006, p. 69).

As condições para que uma lembrança reapareça e seja reconhecida, continua Halbwachs (2006), dependem de determinadas circunstâncias que nem sempre o indivíduo consegue ter o controle. É necessário que, constata ele, o caminho pelo qual o sujeito passou seja refeito para que a memória ressurja:

> (...) reconhecemos muito bem esse lugar e ao mesmo tempo recordamos a disposição de espírito em que estávamos quando o vimos, parece que a lembrança permaneceu, agarrada às fachadas daquelas casas, aguardando ao longo daquela vereda, na borda daquela enseada, nesse rochedo em forma de cadeira – e, quando voltamos a passar por lá, damos uma paradinha e ela retoma em nossa memória um lugar que, sem isso, jamais teria sido ocupado.(HALBWACHS, 2006, p. 53)

A ordem dos objetos localizados em um determinado espaço motiva as percepções da pessoa, contudo essas percepções se restringem apenas a reportar os objetos exteriores. Assim aquilo que favorece o reaparecimento da lembrança é essa localização física que a percepção possibilita. Porém os lugares e os objetos podem também serem evocados sem necessariamente serem revistos. Isso ocorre quando a pessoa pensa intensamente neles a ponto de refazer o caminho em pensamento e recordar os seus detalhes. Essa memória individual evoca os objetos conforme uma lógica de percepção imposta pelo grupo, portanto, a representação das coisas por parte de uma pessoa torna-se também uma maneira de representar coletivamente essas mesmas coisas (HALBWACHS, 2006, p. 52-60).

A localização dos objetos tem também uma relevância psíquica, uma vez que a sua imutabilidade favorece o equilíbrio mental, trazendo assim uma estabilidade, a ponto de Halbwachs acreditar que "as imagens habituais do mundo exterior são partes inseparáveis de

nosso eu" (2006, p. 157), que trazem marcas tanto dos outros quanto de si próprios. Essas imagens espaciais são formadas tanto pela adaptação que o grupo faz no espaço que ocupa quanto pela sua acomodação diante das coisas materiais que existem e que resistem a essas modificações, reverberando na memória coletiva, a ponto das partes ocupadas no espaço corresponderem a diversos aspectos da estrutura e da vida da sociedade, de forma que o significado dos detalhes do lugar passa a ser compreendido apenas pelos membros do grupo. Isso gera uma resistência por parte dos costumes locais do grupo sobre as forças que tendem a transformá-los, de forma a apoiar a memória coletiva nas imagens espaciais. O grupo, portanto, está ligado ao Lugar. Entretanto, é necessário ter claro que além do grupo formado pelas relações sociais que os membros estabelecem por estarem próximos no espaço, existem também outros tipos de formações sociais, como os laços de parentesco, as relações jurídicas, econômicas e religiosas, entre outras, que se superpõem, mas que não tem o propósito aqui de serem detalhadas (HALBWACHS, 2006, p. 157-166).

Retomando tudo o que precede, para apreender o Bairro da Boa Vista enquanto Lugar é necessário primeiro entendê-lo como Espaço onde os sistemas de objetos e os sistemas de ações interagem entre si garantindo assim a sua dinamicidade e a sua funcionalidade. Transpondo isso para o Bairro, é possível pensar na sua própria constituição ao longo do tempo, no qual a intenção social dos seus habitantes transformou a natureza primitiva que ali existia construindo caminhos, edificações, praças, parques, entre outros, que aqui serão chamados de objetos urbanos. Nesses objetos urbanos é possível perceber os diferentes momentos históricos, que foram descritos e compreendidos no primeiro capítulo. Essas mudanças no Espaço foram motivadas pelos seus habitantes que usam os seus objetos tanto de modo funcional quanto simbólico e que acabam modificando também os próprios habitantes. Contudo essa transformação também possibilita a cristalização de certas configurações espaciais que Santos (2008) chamou de *rugosidades* e que nós podemos pensar como sendo os objetos urbanos que permaneceram na Boa Vista e que em algumas vezes foram classificados como Patrimônio Histórico e Artístico através do instrumento legislativo do tombamento. Esse Espaço se conforma em uma totalidade que é uma estrutura dinâmica e incompleta, que está sempre se fragmentando na busca de se totalizar, sendo uma das possibilidades da fragmentação dessa totalidade e que se configura como uma particularidade do Espaço, o Lugar. É possível então compreender que essa cristalização dos processos sociais, entendida como rugosidade que ocorre no Lugar favorece o equilíbrio mental das pessoas e motiva a sua percepção e o consequente reaparecimento das lembranças, formando assim imagens espaciais que repercutem na memória coletiva.

O Lugar, ou melhor, o Bairro da Boa Vista, é composto pela sua materialidade espacial, pelas ações pragmáticas da população, pelas paixões humanas e pelo valor que ele tem para determinados grupos. Assim, para compreendê-lo de forma mais ampla, sem deixar escapar a sua dinâmica, as suas práticas culturais, os seus suportes materiais que distinguem a identidade do Lugar, o caminho escolhido para extrair tais informações foi o de entrevistar informantes de diferentes grupos presentes no bairro associados ao desenho de mapas cognitivos por parte desses entrevistados, conforme se verá no próximo item.

2.2 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO: entrevistas e mapas cognitivos

A opção pela realização de entrevista se deu na compreensão de que “recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós” (HALBWACHS, 2006, p. 29), objetivando a investigação do quadro amplo que demonstre a imagem subjetiva do bairro, através da comparação, diferenciação e relação entre as visões das diferentes categorias. Assim será possível relacionar essas percepções subjetivas à descrição dos elementos históricos e identificar zonas de interesse no bairro.

A escolha inicial dos informantes partiu da definição de duas categorias genéricas distintas: especialistas e não especialistas. A partir daí, essas duas categorias foram subdivididas em função do tipo de vínculo que o entrevistado havia com o bairro. O grupo de especialistas compreendeu os agentes públicos do patrimônio, ou seja, técnicos que trabalham nos diversos órgãos de preservação, pesquisadores e trabalhadores que desenvolveram suas atividades com foco no Bairro da Boa Vista. Já os não especialistas compreenderam aqueles que moram, trabalham e/ou estudam (ou moraram, trabalharam e/ou estudaram) no bairro. Por diversas vezes os perfis se sobrepunham, ou seja, um mesmo informante havia morado e trabalhado no bairro e atualmente era um agente público, ou então ele havia morado, estudado e atualmente trabalhava no bairro, ou ainda, o entrevistado morava no bairro e era agente público do patrimônio, por exemplo.

O tempo de relação dos informantes com o bairro foi um dado computado quando possível, mas não foi excludente na escolha dos mesmos. Esse posicionamento foi tomado ao ponderar que hoje existe uma mobilidade grande das pessoas, a ponto de Santos (2008)

considera a circulação mais criadora do que a própria produção. Ao deixar sua cidade, ou no caso, seu bairro para trás e se dispor a encontrar outro lugar que ele não ajudou a criar, no qual ele desconhece a sua história e não faz parte da sua memória, o indivíduo se aliena. Contudo, quando a pessoa começa a apreender essa nova realidade que a cerca, um novo conhecimento vai se formando e a alienação vai dando espaço à integração e ao entendimento (SANTOS, 2008, p. 327-330). Nesse ponto de vista, o tempo que o informante se relaciona com o bairro passa a ser menos relevante do que o seu vínculo com o Lugar.

> O homem mora talvez menos, ou mora muito menos tempo, mas ele mora: mesmo que ele seja desempregado ou migrante. A "residência", o lugar de trabalho, por mais breve que sejam, são quadros de vida que têm peso na produção do homem. (SANTOS, 2008, p. 328)

As primeiras entrevistas ocorreram em função da proximidade e consequente facilidade de acesso aos entrevistados, isto é, os três primeiros entrevistados (Marcelo Freitas, Maria das Graças e Roberto Imbelloni) são técnicos do IPHAN. Assim era mais simples entrevistá-los, já que eu estava lotada na Superintendência do IPHAN em Pernambuco e existiu ali um convívio diário ao longo de dois anos. Por outro lado, a realização das entrevistas com esses três indivíduos mais próximos foi fundamental para nos apropriarmos e nos sentirmos mais a vontade com a realização das entrevistas.

Porém, apesar deles serem técnicos do IPHAN, a escolha foi balizada em função do longo tempo de relação que eles têm com o bairro, ou seja, são pessoas que antes de serem técnicos, cresceram no bairro e ali desenvolveram um vínculo primeiro de não especialistas. Em seguida, ao longo das próprias entrevistas solicitamos a indicação de outros indivíduos que poderiam informar a respeito do bairro. Por fim, selecionamos os representantes legais dos órgãos de preservação, contatando-se Lorena Veloso da Diretoria de Preservação do Patrimônio Cultural de Recife (DPPC), Frederico Almeida do IPHAN[54] e outras técnicas da FUNDARPE, contudo essas últimas não se mostraram disponíveis.

Assim chegou-se ao número de 13 entrevistas com 14 entrevistados[55], que ocorreram no 1º semestre de 2012. As entrevistas foram elaboradas de modo semiestruturado. O roteiro básico das entrevistas com perguntas padronizadas serviu mais de balizamento para a entrevistadora do que para os próprios entrevistados, assim quando o entrevistado tinha uma

[54] Outros técnicos do IPHAN já haviam sido entrevistados, contudo, dentre eles, o informante Frederico Almeida é o único apenas agente público do patrimônio e o seu discurso se pautou, diferentemente dos outros, nos problemas enfrentados diariamente pela instituição.

[55] Durante a entrevista realizada com a Diretora de Preservação do Patrimônio Cultural, Lorena Veloso, a técnica Maria Cecília Alcântara também participou. Esse foi o único caso em que foram entrevistadas duas pessoas em uma mesma entrevista. Por isso na conta final somam-se 13 entrevistas e 14 entrevistados.

certa eloquência a estratégia empregada foi a de interrompê-lo o menos possível para que ele pudesse colocar as suas impressões sobre o bairro de forma mais natural e menos direcionada possível. Um desses casos foi o da Diretora de Preservação do Patrimônio Cultural da Cidade do Recife, Lorena Veloso, que preferiu discorrer sobre a legislação municipal e os problemas enfrentados no dia a dia pelas agentes públicas de patrimônio, como aprovação de projeto e fiscalização. Nesse roteiro era pedido também para o entrevistado elaborar um mapa cognitivo do bairro, como uma forma de evocar a sua imagem. Contudo quatro entrevistados não executaram tais mapas, por diferentes motivos, de ordem pessoal ou pelo direcionamento que a própria entrevista tomou, abordando outras problemáticas que iam além da imagem espacial do bairro: Sr. Geraldo Falcão, Lorena Veloso, Ana Cecília e Iana Ludermir.

O roteiro das entrevistas (ver Apêndice A) foi elaborado com base na Ficha de Identificação de Lugares do INRC (IPHAN, 2000) e no questionário aplicado por Kevin Lynch (2006) aos habitantes de três cidades americanas: Boston, Jersey City e Los Angeles. Os objetivos de usar essas duas abordagens foram, em primeiro lugar, o de compreender a importância que os entrevistados atribuem ao bairro, as qualidades reconhecidas, as formas de apropriação, as mudanças e as permanências percebidas. E, em segundo, o de apreender os elementos físicos conformadores do bairro com referência aos objetos definidores dos seus limites, aos pontos de referências que ajudam a identificá-lo, aos principais caminhos percorridos e aos seus demais elementos urbanos para, assim, formar um quadro amplo que demonstre a imagem subjetiva do bairro.

As entrevistas foram sempre realizadas em locais fechados, escolhidas sempre em função da preferência dos entrevistados. Assim algumas foram realizadas em suas residências, outras nos seus locais de trabalho, outras dentro do próprio IPHAN e assim por diante. A maioria das entrevistas foram filmadas, contudo algumas delas foram gravadas apenas a voz, em função ou da preferência do entrevistado ou da dificuldade imposta pelo lugar em filmar. Também foi pedido aos informantes que assinassem um *Termo de Autorização de uso de voz, imagem e informações recolhidas no âmbito das ações de pesquisa e documentação* e no qual eles podiam se sentir a vontade para autorizar o uso de informações apenas para este trabalho ou disponibilizá-las para outros fins.

Após a realização das entrevistas, as mesmas foram escutadas novamente e as partes consideradas mais relevantes foram transcritas. Em seguida tais informações foram transferidas para uma tabela, cujas colunas foram definidas em função dos aspectos a serem pesquisados: perfil dos entrevistados (nome, data da entrevista, qualificação, tempo e escolha), apreciação do entrevistado sobre o bairro (importância, fato histórico, qualidades,

população, festejos e manifestações, mudanças, bens tombados e legislação) e elementos físicos do bairro percebidos pelo informante (classificados como marcos edificados e símbolos, trajetos e vias, limites, pontos nodais, bairro).

Os mapas cognitivos geraram outra tabela que identificou todos os objetos urbanos representados por cada entrevistado categorizando-os conforme os elementos perceptíveis do bairro: marcos edificados, vias, limites e pontos nodais. A partir daí foram elaboradas tabelas sínteses para cada subitem das categorias de análise, tanto das entrevistas quanto dos mapas cognitivos. Com essas tabelas em mãos foi possível contabilizar e perceber quais eram as percepções e os elementos do bairro mais recorrentes para os informantes.

Cada elemento perceptível do bairro nas entrevistas gerou um mapa diferente que identificou os objetos urbanos lembrados, sendo usadas cores diferentes dependendo da quantidade de entrevistados que haviam citado tais objetos. Da mesma forma foi feito com os elementos dos mapas cognitivos. Assim chegou-se a oito mapas: vias das entrevistas, vias dos mapas, limites das entrevistas, limites dos mapas, marcos das entrevistas, marcos dos mapas, pontos nodais das entrevistas e pontos nodais dos mapas. Devido à grande quantidade de objetos urbanos, a frequência que os mesmos foram percebidos foi determinada através de percentuais. Considerando que foram 14 pessoas entrevistadas e 10 mapas cognitivos elaborados, a quantidade máxima que um objeto urbano poderia aparecer era de 24 vezes, assim: até 12,5% (1 ou 2 vezes); de 12,5% até 25% (de 3 a 5 vezes); de 25% até 50% (de 6 a 11 vezes) e acima de 50% (de 12 a 24 vezes). Inicialmente, os objetos urbanos que foram considerados como protegidos ou que deveriam ser protegidos pelo poder público passaram pelo mesmo processo de seleção dos elementos urbanos, gerando assim outro mapa: o dos bens protegidos, totalizando, nessa fase, nove mapas elaborados.

A partir daí os mesmos elementos perceptíveis foram somados e os primeiros oito mapas transformaram-se em quatro mapas síntese: vias, limites, marcos edificados e pontos nodais. Com os dados em mãos, os resultados das entrevistas, tabelas e mapas foram identificados e analisados, gerando-se um mapa único da síntese dos elementos urbanos, que serviu de base para a definição da totalidade do Bairro da Boa Vista e para a delimitação de zonas de interesse. Tais resultados finais foram avaliados no capítulo seguinte.

2.3 INFORMAÇÕES EXTRAÍDAS: categorias de análise

2.3.1 O perfil dos informantes

Partindo da identificação de que o Bairro da Boa Vista abriga uma gama de diferentes usos, dividimos os usuários como sujeitos ativos na vida cotidiana do bairro (não especialistas) ou como sujeitos que tem como objeto de suas ações o bairro (especialistas)[56]. Após definir que a memória dos indivíduos é sempre um ponto de vista da memória do grupo do qual ele faz parte, conforme visto previamente, as entrevistas foram agrupadas conforme a classificação dos entrevistados. É importante nunca perder de vista que por diversas vezes essas categorias se sobrepuseram. Como a intenção é que os testemunhos ajudem na identificação e delimitação de uma poligonal de preservação no bairro, conforme já dito, serão recorridas com frequência as citações dos informantes como forma de enfraquecer determinadas suposições ou confirmar os dados extraídos sobre o bairro.

A categoria dos especialistas é entendida como aquela composta por entrevistados que, em função do seu campo de trabalho, possuem um conhecimento e/ou uma prática cotidiana específica sobre o Bairro da Boa Vista, e que desenvolveram assim um olhar crítico acerca dos seus problemas e potencialidades. Essa categoria é formada por agente público do patrimônio, agente público e pesquisador, totalizando oito entrevistados. O agente público do patrimônio se configurou naquelas pessoas que trabalham dentro dos órgãos de preservação nos diversos níveis de poder, sendo duas informantes do órgão municipal (DPPC) e cinco informantes do órgão federal (IPHAN)[57]. O agente público é o informante que trabalha dentro de um órgão de governo, mas que não tem especificamente em suas atribuições a preservação do patrimônio cultural, assim foi entrevistado um técnico do Instituto da Cidade do Recife Engenheiro Pelópidas Silveira[58]. Por fim, o pesquisador é aquele que tem o Bairro da Boa Vista como seu objeto primordial de estudo, de tal modo foi entrevistada uma arquiteta que havia desenvolvido tanto o seu trabalho de graduação quanto o de mestrado sobre o Bairro da Boa Vista com foco nas condições de habitabilidade do seu centro histórico.

---

[56] As categorias dos entrevistados foram definidas com o auxílio da Profª. Drª. Analucia Thompson.

[57] Infelizmente, não foi possível realizar as entrevistas com os agentes públicos lotados no órgão estadual de preservação devido à falta de disponibilidade e tempo dos técnicos contatados.

[58] Vinculado à Secretaria de Controle e Desenvolvimento Urbano e Obras do município, o Instituto Pelópidas Silveira é uma unidade executora que possui, dentre outras, a atribuição de coordenar a implantação do plano diretor, a elaboração de projetos estratégicos e a reabilitação de áreas centrais.

A categoria dos não especialistas se configura por pessoas que vivem cotidianamente ou que em algum momento viveram no bairro, desenvolvendo ali suas práticas sociais, seja como morador, trabalhador ou estudante Assim foram entrevistadas nove pessoas que moram ou já haviam morado no bairro; oito trabalhadores[59] e três ex-estudantes. Conforme já explicado, a maioria dos entrevistados se relaciona com o bairro de mais de uma maneira, de tal modo, dos quatorze indivíduos entrevistados, seis são tanto especialistas quanto moradores, trabalhadores e/ou ex-estudantes. Para compreender melhor a sobreposição de qualificações, verificar a tabela 2.1.

[59] Como o IPHAN está localizado no bairro, os agentes públicos federais do patrimônio foram considerados também trabalhadores.

Tabela 2.1 – Categoria dos informantes[60].

ENTREVISTADOS	CATEGORIAS					
	NÃO ESPECIALISTAS			ESPECIALISTAS		
	MORADOR	TRABALHADOR	ESTUDANTE	AGENTE PÚBLICO DO PATRIMÔNIO	AGENTE PÚBLICO	PESQUISADOR
Marcelo Freitas			Ex-estudante	IPHAN		
Maria das Graças				IPHAN		
Roberto Imbelloni	Ex-morador			IPHAN		
Nelson Figueiredo						
Maria José Neves						
Luiz Costa dos Santos		IPHAN[61]	Ex-estudante			
Geraldo Falcão						
Alexandre Furtado	Ex-morador	FAFIRE[62]	Ex-estudante			
Noé Sérgio Barros	Ex-morador	Ex-trabalhador			Instituto Pelópidas Silveira	
Iana Ludermir		Ex-trabalhadora				
Elenita Rufino				IPHAN		
Lorena Correia Veloso				DPPC		
Maria Cecília Vargas				DPPC		
Frederico Faria Neves				IPHAN		

[60] Durante a entrevista realizada com a Diretora de Preservação do Patrimônio Cultural, Lorena Veloso, a técnica Maria Cecília Alcântara também participou. Esse foi o único caso em que foram entrevistadas duas pessoas em uma mesma entrevista. Por isso na conta final somam-se 13 entrevistas e 14 entrevistados.
[61] O entrevistado Luiz Santos, apesar de ter trabalhado no IPHAN, não foi considerado agente público do patrimônio, mas sim usuário trabalhador pois o tempo trabalhado ali foi como terceirizado e não como técnico.
[62] FAFIRE – Faculdade Frassinetti do Recife

O tempo de relação do indivíduo com o Bairro da Boa Vista não foi um fator preponderante, conforme explicado previamente. Assim havia desde informante que morava e trabalhava no bairro há dois anos, até informante que havia nascido e estudado ali e que atualmente trabalhava no bairro, além de continuar morando há cerca de 50 anos. Foi possível observar nas entrevistas que o fato do indivíduo ter uma relação de longa data com o bairro não significava necessariamente que ele o valorizasse enquanto Lugar passível de preservação. Assim, Maria José, uma senhora aposentada que mora no bairro há mais de 30 anos, disse: *"Não [acho que deveria proteger outras casas, outros prédios aqui na Boa Vista] (...) O resto pode botar no chão."* (NEVES, 2012). Por outro lado, Elenita, uma arqueóloga moradora há dois anos no bairro, considera a sua importância:

> *A Rua Nova mereceria uma atenção, por essa carga histórica que ela tem. (...) Eu acho que esse trecho Rua Velha e Pátio de Santa Cruz deveria ter uma atençãozinha mais específica. Agora tombar eu não sei se é o caso, mas acho que uma atenção mais acentuada.* (RUFINO, 2012)

O que determinou a escolha das pessoas a se relacionarem com o bairro, de uma das maneiras vistas, variava bastante. Contudo, a questão da sua localização, sendo considerado "próximo de tudo" foi o motivo mais citado: *"Você quer ir para Boa Viagem é um salto, quer ir para Olinda é um salto. Um salto que eu digo é a metade. (...) É um salto para a cidade, né? Não precisa nem usar o carro, vai de ônibus."* (FIGUEIREDO, 2012). Outro ponto também relevante na escolha da Boa Vista foi o trânsito, tanto ao escolher morar perto do trabalho para fugir do trânsito, quanto escolher mudar do bairro para escapar do movimento: *"O que fez com que eu deixasse de gostar desse local foi justamente isso. O movimento da rua, o trânsito da rua, isso foi muito movimentada, muito movimento de carros."* (IMBELLONI, 2012). Em menor proporção, mas as justificativas que também apareceram foram as considerações sobre o histórico do bairro, a sua agitação, a facilidade de serviços ali encontrado, a sua centralidade como motivadores para o envolvimento dos entrevistados com o bairro e o fato do trabalho estar localizado no bairro*: "Não, eu acho que eu não escolhi um bairro. (...) Eu não acho que foi uma escolha. Na realidade é um trabalho que me colocaram e a gente tenta atender a demanda necessária."* (ALMEIDA, 2012). Outros pontos lembrados apenas uma vez foram a sua segurança, o seu charme e o preço atrativo que o bairro oferece.

> *Boa Vista (...) me fascina aquele espaço, aquela ambiência, sei lá, impregnada de história, e por conveniência, por gostar, sei lá. (...) A gente tinha o escritório lá e trabalhava na URBE e era perto. Então tinha a questão da proximidade, tinha a questão do charme, tinha a questão do preço também, que era bem mais barato. E tinha essa coisa, padaria na esquina. Tinha realmente a coisa de gostar daquele ambiente.* (BARROS, 2012)

2.3.2 Percepção dos informantes sobre o bairro

Após identificar os informantes e as suas qualificações, cabe agora verificar quais foram as considerações tecidas sobre o modo de vida e as atividades cotidianas que se desenvolvem no Bairro da Boa Vista, assim como as suas mudanças percebidas, as suas histórias conhecidas e a sua população reconhecida. Ou seja, como esses indivíduos veem, apreendem, conhecem, identificam, valorizam e distinguem o bairro. Para tanto, foram analisados sete itens distintos que serão pormenorizados a seguir.

Os *fatos históricos* do bairro mais lembrados se referem às transformações urbanas nele ocorridas, como a substituição de casas residenciais, térreas e recuadas com jardim na frente por edifícios; a mudança de uso de algumas edificações; a decadência de alguns tipos de transporte coletivo como o bonde, a maxambomba e o ônibus elétrico; a construção das pontes; os aterros que aumentaram a área do bairro e os projetos elaborados por parte do poder público. Outro ponto bastante citado foi em relação à presença de migrantes, desde aquelas pessoas vindas do interior do estado em época mais recente, até aqueles vindos em outros períodos da Europa como judeus, portugueses, italianos e franceses.

> *(...) você imaginar que naquelas ruas [do Bairro da Boa Vista] as pessoas [os judeus] falavam, as pessoas tinham o direito de falar a língua delas que era o iídiche, sabe? Ou então que tinham o direito de circular por ali com as próprias roupas que os judeus usavam, (...) mantendo os costumes e os hábitos. (...) Ai você imagina assim porque era o único lugar onde eles tinham essa oportunidade, né?* (BERNARDINO, 2012)

Além dos migrantes anônimos também foi observado a presença de algumas pessoas conhecidas que se estabeleceram no Bairro da Boa Vista, como o Frei Caneca, o abolicionista Joaquim Nabuco, o escritor e embaixador Oliveira Lima, o poeta Manuel Bandeira, a escritora Clarice Lispector e o arquiteto Acácio Gil Borsói.

Os *eventos relativos ao cotidiano* da população foram também apontados pelos entrevistados, sendo lembradas as idas à Sorveteria Guemba, ao Cinema São Luiz e ao Cinema da Soledade, a loja de discos Rozenblit, a boate localizada no Edifício Novo Recife; o banho no Rio Capibaribe; as festas religiosas e o parque de diversões no Pátio de Santa Cruz; e os estudantes dos tradicionais colégios. Além das pensões que abrigavam os migrantes e do Bar Escritório localizado no Mercado da Boa Vista que servia de reduto político, ficando conhecido inclusive como “Nova Moscouzinha do Recife”. Assim como também os

problemas enfrentados no bairro como os alagamentos, a falta de iluminação, a falta de saneamento e de segurança.

As *mudanças* ocorridas no bairro percebidas pelos informantes se reportam majoritariamente à transformação da rua com o aumento exponencial do tráfego de automóveis, implantação do corredor exclusivo de ônibus nas faixas centrais da Av. Conde da Boa Vista, circulação de linhas de ônibus em ruas estreitas que colocam em risco o conjunto de edificações mais antigas, perda do seu perfil habitacional para se tornar um lugar de passagem e a melhoria na iluminação pública. Esse incremento no movimento traz uma insatisfação grande para os moradores, *"de uns anos para cá, de uns 4, 5 anos, piorou (...) o trânsito. Essa Conde da Boa Vista atrapalha a vida da gente."* (FIGUEIREDO, 2012), em oposição a outros usuários, que acreditam *"que ficou mais organizado. (...) Em termo de organização do espaço urbano, de configuração, até de estética mesmo (...) ficou mais organizado. E eu acho que até ficou mais viável para quem pega ônibus."* (SANTOS, 2012). A transformação dos usos também foi bastante percebida, as residências deram lugar ao comércio e aos serviços e vários colégios tradicionais fecharam. Maria das Graças (2012) inclusive atribuiu a evasão dos moradores à implantação do corredor de ônibus e ao trânsito caótico. Já Alexandre (2012) contabilizou:

> *As escolas, boa parte das escolas privadas, particulares, eram no centro (...) por exemplo, o Marista, Colégio Marista, que não existe mais, hoje é uma loja; o Colégio Nóbrega, tradicionalíssimo também fechou; o Colégio Nossa Senhora do Carmo que também fechou; o Pinto Júnior que era uma escola de formação de professores, se eu não me engano também fechou.* (CORRÊA, 2012)

Iana (2012) observou ainda a problemática em se mudar o uso residencial por usos inadequados que degradam ainda mais o lugar:

> *Ai você vê uma degradação assim, que aquilo dali não é mais percebido como habitacional e porque não é habitacional vai se transformando o uso do solo e porque se transformou é menos ainda percebido como habitacional. Um negócio assim, uma bola de neve. Ai hoje, por exemplo, tem muito depósito de carcaça de geladeira, concerto de ar condicionado, depósito de botijão de água e botijão de gás, depósito de material reciclável. Ou seja, o povo pega um imóvel histórico belíssimo de dois andares e recolhe o papelão velho, as latas velhas do bairro inteiro e armazena ali. Teve uma das casas até que desabou na Rua da Glória, tu soubesse? (...) O ano passado um pavimento de uma casa na Rua da Glória que era depósito de material reciclável, lixo, né? Porque não tem nome bonito para dizer, né? Caiu, despencou, ai a casa já fica totalmente prejudicada porque é exatamente o pavimento que faz a amarra das empenas, ai os imóveis do lado tiveram que ser evacuados.* (BERNARDINO, 2012)

Contudo Lorena (2012), após a elaboração do diagnóstico por parte da prefeitura na Rua da Glória, aprofunda ainda mais a reflexão e chega a uma conclusão diferente daquela colocada por Iana,

> *(...) que não é a manutenção do uso residencial que assegura a preservação de bens. Porque o uso residencial também modifica, por quê? Porque ele pede puxadinho, né? Cansou de fazer pintura todo ano, às vezes ele coloca uma cerâmica horrível lá na frente. Então assim, não assegura. Porque a gente sempre disse assim: "ah, é porque o prédio é descaracterizado diariamente por conta do uso comercial". Não é bem assim, pelo diagnóstico a gente concluiu que não. Não é o uso residencial que vai assegurar coisa alguma. Na verdade não é o uso, é o mau uso que não preserva.* (VELOSO, 2012)

Essa substituição de uso observada trouxe a verticalização com a substituição de antigas edificações por novas construções, o que Frederico (2012) chamou de "cultura da renovação", exceto pelas áreas de proteção, as ZEPHs, onde as mudanças foram mais sutis e menos perceptíveis (FREITAS, 2012).

A *importância* atribuída ao bairro pelos entrevistados foi outro item computado. Assim a antiguidade evocada ao considerar o bairro como a origem da cidade para muitos, juntamente com os Bairros do Recife, de Santo Antônio e São José, foi o ponto mais citado: *"Acho que só pelo fato de ser um dos [bairros] mais antigos, só isso faz com que ele seja um bairro importante."* (IMBELLONI, 2012). Ou ainda como local de expansão nos primórdios da cidade:

> *Ele [o Bairro da Boa Vista] faz parte da evolução da cidade, desde o Bairro do Recife. Ele foi crescendo entre rios, né? Foram atravessando rios, ou pelo menos aquelas ilhas. Então eu considero que aqui seria a terceira etapa da evolução urbana do Recife. Primeiro, Bairro do Recife. Segundo, Bairro São José e Santo Antônio. Depois, Bairro da Boa Vista como terceira zona de expansão.* (ALMEIDA, 2012)

A concentração de determinados usos também foi um fator lembrado que confere importância ao bairro, sendo considerado como polo comercial, de serviços e cultural: *"Eu sou de uma geração que ia-se ao centro, e aqui no Recife se chama 'eu ia à cidade, ao centro da cidade' para estudar, para fazer compras, para levar uma carta ao correio, para receber alguma coisa que chegava."* (CORRÊA, 2012). O bairro também é considerado importante pela sua centralidade, por possuir referências e por ser ele próprio uma referência, Iana (2012) chega até mesmo a colocá-lo como centro do Estado de Pernambuco e como marco de progresso, já Maria das Graças (2012) exalta o seu pioneirismo na educação, na saúde, no comércio e nas pontes como pontos de referências e Luiz (2012) o compreende como um local que ao mesmo tempo é central, é também um lugar de transição: *"É um bairro, eu acredito que seja um bairro de transição mesmo, até por conta de ser no centro, né? Um bairro central. Mas essa característica de transição eu acredito que não vai se perder".*

Os principais *atributos* do bairro citado voltam à questão da rua, sendo apontada como um lugar barulhento, de tráfego intenso, com fuligem e fumaça e onde as calçadas são

privatizadas, elas *“são de todos menos do pedestre. Você tem gente dormindo, você tem gente morando, você tem gente comercializando, você tem automóveis sobre a calçada”* (RUFINO, 2012). A degradação do espaço também foi observada por Luiz (2012), com atenção especial na Rua da Aurora e seus edifícios, sendo questionado o porquê de, ao longo dos anos, ninguém fazer nada e se sente triste ao ver a decadência de algumas edificações aumentar cada vez mais. Alexandre se incomoda com o esvaziamento e a escuridão da Praça Chora Menino e da Rua do Progresso, que acabaram se tornando lugares perigosos, e também vê um rastro de abandono por parte do poder público que não investe em políticas públicas de conservação. O Parque 13 de Maio e a Avenida Mário Melo também foram outros locais considerados perigosos (FIGUEIREDO, 2012).

Contudo, nem apenas de aspectos ruins vive o bairro, várias qualidades também foram atribuídas a ele. A arquitetura encontrada no bairro é um dos pontos exaltados, as várias tipologias ali encontradas que vão desde edificações mais antigas, com casas de porta e janela e palacetes, até construções mais recentes. *"Como caracterizar o Bairro da Boa Vista? Nossa, poderia ser, assim, uma interseção, uma construção entre edifício, prédios e casas, um sobradinho acabado e outro que serve para (...) estacionamento de carros é o que você encontra."* (CORRÊA, 2012).

O Bairro da Boa Vista também foi associado ao lazer, onde os estudantes se reúnem no gramadinho da Universidade Católica e na Rua do Lazer (SANTOS, 2012); as pessoas vão até o Mercado da Boa Vista para, além de fazer suas compras, escutar chorinho e frevo no carnaval (CORRÊA, 2012); e as crianças brincam na rua sob o olhar dos adultos que colocam suas cadeiras na calçada (BARROS, 2012). Freitas ainda se lembrou da poesia dos nomes de suas ruas, *"as ruas são muito poéticas, do lado de cá você tem Saudade, Soledade, União..."* (FREITAS, 2012).

A *população* do bairro percebida pelos entrevistados é muito diversificada. Muitos notaram que várias famílias saíram do bairro para irem morar em outros locais, contudo ainda existem famílias que moram ali. A Boa Vista também sempre acolheu os migrantes, como já dito anteriormente, da mesma forma que hoje acolhe a comunidade GLBTS e outros grupos culturais, como os hippies e os góticos, *“então tem essa característica também de você ser hippie, de você ser gótico, de você ser gay, de você ser matuto e de você não encontrar lugar nenhum na cidade que você se sente bem e você se sente bem ali"* (BERNARDINO, 2012). Também foram identificadas no bairro pessoas que moram sozinhas, casais, estudantes e trabalhadores. Os entrevistados também sempre associaram o bairro a uma classe média e baixa. Cabe ressaltar que a intenção aqui era fazer um quadro amplo de como os informantes

percebem o bairro, inclusive com a identificação de sua população, assim as informações apenas citadas não têm a pretensão de serem tão precisas quanto o censo elaborado pelo IBGE.

O bairro também foi associado a algumas *manifestações culturais*, sendo a principal delas o carnaval que ao longo do tempo foi mudando de locais dentro do bairro e atualmente tem como principal ponto o Pátio de Santa Cruz. Dentro do carnaval foram lembradas as saídas das La Ursas, os blocos carnavalescos, as orquestras de frevo, os desfiles das agremiações e o corso. As festas católicas também foram bastante citadas, como as procissões, a festa de São João, as missas de Natal e a antiga festa de Santana, que ocorria também no Pátio de Santa Cruz e onde se montavam um parque de diversões. Também não foram deixadas para trás as lembranças de quando ocorriam os desfiles de 07 de Setembro. Por fim, foram também citadas as manifestações políticas e o comércio informal, que foi entendido como uma questão cultural. *"Lógico, tem toda uma questão de comércio informal, de organização, de caos. Mas por outro lado tem também toda uma questão cultural, que é o patrimônio imaterial que é que assegura a vida. Essa pulsação que existe aqui no centro da cidade."* (VELOSO, 2012).

Finalmente, também se buscou saber quais eram, segundo os entrevistados, os *bens* que eles reconheciam como sendo protegidos e quais outros que na opinião deles deveriam ser protegidos. Assim se chegou a uma lista bem variada encabeçada pela Igreja Matriz da Boa Vista, contudo é possível observar uma concentração significativa de edificações ou conjunto de edificações nas proximidades do Pátio de Santa Cruz e da Praça Maciel Pinheiro, que é a parte primitiva do bairro, conforme visto no primeiro capítulo, além de três das quatro pontes que ligam o Bairro da Boa Vista ao Bairro de Santo Antônio[63].

Tabela 2.2 – Bens protegidos segundo os entrevistados

Nº	QUANT.	BENS PROTEGIDOS	Nº	QUANT.	BENS PROTEGIDOS
01	05	Matriz da Boa Vista ✱ ⁂[1]	17	02	Casa Clarice Lispector ⁂[1]
02	04	Igreja de São Gonçalo ✱ ⁂[1]	18	02	Casa Oliveira Lima ✱ ⁂[6]
03	04	Instituto Psiquiátrico	19	01	Hospital Pedro II
04	03	Rua Velha ⁂[1]	20	01	Ginásio Pernambucano ✱ ⁂[7]
05	03	Igreja de Santa Cruz ⁂[1]	21	01	Ponte Velha
06	03	Igreja Rosário da Boa Vista ⁂[1]	22	01	Rua de Santa Cruz ⁂[1]
07	03	Teatro do Parque ⁂[2]	23	01	Rua da Matriz ⁂[1]
08	03	Palácio da Soledade ✱ ⁂[3]	24	01	Colégio Marista

[63] Confrontar mapa 2.1 e tabela 2.2 referentes aos bens protegidos segundo os entrevistados.

Nº	QUANT.	BENS PROTEGIDOS	Nº	QUANT.	BENS PROTEGIDOS
09	02	Igreja das Fronteiras ✱ ⁂[4]	25	01	Secretaria de Saúde do Estado
10	02	Casa de Joaquim Nabuco ✱ ⁂[1]	26	01	Ponte Duarte Coelho
11	02	IAHG PE	27	01	Praça Maciel Pinheiro ⁂[1]
12	02	Escola Manoel Borba ◗ ⁂[1]	28	01	Colégio Salesiano ⁂[8]
13	02	Cinema São Luís •	29	01	Livrarias
14	02	Ponte da Boa Vista ✖	30	01	Casas Natais
15	02	Mercado da Boa Vista ⁂[1]	31	01	Pátio de Santa Cruz ⁂[1]
16	02	Faculdade de Direito ✱ ⁂[5]	32	01	Casa Manuel Bandeira ✖ • ⁂[9]

✱ – Edifício tombado isoladamente pelo IPHAN
✖ – Edifício com processo de tombamento sobrestado pelo IPHAN
• – Edifício tombado pela FUNDARPE
◗ – Edifício provisoriamente tombado pela FUNDARPE
⁂ – Proteção municipal
1– Localizado na SPR-1 da ZEPH 8.1
2 – Localizado na SPA-2 da ZEPH 8.1 e também é um Imóvel de Preservação segundo o Plano Específico da Boa Vista
3 – Localizado na SPR-1 da ZEPH 25
4 – Localizado na SPR da ZEPH 20
5 – Localizado na SPR da ZEPH 17
6 – Localizado na SPR-2 da ZEPH 25
7 – Localizado na SPR da ZEPH 8.3
8 – Imóvel de Proteção de Área Verde (IPAV)
9 – Localizado na SPA da ZEPH 8.3 e também é um Imóvel de Preservação segundo o Plano Específico da Boa Vista

Nota-se também a presença considerável das igrejas católicas que muitas vezes são reconhecidas como bens tombados, mesmo sem ser: *"Outro bem tombado na Boa Vista é a Igreja de Santa Cruz, a Matriz da Boa Vista, o Rosário da Boa Vista, que agora não me recordo se ela é tombada a nível estadual ou federal, que é próxima também uma da outra."* (SANTOS, 2012).

Alguns dos entrevistados que se encaixam na categoria de especialistas teceram comentários a respeito da legislação. Eles conhecem a existência das leis preservacionistas no Recife, que foram vistas no capítulo anterior, e reconhecem o estado de degradação do bairro, contudo os seus pontos de vista são divergentes. Assim, enquanto que para Noé Sérgio (2012) o problema maior não era a lei em si, mas sim a falta de vontade política de fazê-la cumprir. Para Lorena (2012) a lei *"precisa ser atualizada do ponto de vista legal, dos parâmetros da própria lei, os parâmetros técnicos que a gente tem do imóvel, [a gente] fica completamente sem referência."* (VELOSO, 2012). Essa falta de parâmetros claros acaba por tratar a preservação de modo subjetivo, no sentido de que acaba ficando na mão do técnico que analisa os projetos a definição daquilo que é permitido ou não. Uma forma de amenizar isso encontrada pela diretoria de preservação da prefeitura foi o estabelecimento de um colegiado interno que faz uma análise em conjunto dos projetos tentando manter uma unidade de

pensamento. Contudo, mesmo quando existe a definição clara de parâmetros, conforme foi estabelecido no Plano Específico da Boa Vista, outros problemas surgem: o departamento jurídico da prefeitura determinou que os projetos dos imóveis que se encontram situados nas SPAs da Boa Vista não fossem encaminhados à DPPC, podendo ser analisados apenas pela 1ª Regional, exatamente porque ali existem os parâmetros previstos em lei. Outro artifício encontrado pela DPPC de se fazer cumprir a lei foi associar a lei de preservação a outras leis, como a de publicidade. Assim, para o proprietário legalizar a publicidade de seu imóvel, a DPPC pede também que ele retire elementos discrepantes da fachada das edificações situadas nos setores de preservação, como os condensadores de ar condicionado (VELOSO, 2012).

Frederico (2012) perspicazmente observou que as áreas mais degradadas do bairro são exatamente aquelas de preservação e que, portanto, a imposição de lei não tem sido suficiente, sendo necessário o estabelecimento de outras ações, inclusive a conscientização da população. Algumas dificuldades decorrentes do tombamento também foram apontadas pelos agentes públicos do patrimônio e pela pesquisadora entrevistada, como o custo mais alto de manutenção de um imóvel histórico, entre outros:

> *(...) ah, é muito fácil tombar Olinda, tombar Igarassu. Não tem nenhum ônibus Mustardinha passando por aquela rua, não tem nenhum caminhão de gás passando e você, como é que você vai impedir, por exemplo que uma Rua Velha você passe 18 linhas de transporte de ônibus metropolitano: Bongi, Mustardinha, provenientes de qualquer parte da cidade para passar por ali. Então assim, tem uma dinâmica urbana, aquilo dali é uma peça importante para o Centro de Recife. Está no centro do Estado de Pernambuco, então tem uma população flutuante gigantesca e não adianta você tratar aquilo dali da forma como você tombaria qualquer outra parte, entendeu?* (BERNARDINO, 2012)

Já Frederico (2012) apontou o problema em se tratar as áreas de entorno de bens tombados como se fossem áreas tombadas, requisitando as mesmas minúcias de detalhes de uma edificação tombada para um edifício localizado no entorno, afinal *"o que a gente tá querendo preservar de fato é aquele casario, então a gente deve tombar e não a gente ficar colocando aquilo como ambiência"* (ALMEIDA, 2012). Outra questão relativa ao entorno também lembrada foi a dificuldade maior em conter a pressão imobiliária sobre uma edificação que muitas vezes está um pouco mais distante do bem tombado isoladamente. Inclusive Noé Sérgio (2012) relatou um episódio que ilustra bem a preocupação de Frederico, no qual uma procuradora autorizou a construção de um prédio de 27 andares, localizado no Setor de Preservação Ambiental, na mesma quadra do casario histórico da Rua de Santa Cruz.

Nas entrevistas foi também possível perceber o posicionamento algumas vezes conflituoso entre as diferentes esferas de poder. A forma encontrada pela Diretora de

Preservação da Prefeitura do Recife para fiscalizar as obras irregulares foi encaminhar comunicados de irregularidade para o IPHAN:

> *A gente atualmente tem conseguido vistoriar de forma tal que a gente tem encaminhado comunicado de irregularidade. (...) A gente resolveu mandar comunicado de irregularidade, porque assim, a gente percebe que as pessoas, elas vão, talvez tenham a necessidade de tomar uma atitude de algo que elas já sabem a muito tempo, né? Eu acho que é isso que está acontecendo agora. Enfim, o que eu faço com esse comunicado de irregularidade? Tramita, né? Porque com um órgão federal, você tem condições de tramitar. (...) A gente dentro da Prefeitura, a gente não multa. A DIRCON*[64] *tem notificação, então se você pegar todos eles, todos eles têm notificação. (...) O que a gente tem que entender é que não adiantava só você ligar para o fiscal para você reclamar do processo. A gente percebeu que a gente tinha que oficializar para que o fiscal vá lá baseado naquilo que você verificou. Ele constatando aquilo que você verificou, ele notifique (...). Aquilo vai desencadear um processo ou não.* (VELOSO, 2012)

Para o Superintendente do IPHAN em Pernambuco, essa forma de atuar da DPPC é vista com um pouco de reserva:

> *A própria legislação, a Constituição Federal, fala que os poderes são concorrentes e que cada um tem seu papel. O papel fundamental do município, da legislação municipal é a Lei de Uso do Solo, ou seja, ele que tem que definir e fazer o controle urbano. O IPHAN entra ai na história, na questão da preservação como mais um reforço. Mas essa relação, eu vejo, como uma relação que a própria prefeitura usa o IPHAN como instrumento para não fazer o papel dela. Eu acho que ele usa o IPHAN como um escudo e não como um parceiro. É uma relação meio complexa.* (ALMEIDA, 2012)

E outras vezes convergentes, como em relação ao aumento descuidado de pedidos de tombamentos. Frederico concorda em preservar a Boa Vista, mas a sua preocupação *"é a gente abrir muito o leque de tombamento de Recife e não fechar"* (ALMEIDA, 2012). Da mesma forma que Lorena (2012) não concorda que o IPHAN aumente a área de entorno e acredita que para preservar é necessário ter parâmetros claros e que se pense também na renovação: *"eu não posso dizer que eu não posso ter nenhum tipo de intervenção, eu acho complicado. (...) A gente precisa saber ganhar e saber perder, se não, não vai para lugar nenhum."* (VELOSO, 2012).

O abandono do Bairro da Boa Vista por parte do poder público também foi abordado. Para Frederico (2012) o poder municipal deveria ser o grande responsável pela manutenção do centro histórico do bairro pelo fato de ali haver uma legislação preservacionista municipal. Contudo, não existe uma política de preservação que pense o bairro como um conjunto e ele acredita que o desabamento de uma edificação da Rua Velha foi o motor para alguma ação da prefeitura. Já Lorena acredita que uma linha de financiamento federal de imóveis privados,

[64] DIRCON – Diretoria de Controle Urbano do Recife.

como o do *Projeto Monumenta* que ficou restrita ao Bairro do Recife, associado a investimentos da prefeitura poderia servir de incentivo para que os proprietários começassem a investir em seus imóveis. Afinal, *"(...) porque você vai cobrar de um cidadão que, coitado, que ele tem que fazer uma fiscalização na sua casa porque tá caindo o imóvel dele e eu não dou nada de contrapartida a esse cidadão."* (VELOSO, 2012). Frederico (2012) acredita também que a revitalização do Bairro do Recife pode reverberar para outros bairros, inclusive para o Bairro da Boa Vista que é um dos acessos para se chegar ao Bairro do Recife.

2.3.3 Elementos físicos urbanos: análise das entrevistas e dos mapas cognitivos

Cabe agora construir a imagem do bairro percebida pelos entrevistados. Assim, conforme explicado na fundamentação teórica, serão utilizados como referência os elementos elencados por Lynch (2006) previamente definidos: *vias, limites, marcos, pontos nodais* e *bairro.* Para isso serão confrontadas as informações retiradas tanto das entrevistas quanto dos mapas cognitivos elaborados pelos informantes. É pertinente notar que de forma geral durante as entrevistas os informantes listavam mais objetos urbanos do que ao desenharem o mapa cognitivo.

A *via* mais lembrada no Bairro da Boa Vista[65], nas entrevistas e nos mapas cognitivos, foi a Avenida Conde da Boa Vista. Ela aparece recorrentemente como parte de um trajeto; uma forma de se chegar a diversos pontos do bairro, como o Mercado da Boa Vista e o Shopping da Boa Vista; como a "porta de entrada" do bairro (SANTOS, 2012); como o lugar de passagem dos corsos carnavalescos (CORRÊA, 2012); como o ponto de partida para percorrer a periferia da Boa Vista (RUFINO, 2012); pela concentração de serviços e comércio (ALMEIDA, 2012); e pela sua característica de ser considerada a mais larga do bairro (NEVES, 2012). Nos dez mapas cognitivos elaborados, a avenida aparece em sete deles (ver ilustrações 2.1, 2.2, 2.3, 2.4 e 2.6), sendo que em cinco como elemento central e articulador, em um como elemento periférico e em um como uma via transversal tal qual a Rua do Riachuelo e a Rua Velha.

A *via* que aparece em segundo lugar é a Rua da Imperatriz. Ela foi identificada pela sua qualidade direcional, que liga a Praça Maciel Pinheiro à Rua da Aurora (FREITAS,

[65] Confrontar mapas 2.2 e 2.3 referentes às vias.

2012); como uma continuidade da Av. Manoel Borba (IMBELLONI, 2012); pela sua concentração de comércio (SANTOS, 2012); e como local histórico, onde está a casa que nasceu Joaquim Nabuco (SANTOS, 2012). A Rua da Imperatriz aparece em cinco mapas cognitivos, sendo que em três deles como uma continuação da Ponte da Boa Vista (ver ilustrações 2.1, 2.2, 2.3, 2.5 e 2.6).

Em seguida aparece a Rua Velha, lembrada pela sua qualidade direcional, que chega à Ponte Velha (NEVES, 2012 e BARROS, 2012); e como parte de um trajeto (CORRÊA, 2012). Ela foi desenhada em quatro mapas cognitivos diversos, sendo que em todos eles, a via liga a rua que beira o Rio Capibaribe, algumas vezes identificada como Rua da Aurora, outras como Cais José Mariano, até o Pátio de Santa Cruz e em três como uma continuação da Ponte Velha (ver ilustrações 2.2, 2.3, 2.5, 2.6 e 2.7).

A partir daí as vias lembradas passam a ser bastante diversificadas. No total foram lembradas 47 vias. Nas entrevistas foram citadas 39 delas, sendo principalmente algumas ruas perpendiculares à Avenida Conde da Boa Vista, como a Rua da Aurora, a Rua do Hospício e a Rua Gervásio Pires; e outras localizadas entre a Avenida Conde da Boa Vista e a Rua Visconde de Goiana, como a Avenida Manoel Borba, a Rua José de Alencar e a Rua de Santa Cruz. De forma geral, as vias foram associadas à locomoção, à direção, à continuação de outras vias; foram lembradas pela sua qualidade espacial, pela concentração de determinada atividade; e foram relacionadas a outros elementos, como a Praça Maciel Pinheiro, a tipologia e os ornamentos das edificações. Já nos mapas cognitivos somaram-se 35 vias desenhadas. Elas foram predominantes nos desenhos, apareceram como articuladoras entre os outros elementos do bairro e em pelo menos cinco mapas ficou claro a conformação de um sistema viário.

O Rio Capibaribe foi o *limite* mais lembrado por todos os informantes[66]. O Rio desempenha o papel de limite geográfico que se torna transponível através de suas quatro pontes, que são costuras que unem bairros distintos e que também foram lembradas como limites, mas em menor proporção. Apresenta uma continuidade que permitiu ser lembrado também como um limite ao sul do bairro, apesar de na maioria das vezes ter sido lembrado como um limite a leste. Nos mapas cognitivos ele foi representado por oito indivíduos (ver ilustrações 2.1, 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7), sendo que em cinco deles o Rio está na margem da folha e não há indicação do que haja na sua borda oposta e nas outras três representações ele aparece separando o Bairro da Boa Vista do Bairro de Santo Antônio que se conectam pelas pontes.

[66] Confrontar mapas 2.4 e 2.5 referentes aos limites.

O segundo *limite* mais citado foi a Avenida Agamenon Magalhães, que confina o bairro a oeste, seguido pelo Bairro do Derby que também está a oeste. Nos mapas cognitivos a Avenida Agamenon Magalhães (ver ilustrações 2.1 e 2.4) aparece em cinco deles e o Bairro do Derby em três. A avenida está sempre representada como sendo paralela ao rio e sendo ladeada pelo Derby. O ponto principal de se notar nos *limites* do bairro é que enquanto a leste e a oeste eles parecem bem definidos, a norte e a sul eles são bastante difusos e pouco claros, aparecendo uma gama considerável de dados diversos e chegando-se a somatória de 44 *limites* informados. A continuidade presente tanto no Rio Capibaribe quanto na Avenida Agamenon Magalhães reforça a percepção deles como *limites*, conforme visto. Isso vem a corroborar com a percepção inicial, relatada no primeiro capítulo, da falta de clareza na delimitação do Bairro da Boa Vista.

O elemento urbano dos *marcos edificados* agregou o maior número de elementos, totalizando 103 lembrados nos mapas cognitivos e nas entrevistas[67]. O elemento mais citado foi a Igreja Matriz da Boa Vista, coincidindo como o bem protegido mais lembrado, seguida pelo Palácio da Soledade e pelo Mercado da Boa Vista. A lembrança da Matriz estava sempre associada a outras Igrejas e inclusive aos seus sinos e, apesar de ter sido a mais lembrada, não foi a única: Igreja de São Gonçalo, Igreja de Santa Cruz, Igreja do Colégio Salesiano, Igreja da Soledade, Igreja Rosário da Boa Vista, Igreja da Conceição, Igreja Nossa Senhora de Fátima e Igreja Batista da Capunga. *"É um bairro de muitas Igrejas, né?"* (FREITAS, 2012). Nos mapas cognitivos a Matriz apareceu por cinco vezes e em apenas um deles ela aparece isolada entre a Avenida Conde da Boa Vista e o Rio Capibaribe (ver ilustrações 2.1, 2.3, 2.4 e 2.5).

O Palácio da Soledade foi lembrado por ter sido sede do já extinto Colégio Nóbrega e da mesma forma que a Matriz foi associada a outras Igrejas, o Palácio também estabeleceu uma correspondência com outros colégios católicos que já funcionaram ou ainda funcionam na Boa Vista, como o Marista, o Salesiano, o São José e o Nossa Senhora do Carmo. Nos mapas cognitivos o Palácio aparece sempre longe (ver ilustrações 2.4, 2.5 e 2.6), desconectado de qualquer outro elemento, como um ponto externo e mesmo tendo sido o mais lembrado nas falas dos entrevistados, ele foi representado apenas em três mapas.

Os dois *marcos edificados* vistos até o momento foram associados a atividades específicas, refletindo a identidade do bairro. Já o Mercado da Boa Vista foi rememorado pela sua diversidade de aspectos: por ser um local de compras de alimentos; pela sua arquitetura;

[67] Confrontar mapas 2.6 e 2.7 referentes aos marcos edificados.

por ser um local de encontro; e por haver festas ali. Dos quatro mapas mentais que ele foi representado, em três ele está sempre muito próximo a outros *marcos* e a outros elementos como as *vias* e *pontos nodais* (ver ilustrações 2.5 e 2.6). A grande quantidade de *marcos* lembrada pelos informantes os deixou bastante dispersos ao longo do bairro, contudo nas entrevistas observa-se que os marcos mais lembrados estão localizados na porção mais primitiva do bairro e ao longo da Avenida Conde da Boa Vista; nos mapas cognitivos eles estão localizados principalmente na parte mais antiga.

Os *pontos nodais* foram os elementos menos consensuais, a maioria daqueles lembrados nas entrevistas foram apontados uma única vez[68]. O Pátio de Santa Cruz foi o *ponto nodal* mais ilustrado nos mapas cognitivos, aparecendo em quatro deles (ver ilustrações 2.2, 2.3, 2.5 e 2.6). Desses, o Pátio foi apresentado três vezes como uma junção de vias e três vezes como ponto focal, sendo que em dois mapas essas duas características aparecem simultaneamente. Já na entrevista ele foi citado como um local marcante dentro do bairro e que *"é a cara da Boa Vista"* (BARROS, 2012).

O segundo *ponto nodal* mais lembrado foi a Praça Chora Menino. Suas três representações coincidem com a representação do Pátio, como uma conexão de vias e um ponto focal, porém sua forma é muito mais vaga e indefinida, sendo em um momento representada como um círculo, em outro como um quadrado e em outro como um retângulo (ver ilustrações 2.2 e 2.7). Nas entrevistas a Praça foi recordada como um local onde o sujeito entra e se locomove para ele. A Praça Maciel Pinheiro e o Cinema São Luiz ocuparam o terceiro ponto mais lembrado. A Praça apareceu em dois mapas cognitivos distintos, mas sempre como foco e como uma junção de vias (ver ilustrações 2.3 e 2.5). Já o Cinema foi representado como um ponto focal (ver ilustrações 2.1, 2.2 e 2.3) e lembrado nas entrevistas como um local de concentração de pessoas ao longo dos anos devido a sua função de entretenimento.

No total foram recordados 19 *pontos nodais*, sendo nove nos mapas e 13 nas entrevistas. Nos mapas cognitivos os *pontos* estão localizados um terço nas proximidades da Avenida Agamenon Magalhães, um terço na vizinhança da Avenida Conde da Boa Vista e um terço na parte primitiva do bairro. Já nas entrevistas, os *pontos* são citados em função do seu caráter agregador de pessoas, ou das suas múltiplas atividades, ou de ser um ponto focal, ou

[68] Confrontar mapas 2.8 e 2.9 referentes aos pontos nodais.

de ser um lugar de conexões de vias, ou de ser um lugar de tomada de decisão do trajeto a ser seguido ou de concentrar alguma característica espacial específica[69].

Por fim, foi questionado aos informantes sobre as características que diferenciam o *bairro* dentro da Cidade do Recife objetivando entender a sua unidade temática e a partir do confronto com os outros elementos da cidade estabelecer a sua extensão conforme a percepção dos entrevistados.

Os pontos aqui recordados por vezes reforçaram características já vistas previamente. A falta de clareza das fronteiras do bairro foi o atributo mais lembrado, ratificando assim a constatação já feita ao analisar os seus *limites*. O entrelaçamento com outros bairros vizinhos a norte e a sul fica evidente quando Maria das Graças (2012) afirma que o Ginásio Pernambucano atualmente pertence ao Bairro de Santo Amaro, não mais ao Bairro da Boa Vista; quando Luiz (2012) e Alexandre (2012) constatam que Soledade é um pequeno bairro dentro da Boa Vista, mas que eles consideram como sendo Boa Vista; quando Falcão (2012) se pergunta por que passou a receber a sua correspondência como Soledade não mais como Boa Vista; e quando Frederico (2012) percebe que a Boa Vista e a Ilha do Leite se confundem. *"Na realidade os limites da Boa Vista são meio difusos, né? Antigamente tudo era Boa Vista. Hoje você tem Soledade, Ilha do Leite, Paissandu, etc e tal. Mas antigamente era tudo... Na minha infância, tudo isso era Boa Vista."* (FREITAS, 2012).

A diversidade de usos encontrada no bairro também é apontada como uma particularidade, Elenita (2012) e Frederico (2012) chegam até mesmo a dividi-lo em função da sua variedade de usos: *"O que eu percebo na Boa Vista é que ela não é um bairro só. Se você for para o trecho x, você tem uma concentração de clínicas, de atendimento de saúde e tal. Se você for para outro lado você tem o Capibaribe ali que já te dá outro ambiente, né?"* (RUFINO, 2012).

Outra maneira de identificar o Bairro da Boa Vista foi através da sua arquitetura característica, com as fachadas antigas (SANTOS, 2012) das casas de porta e janela (BARROS, 2012). O bairro também foi identificado como uma expansão do centro histórico original do Recife (ALMEIDA, 2012), uma periferia industrial que abrigava as fábricas de açúcar e de leite (BARROS, 2012) e como um lugar estratégico no qual é possível acessar outros pontos da cidade (RUFINO, 2012), inclusive o Bairro do Recife, possibilitando, na visão do Frederico (2012), que os investimentos feitos ali reverberem para o Bairro da Boa Vista. Também foram apontadas como características do bairro o fato dele ter surgido no local

[69] Para ver todos os mapas cognitivos elaborados, consultar Anexo A.

dos mangues (VILLAS, 2012); as suas pontes indicadas como identificadoras do bairro (IMBELLONI, 2012); o rastro de abandono ali encontrado (CORRÊA, 2012) e a potencialidade em abrigar os forasteiros que não se sentem acolhidos em outras partes da cidade (BERNARDINO, 2012).

2.3.4 Síntese parcial

Em suma, após entrevistar 14 pessoas observou-se que a principal motivação na escolha do Bairro da Boa Vista por eles estava ligada à sua localização. As suas transformações urbanas foram pontos recorrentes na percepção dos entrevistados, predominantemente em relação ao aumento significativo do tráfego e à substituição das casas térreas residenciais por edifícios comerciais e de serviço, transformando-se assim em um local barulhento e muito movimentado. A importância do bairro está ligada principalmente ao fato de ser considerado como parte da origem da Cidade do Recife. A população existente e reconhecida foi majoritariamente de famílias e migrantes de classe média e baixa. As manifestações culturais que ocorrem no bairro também foram lembradas, com atenção especial ao carnaval e às festas religiosas. Os bens patrimoniais reconhecidos primordialmente estavam localizados na sua parte primitiva e eram de caráter religioso.

Os objetos urbanos mais lembrados dentro do Bairro da Boa Vista variaram bastante, sendo a Avenida Conde da Boa Vista a via mais citada, que também foi associada como um limite que divide o bairro em dois. Contudo, apesar da avenida ter sido lembrada também como um limite, o mais recordado foi o Rio Capibaribe. A continuidade do rio, juntamente com a Avenida Agamenon Magalhães deixaram claramente estabelecidos os limites leste e oeste do bairro, diferentemente dos norte e sul, que se mostraram bastante difusos. Assim como a grande quantidade de marcos citados pelos informantes que também se espalharam principalmente pela parte mais antiga do bairro e com forte menção às instituições religiosas e de ensino. Ainda localizado na porção primitiva do bairro está o Pátio de Santa Cruz que por ser uma junção de várias vias e um ponto focal de manifestações culturais foi entendido como o principal ponto nodal do bairro.

Assim a imagem do bairro formada através dos seus elementos foi reforçada pela percepção dos entrevistados de que as margens da Boa Vista se confundem com as dos bairros vizinhos; que dentro do mesmo bairro existe uma gama de diferentes usos sendo possível

subdividi-lo; e que ele está intimamente ligado ao início da cidade, como uma expansão do seu primeiro centro histórico.

Apenas analisados os resultados das entrevistas realizadas juntamente com os mapas cognitivos desenhados pelos informantes, cabe agora identificar as zonas de interesse dentro da compreensão daquilo que é o Bairro da Boa Vista. Dessa forma objetiva-se determinar o bairro como um Lugar dotado de significado cultural passível de se atribuir valor patrimonial.

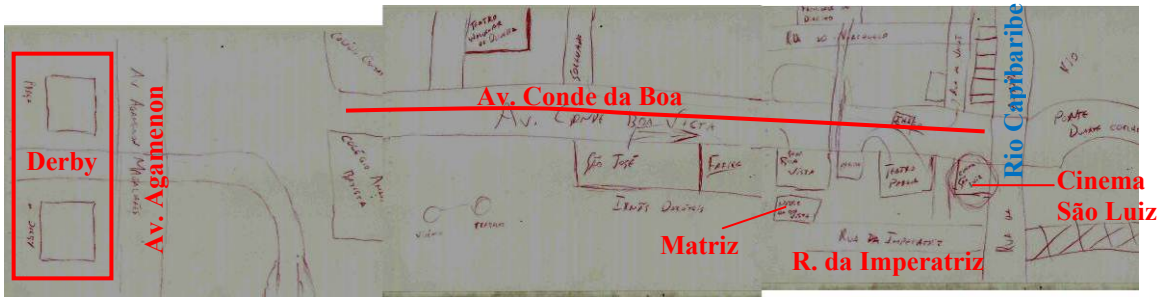


Ilustração 2.1 – Mapa Cognitivo.
Autor: Luiz Henrique Costa dos Santos.

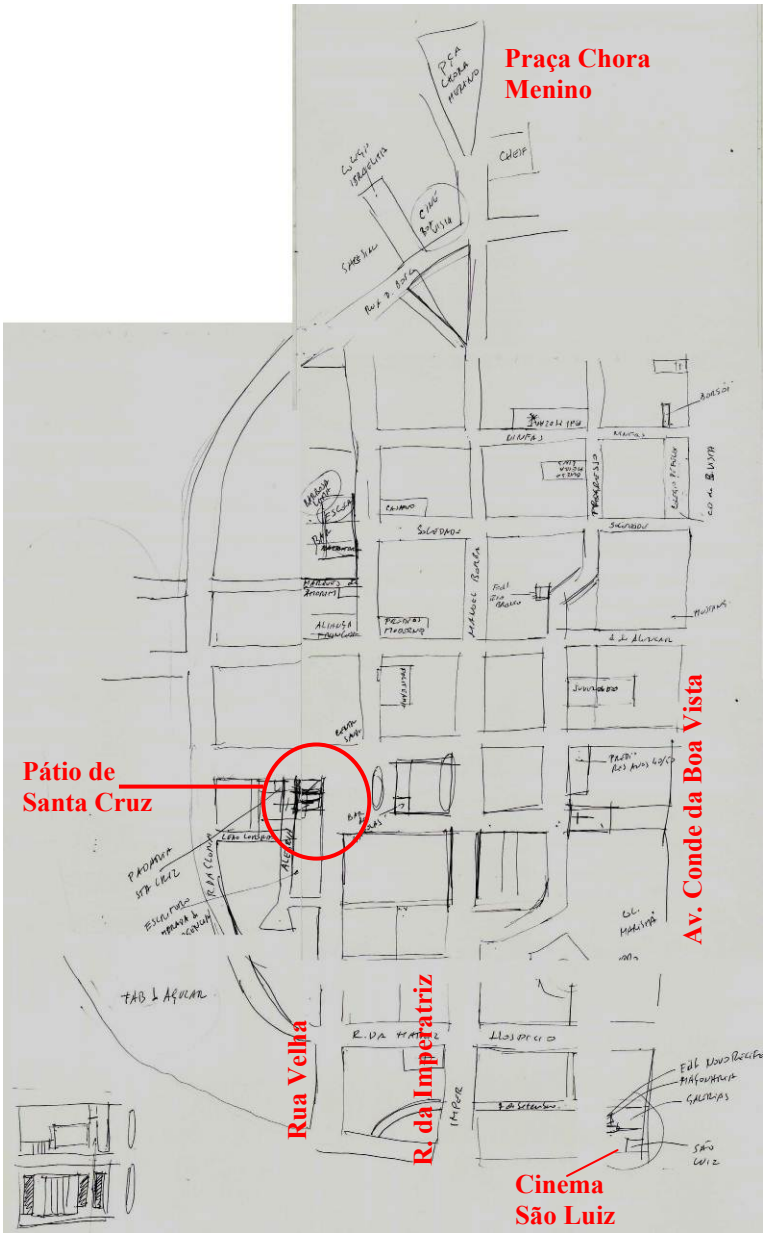


Ilustração 2.2 – Mapa Cognitivo.
Autor: Noé Sérgio do Rego Barros.

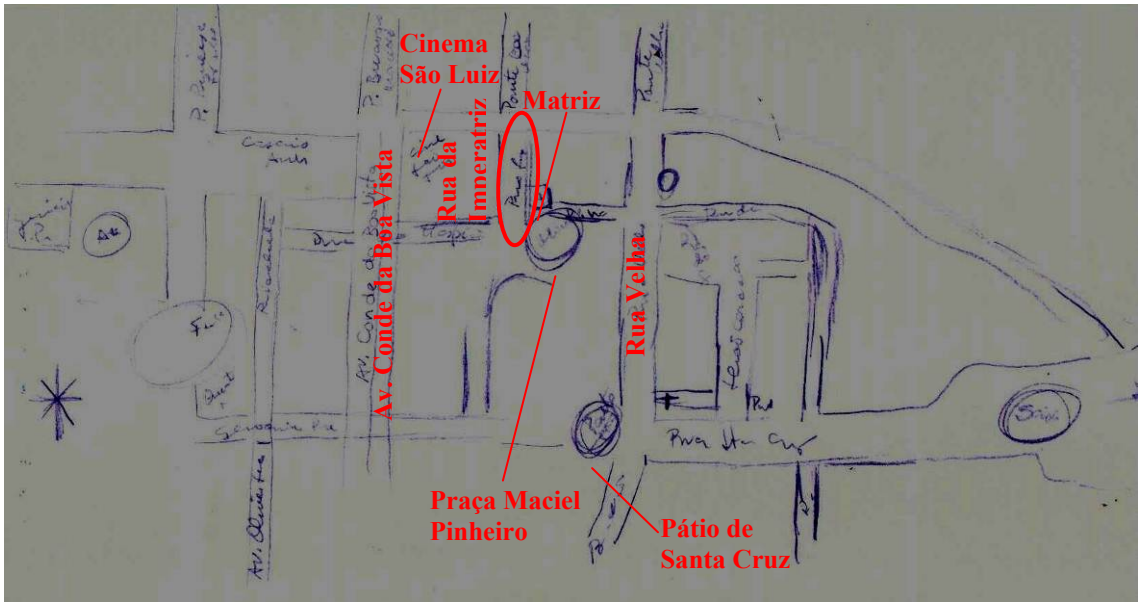


Ilustração 2.3 – Mapa Cognitivo.
Autor: Maria das Graças Carvalho Villas.

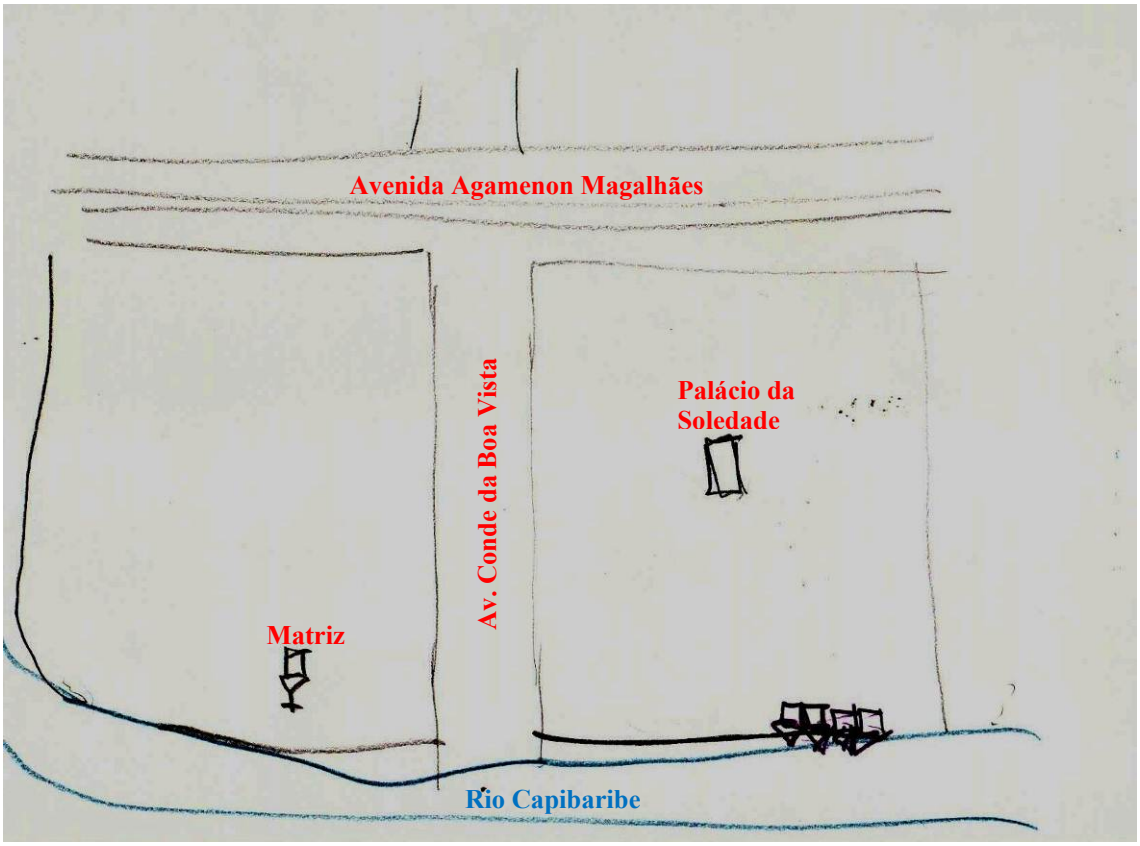


Ilustração 2.4 – Mapa Cognitivo.
Autor: Frederico Faria Neves Almeida.

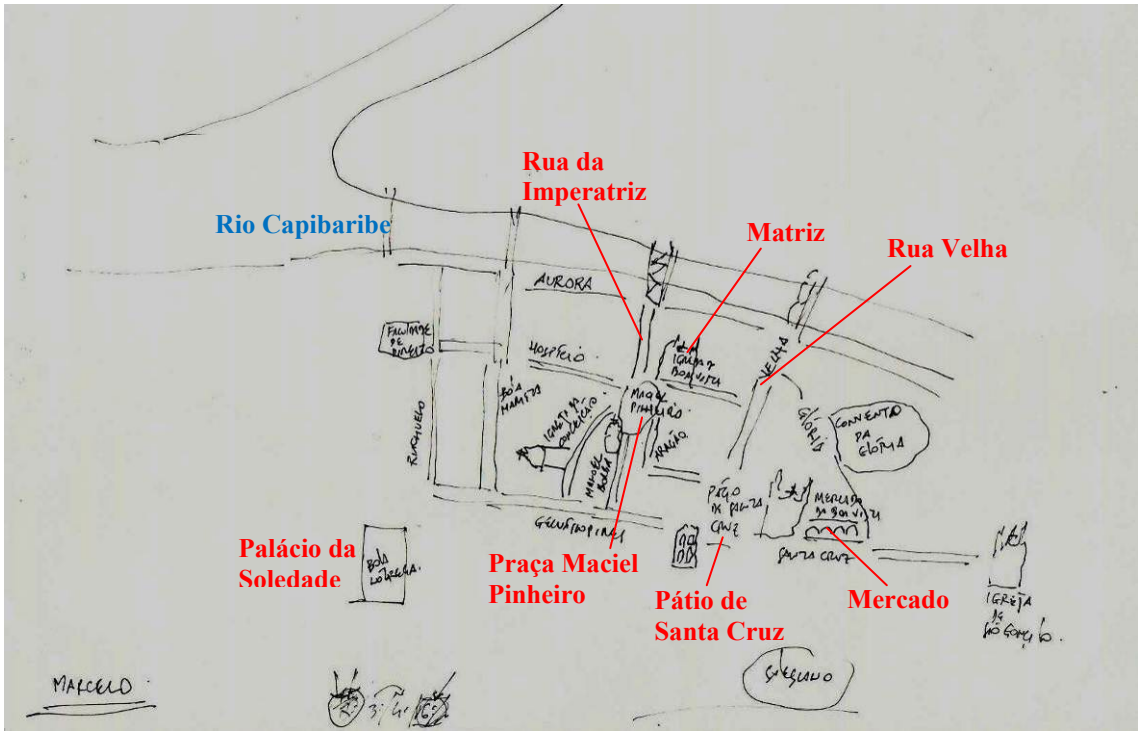


Ilustração 2.5 – Mapa Cognitivo.
Autor: Marcelo de Brito A. Pontes Freitas.

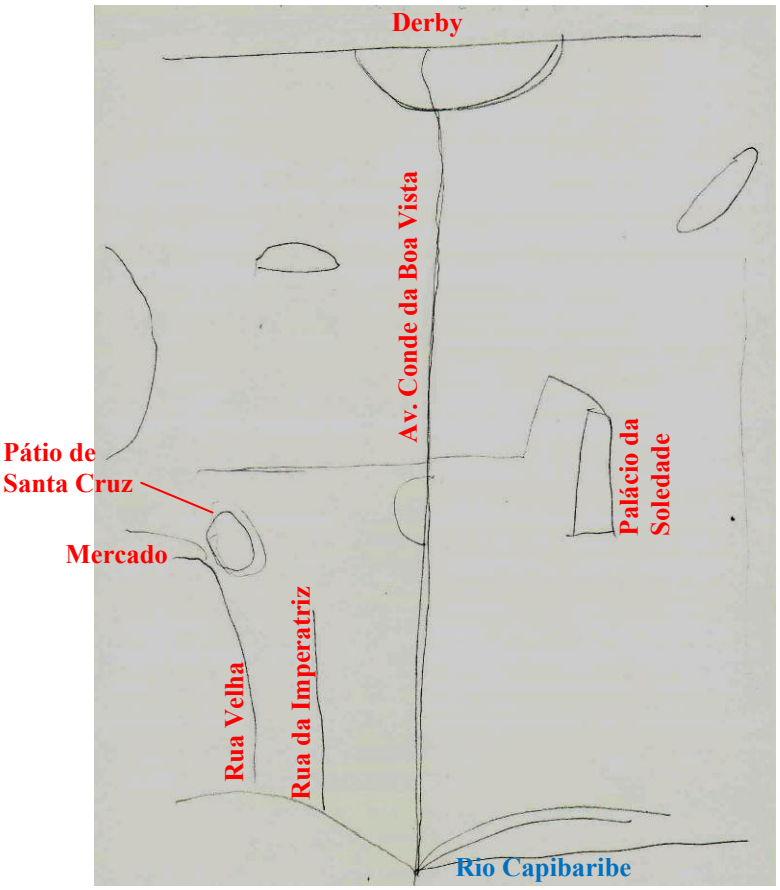


Ilustração 2.6 – Mapa Cognitivo.
Autor: Elenita Rufino.

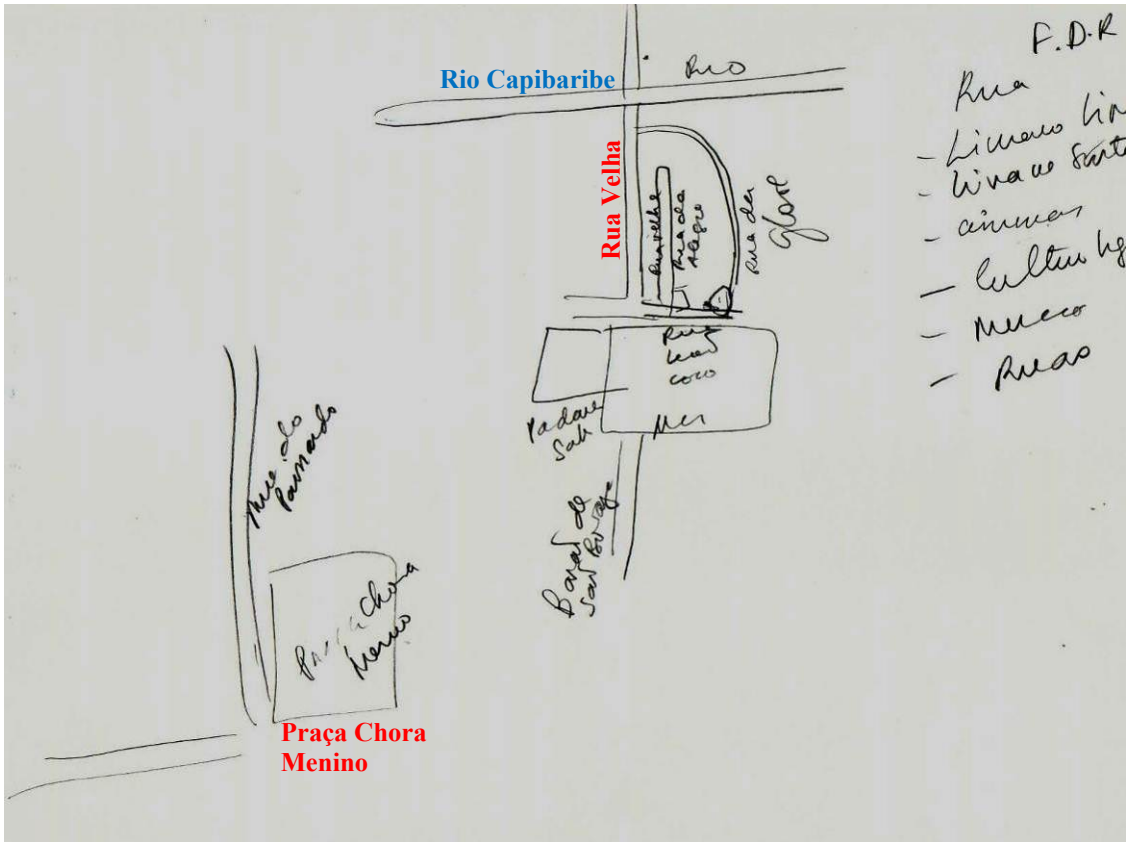
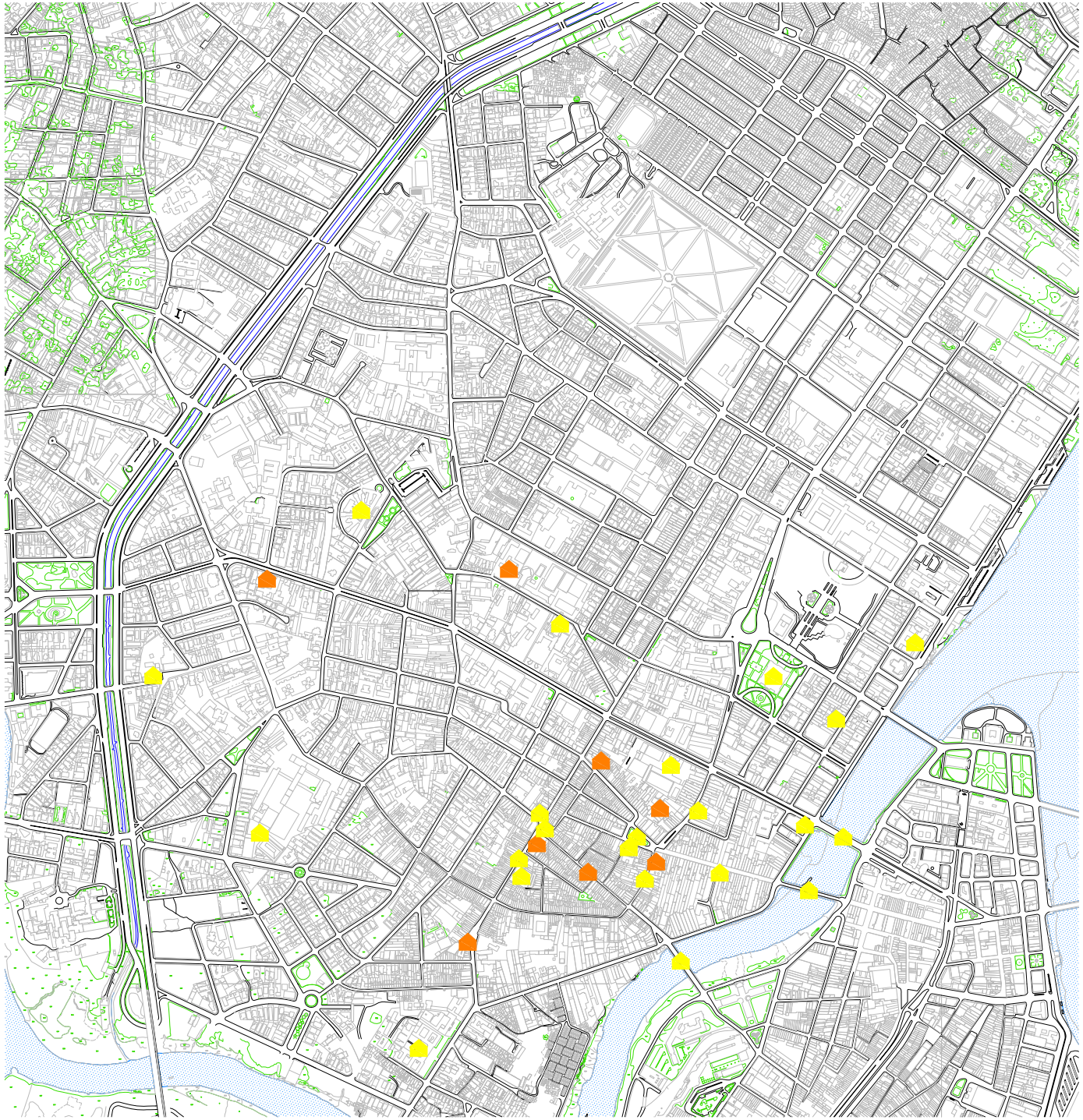


Ilustração 2.7 – Mapa Cognitivo.
Autor: Alexandre Furtado de Albuquerque Corrêa



LEGENDA

- Bem Protegido - entre 12,5% e 25%
- Bem Protegido - menos de 12,5%

N

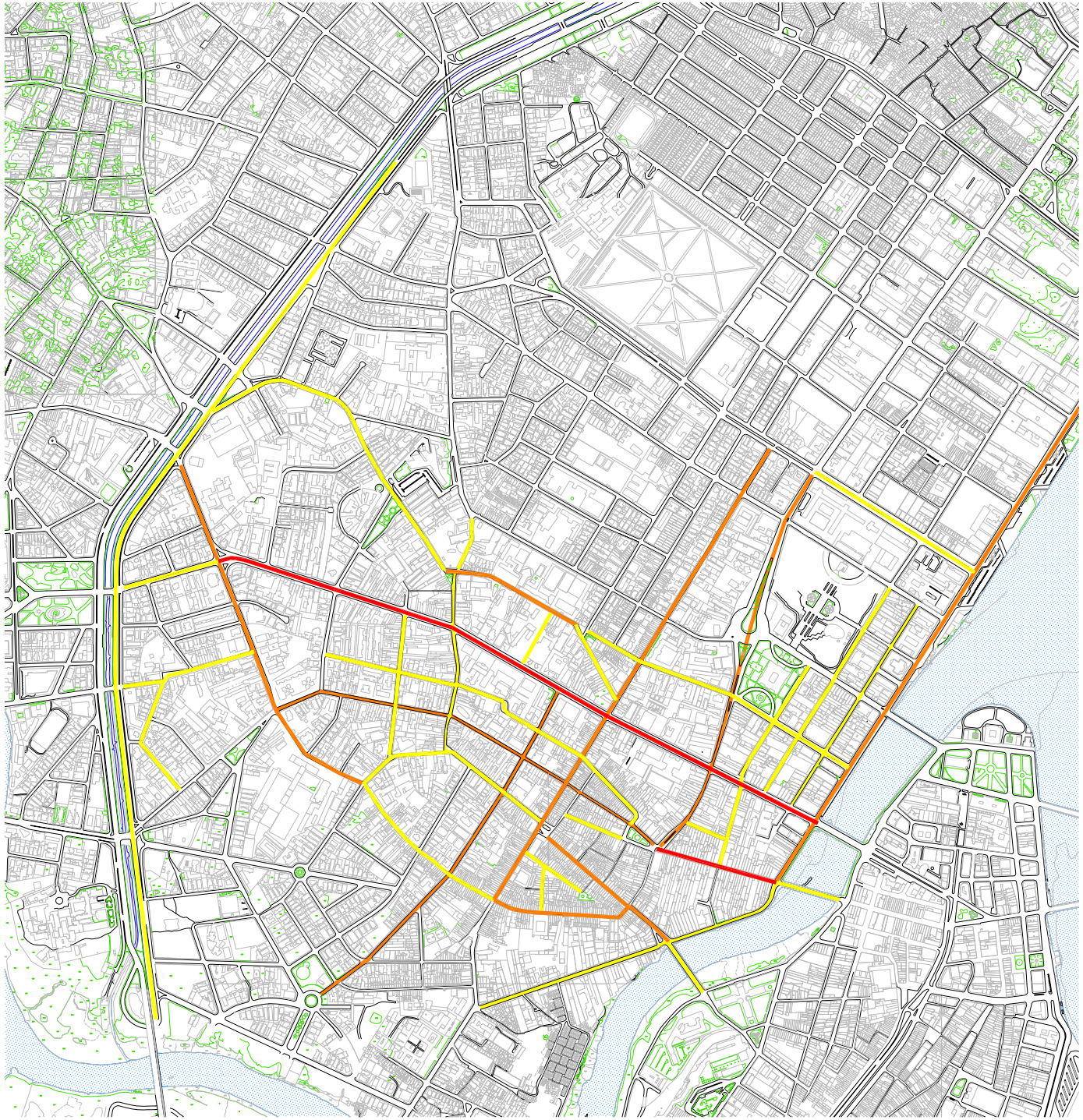
BAIRRO DA BOA VISTA

Recife, PE

Título:
Bens Protegidos (segundo entrevistados)
Fonte: Autora, 2012.

Mapa:
2.1

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

- Via - entre 25% e 50%
- Via - entre 12,5% e 25%
- Via - menos de 12,5%

N

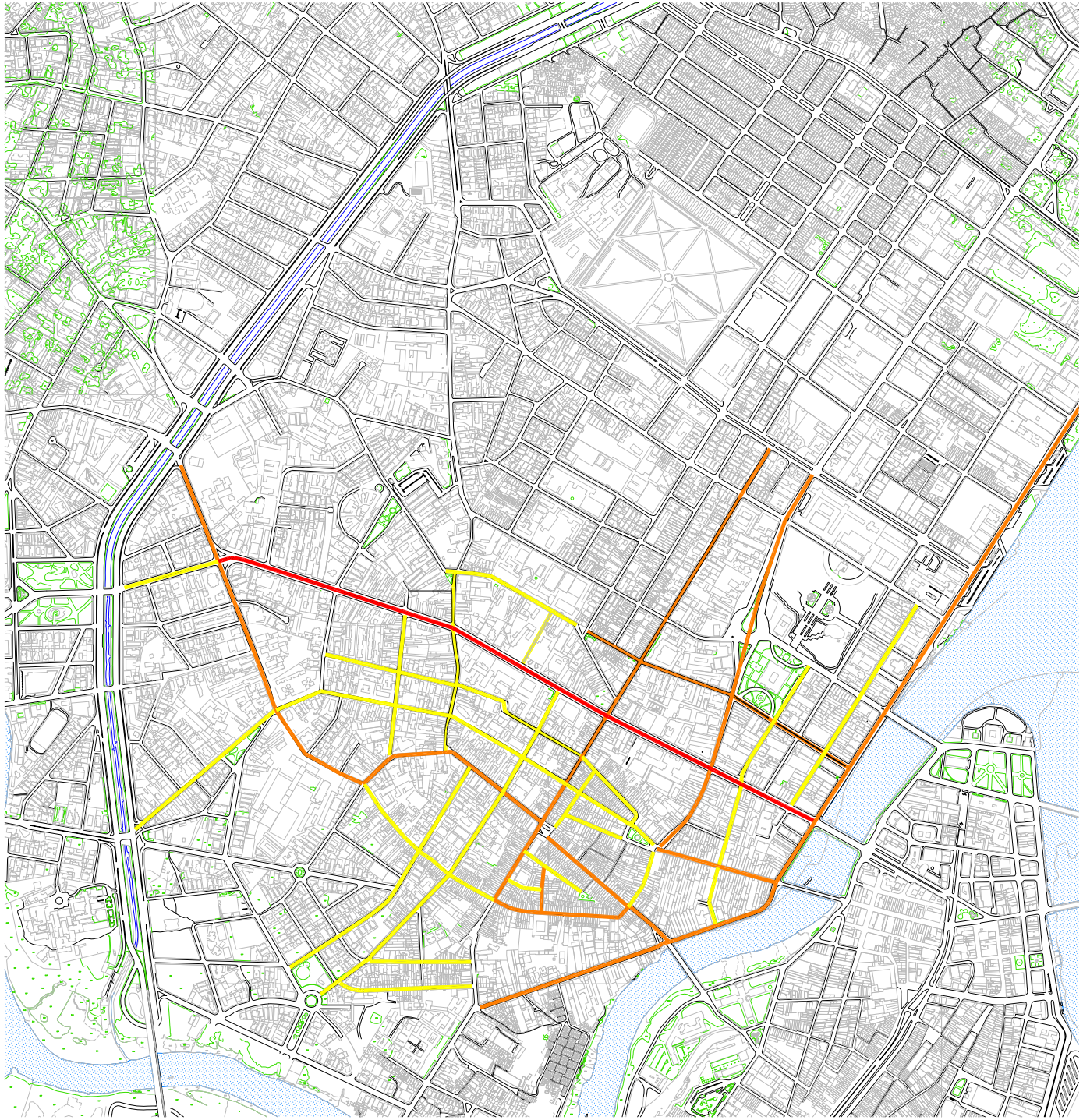
BAIRRO DA BOA VISTA

Recife, PE

Título:
Elementos Urbanos - VIAS (entrevistas)
Fonte: Autora, 2012.

Mapa: 2.2

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

- Via - entre 25% e 50%
- Via - entre 12,5% e 25%
- Via - menos de 12,5%

N

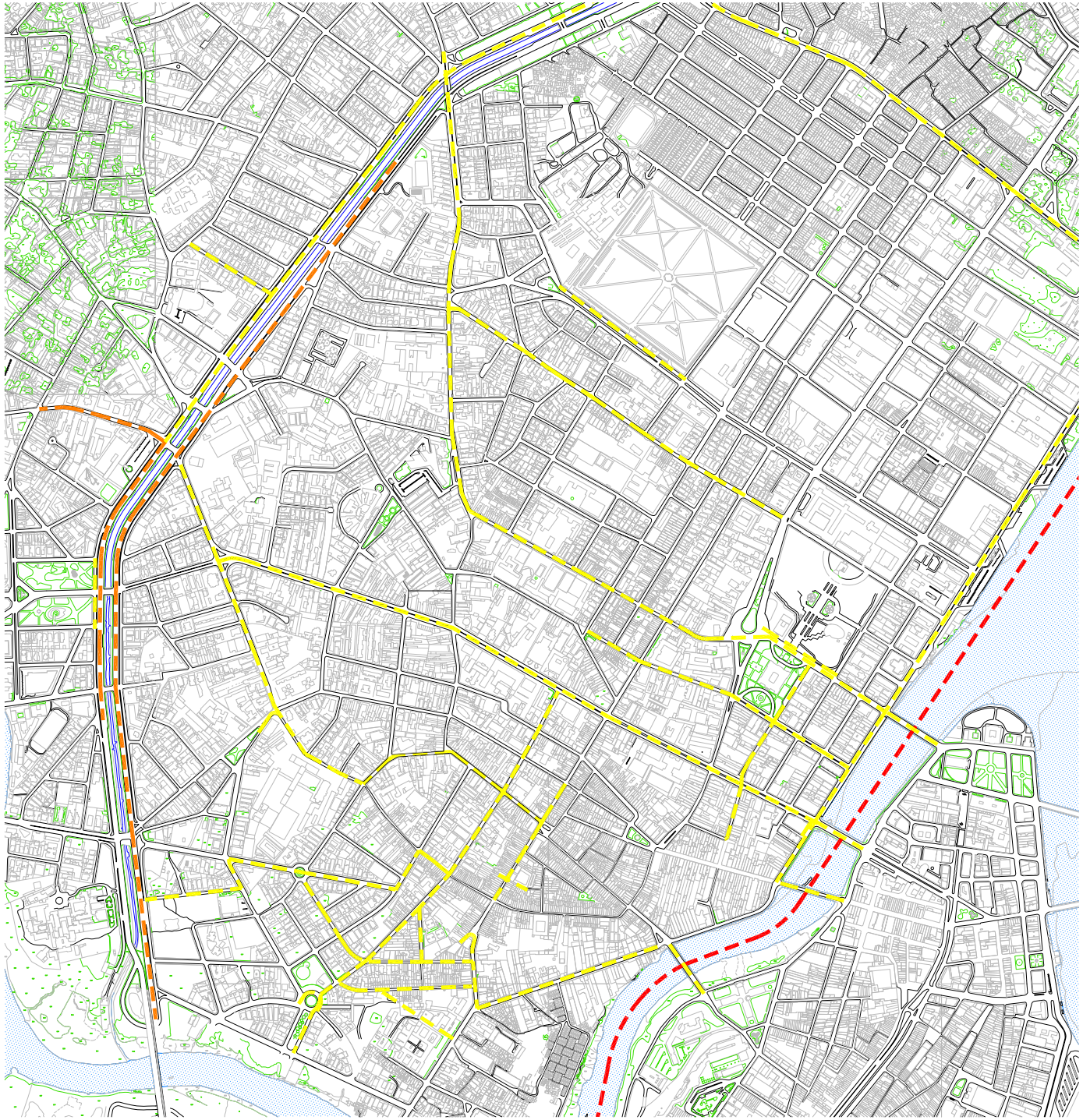
BAIRRO DA BOA VISTA

Recife, PE

Título:
Elementos Urbanos - VIAS (mapas cognitivos)
Fonte: Autora, 2012.

Mapa: 2.3

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

- Limite - entre 25% e 50%
- Limite - entre 12,5% e 25%
- Limite- menos de 12,5%

N

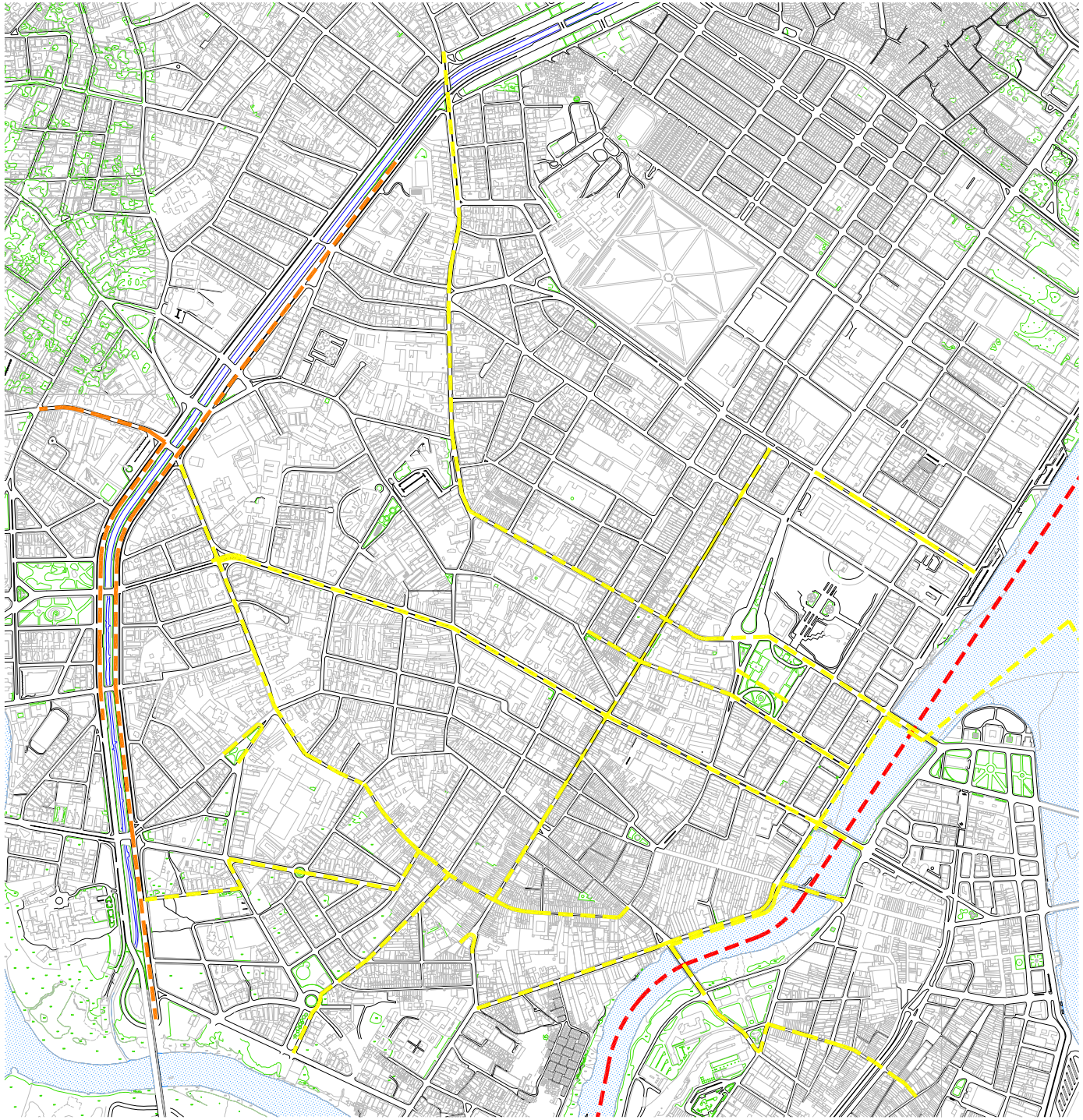
BAIRRO DA BOA VISTA

Recife, PE

Título:
Elementos Urbanos - LIMITES (entrevistas)
Fonte: Autora, 2012.

Mapa:
2.4

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

- Limite - entre 25% e 50%
- Limite - entre 12,5% e 25%
- Limite- menos de 12,5%

BAIRRO DA BOA VISTA

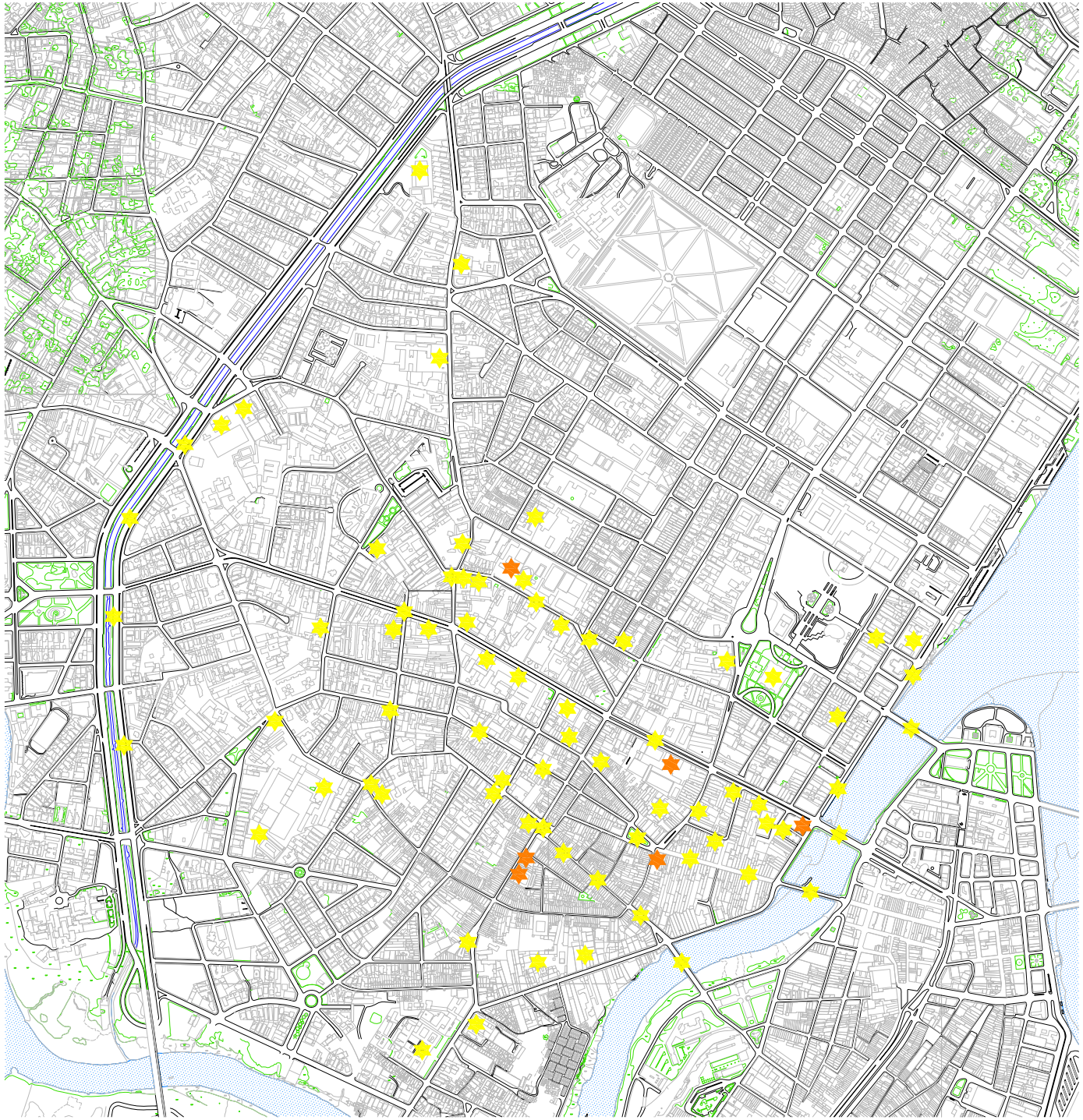
Recife, PE

N

Título:
Elementos Urbanos - LIMITES (mapas cognitivos)
Fonte: Autora, 2012.

Mapa: 2.5

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

Marco Edificado - entre 12,5% e 25%

Marco Edificado - menos de 12,5%

N

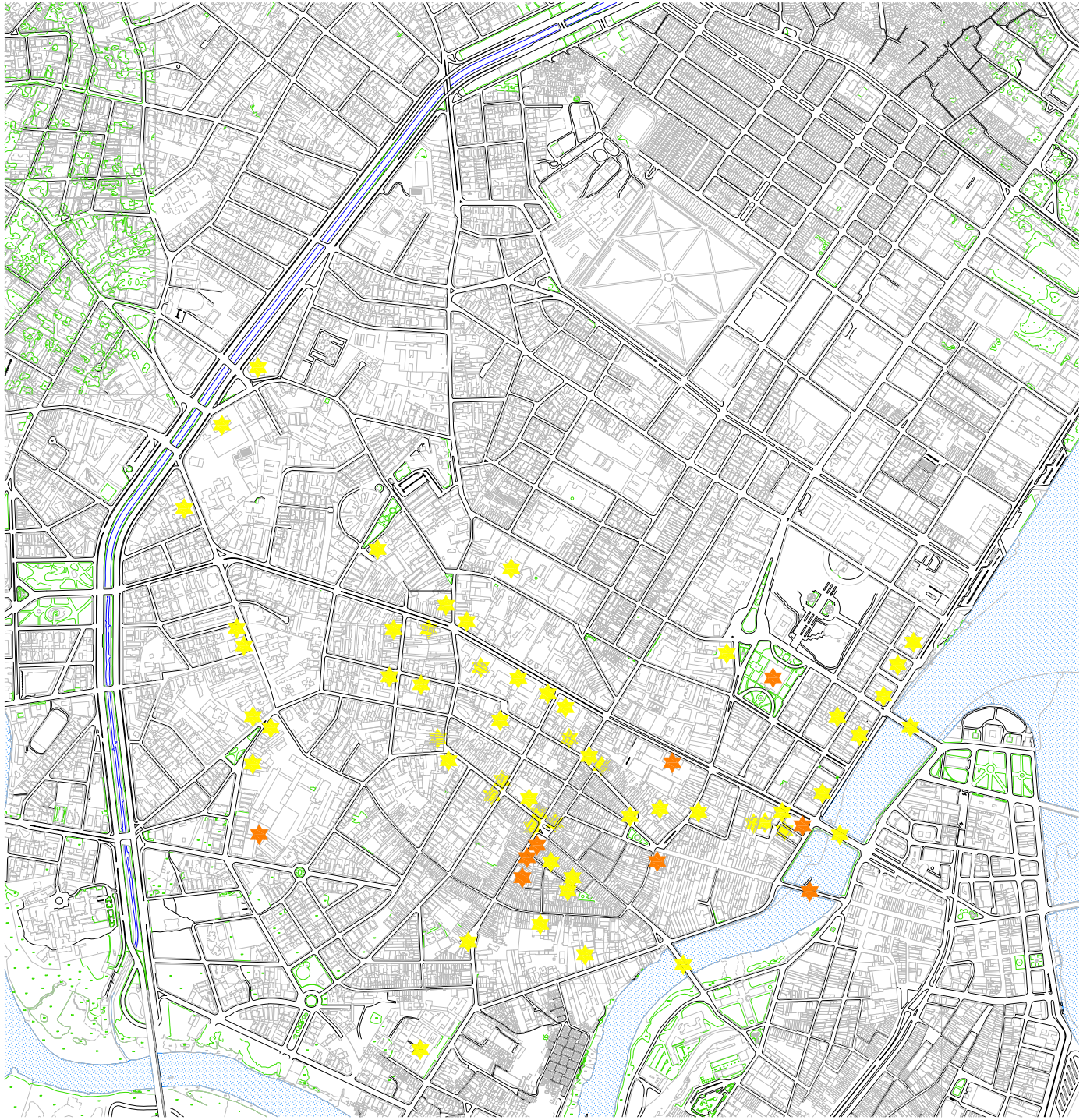
BAIRRO DA BOA VISTA

Recife, PE

Título:
Elementos Urbanos - MARCOS (entrevistas)
Fonte: Autora, 2012.

Mapa:
2.6

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

Marco Edificado - entre 12,5% e 25%

Marco Edificado - menos de 12,5%

N

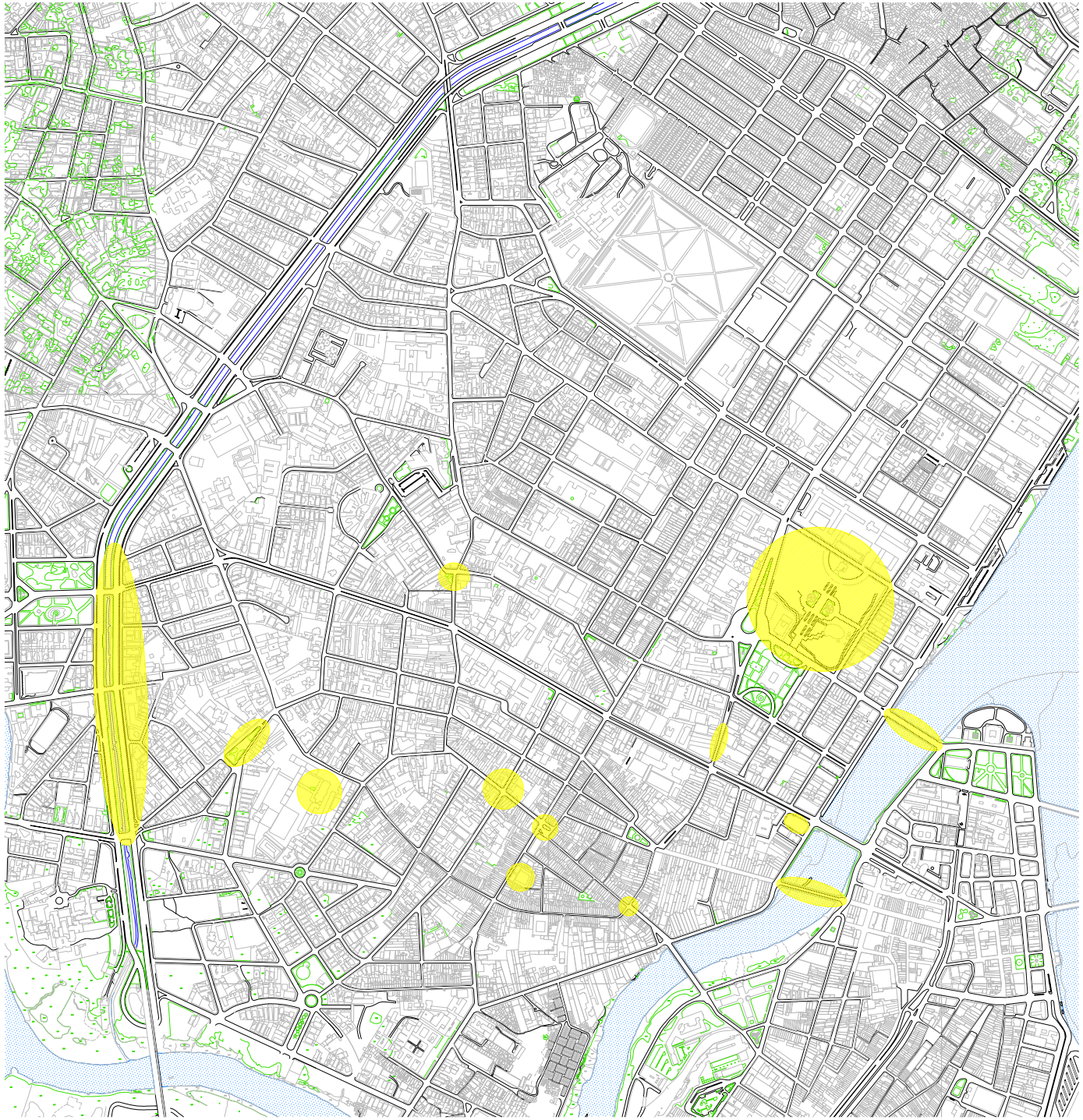
BAIRRO DA BOA VISTA

Recife, PE

Título:
Elementos Urbanos - MARCOS (mapas cognitivos)
Fonte: Autora, 2012.

Mapa:
2.7

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

Ponto Nodal - menos de 12,5%

N

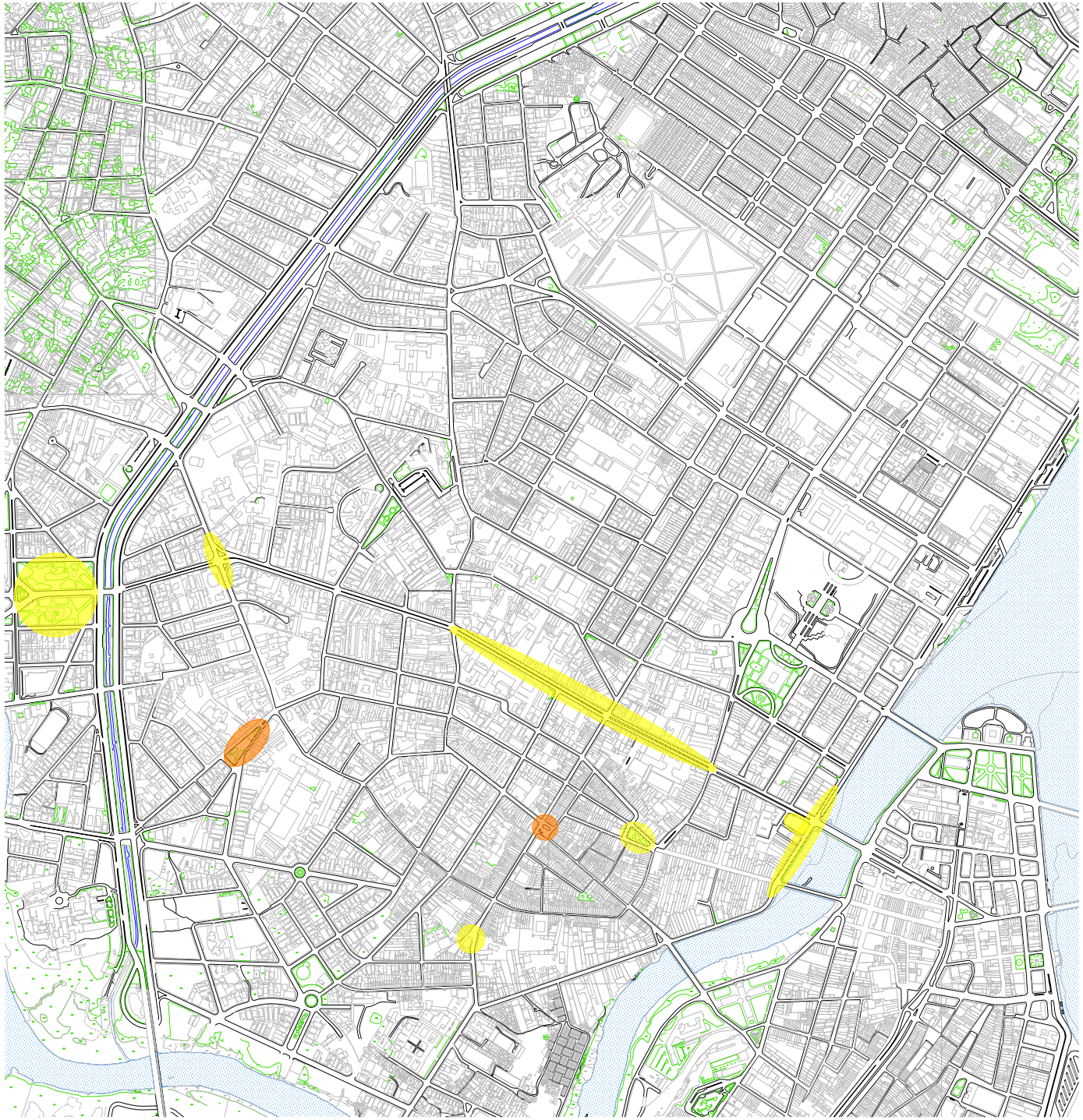
BAIRRO DA BOA VISTA

Recife, PE

Título:
Elementos Urbanos - PONTOS (entrevistas)
Fonte: Autora, 2012.

Mapa:
2.8

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

Ponto Nodal - entre 12,5% e 25%

Ponto Nodal - menos de 12,5%

N

BAIRRO DA BOA VISTA

Recife, PE

Título:
Elementos Urbanos - PONTOS (mapas cognitivos)
Fonte: Autora, 2012.

Mapa: 2.9

Escala:
0 100 200 300 400 500m

CAPÍTULO 3
A TOTALIDADE DO LUGAR

Para examinar a totalidade de um sistema é necessário, antes, lograr a diferenciação e a compreensão de suas partes.
(LYNCH, 2006, p. 95)

3.1 INTRA-ELEMENTOS: cruzamento preliminar de cada elemento físico urbano

Após analisar as entrevistas e os mapas cognitivos, para em seguida analisá-los separadamente à luz dos elementos físicos urbanos do bairro no capítulo anterior, o passo seguinte será dado na direção de reunir os mesmos para que seja possível apreender a totalidade do bairro baseada na percepção dos entrevistados. Para tanto, primeiro foram somados os objetos urbanos de cada elemento urbano, resultando assim quatro mapas síntese de cada um desses elementos (*vias, limites, marcos edificados* e *pontos nodais*). Os objetos urbanos são identificados nos mapas por cores que indicam o percentual da frequência que os mesmos foram lembrados e, em seguida, esses resultados foram sobrepostos e geraram um mapa síntese (único) que reflete a totalidade do bairro percebida pelos entrevistados. A utilização de mapas e de tabelas é essencial nesse item para melhor compreensão da localização e da intensidade que cada objeto urbano foi citado.

As *vias* reuniram um total de 47 objetos urbanos recordados e identificados como localizados no Bairro da Boa Vista, acumulando o segundo maior número de objetos dos elementos[70]. A Avenida Conde da Boa Vista seguida pela Rua da Imperatriz foram as únicas *vias* que ultrapassaram a frequência de 50%. Tais *vias* são paralelas entre si e a leste se transformam em pontes que ligam o Bairro da Boa Vista ao Bairro de Santo Antônio. Nove foram as *vias* que apareceram entre 25% e 50%, dessas nove, quatro medem entre 300 e 400 metros e as outras cinco possuem mais de 600 metros extensão. Dessas nove *vias*, quatro delas possuem a direção nordeste-sudoeste, sendo que duas são continuações uma da outra (Rua Gervásio Pires e Rua de Santa Cruz) e as restantes são paralelas ao Rio Capibaribe e entre si e estão localizadas mais a leste do bairro. O direcionamento das outras cinco vias é

[70] Confrontar mapa 3.1 e tabela 3.1 referentes às *vias*.

predominantemente noroeste-sudeste e três delas estão localizadas na parte mais primitiva do bairro, como o traçado das ruas do bairro ocorreram ao longo de 300 anos, conforme visto no primeiro capítulo, a sua malha viária é bastante diversa e em sua grande parte não é ortogonal. Dessa forma, das cinco *vias* noroeste-sudeste, apenas três possuem certo paralelismo. Já entre a faixa dos 12,5% até os 25% foram 11 *vias* citadas, predominantemente localizadas a sul da Avenida Conde da Boa Vista, sendo apenas a Rua do Riachuelo situada totalmente a norte da mesma avenida. Dessas 11 *vias*, apenas três delas são mais de 600 metros extensas. Por fim, as *vias* que foram recordadas com menor frequência, menos de 12,5%, foram também em maior número (25) e as mais dispersas ao longo do bairro. Dessas 25 *vias*, cinco são maiores do que 600 metros. É possível notar que a medida que as vias são mais lembradas elas são proporcionalmente mais extensas e menos dispersas. A malha viária formada pelas *vias* indicadas pelos informantes se espraia primordialmente nos arredores do Parque 13 de Maio e entre a Rua do Riachuelo e o caminho formado pela Rua Dom Bosco, a Rua Visconde de Goiana e a Rua da Glória.

Os *limites* correspondem a um total de 44 objetos urbanos[71], sendo que apenas um deles, o Rio Capibaribe, foi citado mais de 50%, deixando assim o limite a leste bem claro, conforme já visto previamente. Da mesma forma o limite a oeste do bairro ficou bastante definido, com a indicação entre 25% e 50% por parte dos entrevistados da Avenida Agamenon Magalhães e do Bairro do Derby. A partir dai, os limites vão ficando cada vez mais diversificados, dispersos e pouco definidos, assim quatro foram os objetos recordados entre 12,5% e 25%, sendo que dois deles são pontes sobre o rio que reforçam ainda mais o *limite* já determinado a leste, um localizado mais a norte e outro mais a sul. Por fim, 37 foram os *limites* recordados com a frequência menor de 12,5%. Tais limites são tão dispersos que aparecem desde a Avenida Norte até a Praça Miguel de Cervantes, no sentido norte-sul, enquanto que no leste-oeste, reforçando ainda mais a percepção dos *limites* nesse sentido, cinco estão localizados bem próximos ao Rio Capibaribe (Rua da Aurora, Cais José Mariano, Ponte Velha, Ponte Princesa Isabel e Bairro de Santo Antônio), e três praticamente coincide com a Avenida Agamenon Magalhães (Bairro do Espinheiro, Bairro das Graças e Praça do Derby).

Os *marcos edificados* foi o elemento urbano mais variado com 103 objetos urbanos mencionados[72], contudo não houve nenhum que aparecesse com frequência maior que 50%.

[71] Confrontar mapa 3.2 e tabela 3.2 referentes aos *limites*.
[72] Confrontar mapa 3.3 e tabela 3.3 referentes aos *marcos edificados*.

Assim, sete foram indicados entre 25% e 50%. Eles, com exceção do Palácio da Soledade, estão localizados ao sul da Avenida Conde da Boa Vista e cinco estão localizados ao leste da Rua Gervásio Pires. Somam-se 16 os marcos recordados entre 12,5% e 25%, estando a maioria situados também ao sul da Avenida Conde da Boa Vista e nas proximidades da Rua da Aurora. Os 80 marcos edificados restantes foram citados menos de 12,5% pelos entrevistados e, assim como nos *limites*, estão bastante dispersos, mas é possível notar uma concentração maior deles entre a Avenida Oliveira Lima e a Rua Barão de São Borja. Com esses números talvez seja plausível pensá-los como os elementos menos consensuais ao tomá-los individualmente, contudo ao percebermos como um conjunto de marcos edificados no Bairro da Boa Vista compreende-se que eles se espalham majoritariamente até nos três quarteirões adjacentes à Avenida Conde da Boa Vista com focos principais no Pátio de Santa Cruz com a Rua de Santa Cruz e nas proximidades do encontro da própria Avenida Conde da Boa Vista com a Rua da Aurora e a Ponte Duarte Coelho.

Os *pontos nodais* foram o elemento urbano com menor número de objetos elencados[73], sendo que apenas o Pátio de Santa Cruz foi apontado entre 25% e 50% pelos entrevistados, coincidindo com a concentração de marcos edificados, conforme apenas visto, e reforçando assim a sua referência como um ponto nodal. Em seguida a Praça Chora Menino foi a segunda mais lembrada e a única na constância dos 12,5% e 25%. Por fim, 17 *pontos nodais* foram indicados menos de 12,5%. A concentração maior desses últimos está também a sul da Avenida Conde da Boa Vista e nas proximidades da Rua da Aurora, seguindo com o mesmo padrão de localização que vem sendo observado dos outros elementos urbanos. Assim chegou-se ao total de 19 *pontos nodais* elencados pelos informantes.

Partindo da compreensão de que o último elemento físico urbano identificado por Lynch (2006), o *bairro*, é o objeto de estudo em si, ou seja, o próprio Bairro da Boa Vista, caberá entendê-lo como a totalidade e a síntese dos elementos apenas relacionados. Dessa forma, é necessário associar os elementos físicos urbanos, conforme se fará no item a seguir.

[73] Confrontar mapa 3.4 e tabela 3.4 referentes aos *pontos nodais*.

3.2 INTERELEMENTOS: a totalidade do Bairro da Boa Vista

Após analisar cada elemento separadamente, cabe agora sobrepô-los e identificar o Bairro da Boa Vista através dos seus elementos físicos urbanos, baseado na percepção dos sujeitos, para em seguida definir zonas no bairro. A partir da definição de tais zonas será possível então reforçar ou enfraquecer a representação do bairro ao confrontá-las com os outros dados já levantados: histórico, instrumentos normativos e os bens indicados como preservados ou que deveriam ser preservados para os entrevistados.

A totalidade do Bairro da Boa Vista conformada pela síntese dos elementos físicos urbanos[74] estabelece como seus limites claros e contínuos a Avenida Agamenon Magalhães e o Rio Capibaribe e traz como eixo principal a Avenida Conde da Boa Vista, identificada enquanto uma via com vários marcos edificados nos seus lotes lindeiros e como um ponto nodal entre a Rua do Hospício e a Rua das Ninfas. Nas proximidades do Rio Capibaribe existe também uma aglomeração de elementos urbanos que por diversas vezes se sobrepõem. Assim a Rua da Aurora é uma via que beira o rio, entendida também como um limite, como um marco edificado juntamente com algumas de suas construções e que entre a Rua da Imperatriz e a Avenida Conde da Boa Vista é vista como um ponto nodal.

Da mesma forma, as quatro pontes que transpõem o Capibaribe foram identificadas algumas vezes como trajetos, outras como limites, como marcos edificados e ainda como pontos nodais. A partir desse trecho do bairro, adentrando à sua porção mais interior, até a Rua Gervásio Pires e a norte da Avenida Conde da Boa Vista, existe um núcleo centrado no Parque 13 de Maio e na Faculdade de Direito que conjuga um grande número de elementos urbanos, inclusive com praticamente todas as suas ruas sendo recordadas como vias, além do próprio Parque 13 de Maio ser reconhecido como um ponto nodal e a presença de alguns marcos edificados, como a Faculdade de Direito e o Ginásio Pernambucano que são bens tombados pelo IPHAN e foram reconhecidos também como patrimônio pelos entrevistados.

Ainda nas proximidades da Rua da Aurora, observa-se outro núcleo, mais precisamente no cruzamento com a Avenida Conde da Boa Vista e com a Ponte Duarte Coelho. Nesse ponto aglutinam-se marcos edificados, sendo o mais citado o Cinema São Luiz localizado no térreo do Edifício Duarte Coelho, próximo aos edifícios Novo Recife e Canadá e à Loja Maçônica, todos indicados como marcos edificados. O cinema também foi apontado

[74] Confrontar mapa 3.5 referente à síntese dos elementos urbanos do Bairro da Boa Vista.

como um lugar de encontro, caracterizando-se como um ponto nodal. Por fim, o Pátio de Santa Cruz distinguiu-se como o centro de um terceiro núcleo do bairro e, do mesmo modo dos centros anteriores, também é um ponto nodal onde se encontram ao seu redor e seguindo pela Rua de Santa Cruz em direção à Igreja de São Gonçalo diversos marcos edificados (Bar das Gaiolas, antiga Escola Manoel Borba, Centro de Saúde Gouveia de Barros, Igreja de Santa Cruz, Padaria Santa Cruz e o Mercado da Boa Vista), incluindo o próprio Pátio e a Igreja. Desse centro irradiam-se vias que se ligam e se cruzam, conformando uma malha viária que abriga diversos marcos edificados. O limite a sudoeste do bairro, conforme já constatado, não é tão definido quanto os limites leste e oeste, contudo é possível notar que após o caminho formado pela Rua Dom Bosco com a Rua Visconde de Goiana e com a Rua da Glória os elementos vão ficando cada vez mais escassos e espalhados. Nessa mesma linha de raciocínio, após a Rua do Príncipe, seguindo a nordeste, nota-se também a escassez de elementos físicos urbanos identificados.

Portanto, o Bairro da Boa Vista, segundo os informantes, se estende do Rio Capibaribe até a Avenida Agamenon Magalhães e o canal tendo a Avenida Conde da Boa Vista como o eixo sudeste-noroeste; o caminho formado pela Rua Gervásio Pires com a Rua de Santa Cruz conforma o outro eixo do bairro na direção sudoeste-nordeste. O bairro se propaga então a sul até o Cais José Mariano e nas proximidades da Igreja de São Gonçalo, concentrando nessa porção mais primitiva um dos núcleos identificados. Nesse trecho praticamente todas as ruas foram recordadas, com exceção de pequenas travessas, e na maioria delas há a presença de marcos edificados. E avança também a leste da Rua Gervásio Pires e a norte da Avenida Conde da Boa Vista, até a Avenida Mário Melo onde está o outro núcleo, como já visto. Já a sudoeste o limite do bairro é a Rua General Joaquim Inácio, que separa o Bairro da Boa Vista do Bairro Ilha do Leite. Por fim, a noroeste as ruas João Fernandes Vieira e do Príncipe separam-no do Bairro de Santo Amaro. Dessa forma, observando os limites e as vias mais recorrentes e a concentração de marcos edificados e de pontos nodais, o Bairro da Boa Vista foi delimitado de acordo com os testemunhos recolhidos[75]. Do confronto da definição dos limites do bairro baseado no entendimento dos informantes com os limites estabelecidos pela Prefeitura da Cidade do Recife é possível se observar que os informantes compreendem o Bairro da Boa Vista maior do que ele legalmente é, englobando também quase todo o Bairro da Soledade, uma parte do Bairro de Santo Amaro, outra parte considerável do Bairro Paissandu e uma borda do Bairro de Santo Antônio; e excluindo o triângulo formado pela

[75] Confrontar mapa 3.6 referente à delimitação do Bairro da Boa Vista.

Avenida Agamenon Magalhães, Avenida João de Barros, Rua João Fernandes Vieira e Rua Joaquim Felipe. Tal constatação confirma nossa hipótese inicial de que o Bairro da Boa Vista extrapola os limites estabelecidos no âmbito municipal e que uma abordagem mais ampla permite compreender como a população o vê.

3.3 TRANSELEMENTOS: zonas no Bairro da Boa Vista

3.3.1 Delimitação das zonas

Após espacializar os elementos reconhecidos e identificados; verificamos quais foram as considerações elaboradas pelos mesmos sobre o bairro, ou seja, a maneira como eles se apropriam do lugar; compete-nos, a partir de então, delimitar as zonas do bairro. Assim, sempre considerando a intensidade das vias e dos limites e a localização dos outros elementos urbanos, o Bairro da Boa Vista foi dividido em dez zonas distintas, designadas em função da porção que englobam: Parque Amorim (a), Soledade (b), Hospício (c), Faculdade de Direito (d), Ninfas (e), Barão de São Borja (f), Praça Maciel Pinheiro (g), Praça Chora Menino (h), Igreja de São Gonçalo (i) e Pontes (j).

Para definir cada uma dessas zonas, foi levada em consideração a relação entre a área de cada uma delas e frequência dos elementos ali situados. Contudo, como a frequência dos elementos é variável, optou-se por determinar índices de um a quatro para cada um deles. Assim, os elementos da mesma frequência e situados na mesma zona eram somados e multiplicados pela variável correspondente. A seguir a área da zona era dividida pelo valor dos elementos. Sabendo que a área total do bairro é de 2.129.129, 64 m² e o valor máximo de todos os elementos somados é de 258, ao dividir um pelo outro se chegou ao número de 8.252,44 m²/frequência de elemento. Esse número foi então considerado a média, ou seja, os 50%. A partir daí calculou-se os outros percentuais. Os intervalos estabelecidos nessa etapa foram os mesmos da etapa anterior de identificação e localização de cada elemento separadamente: 0% a 12,5%; 12,5% a 25%; 25% a 50%; e 50% a 100%.

Tabela 3.5 – Relação entre a frequência dos elementos e o índice a ele atribuído.

Frequência	Índice
0 a 12,5%	01
12,5% a 25%	02
25% a 50%	03
50% a 100%	04

Entretanto, a relação de interesse na zona é de quanto menor a área e maior a frequência dos elementos, mais relevante ela é, ou seja, quanto menor for a média, menor vai ser o percentual e maior vai ser a importância atribuída a ela. O interesse na zona é inversamente proporcional ao seu percentual. Dessa maneira, foi estabelecida uma escala de interesse com quatro cores distintas, no qual o roxo indica a zona do bairro onde se encontra a maior concentração de elementos, em seguida o vermelho, o laranja até chegar ao amarelo com a dispersão maior dos elementos[76]. Essas zonas ainda foram confrontadas com o histórico, a legislação existente no bairro e os bens indicados pelos entrevistados, de forma a reforçar ou a enfraquecer o resultado alcançado.

Tabela 3.6 – Frequência dos elementos e a sua respectiva cor.

Frequência	Média	Cor
0 a 12,5%	0 a 2.063,11	Roxo
12,5% a 25%	2.063,11 a 4.126,22	Vermelho
25% a 50%	4.126,22 a 8.252,44	Laranja
50% a 100%	8.252,44 a 16.504,88	Amarelo

Destarte, a Zona Parque Amorim (a), a Zona Faculdade de Direito (d) e a Zona Praça Chora Menino (h) foram as áreas menos recordadas e citadas pelos entrevistados; seguida pela Zona Hospício (c) e pela Zona Ninfas (e); posteriormente pela Zona Soledade (b), Zona Barão de São Borja (f) e Zona Igreja de São Gonçalo (i); até chegar à área com mais referenciais, a Zona Pontes (j). Conforme a tabela que segue:

Tabela 3.7 – Zonas de interesse.

Zona		Área	Elementos	Média	Frequência	Cor
a	Parque Amorim	248.070,98	28	8.859,68	50% a 100%	Amarelo
b	Soledade	145.218,38	36	4.033,84	12,5% a 25%	Vermelho
c	Hospício	211.875,85	34	6.231,64	25% a 50%	Laranja
d	Faculdade de Direito	257.240,40	30	8.574,68	50% a 100%	Amarelo
e	Ninfas	160.846,13	24	6.701,92	25% a 50%	Laranja

[76] Confrontar mapa 3.7 referente às zonas de interesse.

Zona		Área	Elementos	Média	Frequência	Cor
f	Barão de São Borja	250.342,49	63	3.973,69	12,5% a 25%	Vermelho
g	Praça Maciel Pinheiro	264.174,51	100	2.641,75	12,5% a 25%	Vermelho
h	Praça Chora Menino	421.438,81	39	10.806,12	50% a 100%	Amarelo
i	Igreja de São Gonçalo	105.960,75	28	3.784,31	12,5% a 25%	Vermelho
j	Pontes	63.938,41	31	2.062,53	0 a 12,5%	Roxo

Depois de definir os limites do Bairro da Boa Vista, delimitar suas zonas internas de acordo com o reconhecimento dos informantes e classificá-las segundo a importância a elas atribuída, faz-se necessário agora confrontar cada uma dessas zonas com as informações previamente recolhidas: histórico, evolução urbana, instrumentos normativos e bens reconhecidos.

3.3.2 Análise interna de cada zona: confronto com as informações previamente recolhidas

a) Zona Parque Amorim

A zona é conformada pelos limites da Avenida Agamenon Magalhães, da Rua João Fernandes Vieira, da Rua da Soledade, da Avenida Conde da Boa Vista e da Rua Dom Bosco. As referências históricas sobre essa porção do bairro não foram encontradas, contudo é possível notar na iconografia de 1632 alguns caminhos que ligam as margens do Rio Capibaribe próximo ao Bairro de Santo Antônio ao Canal Derby-Tacaruna, onde atualmente está localizada a Avenida Agamenon Magalhães que cortam transversalmente o bairro, o que indica que nessa porção do bairro havia pelo menos alguns trajetos já utilizados desde o século XVII (ver ilustração 1.17).

Atualmente de acordo com a Lei Municipal nº 16.176/96 (LUOS), a Zona Parque Amorim está localizada na ZUP1 e engloba o IPAV do Colégio Americano Batista. Já segundo a Lei nº 16.284/97 (IEPs), ali estão situados três IEPs[77]. Dentro da legislação federal, nessa área não existe nenhum bem tombado, contudo a Igreja Batista da Capunga consta no

[77] ZUP – Zona de Urbanização Preferencial
IPAV – Imóvel de Proteção de Área Verde
IEP – Imóvel Especial de Preservação
Para um maior aprofundamento das legislações com suas determinações e restrições, retornar ao primeiro capítulo.

Inventário do Patrimônio Religioso elaborado pelo IPHAN em 2010. Nessa zona ainda foi indicado como bem passível de proteção pelos entrevistados a Secretaria de Saúde do Estado.

b) Zona Soledade

Essa zona é o retângulo formado pelas ruas da Soledade, do Príncipe, Gervásio Pires e pela Avenida Conde da Boa Vista. A referência mais antiga dessa porção do bairro é alusiva à Igreja da Soledade que no início do século XVIII já existia (PITA, 1724 *apud* CAVALCANTI, 1977). Ainda nesse mesmo século Menezes (1988) conta que o Palácio Episcopal da Soledade foi construído e serviu de sede para o governo provisório alguns anos mais tarde durante o movimento revolucionário a favor da independência do Brasil (GALVÃO, 2006b). Já no início do século seguinte também é identificada a existência de uma rua, atual Rua Gervásio Pires, que saindo do largo de São Gonçalo passa ao lado da atual Rua do Corredor do Bispo chega até a antiga propriedade de Domingos Pires Ferreira (MENEZES, 1988 e GUERRA, 1973), expandindo assim o Bairro da Boa Vista na direção da Rua da Soledade. Nessa mesma zona está também situada a casa onde em 1867 nasceu Oliveira Lima. Por fim, durante o século XX nessa zona foram implantadas duas instituições de ensino: em 1917, o Colégio Nóbrega nas dependências do antigo Palácio Episcopal da Soledade, que funcionou até 2006; e a Universidade Católica de Pernambuco em 1951. Observando o mapa de evolução urbana, nota-se que nos lotes lindeiros à Rua Gervásio Pires já haviam construções desde pelo menos meados dos século XIX.

Segundo a legislação municipal, essa área está localizada em uma ZUP1, contudo grande parte dela é sobreposta pela ZEPH25 (Palácio da Soledade), que se conforma por três SPRs que englobam a Igreja da Soledade, o Palácio da Soledade e a Casa Natal de Oliveira Lima e por uma SPA que cerca as SPRs[78]. Existe também nessa zona três IEPs. Dentro da legislação estadual, a Igreja Nossa Senhora de Fátima, ao lado do Palácio da Soledade, é considerado um bem tombado com o entorno definido entre as ruas Gervásio Pires e Nunes Machado, coincidindo grande parte com a ZEPH municipal.

Segundo o Plano de Preservação dos Sítios Históricos da Região Metropolitana de Recife ali estão localizadas a ZPR15 e a ZPA08[79] (Palácio da Soledade e Casa Natal de Oliveira Lima), que também coincide com a ZEPH municipal. De acordo com a legislação federal, na Zona Soledade encontram-se dois bens tombados, o Palácio da Soledade e a Casa

[78] ZEPH – Zona Especial de Preservação do Patrimônio Histórico-Cultural
SPA – Setor de Preservação Ambiental
SPR – Setor de Preservação Rigorosa

[79] ZPA – Zona de Preservação Ambiental
ZPR – Zona de Preservação Rigorosa

Natal de Oliveira Lima, com um polígono de entorno definido conforme o Processo nº 08/SPHAN_84 e que também é bastante semelhante ao perímetro da ZEPH, contudo ele avança até a Avenida Conde da Boa Vista. Ambos os bens tombados foram lembrados e reconhecidos enquanto tal pelos entrevistados. O IPHAN também inventariou como Patrimônio Religioso nessa zona a Igreja da Soledade e a Igreja Nossa Senhora de Fátima. As recordações dos entrevistados nessa zona foram relativas às presenças do embaixador Oliveira Lima e do Frei Caneca, às sessões do antigo Cinema da Soledade, ao fechamento dos colégios Pinto Júnior e Nóbrega, situado no Palácio da Soledade, e aos encontros dos estudantes no gramado da Universidade Católica e na Rua do Lazer.

c) Zona Hospício

Seguindo paralela entre as ruas Gervásio Pires e do Hospício, até alcançar a Avenida Conde da Boa Vista, onde então se esparrama em direção à Rua da Aurora limitada pela Rua do Riachuelo, a Zona Hospício recebeu esse nome em função da Rua do Hospício que um dia já foi margem do Rio Capibaribe e, segundo Menezes (1988) foi um dos primeiros locais habitado por pescadores no Bairro da Boa Vista. Ali também foi construído em 1736 o hospício para a residência dos padres esmoleres de Jerusalém, dando assim o nome à rua. Em um mapa de 1808 de José Fernandes Portugal, Menezes (1988) identifica ao longo da Rua do Hospício a existência de sítios. Ainda no início do século XIX, a área que vai da Rua do Hospício até a Rua da Aurora é aterrada, possibilitando assim o surgimento das ruas da Aurora, da União, da Saudade, 7 de Setembro e Formosa, atual Avenida Conde da Boa Vista. No mapa de evolução urbana observa-se nessa zona a existência de algumas poucas construções do século XVIII na Rua do Hospício, enquanto que na esquina da Rua Gervásio Pires com Avenida Conde da Boa Vista a presença de edificações desde o início do século XIX e nos quarteirões entre a Rua da Saudade e a Rua da Aurora a existência de edifícios em 1856, sendo o restante ocupado a partir do início do século XX.

Toda a Zona Hospício está localizada na ZECP, conforme a LUOS[80], com exceção de um conjunto de edificações no quarteirão entre a Rua da Aurora e Rua da União que é uma porção da ZEPH8, sendo identificada como SPR da ZEPH8.2 (Bairro da Boa Vista), além de dois IEPs situados na Rua do Hospício. Já segundo a legislação estadual nessa zona existe o tombamento provisório do Conjunto de Casas da Rua da União e parte do tombamento do Conjunto Urbano da Rua da Aurora, que concorda com a SPR da ZEPH8.2 da lei municipal

[80] ZECP – Zona Especial do Centro Principal
LUOS – Lei de Uso e Ocupação do Solo

de zoneamento. Conforme os estudos do PPSH/RMR, apenas o leito da Rua do Hospício faz parte da ZPR12 (Faculdade de Direito), coincidindo com o polígono de entorno federal da Faculdade de Direito. Nessa porção do bairro não existe nenhuma proteção federal, apenas os quarteirões entre a Rua da Aurora e a Rua da Saudade foi elaborado uma proposta de poligonal no Processo nº 08/SPHAN_84, mas que nunca chegou a ser discutida pelo Conselho Consultivo.

d) Zona Faculdade de Direito

Delimitada pelas ruas do Hospício, da Aurora, do Riachuelo e Avenida Mário Melo, a Zona Faculdade de Direito está localizada em área de aterro da segunda metade do século XIX. Os primeiros sinais de ocupação daí foram observados por Menezes (1988) no mapa de José Fernandes Portugal de 1808 que identificava os sítios ao longo da Rua do Hospício, conforme visto na Zona Hospício, e a presença de uma ilhota chamada dos “Ratos” que viria a ser incorporada ao bairro através de aterros e assim se transformaria no atual Parque 13 de Maio e na Avenida Mário Melo em 1939 (FERREIRA, 1996), sendo indicados, inclusive, pelos entrevistados como locais atualmente perigosos. O aterramento dessa parte do bairro com a sua consequente expansão nessa direção ocorreu na segunda metade do século XIX, inclusive com a construção do edifício do atual Ginásio Pernambucano em 1866. Já no início do século XX foram inaugurados os edifícios da atual Assembleia Legislativa e da Faculdade de Direito. Ao confrontar o mapa de evolução urbana, nota-se que a sua ocupação ocorreu entre meados do século XIX e início do século XX.

A Zona Faculdade de Direito estar localizada na ZECP, contudo grande parte dela é sobreposta por duas ZEPHs, sendo a primeira a ZEPH8.3 (Bairro da Boa Vista) que engloba tanto a SPR quanto a SPA e a ZEPH17 (Faculdade de Direito), que também inclui a SPR e a SPA. A SPR da ZEPH17 é igual a ZPR12 (Faculdade de Direito) do PPSH/RMR, do mesmo jeito que a SPR da ZEPH8.3 é o mesmo da ZPR10 (Rua da Aurora) e a sua SPA é a igual a ZPA05.

Além das ZEPHs existe nessa zona, segundo a prefeitura, um IPAV que está situado na quadra entre as ruas da Fundição, João Lira, do Hospício e Av. Mário Melo; um IEP; e onze imóveis de preservação de acordo com o Plano Específico da Boa Vista. O restante do conjunto urbano da Rua da Aurora e a Casa Natal de Manuel Bandeira estão localizados nessa zona e são tombados pelo Governo Estadual. Por fim, na Zona Faculdade de Direito existe dois bens tombados isoladamente pelo IPHAN, Faculdade de Direito e Ginásio Pernambucano, um bem com o processo sobrestado, Casa Natal de Manuel Bandeira, e um processo arquivado, conjunto arquitetônico da Rua da Aurora. Ainda segundo a legislação

federal, a mesma poligonal da ZEPH17, que inclui tanto a SPR quanto a SPA, é a área de entorno da Faculdade de Direito. O entorno do Ginásio Pernambucano chegou a ser estudado e proposto, contudo também não chegou a ser analisado pelo Conselho Consultivo, como ocorreu na Zona Hospício. Nessa zona ainda existem dois imóveis inventariados pelo acervo Azulejar. Aqui foram identificados pelos informantes três bens tombados, sendo dois a nível federal (Faculdade de Direito e Ginásio Pernambucano) e um a nível estadual (Casa Natal de Manuel Bandeira. Os entrevistados recordaram também da execução dos aterros e demonstraram preocupação com a degradação da Rua da Aurora e de suas edificações.

e) Zona Ninfas

Inicialmente a população era impedida de ocupar essa zona do bairro, conformada nos limites da Rua Dom Bosco, da Rua Barão de São Borja, da Rua das Ninfas e da Avenida Conde da Boa Vista, devido a existência de propriedades, assim no século XVIII existiam apenas caminhos ali (MENEZES, 1988). A expansão para esse lado começa a ocorrer no século seguinte, sendo possível observar no mapa elaborado pelos engenheiros Law & Blount em 1865 a ocupação do Beco da Trempe (atual encontro da Rua Barão de São Borja com Rua Visconde de Goiana). Ainda no século XIX o Beco do Tambiá (atual Avenida Manuel Borba) serviu ao baixo meretrício (GUERRA, 1973).

Essa zona está localizada, conforme a LUOS, na ZUP1, com exceção de um trecho do quarteirão entre a Rua Dom Bosco, a Avenida Manuel Borba, a Rua Gonçalves Maia e a Avenida Conde da Boa Vista que faz parta da ZEPH20 (Igreja das Fronteiras) e de uma única edificação listada como imóvel de preservação segundo o Plano Específico da Boa Vista. Os estudos do PPSH/RMR também definiram praticamente a mesma área da ZEPH20 como ZPR13 (Igreja das Fronteiras). Na Zona Ninfas não existe nenhuma proteção estadual nem federal, contudo foi selecionada como passível de proteção pelos entrevistados a edificação do extinto Instituto Psiquiátrico. Segundo um dos entrevistados, o escritório do arquiteto Acácio Gil Borsói funcionou nessa zona, assim como o Colégio Nossa Senhora do Carmo.

f) Zona Barão de São Borja

Limitada pela Avenida Conde da Boa Vista, pelas ruas Gervásio Pires, de Santa Cruz, Visconde de Goiana, Barão de São Borja e das Ninfas, a Zona Barão de São Borja aparece com seus primeiros caminhos no mapa de 1808 de José Fernandes Portugal (MENEZES, 1988), identificando a atual Rua Visconde de Goiana. Apenas um século mais tarde, no levantamento de Sir Douglas Fox e H. M. Whitley de 1906, Menezes observou a expansão do Bairro da Boa Vista para esses lados com a abertura das ruas José de Alencar e Marquês de Amorim, possibilitando assim o surgimento da tipologia de casas burguesas no bairro.

Informações corroboradas pelo mapa de evolução urbana, que indica a existência de construções do início do século XIX na esquina da Rua Visconde de Goiana com a Rua de Santa Cruz e no restante dessa última via, enquanto que mais para o interior dessa zona as edificações começam a surgir entre o final do século XIX e o início do século XX.

A Zona Barão de São Borja está também localizada na ZUP1, porém grande parte dela é sobreposta pela SPR2, por parte da SPA1 e por um trecho da SPR1 da ZEPH8.1. Como ocorreu nas outras zonas, a ZEPH municipal em muito se parece com o PPSH/RMR, que para essa área previu a ZPR01 (Rua de Santa Cruz e de São Gonçalo), ZPR05 (Pátio de Santa Cruz), ZPR06 (Rua Barão de São Borja), ZPA01, ZPA02 e ZPA03. Ainda segundo a legislação municipal existem nessa zona seis IEPs e outros 28 imóveis de preservação segundo o Plano Específico da Boa Vista. Já de acordo com a legislação estadual existe apenas o prédio da antiga Escola Manuel Borba tombado provisoriamente. E para o IPHAN, nessa zona existe o processo sobrestado do Conjunto Arquitetônico da Rua Barão de São Borja e da Rua da Soledade e uma proposta de entorno para esse conjunto; além de 15 imóveis relativos ao Inventário Azulejar. Nessa área apenas a antiga escola Manuel Borba foi apontada como passível de preservação pelos indivíduos.

g) Zona Praça Maciel Pinheiro

Essa zona abrange a porção onde se verificou a ocupação mais primitiva e mais variada do Bairro da Boa Vista. Os primeiros relatos encontrados dão conta de que ainda na primeira metade do século XVII havia nessa zona um pequeno cais, o início da estrada que ia até o interior do Estado, um sítio com um sobrado e um coqueiral onde foi construída a primitiva capela de Conceição dos Coqueiros, atual Igreja de Santa Cecília, também conhecida como Igreja da Conceição (GALVÃO, 2006a).

Já nas primeiras décadas do século seguinte, já existia, segundo Menezes (1988) um caminho, atual Rua Velha, que seguia até o suposto cemitério dos Judeus, próximo ao Recolhimento de Nossa Senhora da Glória, na Rua da Glória, onde já deveria existir algum casario. Além da Igreja de Santa Cecília e do Recolhimento da Glória, nesse momento a Igreja de Santa Cruz também já havia sido construída. Nessa mesma época, com o deslocamento da Ponte da Boa Vista, foi executado o Aterro da Boa Vista, sendo assim construída a Rua da Imperatriz, de modo a redirecionar o povoamento na direção da Praça Maciel Pinheiro (GALVÃO, 2006a).

Alguns anos mais tarde, na segunda metade do século XVIII, estabelecem-se a atual Rua de Santa Cruz (MENEZES, 1988), a Matriz da Boa Vista, a Igreja de Nossa Senhora da Glória e a Igreja do Rosário (GALVÃO, 2006b). No século XIX ocorre o aterramento do

local chamado Casimiro, área alagadiça do bairro próximo à Ponte da Boa Vista até a Rua Formosa, atual Avenida Conde da Boa Vista. Nesse período ocorreu também a construção do Mercado da Boa Vista, a instalação da fonte na Praça Maciel Pinheiro, o comércio varejista começava a surgir na Rua da Imperatriz em meio às residências de famílias ricas e o nascimento de Joaquim Nabuco na casa de nº 147 da Rua da Imperatriz.

Já o século XX presenciou a onda migratória dos judeus, que se fixaram nas proximidades da Praça Maciel Pinheiro, fundaram a Sinagoga Israelita do Recife, na Rua Martins Júnior, e transformou os imóveis da Rua do Aragão em lojas e fábricas de móveis. Nesse mesmo século foi inaugurado o templo da Loja Maçônica Conciliação e a Rua Formosa foi alargada para dar lugar a Avenida Conde da Boa Vista, que com a sua consolidação se tornou a principal ligação entre o centro e os subúrbios de Recife e que passou a abrigar edifícios altos ocupados pelo comércio no térreo. Esses fatos foram também lembrados pelos entrevistados.

O mapa de evolução urbana mostra o que já foi dito previamente, com as primeiras ocupações no século XVIII nas proximidades das ruas Velha, do Aragão, da Glória e da Conceição. Em seguida, no século XIX a população passa a ocupar também a Rua da Imperatriz, a Avenida Manoel Borba, a Rua do Hospício e a Rua da Alegria, para no século XX ir em direção ao Casimiro e à Avenida Conde da Boa Vista.

O zoneamento municipal da Zona Praça Maciel Pinheiro é majoritariamente a SPR1 da ZEPH8.1, contudo os quarteirões mais próximos à Avenida Conde da Boa Vista são ZECP e entre a ZECP e a SPR1 existe o SPA2, do mesmo modo entre a Rua Velha e a Rua da Imperatriz existe um trecho que é SPA3. Além da Zona Especial de Preservação Histórica, essa área do bairro apresenta também 11 imóveis de preservação segundo o Plano Específico da Boa Vista, desenvolvido pela Prefeitura. Já de acordo com a legislação estadual, essa zona abrange também um pedaço do conjunto urbano tombado da Rua da Aurora e do também tombado Cinema São Luiz, lugar de encontro e entretenimento de diferentes gerações.

Para o PPSH/RMR, a Zona Praça Maciel Pinheiro foi definida praticamente toda como área de interesse, coincidindo enormemente com o zoneamento municipal, a diferença é que o PPSH/RMR setoriza mais essa área, assim temos oito Zonas de Preservação Rigorosa (ZPR01 - Rua de Santa Cruz e de São Gonçalo; ZPR02 - Rua da Glória; ZPR03 - Rua da Alegria e Rua Leão Coroado; ZPR04 - Rua Velha; ZPR05 - Pátio de Santa Cruz; ZPR07 - Rua da Conceição e Rua Rosário da Boa Vista; ZPR08 - Praça Maciel Pinheiro; e ZPR09 - Rua da Imperatriz) e três Zonas de Preservação Ambiental (ZPA02, ZPA03, e ZPA04). Por fim, nessa zona, existem dois bens tombados, Matriz da Boa Vista e Casa Natal de Joaquim Nabuco, e

um bem sobrestado, Loja Maçônica da Conciliação, segundo a legislação federal. Para essa área também foram elaboradas duas propostas de polígono de entorno, sendo que uma engloba as margens da Rua de Santa Cruz e o Mercado da Boa Vista, e outra que abrange a Rua da Imperatriz com os dois bens tombados, chegando até a Rua Velha. Essas propostas fazem parte do Processo nº 08/SPHAN_84, mas nunca foram oficialmente reconhecidas. Essa zona teve o maior número de bens reconhecidos pelos entrevistados, totalizando 15. Ali também foram apontados alguns locais de diversão, como a Sorveteria Guemba, a boate no Edifício Novo Recife, o Bar Escritório, localizado no Mercado da Boa Vista, e as festas no Pátio de Santa Cruz.

h) Zona Praça Chora Menino

Em 1645, Henrique Dias construiu uma capela de taipa em devoção a Nossa Senhora da Assunção das Fronteiras da Estância como forma de agradecimento pela vitória contra os holandeses, que acabaram sendo expulsos anos mais tarde (GALVÃO, 2006b). Essas são as primeiras notícias encontradas sobre a Zona Praça Chora Menino. A capela acabou sendo reconstruída no final do século XVIII e se transformou na Igreja das Fronteiras, que recebeu o título de “Imperial Capela” em 1859 quando D. Pedro II e Dona Theresa Christina visitaram Recife.

Nessa porção do bairro é possível também identificar no mapa de 1808 de José Fernandes Portugal (*apud* MENEZES, 1988) a atual Rua Visconde de Goiana saindo do largo de São Gonçalo e seguindo em direção ao Mondego, que fazia parte da Estância de Henrique Dias. Ainda no século XIX, mais exatamente em 1831, acontece em Recife a revolta que ficou conhecida como Setembrizada. (PARAHYM, 1978). As vítimas dessa revolta acabaram sendo enterradas no Mondego, que após esse fato ficou conhecido como Chora Menino, pois se acreditava que ao passar por ali se ouvia o choro de um menino. No mapa de evolução urbana, o que se observa são edificações no início do século XX na Rua Visconde de Goiana.

De acordo com a LUOS, essa zona é uma ZUP1, porém nessa porção está localizada também a ZEPH 20 (Igreja das Fronteiras), que engloba grande parte da SPR, além da SPA1 e SPA2. Outros imóveis de preservação nessa área são dois IEPs e o Colégio Salesiano, que é um IPAV. Como sempre, a ZEPH é um espelho do estudo elaborado pelo PPSH/RMR, ou seja, de acordo com os estudos do PPSH/RMR existe ali a ZPR13 (Igreja das Fronteiras) e a ZPA que possuem limites muito próximos, apesar de não serem idênticos ao da ZEPH. A Igreja das Fronteiras também é um bem tombado federalmente com o seu entorno definido, sendo inclusive um dos dois bens apontados pelos informantes como a se manter preservado. Nessa zona os entrevistados lembraram também do esvaziamento que vem ocorrendo na

própria Praça Chora Menino e na Rua do Progresso, que acabam se configurando como lugares perigosos.

i) Zona Igreja de São Gonçalo

Essa parte do Bairro da Boa Vista fazia parte das terras da Estância que foram doadas pelo então Governador de Pernambuco a Henrique Dias como forma de agradecimento pela expulsão dos holandeses em 1654 (GALVÃO, 2006b). Um século depois já existia a rua que saia do pé da atual Ponte Velha e seguia até a Igreja de São Gonçalo e outra que a ligava até a outra Igreja, a de Santa Cruz (MENEZES, 1988). Ainda no século XVIII, foi também construída a Igreja de Nossa Senhora da Glória (GALVÃO, 2006). As construções mais antigas, segundo o mapa de evolução urbana, nessa zona estão localizadas ao longo da Rua da Glória e são do início do século XIX.

Toda a Zona Igreja São Gonçalo, segundo a legislação municipal, faz parte da ZEPH8.1, pegando trecho da SPR1 e da SPA1 e toda a SPA4 e possui ainda um imóvel de preservação pelo Plano Específico. Já pelo PPSH/RMR a área abrange um pedaço da ZPR01 (Ruas de Santa Cruz e de São Gonçalo), outro da ZPR02 (Rua da Glória), outro bem pequeno da ZPR04 (Rua Velha) e quase toda a ZPA02. Já de acordo com a legislação federal, ali existe a Igreja de São Gonçalo que é um imóvel tombado e que também foi reconhecida pelos entrevistados. Chegou a ser feito um estudo de entorno para a igreja que acabou não sendo ratificado. Nessa zona existe também sete imóveis que foram catalogados no Inventário Azulejar.

j) Zona Pontes

Por fim, na Zona Pontes, que foi a mais recordada pelos informantes, possui suas primeiras informações históricas ligadas à construção da Ponte da Boa Vista em 1644, que ligava a Ilha de Santo Antônio ao continente. Tendo inclusive sido construído ao pé da ponte do lado da Ilha de Santo Antônio o Castelo da Boa Vista, que daria nome ao atual bairro (CASTRO, 1954). Na primeira metade do século XVIII a ponte foi deslocada um pouco mais para o norte, gerando o “Aterro da Boa Vista”, atual Rua da Imperatriz (GALVÃO, 2006a). Em 1821 a Ponte da Boa Vista foi palco da tentativa de assassinato do então governador de Pernambuco, Luís do Rego Barreto, que acabou culminando na Convenção de Beberibe (PARAHYM, 1978). Alguns anos mais tarde, na década de 1830, a ponte foi alvo de consertos por parte do Conde da Boa Vista.

As outras pontes foram construídas anos mais tarde. Em 1862 foi inaugurada a primeira ponte de ferro do Brasil, a Ponte de Santa Isabel, que liga a Praça da República no Bairro de Santo Antônio à Rua Princesa Isabel, reconstruída em 1913. Em 1868 foi a vez de a

Ponte Duarte Coelho ser levantada para o tráfego dos trens urbanos conhecidos como Maxambombas. Desativada em 1915, a ponte foi reconstruída em 1943 com a feição atual, ligando a Avenida Guararapes à Avenida Conde da Boa Vista (FRAGOSO, 1971). Por último foi inaugurada a Ponte Velha em 1921, que foi construída no lugar da primeira Ponte da Boa Vista por Saturnino de Brito, ligando assim a Casa da Cultura à Rua Velha.

A Zona Pontes, apesar de ter sido bastante reconhecida pelos entrevistados – inclusive, três das quatro pontes foram apontadas como bens que deveriam ser preservados – não possui nenhuma legislação de proteção. Apenas o IPHAN abriu o processo de tombamento da Ponte da Boa Vista em 1965, que se encontra sobrestado.

3.4 CONFRONTANDO AS ZONAS

O confronto das zonas definidas baseadas nas referências dadas pelos entrevistados com outras informações previamente recolhidas tem como objetivo reforçar ou enfraquecer a sua importância e eventualmente apontar outras possibilidades. Assim, cabe agora refletir sobre tais zonas. É importante não perder de vista que quanto mais fatores diversos forem somados e confrontados, mais rica será a definição dessas áreas de interesse que podem vir a se tornar zonas de proteção[81].

A Zona Parque Amorim (a) foi uma das que menos englobou elementos identificados pelos informantes, no qual apenas a Avenida Conde da Boa Vista, que também passa nas margens de outras cinco zonas, foi recordada mais de 50%. Os outros elementos foram majoritariamente recordados menos de 12,5%. Ao confrontá-la com as demais informações observa-se que poucos foram os dados históricos que se conseguiu obter dali, uma área também com poucos imóveis legalmente protegidos, sendo pela prefeitura apenas um IPAV e três IEPs e pelo IPHAN apenas um incluído no Inventário do Patrimônio Religioso. Desse modo, é possível dizer que a legislação existente e as informações históricas extraídas reforçam a percepção dos sujeitos, ou vice-versa, permanecendo assim como uma zona de menor interesse.

A Zona Soledade (b) abrange mais elementos urbanos em uma área menor, sendo, portanto, apontada como uma área de interesse intermediário. Nessa parte já foi possível

[81] Confrontar mapa 3.8 referente às zonas de interesse revisadas.

encontrar mais relatos históricos e com mais detalhes a partir do início do século XVIII. É uma zona também que reúne imóveis e zonas de proteção de diversos níveis de poderes e que por vezes se sobrepõem, reforçando ainda mais a importância a ela atribuída. Assim a opção foi também manter o seu nível de interesse.

A Zona Hospício (c) possui uma frequência de elementos que relacionado com a sua área acabou por atribuir a ela um interesse também intermediário, contudo um pouco menos do que a da Soledade. Os fatos históricos que ali ocorreram remetem ao início do século XVIII e estão ligados, principalmente, aos atos dos governos municipal e estadual que atribuíram valor à área e aos imóveis, enquanto que no âmbito federal nenhum bem foi patrimonializado. Assim, a postura adotada foi também de mantê-la em conformidade com os entrevistados.

A Zona Faculdade de Direito (d) foi uma das áreas que mais houve divergência entre a percepção dos sujeitos e os dados recolhidos. Pormenorizando, as pessoas recordaram com uma baixa frequência dos elementos daquela porção, apesar de terem identificado três bens tombados ali. Curiosamente é uma área de ocupação mais recente no bairro, formada por aterros do início do século XIX, mas é bastante reconhecida pelos diversos órgãos de preservação que atuam na área que vem ocasionando a sobreposição das resoluções.

Tendo essas informações em mãos, a iniciativa foi de transformá-la então em uma zona de maior interesse. A discordância de olhares entre a população e os órgãos públicos de preservação aponta para um problema que deve ser equacionado e que talvez possa ser pensado na direção de informar a população de maneira que ela possa se apropriar e valorar mais a zona e/ou na direção de rever a maneira que se faz seleção dos bens, já que nem sempre os bens elegidos refletem a atual postura das pessoas. Ou seja, uma vez constatado que a percepção das pessoas e a do Estado sobre o que é considerado patrimônio não são as mesmas, caberia discutir e repensar o modo como vem sendo feitas essas escolhas.

A Zona Ninfas (e) está localizada entre zonas de maior e de menor interesse, sendo indicada como uma zona intermediária conforme o posicionamento dos indivíduos. Foi uma área que por um tempo impediu o avanço da população para este lado por abrigar propriedades particulares. É uma zona que apenas a prefeitura identifica algum valor ali, abrigando parte do SPR da ZEPH da Igreja das Fronteiras. Destarte, a escolha foi em manter a importância dada pelos entrevistados.

Sobre a Zona Barão de São Borja (f) pouco se conseguiu achar sobre a sua ocupação, sendo as primeiras informações do início do século XIX. Em relação a preservação, todos os órgãos possuem algum tipo de proteção ali, a prefeitura estabeleceu a ZEPH8.1, que engloba

grande parte da sua área, e definiu 34 imóveis de preservação, enquanto a FUNDARPE e o IPHAN abriram processos de tombamento de diferentes imóveis ainda inconclusos. Confrontando com os discursos dos entrevistados, que indicaram uma quantidade significativa de elementos da zona, a opção foi permanecer com a seu nível de interesse.

A Zona Praça Maciel Pinheiro (g) abriga o primeiro núcleo de ocupação do bairro, datado do século XVII e é um dos mais protegidos pelas legislações dos diversos níveis de poder. Assim, para o município, com exceção da faixa mais próxima a Avenida Conde da Boa Vista, a zona é toda protegida, além de 11 imóveis protegidos individualmente. Para o Estado, ali existem parte de um conjunto urbano e um imóvel individual tombados. Já para o governo federal, nessa zona existem dois imóveis tombados individualmente e um cujo processo encontra-se sobrestado, além de 20 outros imóveis inventariados. De acordo com os entrevistados, nessa zona foi apontada a maior frequência de elementos e também de bens identificados como já sendo ou que deveriam ser protegidos de todo o Bairro da Boa Vista, assim sendo a atitude considerada mais coerente foi de aumentar o interesse primitivamente dado a ela.

A Zona Praça Chora Menino (h) remete a sua primeira ocupação à Estância de Henrique Dias no século XVII e à construção da capela que mais tarde viria a se transformar na atual Igreja das Fronteiras. Inclusive, essa mesma igreja é o principal foco de proteção dessa zona, onde o município estabeleceu uma ZEPH com foco nela e o IPHAN a tombou individualmente e estabeleceu anos mais tarde o seu entorno. Ainda nessa área, o município delimitou um IPAV e dois IEPs. Conforme o reconhecimento dos indivíduos essa foi uma zona de menor interesse e a decisão foi mantê-la dessa maneira.

A Zona Igreja de São Gonçalo (i), assim como a Zona Praça Maciel Pinheiro (g), é uma das mais antigas ocupações do bairro e também uma das mais reconhecidas pelo poder público, sendo toda ela zona de proteção pelo município. Nessa zona existem também um imóvel protegido individualmente pelo município, um imóvel tombado e outros sete inventariados pelo IPHAN. Assim, a resolução adotada nesse caso foi aumentar o seu interesse, já que os entrevistados a consideraram como uma zona intermediária.

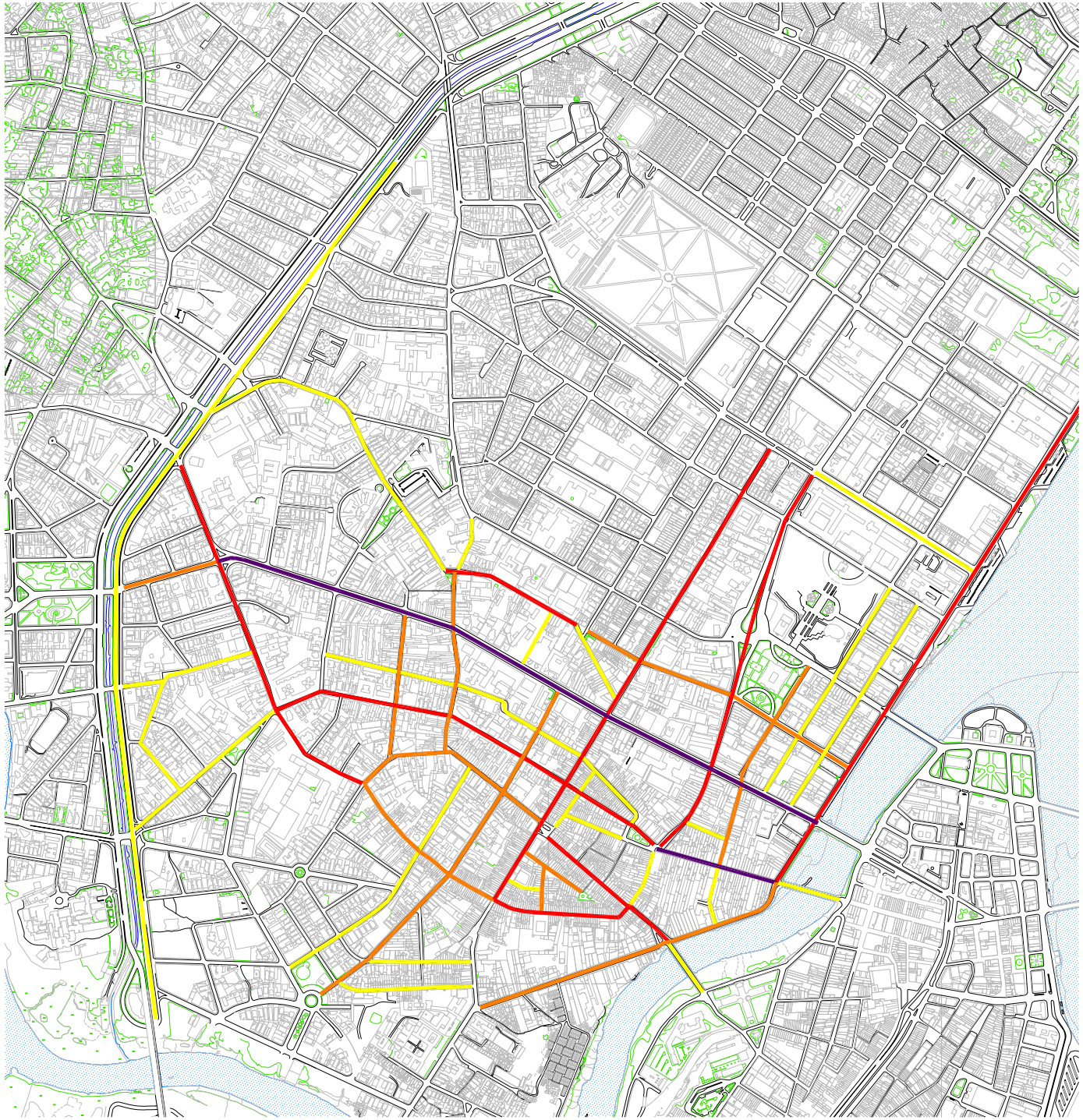
Enfim, a Zona Pontes (j), mesmo sendo uma zona bastante antiga e a mais reconhecida de todas pelos informantes, é a zona sobre a qual menos incide a legislação, tendo apenas a Ponte da Boa Vista com um processo de tombamento aberto (sobrestado) pelo IPHAN. Essa falta de proteção de uma zona tão lembrada pelos sujeitos é também uma incongruência do poder público que, por vezes, se abstêm em patrimonializar referenciais do Lugar. A decisão

foi considerá-la uma zona de interesse intermediária, coincidindo assim com a mesma relevância dada a Zona Faculdade de Direito.

Ao ponderar sobre o confronto entre as informações previamente recolhidas, é possível perceber que a maioria das zonas permaneceu com a mesma importância, sendo quatro alteradas. Isto é, as zonas Parque Amorim (a), Soledade (b), Hospício (c), Ninfas (e), Barão de São Borja (f) e Praça Chora Menino (h) permaneceram com o mesmo nível de interesse. Já as zonas Faculdade de Direito (d), Praça Maciel Pinheiro (g) e Igreja de São Gonçalo (i) tiveram sua importância alterada (aumentada); apenas o interesse da Zona Pontes (j) foi diminuído. Dessas quatro alteradas, duas zonas, Praça Maciel Pinheiro (g) e Igreja de São Gonçalo (i), tiveram seu interesse reforçado pelo seu histórico e pelas legislações incidentes, enquanto que as outras duas, Faculdade de Direito (d) e Pontes (j), realmente haviam tido resultados bastante distintos ao conjugar a percepção das pessoas com os instrumentos normativos e com o seu histórico. Tais resultados, entretanto, não invalidam o processo, uma vez que o principal foco era utilizar o entendimento das pessoas sobre o bairro para determinar os limites do Lugar e zonas internas de maior potencial cultural que possam vir a servir de alicerce para a determinação de futuras áreas de proteção do patrimônio.

A partir desses resultados, poderia se propor que as zonas consideradas de maior interesse sejam reconhecidas e consideradas prioritárias na determinação de ações preservacionistas, tais como realização de inventários de conhecimento, como o Inventário Nacional de Referências Culturais, divulgação do patrimônio ali existente, ações voltadas à educação patrimonial, registro das festividades e demais processos culturais. As zonas de menor interesse, contudo, não devem ser ignoradas.

O exercício de consultar as pessoas envolvidas, de tentar compreendê-las e de sobrepor essas percepções subjetivas com informações objetivas enriquece e aprofunda o conhecimento sobre o Lugar, contudo, sem poder ser considerado como o último passo para a definição de ações de proteção ao patrimônio cultural existente.



LEGENDA

- Via - acima de 50%
- Via - entre 25% e 50%
- Via - entre 12,5% e 25%
- Via - menos de 12,5%

BAIRRO DA BOA VISTA

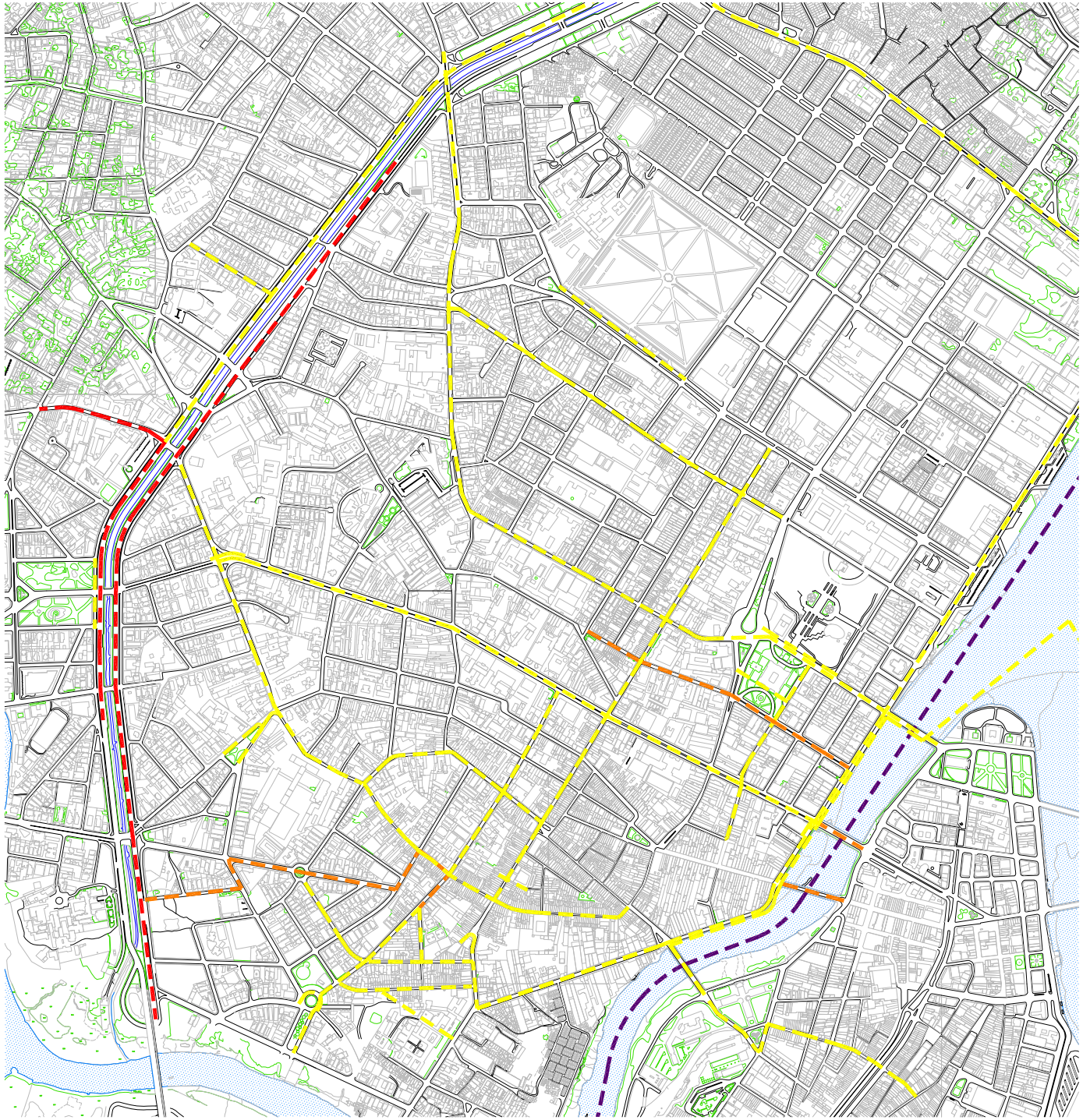
Recife, PE

N

Título:
Elementos Urbanos - VIAS
Fonte: Autora, 2012.

Mapa:
3.1

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

- Limite - acima de 50%
- Limite - entre 25% e 50%
- Limite - entre 12,5% e 25%
- Limite- menos de 12,5%

BAIRRO DA BOA VISTA

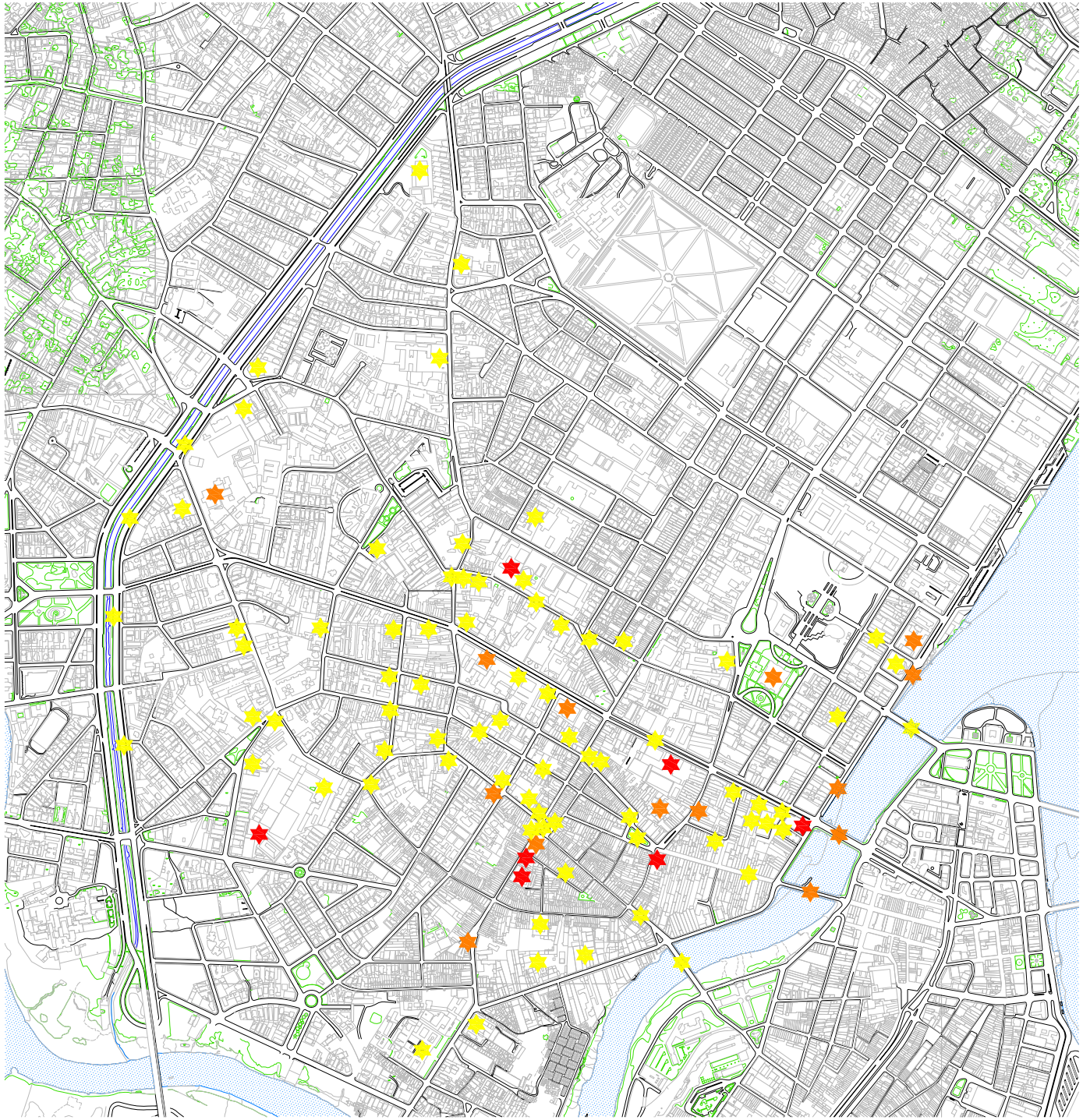
Recife, PE

Título:
Elementos Urbanos - LIMITES
Fonte: Autora, 2012.

Mapa:
3.2

Escala:
0 100 200 300 400 500m

N



LEGENDA

- Marco Edificado - entre 25% e 50%
- Marco Edificado - entre 12,5% e 25%
- Marco Edificado - menos de 12,5%

N

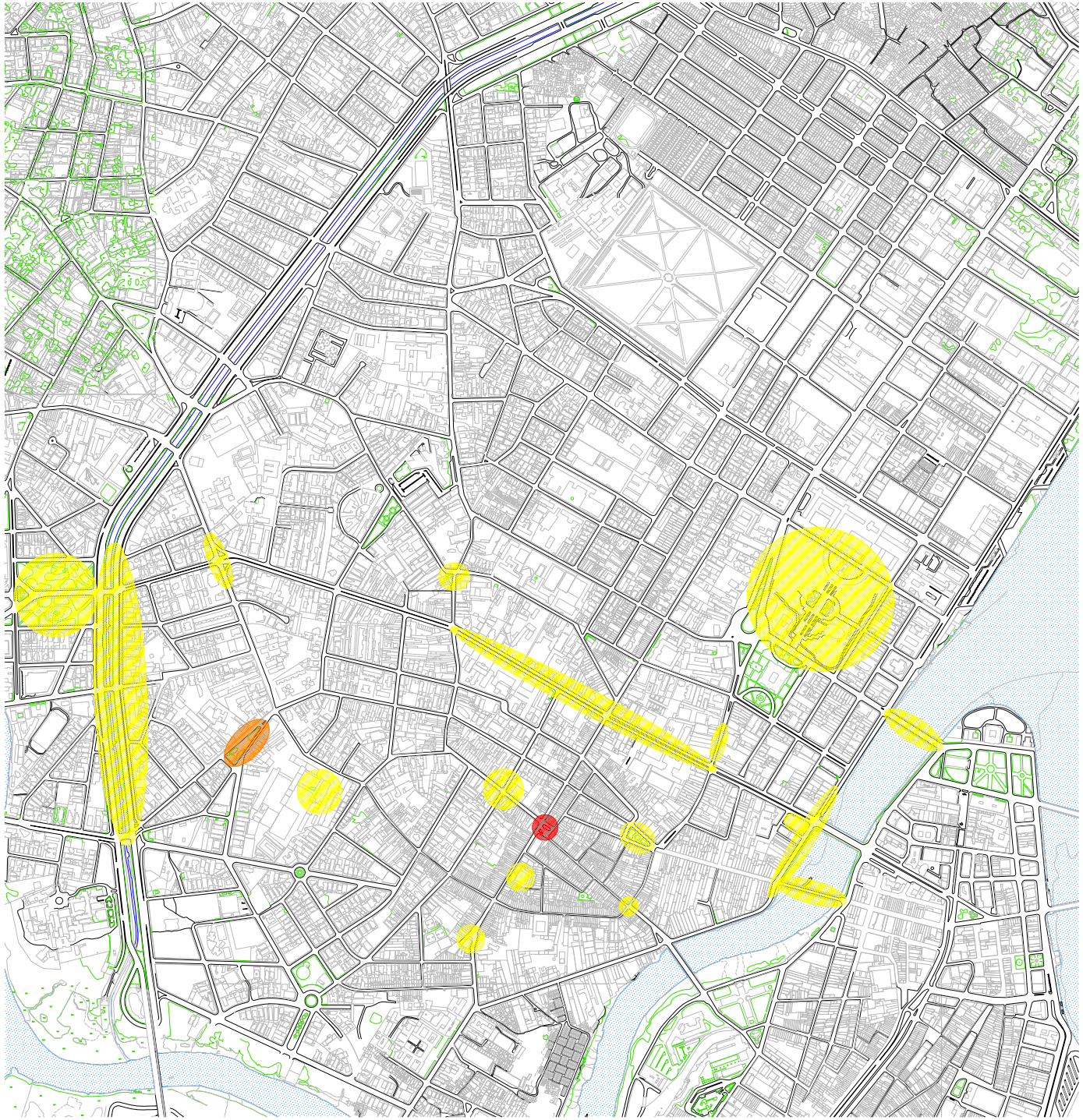
BAIRRO DA BOA VISTA

Recife, PE

Título:
Elementos Urbanos - MARCOS EDIFICADOS
Fonte: Autora, 2012.

Mapa:
3.3

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

- Ponto Nodal - entre 25% e 50%
- Ponto Nodal - entre 12,5% e 25%
- Ponto Nodal - menos de 12,5%

N

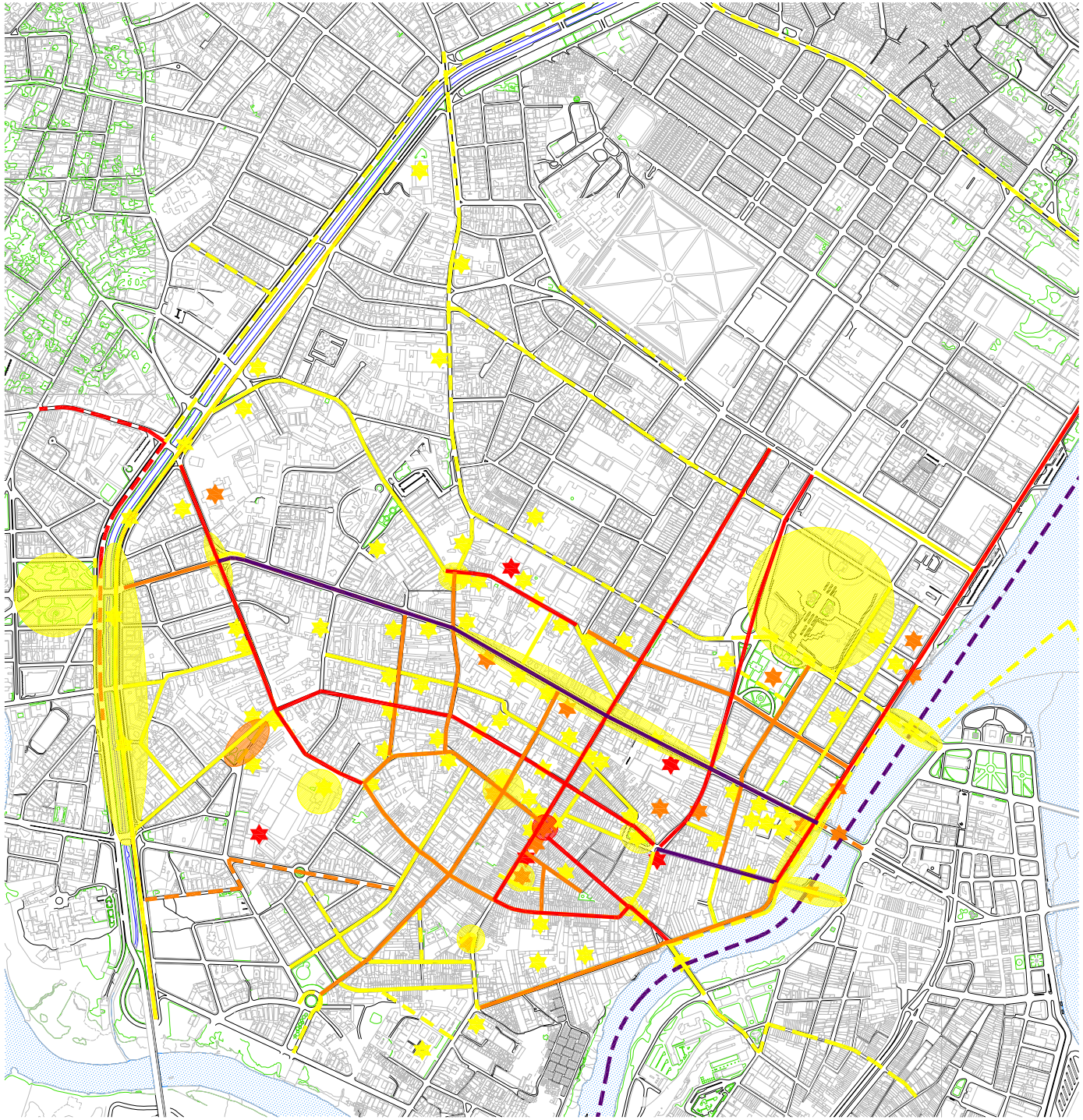
BAIRRO DA BOA VISTA

Recife, PE

Título:
Elementos Urbanos - PONTOS NODAIS
Fonte: Autora, 2012.

Mapa:
3.4

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

- Vias
- Limites
- Marcos Edificados
- Pontos Nodais

FREQUÊNCIA

- Acima de 50%
- Entre 25% e 50%
- Entre 12,5% e 25%
- Menos de 12,5%

N

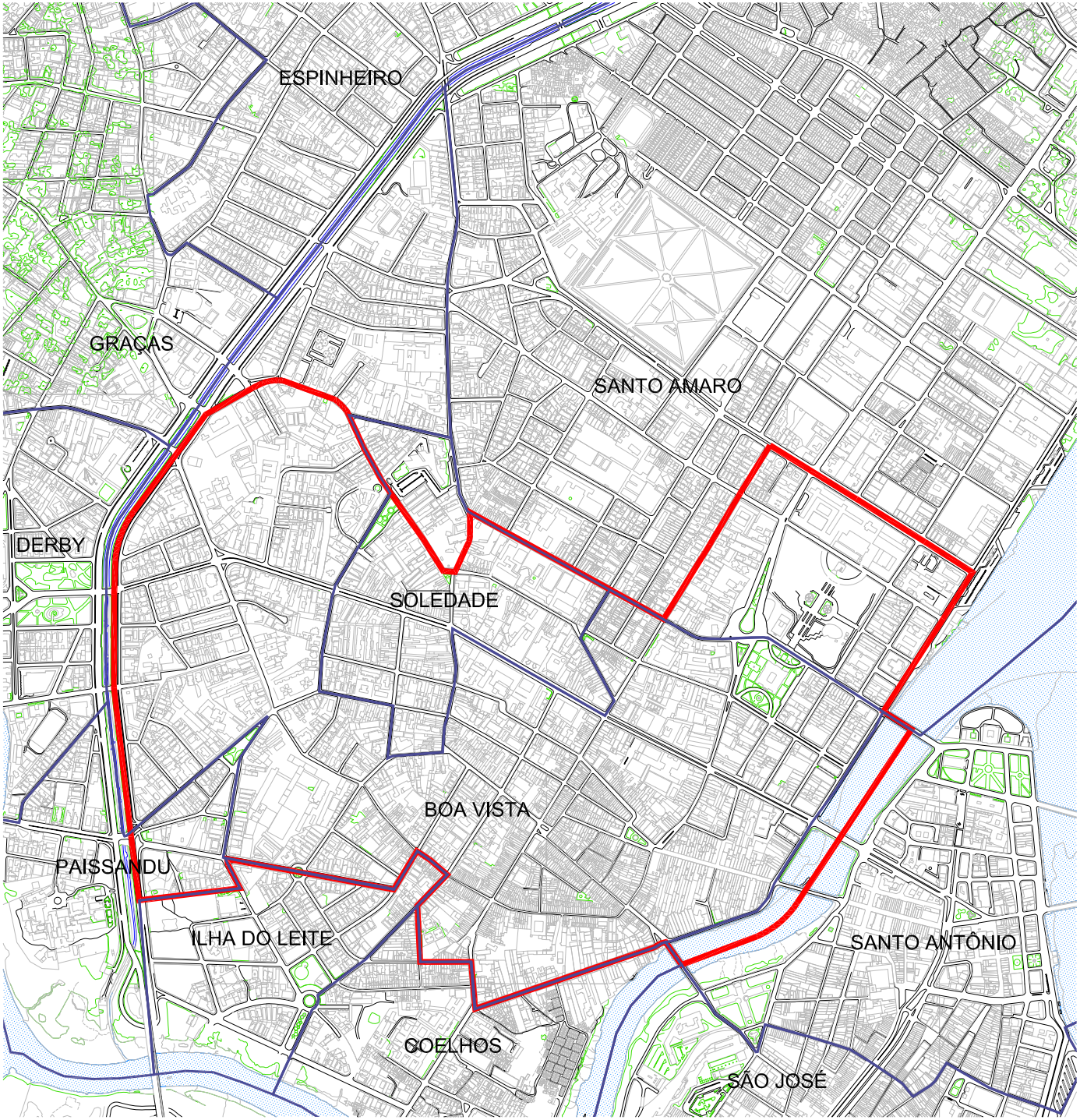
BAIRRO DA BOA VISTA

Recife, PE

Título:
Síntese dos Elementos Urbanos
Fonte: Autora, 2012.

Mapa:
3.5

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

- Limite Bairros conforme Lei nº 16.293/97
- Limite Bairro da Boa Vista conforme entrevistas

N

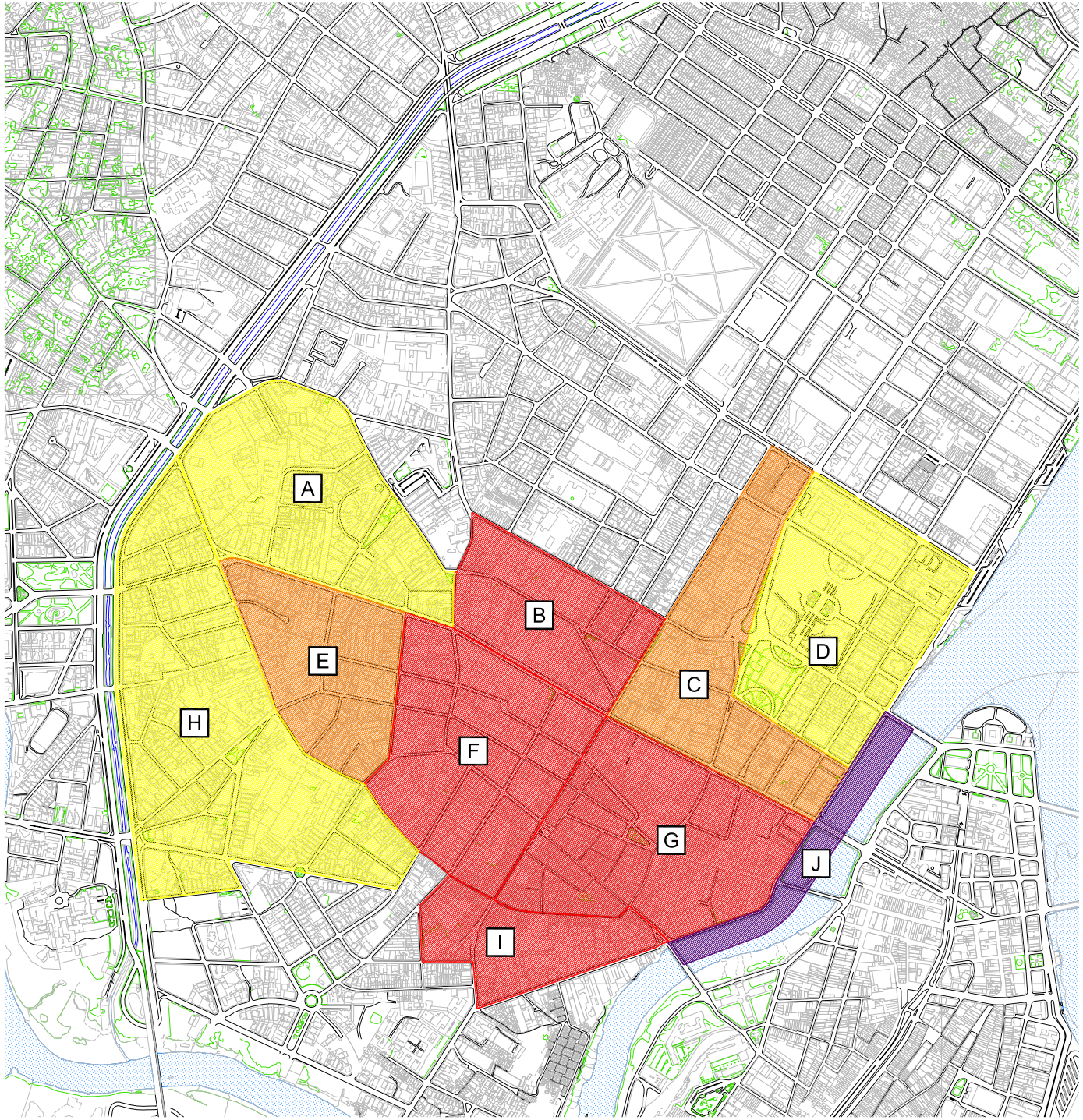
BAIRRO DA BOA VISTA

Recife, PE

Título:
Delimitação do Bairro da Boa Vista
Fonte: Autora, 2012.

Mapa:
3.6

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

- Maior interesse
- Interesse intermediário maior
- Interesse intermediário menor
- Menor interesse

ZONAS

A) Parque Amorim
B) Soledade
C) Hospício
D) Faculdade de Direito
E) Ninfas
F) Barão de São Borja
G) Praça Maciel Pinheiro
H) Praça Chora Menino
I) Igreja de São Gonçalo
J) Pontes

N

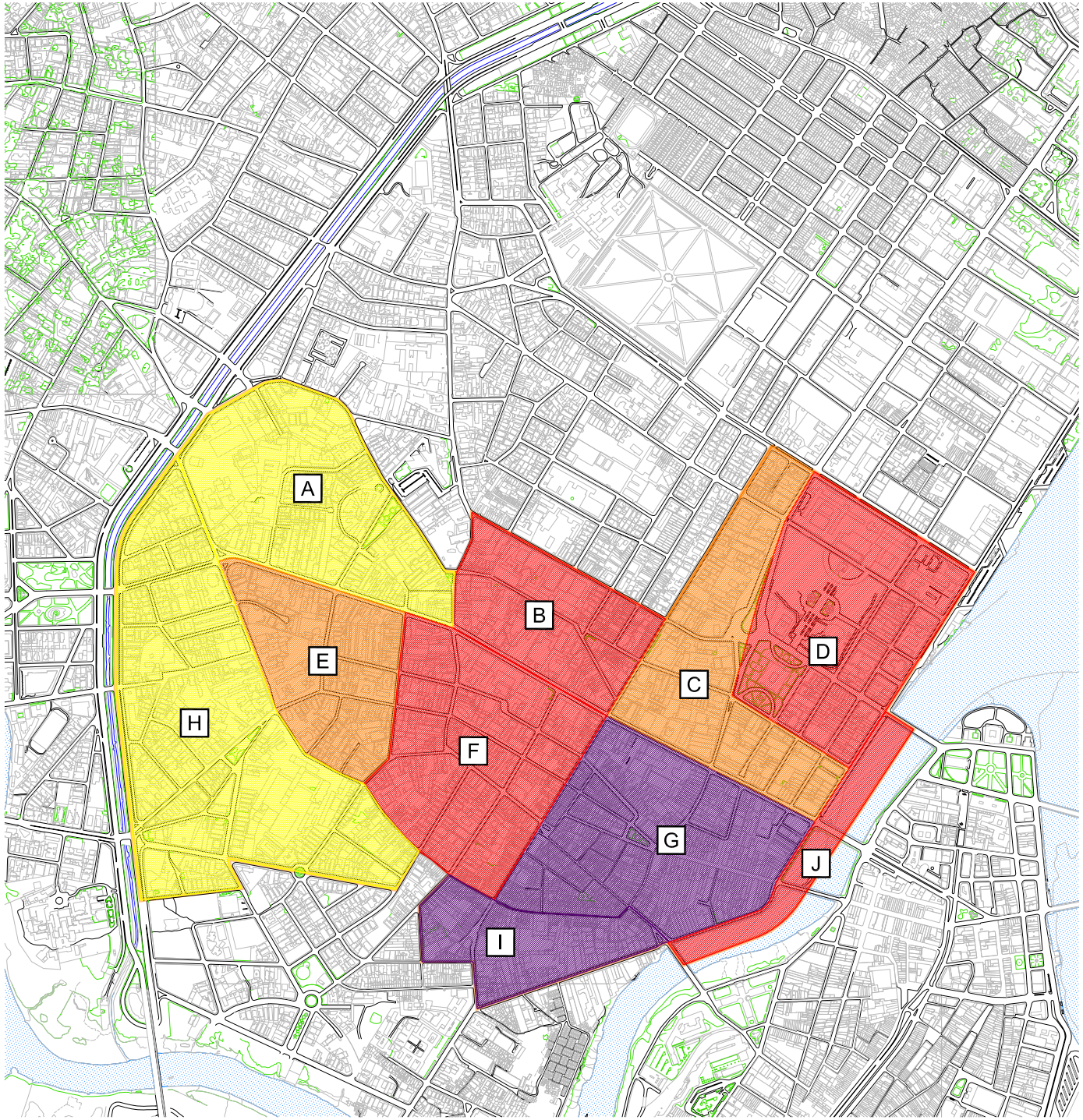
BAIRRO DA BOA VISTA

Recife, PE

Título:
Zonas de Interesse
Fonte: Autora, 2012.

Mapa:
3.7

Escala:
0 100 200 300 400 500m



LEGENDA

- Maior interesse
- Interesse intermediário maior
- Interesse intermediário menor
- Menor interesse

ZONAS

A) Parque Amorim
B) Soledade
C) Hospício
D) Faculdade de Direito
E) Ninfas
F) Barão de São Borja
G) Praça Maciel Pinheiro
H) Praça Chora Menino
I) Igreja de São Gonçalo
J) Pontes

N

BAIRRO DA BOA VISTA

Recife, PE

Título:
Zonas de Interesse Revisadas
Fonte: Autora, 2012.

Mapa:
3.8

Escala:
0 100 200 300 400 500m

Tabela 3.1 - Vias

Nº	VIAS	QUANTIDADE MAPAS	QUANTIDADE ENTREVISTAS	QUANTIDADE TOTAL
01	Avenida Conde da Boa Vista	07	09	16
02	Rua da Imperatriz	05	07	12
03	Rua Velha	05	04	09
04	Rua da Aurora	04	04	08
05	Rua da Glória	04	04	08
06	Rua de Santa Cruz	05	03	08
07	Rua Dom Bosco	03	04	07
08	Rua Gervásio Pires	03	04	07
09	Avenida Oliveira Lima	02	04	06
10	Rua do Hospício	03	03	06
11	Avenida Manoel Borba	02	04	06
12	Rua Barão de São Borja	03	02	05
13	Rua José de Alencar	02	03	05
14	Rua do Riachuelo	03	02	05
15	Rua da Soledade	02	02	04
16	Rua da Alegria	02	02	04
17	Cais José Mariano	03	01	04
18	Rua Leão Coroado	03	01	04
19	Rua Sete de Setembro	02	01	03
20	Avenida Carlos de Lima Cavalcanti	01	02	03
21	Rua Visconde de Goiana	01	02	03
22	Rua das Ninfas	01	02	03
23	Rua da Matriz	02	00	02
24	Ponte da Boa Vista	00	02	02
25	Avenida Agamenon Magalhães	00	02	02
26	Beco do Estudante	01	01	02
27	Rua do Aragão	01	01	02
28	Rua da Conceição	01	01	02
29	Rua Giriquiti	01	01	02
30	Rua da União	01	01	02
31	Rua do Progresso	01	01	02
32	Rua Bulhões Marques	01	00	01
33	Avenida Mário Melo	00	01	01
34	Rua do Jasmim	01	00	01
35	Ponte Velha	00	01	01
36	Rua Marquês de Amorim	01	00	01
37	Rua Corredor do Bispo	00	01	01
38	Rua do Paissandu	01	00	01
39	Rua das Fronteiras	00	01	01
40	Rua dos Prazeres	01	00	01
41	Rua Henrique Dias	00	01	01

Nº	VIAS	QUANTIDADE MAPAS	QUANTIDADE ENTREVISTAS	QUANTIDADE TOTAL
42	Rua Rosário da Boa Vista	01	00	01
43	Rua Martins Júnior	00	01	01
44	Travessa Pedro de Albuquerque	01	00	01
45	Rua Nunes Machado	00	01	01
46	Rua da Saudade	00	01	01
47	Rua João Fernandes Vieira	00	01	01

Tabela 3.2 - Limites

Nº	LIMITES	QUANTIDADE MAPAS	QUANTIDADE ENTREVISTAS	QUANTIDADE TOTAL
01	Rio Capibaribe	07	08	15
02	Avenida Agamenon Magalhães	05	03	08
03	Derby	03	03	06
04	Ponte da Boa Vista (Ferro)	02	02	04
05	Ponte Duarte Coelho	02	02	04
06	Rua do Riachuelo	02	01	03
07	Ilha do Leite	01	02	03
08	Hospital Pedro II	00	02	02
09	Bairro Coelhos	00	02	02
10	Cinema São Luís	00	02	02
11	Mercado da Boa Vista	00	02	02
12	Rua da Aurora	00	02	02
13	Rua José de Alencar	00	02	02
14	Ponte Princesa Isabel	01	01	02
15	Ponte Velha	01	01	02
16	Rua Dom Bosco	01	01	02
17	Avenida Conde da Boa Vista	01	01	02
18	Viaduto João de Barros	01	01	02
19	Igreja de São Gonçalo	01	01	02
20	Bairro de Santo Amaro	01	01	02
21	Rua de Santa Cruz	01	01	02
22	Cais José Mariano	01	00	01
23	Cinema Boa Vista	00	01	01
24	Curva da Av. Conde da Boa Vista	01	00	01
25	Rua Jasmim	00	01	01
26	Faculdade de Direito	01	00	01
27	Praça Miguel de Cervantes	00	01	01
28	Praça Chora Menino	01	00	01
29	Rua Esperanto	00	01	01
30	Rua Gervásio Pires	01	00	01
31	Rua dos Prazeres	00	01	01

Nº	LIMITES	QUANTIDADE MAPAS	QUANTIDADE ENTREVISTAS	QUANTIDADE TOTAL
32	Rua da Glória	01	00	01
33	Espinheiro	00	01	01
34	Rua Visconde de Goiana	01	00	01
35	Graças	00	01	01
36	Santo Antônio	01	00	01
37	Hospitais	00	01	01
38	Avenida Norte	00	01	01
39	Praça do Derby	00	01	01
40	Parque 13 de Maio	00	01	01
41	Rua Barão de São Borja	00	01	01
42	Cemitério de Santo Amaro	00	01	01
43	Rua Visconde de Suassuna	00	01	01
44	Rua Sete de Setembro	00	01	01

Tabela 3.3 – Marcos edificados

Nº	MARCOS EDIFICADOS	QUANTIDADE MAPAS	QUANTIDADE ENTREVISTAS	QUANTIDADE TOTAL
01	Igreja Matriz da Boa Vista	05	04	09
02	Palácio da Soledade	03	05	08
03	Mercado da Boa Vista	04	04	08
04	Cinema São Luis	03	03	06
05	Padaria Santa Cruz	03	03	06
06	Colégio Salesiano	04	02	06
07	Colégio Marista	03	03	06
08	Faculdade de Direito	03	02	05
09	Casario da Rua da Aurora	03	02	05
10	Ponte da Boa Vista (Ferro)	03	01	04
11	Igrejas	00	04	04
12	Igreja de São Gonçalo	02	02	04
13	Teatro do Parque	02	02	04
14	Colégio Americano Batista	02	02	04
15	Shopping Boa Vista	02	02	04
16	Colégio São José	01	02	03
17	Ginásio Pernambucano	02	01	03
18	Igreja de Santa Cruz	03	00	03
19	Ponte Duarte Coelho	02	01	03
20	Cultura Inglesa	01	02	03
21	IAHG PE	01	02	03
22	Concentração Clínicas e Hospitais	01	02	03
23	Aliança Francesa	01	01	03
24	Colégio N. Sra. Do Carmo	00	02	02

Nº	MARCOS EDIFICADOS	QUANTIDADE MAPAS	QUANTIDADE ENTREVISTAS	QUANTIDADE TOTAL
25	Ginásio de Aplicação	00	02	02
26	Assembléia Legislativa	02	00	02
27	Praça Maciel Pinheiro	00	02	02
28	Cinemas	02	00	02
29	Igreja do Salesiano	00	02	02
30	Avenida Oliveira Lima	00	02	02
31	Pátio de Santa Cruz	00	02	02
32	Sorveteria Frisabor	00	02	02
33	Casa de Oliveira Lima	00	02	02
34	Igreja da Soledade	00	02	02
35	Avenida Conde da Boa Vista	00	02	02
36	Ponte Princesa Isabel	01	01	02
37	Ponte Velha	01	01	02
38	Edifício Módulo	01	01	02
39	Teatro Waldemar de Oliveira	01	01	02
40	FAFIRE	01	01	02
41	Igreja do Rosário da Boa Vista	01	01	02
42	Cinema Politeama	01	01	02
43	Cinema Boa Vista	01	01	02
44	Hospital Pedro II	01	01	02
45	Fábrica de Açúcar	01	01	02
46	Casa de Manuel Bandeira	01	01	02
47	Edifício Novo Recife	01	01	02
48	Prédios Modernos (Rua Barão de São Borja X Rua José de Alencar)	01	01	02
49	Colégio Padre Félix	01	01	02
50	Juvenato	01	01	02
51	Escritório de Borsói	01	01	02
52	Quartel (Hospital Geral do Exército)	01	01	02
53	Bar das Gaiolas (Pátio Santa Cruz)	01	00	01
54	Conservatório de Música	00	01	01
55	Escola Manoel Borba	01	00	01
56	Consulado Americano	00	01	01
57	Colégio Israelita	01	00	01
58	Unicap	00	01	01
59	Curso Meira Lins	01	00	01
60	Colégio Pinto Júnior	00	01	01
61	Escola Barbosa Lima	01	00	01
62	Colégio Contato	01	00	01
63	IMIP	00	01	01
64	Hospital Santa Joana	01	00	01
65	Centro de Saúde (Pátio Santa Cruz)	01	00	01

Nº	MARCOS EDIFICADOS	QUANTIDADE MAPAS	QUANTIDADE ENTREVISTAS	QUANTIDADE TOTAL
66	Círculo Militar	00	01	01
67	Bombeiros	00	01	01
68	Igreja da Conceição	01	00	01
69	Igreja Nossa Senhora de Fátima	00	01	01
70	Convento da Glória	01	00	01
71	Igreja Batista da Capunga	00	01	01
72	Sinagoga	00	01	01
73	Sinos das Igrejas	00	01	01
74	Edifício Mozart	01	00	01
75	Edifício Canadá	00	01	01
76	Edifício Rio Branco	01	00	01
77	Edifício Ouro	00	01	01
78	Prédio Residencial anos 40/50 (R. Gervásio Pires)	01	00	01
79	Galerias (Próx. Av. Conde da Boa Vista)	01	00	01
80	Bares na R. Mamede Simões	00	01	01
81	Casa (Rua Manoel Borba X Rua José de Alencar)	00	01	01
82	Casario Rua da Alegria	01	00	01
83	Casario da Rua da Soledade	01	00	01
84	Rua da Imperatriz	00	01	01
85	Avenida Agamenon Magalhães	00	01	01
86	Rua Manoel Borba	00	01	01
87	Rua Velha	00	01	01
88	Largo da Soledade	00	01	01
89	Casas	00	01	01
90	CHESF	01	00	01
91	Fratelli Vita	00	01	01
92	Livraria Livro 7	01	00	01
93	Livraria Síntese	01	00	01
94	Livraria Rua da Imperatriz	01	00	01
95	Cinema Soledade	00	01	01
96	Loja Maçônica	01	00	01
97	Fábrica de Leite	00	01	01
98	Restaurante Mustang	01	00	01
99	Metrópole	00	01	01
100	MKB	00	01	01
101	Supermercado Bompreço (Pq Amorim)	01	00	01
102	Supermercados	00	01	01
103	Supermercado Extra	01	00	01

Tabela 3.4 – Pontos nodais

Nº	PONTOS NODAIS	QUANTIDADE MAPAS	QUANTIDADE ENTREVISTAS	QUANTIDADE TOTAL
01	Pátio de Santa Cruz	04	02	06
02	Praça Chora Menino	03	01	04
03	Praça Maciel Pinheiro	02	00	02
04	Cinema São Luis	01	01	02
05	Mercado da Boa Vista	00	01	01
06	Avenida Conde da Boa Vista	01	00	01
07	Ponte Princesa Isabel	00	01	01
08	Praça do Derby	01	00	01
09	Igreja do Salesiano	00	01	01
10	Igreja de São Gonçalo	01	00	01
11	Avenida Agamenon Magalhães	00	01	01
12	Rua da Aurora	01	00	01
13	Rua do Hospício	00	01	01
14	Rua Dom Bosco	01	00	01
15	Ponte da Boa Vista	00	01	01
16	Rua Barão de São Borja X Rua José de Alencar	00	01	01
17	Largo da Soledade	00	01	01
18	Parque 13 de Maio	00	01	01
19	Rua Velha X Rua da Glória	00	01	01

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Existem alguns encontros, vivências, amores
tão impressionantes, tão promissores,
tão marcantes
que parecem definitivos.

Quando acabam
ficam na lembrança
como assunto não resolvido completamente
inviabilizados que foram,
paradoxalmente,
pela sua própria intensidade.

(...)
(LOPES *apud* CAMPOS (Org.), 2011, p. 13)

Escolher tratar o Bairro da Boa Vista como Lugar não foi uma escolha ao acaso, a intenção primordial era poder escutar as pessoas ali envolvidas e fazê-las, de alguma forma, participantes dessa pesquisa. Todo o exercício que envolveu o processo de fazer as entrevistas, que foi desde a elaboração do seu roteiro até a apreciação dos discursos dos entrevistados, trouxe uma perspectiva diversa daquela muitas vezes usada pela arquitetura e urbanismo de leitura da cidade através da morfologia de seu tecido urbano, da tipologia de suas construções e que toma a população como mais um dado. Havia a necessidade de considerar também as percepções de todos os entrevistados que por muitas vezes tomam um posicionamento diverso daquele esperado e ter que lidar com isso ampliou a compreensão do Lugar. Distinguir os elementos urbanos através da fala das pessoas e então estabelecer a totalidade do bairro apontou para um caminho de reconhecimento de interesse que ultrapassou a visão exclusivamente técnica, indicou outros bens para preservação, além daqueles já selecionados pelos órgãos de patrimônio, e até confirmou o valor de alguns desses já elegidos como patrimônio cultural.

As entrevistas e os mapas mentais elaborados por indivíduos de diferentes categorias ligados ao bairro e a apropriação dessas informações demonstraram que é possível utilizá-las para entender o limite e a diversidade de um bairro e para determinar as suas áreas de maior interesse para esses mesmos indivíduos, na tentativa de garantir a sua continuidade. Afirma, assim, a hipótese inicial de identificar áreas de maior e menor interesse no Bairro da Boa Vista, entendido como Lugar, através da percepção das pessoas ali envolvidas, e, na medida do possível, equaciona o problema de explicitar e espacializar a importância atribuída pelos entrevistados, através tanto das falas, quanto dos mapas cognitivos.

O longo caminho percorrido iniciou-se, conforme visto, com a compreensão de como e em que momento ocorreu a ocupação da porção de terra continental margeada pelo Rio Capibaribe e que a partir do século XVIII formaria o Bairro da Boa Vista chegando até os dias atuais com a identificação das edificações já protegidas pelo Estado e a legislação que ordena o uso e a ocupação do solo ali. Essas considerações iniciais possibilitaram um dos primeiros contatos com o bairro, já que não o conhecia uma vez que não sou do Recife, além daquele cotidiano, pois é onde a Superintendência do IPHAN em Pernambuco se localiza e foram dois anos de trabalho diário ali.

Os passos seguintes foram dados na direção de apreender o lugar pela percepção das pessoas que ali se envolvem de alguma forma, sendo especialistas ou não. Nesse momento os problemas cotidianos tomam forma, na mesma medida que a qualidade e a importância do bairro para os entrevistados. É um imbricado no qual, por diversas vezes, a história das pessoas se confunde com a história do bairro. As entrevistas trouxeram outros tipos de dados que não se encontram nem na bibliografia e nem na legislação e que às vezes apontam para a necessidade urgente de atuação e investimentos por parte do poder público em áreas específicas da Boa Vista, principalmente naquelas já reconhecidas como patrimônio cultural.

Assim, foram identificados, por exemplo, a população vinda de outros lugares e que se estabeleceu ali por um curto período de tempo, algumas vezes inclusive sublocando quartos; o convívio com os costumes judeus; a “poeira melada” que vinha da limpeza das caldeiras da fábrica de açúcar; as idas à loja de discos Rozenblit; a sorveteria Guemba e o Cinema São Luiz que serviam como ponto de namoro; o considerado melhor pão da cidade da Padaria Santa Cruz; o parque de diversões que era montado no Pátio de Santa Cruz; e as pessoas que colocavam as cadeiras na calçada para verem as crianças brincando na rua.

As dificuldades enfrentadas pelos agentes públicos que vão além da legislação também foram indicadas, como a existência de construções ilegais que estão ali a mais de 20 anos; a necessidade de manutenção das edificações privadas e a falta de recursos do proprietário; a constatação de que a parte mais degradada no bairro é exatamente aquela protegida; o exercício do papel de fiscalizador, inclusive com a possibilidade de multar os proprietários, quando o poder público não dá nenhuma contrapartida, nem mesmo de serviços básicos como esgoto; e o conflito entre as diferentes esferas de poder.

Com todas as informações coletadas, foram estabelecidas a totalidade do Bairro da Boa Vista e as sua zonas, sendo estas analisadas internamente. Contudo, o resultado alcançado nessa pesquisa, como já dito, não é definitivo, assim algumas ressalvas e algumas sugestões fazem-se necessárias.

Antes, porém, é necessário reforçar que a parte fundamental da pesquisa foi ter o contato com pessoas de diversas categorias, que apontam conflitos e fazem questionamentos. Era o encontro com outras opiniões que nunca indicavam simplesmente imóveis que deveriam ser protegidos na Boa Vista. Os entrevistados por vezes faziam objeções aos bens tombados, quando não os desconheciam, e viam a dificuldade existente no diálogo entre os órgãos de preservação do patrimônio.

As entrevistas foram muito enriquecedoras, pois colocaram problemáticas que para serem solucionadas requerem uma mudança de olhar e posicionamento. Assim passa a ser necessário estabelecer linhas de diálogo que possibilite a construção daquilo que é patrimônio no bairro, conjuntamente com a sua população e com os outros níveis de governo. Esse trabalho demonstra exatamente a possibilidade real disso ser feito.

O tipo de trabalho realizado impôs uma limitação, uma vez que os dados foram coletados e analisados por uma pessoa apenas. Portanto, faz-se necessário a atuação de uma equipe multidisciplinar, conforme sugerido pelo INRC (2000), que agregue diferentes olhares e que enriqueça desse modo, todo o processo. Com a formação de uma equipe poderia ser aumentada a quantidade de pessoas entrevistadas. Para o trabalho que foi aqui desenvolvido, os entrevistados escolhidos e o número de entrevistas foram satisfatórios e cumpriram com o objetivo proposto de perceber o Lugar através das pessoas ali envolvidas e de determinar zonas internas de interesse. Porém, um maior número de pessoas entrevistadas garantiria um processo ainda mais democrático, possibilitando também a inserção de outros grupos presentes no bairro.

A participação de mais pesquisadores e com formações diferentes, complementaria ainda o resultado final alcançado e preencheria um dos requisitos do INRC (2000) que fundamentou a metodologia utilizada no trabalho. A multidisciplinariedade traria também a possibilidade de rever o roteiro e a análise das entrevistas e dos mapas, inclusive com outras abordagens, como a realização de visitas *in loco* com os entrevistados, que poderiam ou não estar divididos em grupo, conforme indicado por Lynch (2006), e outras maneiras de elaborar os mapas cognitivos através do pedido aos entrevistados na utilização de cores diferenciadas para indicar o nível de importância atribuída aos elementos urbanos, por exemplo.

Outro quesito complementar para a determinação de áreas de preservação, que deve ser contemplado, é o recolhimento de informações técnicas, como a morfologia urbana, a tipologia arquitetônica, o uso e o estado de conservação das edificações e demais dados relevantes que contribuam ainda mais para o conhecimento do bairro e até mesmo que sirvam como balizamento para a definição de futuras ações preservacionistas. Esses dados serviriam

também como variáveis no confronto com o resultado das entrevistas, conforme feito com os instrumentos normativos e com os dados históricos do Bairro da Boa Vista.

A participação das pessoas interessadas também não deve ser passiva, comportando-se apenas como entrevistados. A presença deles dentro da equipe de pesquisa é muito importante, portando-se como pesquisadores que identificam e documentam o seu patrimônio e colocando-se na mesma condição dos especialistas na determinação dos rumos da investigação. Assim como os resultados que devem ser colocados para apreciação, discussão e aprovação da população através de um diálogo aberto e que deve ser promovido invariavelmente, compreendendo que a determinação de zonas de proteção não pode ser jamais entendida como terminada, mas sim como um Lugar que está em constante transformação, de forma que fosse possível reavaliar de tempos em tempos as escolhas feitas e fazer ajustes nas ações preservacionistas.

Concluo que o trabalho permitiu constatar a possibilidade de utilização de uma metodologia que incluía entrevistas e a elaboração de mapas cognitivos para a compreensão das áreas de interesse para a população no Bairro da Boa Vista, através da localização espacial dos objetos urbanos categorizados como elementos urbanos que reforçam as apreciações dos entrevistados sobre o bairro. Uma vez identificada a sua importância e definidas zonas de interesse, torna-se possível pensar na definição juntamente com a população de instrumentos normativos de proteção e continuidade dos seus valores que por vezes se materializam em objetos urbanos. Contudo, isso é desafio para uma outra investigação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Erika Audet de. A articulação dos espaços públicos na paisagem do Recife através da evolução urbana. In: PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita Sá (Org.). **História e Paisagem*:*** Ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís. Recife: Edições Bagaço, 2005, p. 113-145.

AMORIM, Luiz Manuel do Eirado. Trocando gato por lebre: Quando os instrumentos legais de preservação não preservam o que deve ser preservado. In: SEMINÁRIO DOCOMOMO BRASIL, 3, 1999, São Paulo. **Anais eletrônicos...** São Paulo: DOCOMOMO, 1999. Disponível em: <http://www.docomomo.org.br/seminario%203%20pdfs/subtema_B3F/Luiz_amorim.pdf>. Acesso em: 11 jun. 2012.

BOSI, Ecléa. Memória-sonho e memória-trabalho. In:_____. **Memória e sociedade**: Lembranças de velhos. 12ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004. cap. 1, p.41-70.

BRITO, Francisco Saturnino Rodrigues de. **Saneamento de Recife**: Descripção e relatórios. Recife: Imprensa Official, 1917.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural**: Conceitos, políticas, instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.

CASTRO, Josué de. **A cidade do Recife:** Ensaio de geografia urbana. Rio de Janeiro: Livraria-Editora da Casa do Estudante do Brasil, 1954.

CAVALCANTI, Vanildo Bezerra. **Recife do Corpo Santo.** Recife: 1977.

CRAVEIRO, Paulo Fernando. Arruando pelo Recife. In: MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas (org). **O Recife***:* Quatro séculos de sua paisagem. Recife: Massangana, 1992, 300p. p. 283-288 (Série Descobrimentos).

CURY, Isabelle (Org.). **Cartas patrimoniais**. 2ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN, 2000.

DANTAS, Daniela Souza. O lugar e seu lugar na geografia: um estudo sobre epistemologia. In: ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DO PENSAMENTO GEOGRÁFICO, 2, 2009, São Paulo. **Trabalhos apresentados...** São Paulo: USP, 2009. Disponível em: <http://enhpgii.files.wordpress.com/2009/10/daniela-souza-dantas1.pdf>. Acesso em: 19 set. 2012.

FELDHUES, Paulo Raphael. Modernidade, cultura e poder: Aspectos da cidade do Recife durante o Estado Novo. **Revista eletrônica história em reflexão**, vol. 2, n. 3, p. 1-13, 2008. Disponível em: <http://www.periodicos.ufgd.edu.br/index.php/historiaemreflexao/article/view/273>. Acessado em: 30 jan. 2012.
FERREIRA, Lupércio Gonçalves. **O Recife de ontem**. 1996.

FERREZ, Gilberto. **Velhas fotografias Pernambucanas**: 1851-1890. Rio de Janeiro: Campo Visual, 1988.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: Trajetória da política federal de preservação no Brasil. 3ª ed. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

FRAGOSO, Danillo. **Velhas ruas do Recife.** Recife: Imprensa Universitária, 1971.

FUNDAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DA REGIÃO METROPOLITANA DO RECIFE. **Plano de preservação dos sítios históricos**. Recife: FIDEM, 1978.

FUNDAÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE PERNAMBUCO. **Patrimônios de Pernambuco**: Materiais e imateriais. 2ª ed. Recife: FUNDARPE, 2011.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco**: Volume 1. 2ª ed. Recife: Governo de Pernambuco, Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2006.

GALVÃO, Sebastião de Vasconcellos. SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **Dicionário corográfico, histórico e estatístico de Pernambuco**: Volume 3. 2ª ed. Recife: Governo de Pernambuco, Companhia Editora de Pernambuco - CEPE, 2006.

GUERRA, Flávio. **Velhas igrejas e subúrbios históricos**. Recife: Departamento de documentação e cultura, Prefeitura Municipal do Recife, 1961. (série evocações históricas do Recife II).

_____. **Crônicas do velho Recife**. Recife: Edição DIALGRAF, 1972.

_____. **O Conde da Boa Vista e o Recife**. Recife: Fundação Guararapes, 1973.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2006.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 1992.

HENDERSON, James. **A history of the Brazil:** Geography, commerce, colonization, aboriginal inhabitants. Londres: Longman, Hurst, Rees, Orme and Brown, 1821. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=qLlIAAAAcAAJ&printsec=front cover&hl=pt-BR#v=onepage&q&f=false>. Acessado em 02 fev. 2012.

HILST, Hilda. Sobre a tua grande face. In: _____. **Do desejo**. São Paulo: Globo, 2004. p. 100-110.

HONORATO, Manoel da Costa. **Diccionario topographic, estatistico e historico da província de Pernambuco**. Recife: Typographia Universal, 1863.

IPHAN. **Bens móveis e imóveis inscritos nos Livros do Tombo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**: 1938-2009. 5ª ed. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2009. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixa FcdAnexo.do?id=1356>. Acesso em: 16 jan. 2012.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil.** São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Porto Alegre: Companhia Editora Nacional, 1942.

LINS, Marcelo. **Mercados do Recife.** Recife: Recife no Bolso, 2007.

LOPES, André Luiz Lacé. Fasten your seat belt. In: CAMPOS, Ari Silva Mascarenhas de (Org.). **Contempoemidade**: olhares sobre o espaço que nos cerca. São Paulo: Algol Editora, 2011, p. 13.

LUDERMIR, Rosa Bernarda; DANTAS, Ney Brito. Um luar judeu no Recife: Estratégias judaicas de ocupação do espaço. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 10.. 2003. Belo Horizonte. **Anais**... Belo Horizonte: ANPUR, 2003. 1 CD-ROM.

LYNCH, Kevin. **A imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

MACEDO, Michelle Luiza Torres. Bairro da Boa Vista, importante registro das transformações da cidade do Recife. **Minha Cidade**, São Paulo, 10.113, Vitruvius, dez. 2009. Disponível em: <http://-www.arquitextos.com.br/revistas/read/minhacidade/10.113/1823>. Acessado em: 05 set. 2011.

MAGALHÃES, Aloísio. **E Triunfo?** A questão dos bens culturais no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

MAIA, Tom; FREYRE, Gilberto; MAIA, Thereza Regina de Camargo. **Recife & Olinda**. 2ª ed. Recife: Instituto Joaquim Nabuco de Pesquisas Sociais; São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1978.

MAIOR, Mário Souto; SILVA, Leonardo Dantas (Org.). **O Recife**: Quatro séculos de sua paisagem. Recife: Massangana, 1992 (Série descobrimentos).

MELO, Mário. **Síntese cronológica de Pernambuco**. Recife: Imprensa Oficial, 1943.

MELLO, José Antonio Gonsalves de. **Tempo dos flamengos:** Influência da ocupação holandesa na vida e na cultura do norte do Brasil. São Paulo: Livraria José Olympio Editora, 1947.

_____. **Ingleses em Pernambuco**. Recife: Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano, 1972.

MENEZES, José Luiz Mota (Org.). **Atlas histórico cartográfico do Recife.** Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, PCR, URB, DPSH, 1988.

MENEZES, José Luiz Mota. **Ainda chegaremos lá**: História da FUNDARPE. Recife: FUNDARPE, 2008. Disponível em: <http://issuu.com/echeverriama/docs/ainda_chegaremos_l__-_fundarpe_35_anos>. Acesso em: 14 mai. 2012.

MILFONT, Magna. Caminhos e marcas na cidade: a influência do transporte fluvial nos rios e mares do Recife, do século XIX. In: PONTUAL, Virgínia; CARNEIRO, Ana Rita Sá (Org.). **História e Paisagem*:*** Ensaios urbanísticos do Recife e de São Luís. Recife: Edições Bagaço, 2005, p. 77-111.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Tutela do patrimônio cultural brasileiro**: Doutrina, jurisprudência, legislação. Belo Horizonte: Del Rey, 2006.

MOREIRA, Fernando Diniz. A construção de uma cidade moderna: Recife (1909-1926). In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 6.. 1995. Brasília. **Anais**... Brasília: ANPUR, 1996, p. 788-796.

MOREIRA, Fernando Diniz. Idéias e planos do urbanismo moderno na cidade do Recife no segundo quartel do século XX. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 7.. 1997. Recife. **Anais**... Recife: UFPE, 1997, vol. 1, p. 444-462.

MOTTA, Lia; THOMPSON, Analucia. **Entorno de bens tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN, 2010. (Série Pesquisa e Documentação do IPHAN, 4)

PARAHYM, Orlando. **Traços do Recife:** Ontem e hoje. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1978.

PEREIRA, José Nilson de Andrade. **Renovar preservando**: Os imóveis especiais de preservação no Recife. 2009. 377 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano) – Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=169936>. Acesso em: 01 jun. 2012.

PONTUAL, Virginia. A cidade e o bem comum: O engenheiro Antônio Bezerra Baltar no Recife dos anos 50. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR, 9.. 2001. Rio de Janeiro. **Anais**... Rio de Janeiro: ANPUR, 2001, vol. 2, p. 797-809.

REIS, Nestor Goulart; BUENO, Beatriz Piccolotto Siqueira; BRUNA, Paulo Júlio Valentino. **Imagens de vilas e cidades do Brasil Colonial**. São Paulo: EDUSP, 2000.

RIBEMBOIM, José Alexandre. Os judeus de Maurícia. **Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico Pernambuco**, Recife, n. 60, p. 11-22, 2002.

ROCHA, Tadeu. **Roteiros do Recife**: Olinda e Guararapes. 3ª ed. Pernambuco: Gráfica Ipanema, 1967.

RODRIGUES, Rodrigo José Cantarelli. **De arruados dispersos a uma conformação singular**: Diretrizes para o tombamento federal do bairro da Boa Vista. 2006. 190 f. Trabalho final de graduação – Departamento de arquitetura e urbanismo, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**: Técnica e tempo. Razão e emoção. 4ª ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SETTE, Mario. **Arruar:** História pitoresca do Recife antigo. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1948 (Coleção Brasil que não conhecemos).

SILVA, Maria Carolina Medeiros da. A presença judaica na urbanização do Recife nos séculos XVII e XX. In: COLÓQUIO DE HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO, 1, 2007. Recife. **Anais eletrônicos**. 2007, p. 1-14. Disponível em: <http://www.pgh.ufrpe.br/brasilportugal/anais/8a/Maria%20Carolina%20Medeiros%20da%20Silva.pdf>. Acessado em: 08 set. 2011.

SIQUEIRA NETO, Moysés Marcionilo de. **Sob o véu do patrimônio cultural**: Uma análise dos processos de tombamento em Pernambuco (1979-2005). 2011. 133 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2011.

TELLES, Mário Ferreira de Pragmácio. **Proteção ao patrimônio cultural brasileiro**: Análise da articulação entre tombamento e registro. 2010. 115 f. Dissertação (Mestrado em Museologia e Patrimônio) – Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

DOCUMENTOS TÉCNICOS

ACCIOLY, Abel Carnaúba. (1998). **Ofício nº 021/98/5ªCR/IPHAN/MinC**, em 21/01/1998, encaminhando à Diretora de Projetos Urbanos da Empresa de Urbanização do Recife plantas com as delimitação das áreas vizinhas a monumentos tombados a nível federal. Arquivo Geral do IPHAN/PE.

CUNHA, Elizabeth. (1997). **Ofício DPU-145/97**, em 29/10/1997, encaminhando ao Coordenador da 5ª CR/IPHAN cópias de algumas ZEPH para análise e parecer. Arquivo Geral do IPHAN/PE.

GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO; SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA E ESPORTE; FUNDARPE. **Tombamento do conjunto urbano da Rua da Aurora**: 1983-1985. Recife.

IPHAN. **Inventário nacional de referências culturais**: Manual de aplicação. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2000.

_____. **Inventário Nacional de Bens Móveis e Integrados de Pernambuco**: Igreja de Nossa Senhora das Fronteiras. Recife.

_____. **Inventário de conhecimento do acervo azulejar**. Recife: 2008.

_____. **Inventário do patrimônio religioso em Pernambuco.** Vol. 1. Recife: 2010a.

_____. **Pátio Ferroviário das Cinco Pontas**: Parecer técnico. Recife: 2010b. 77 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA. **Processo de tombamento nº 130-T-38**. I.P.H.A.N./D.E.T. Seção de História. Casa: Oliveira Lima (Av.), 969. Palácio da Soledade. Recife – Pernambuco, 1938a.

_____. **Processo de tombamento nº 138-T-38**. I.P.H.A.N./D.E.T. Seção de História. Igreja: São Gonçalo. Recife – Pernambuco, 1938b.

_____. **Processo de tombamento nº 149-T-38**. I.P.H.A.N./D.E.T. Seção de História. Igreja: Boa Vista. Recife – Pernambuco, 1938c.

_____. **Processo de tombamento nº 396-T-48**. I.P.H.A.N./D.E.T. Seção de História. Casa: Imperatriz (Rua), 147. Casa natal de Joaquim Nabuco. Recife – Pernambuco, 1948.

_____. **Processo de tombamento nº 400-T-49**. I.P.H.A.N./D.E.T. Seção de História. Igreja: Nossa Senhora das Fronteiras. Igreja das Fronteiras. Recife – Pernambuco, 1949.

_____. **Processo de tombamento nº 760-T-65**. I.P.H.A.N./D.E.T. Seção de História. Ponte da Boa Vista. Recife – Pernambuco, 1965.

_____. **Processo de tombamento nº 793-T-67**. I.P.H.A.N./D.E.T. Seção de História. Casa: Oliveira Lima (Av.), 813. Casa natal de Oliveira Lima. Recife – Pernambuco, 1967.

_____. **Processo de tombamento nº 906-T-74**. I.P.H.A.N./D.E.T. Seção de História. Casa: Loja Maçônica Conciliação. Recife – Pernambuco, 1974.

_____. **Processo de tombamento nº 970-T-78**. I.P.H.A.N./D.E.T. Seção de História. Casa: Faculdade de Direito. Recife – Pernambuco, 1978.

_____. **Processo de tombamento nº 1.015-T-80**. I.P.H.A.N./D.E.T. Seção de História. Trecho da Rua da Aurora. Recife – Pernambuco, 1980.

_____. **Processo de tombamento nº 1.058-T-82**. I.P.H.A.N./D.E.T. Seção de História. Casa: União (Rua), 263. Casa natal de Manuel Bandeira. Recife – Pernambuco, 1982.

_____. **Processo de tombamento nº 1.101-T-83**. I.P.H.A.N./D.E.T. Seção de História. Ginásio Pernambucano. Recife – Pernambuco, 1983.

_____. **Processo de tombamento nº 1.175-T-85**. S.P.H.A.N./D.T.C. D.R.D. / Arquivo. Conjunto: Arquitetônico, compreendendo as casas de nº 204, 212, 218, 226, 232, 240, 246, 279 e 320 da Rua Barão de São Borja e as de nº 13, 25, 27 e 35 da Rua da Soledade. Recife – Pernambuco, 1985.

_____. **Processo nº 08/SPHAN_84**. MEC/SEC/SPHAN. Áreas de entorno, para monumentos tombados pela SPHAN, na Cidade de Recife-PE. Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, 1984.

SUBSECRETARIA DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. Sacristia da Igreja de São Bento, no Mosteiro de São Bento. **Ata da centésima décima reunião do Conselho Consultivo do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional da Secretaria da Cultura, realizada em 30 de agosto de 1984, em Olinda, Estado de Pernambuco**.

LEGISLAÇÃO

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: <http://www.monumenta.gov.br/site/wp-content/uploads/2008/01/decreto-lei-de-301137.pdf>. Acesso em: 23 fev. 2011.

PERNAMBUCO. Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979. Institui o tombamento de bens pelo estado. Disponível em: <http://www.nacaocultural.pe.gov.br/tombamento-legislacao-estadual>. Acesso em: 14 mai. 2012.

_____. Decreto nº 6.239, de 1 de janeiro de 1980. Regulamenta a Lei nº 7.970, de 18 de setembro de 1979, que institui o tombamento de bens pelo estado, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.nacaocultural.pe.gov.br/tombamento-legislacao-estadual>. Acesso em: 14 mai. 2012.

RECIFE. Lei nº 16.176, de 09 de abril de 1996. Estabelece a Lei de Uso e Ocupação do Solo da Cidade do Recife. Disponível em: <http://www.legiscidade.com.br/lei/16176/>. Acesso em: 30 mai. 2012.

_____. Lei nº 16.284, de 22 de janeiro de 1997. Define os Imóveis Especiais de Preservação – IEP, situados no Município do Recife, estabelece as condições de preservação, assegura compensações e estímulos e dá outras providências. Disponível em: <http://www.legiscidade.com.br/lei/16284/>. Acesso em: 30 mai. 2012.

_____. Lei nº 16.293, de 03 de fevereiro de 1997. Dispõe sobre as Regiões Político-Administrativas do Município do Recife e dá outras providências. Disponível em: <http://www.legiscidade.com.br/lei/16293/>. Acesso em: 30 mai. 2012.

SITES

Biblioteca Nacional de Portugal. Disponível em: <http://www.bnportugal.pt/>. Acessado em: 03 fev. 2011.

Fundação Joaquim Nabuco. Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/>. Acessado em: 08 set. 2012.

Fundação do Patrimônio Histórico e Artístico de Pernambuco. Disponível em: <http://www.nacaocultural.com.br/fundarpe/>. Acessado em: 30 mai. 2012.

Google Maps. Disponível em: <https://maps.google.com/>. Acessado em: 08 set. 2012.

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/>. Acessado em: 06 jan. 2012.

Legis – Base de dados da legislação. Disponível em: <http://www.legiscidade.com.br/>. Acessado em: 30 mai. 2012.

Prefeitura do Recife. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br>. Acessado em: 08 set. 2011.

ENTREVISTAS REALIZADAS

ALMEIDA, Frederico Faria Neves. O Bairro da Boa Vista, Recife/PE. [Recife], IPHAN, 09 jul. 2012. Entrevista concedida a Fernanda Ghirotto Garcia.

BARROS, Noé Sérgio do Rego. O Bairro da Boa Vista, Recife/PE. [Recife], Instituto Pelópidas Silveira, 02 abr. 2012. Entrevista concedida a Fernanda Ghirotto Garcia.

BERNARDINO, Iana Ludermir. O Bairro da Boa Vista, Recife/PE. [Recife], 24 abr. 2012. Entrevista concedida a Fernanda Ghirotto Garcia.

CORRÊA, Alexandre Furtado de Albuquerque. O Bairro da Boa Vista, Recife/PE. [Recife], Fafire, 13 mar. 2012. Entrevista concedida a Fernanda Ghirotto Garcia.

FALCÃO, Geraldo. O Bairro da Boa Vista, Recife/PE. [Recife], 09 mar. 2012. Entrevista concedida a Fernanda Ghirotto Garcia.

FIGUEIREDO, Nelson Nunes. O Bairro da Boa Vista, Recife/PE. [Recife], Bairro da Boa Vista, 03 mar. 2012. Entrevista concedida a Fernanda Ghirotto Garcia.

FREITAS, Marcelo de Brito Albuquerque Pontes. O Bairro da Boa Vista, Recife/PE. [Recife], IPHAN, 25 jan. 2012. Entrevista concedida a Fernanda Ghirotto Garcia.

IMBELLONI, Roberto. O Bairro da Boa Vista, Recife/PE. [Recife], IPHAN, 15 fev. 2012. Entrevista concedida a Fernanda Ghirotto Garcia.

NEVES, Maria José Cavalcanti. O Bairro da Boa Vista, Recife/PE. [Recife], Bairro da Boa Vista, 03 mar. 2012. Entrevista concedida a Fernanda Ghirotto Garcia.

RUFINO, Elenita. O Bairro da Boa Vista, Recife/PE. [Recife], IPHAN, 10 mai. 2012. Entrevista concedida a Fernanda Ghirotto Garcia.

SANTOS, Luiz Henrique Costa dos. O Bairro da Boa Vista, Recife/PE. [Recife], IPHAN, 05 mar. 2012. Entrevista concedida a Fernanda Ghirotto Garcia.

VELOSO, Lorena Correia; ALCANTARA, Maria Cecília Vargas de. O Bairro da Boa Vista, Recife/PE. [Recife], DPPC, 26 jun. 2012. Entrevista concedida a Fernanda Ghirotto Garcia.

VILLAS, Maria das Graças Carvalho. O Bairro da Boa Vista, Recife/PE. [Recife], IPHAN, 13 fev. 2012. Entrevista concedida a Fernanda Ghirotto Garcia.

ANEXO

ANEXO A – ROTEIRO DE ENTREVISTA

Relação com o Bairro da Boa Vista

1. Qual sua relação com o bairro? (trabalha, mora, desenvolve atividades sobre/ transeunte/comerciante)
2. Desde quando frequenta/mora/trabalha no bairro?
3. Porque você escolheu o bairro para frequentar/morar/trabalhar?

História e uso do Bairro da Boa Vista

4. Você conhece algum fato sobre a história do bairro?
5. Conhece alguma história sobre o bairro ou algum fato nele ocorrido? (narrativas e representações)
6. Quais foram as principais mudanças que você percebeu neste lugar? Quando e porque ocorreram? Quais obras/reformas você aprovou e por quê? (principais mudanças ocorridas nos usos e na estruturação físico-arquitetônica do lugar)
7. Você considera o bairro importante para o Recife? Por quê?
8. Você sabe se existe alguma edificação ou área específica do bairro que seja protegida? Quais?
9. Caso sim, você já entrou em algum desses bens? Quais? Para quê?
10. Você acha que deveria ter algum outro bem que deveria ser protegido no bairro?
11. Tem alguma cerimônia/festa do bairro que você conhece? Você participa de alguma? Quando e onde ela ocorre?

Percepção do Bairro da Boa Vista

12. O que primeiro lhe traz à mente, o que simboliza o Bairro da Boa Vista para você?
13. Em sua opinião, Boa Vista é um bairro fácil de ser identificado?
14. Como uma pessoa que não conhece o bairro vai reconhecê-lo quando chegar lá? Como essa mesma pessoa faria para chegar até o bairro?
15. Em termos gerais, como você descreveria o bairro?

Mapa esquemático

16. Gostaria que fizesse um mapa esquemático do bairro. Desenhe-o como se estivesse fazendo uma rápida descrição da cidade para um estranho, incluindo todas as características principais. Não espero que você me apresente um desenho perfeito, mas apenas um esboço de mapa.

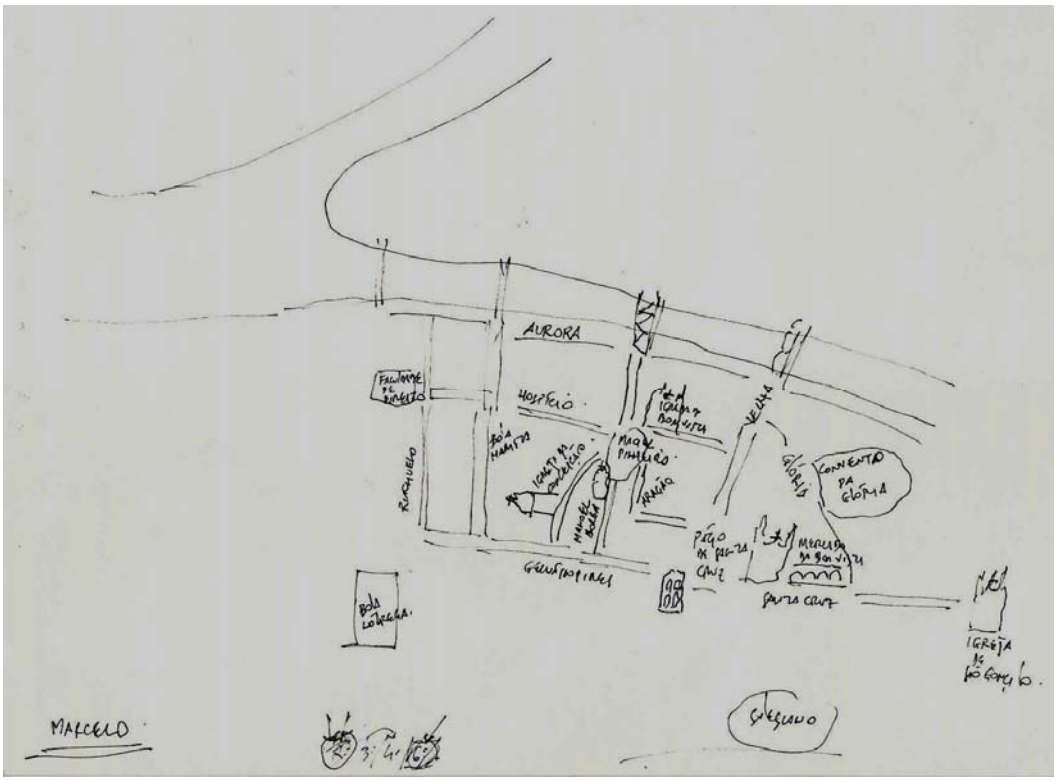
Descrição gráfica do Bairro da Boa Vista

17. Observações e esclarecimentos sobre o desenho
18. Quais os principais marcos naturais e edificados do bairro?
19. Quais os principais marcos cenográficos e rituais do lugar?
20. Quais os caminhos que você costuma percorrer com mais frequência no bairro?
21. Quais elementos do bairro você considera mais significativos? Podem ser grandes ou pequenos, mas diga-me algo sobre aqueles que, em sua opinião, são mais fáceis de identificar e lembrar.
22. Quais são os limites do bairro?

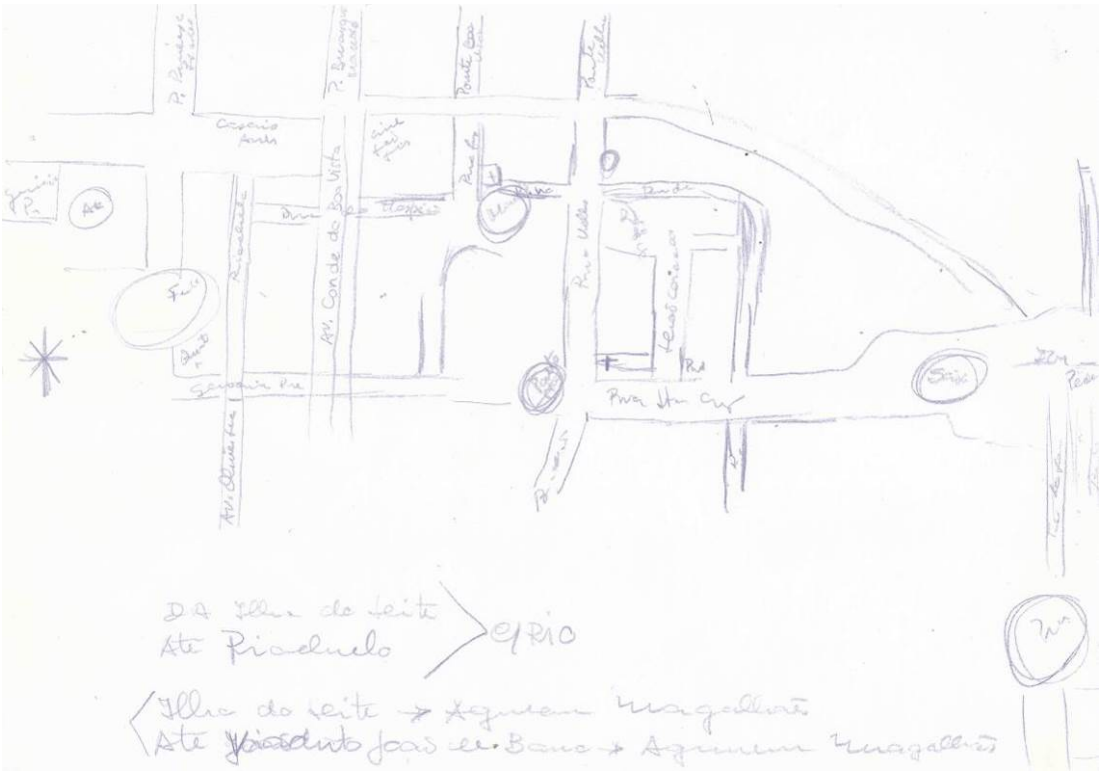
Identificação de outros bens e informantes

23. Há outros lugares característicos do bairro? (lugar, característica, contato)
24. Quem mais pode informar sobre o bairro?
25. Você tem algum registro, documento, notícias de jornais do bairro.

ANEXO B – MAPAS COGNITIVOS



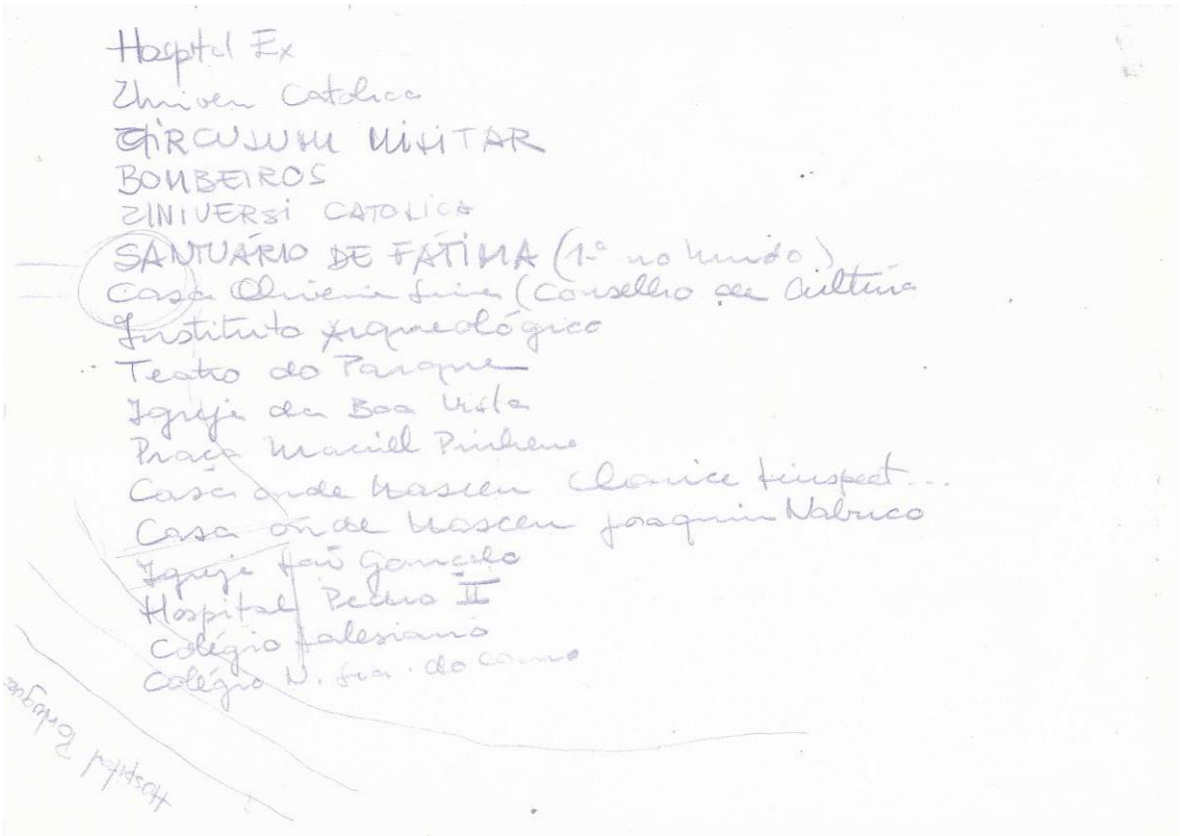
Autor: Marcelo de Brito A. Pontes Freitas.



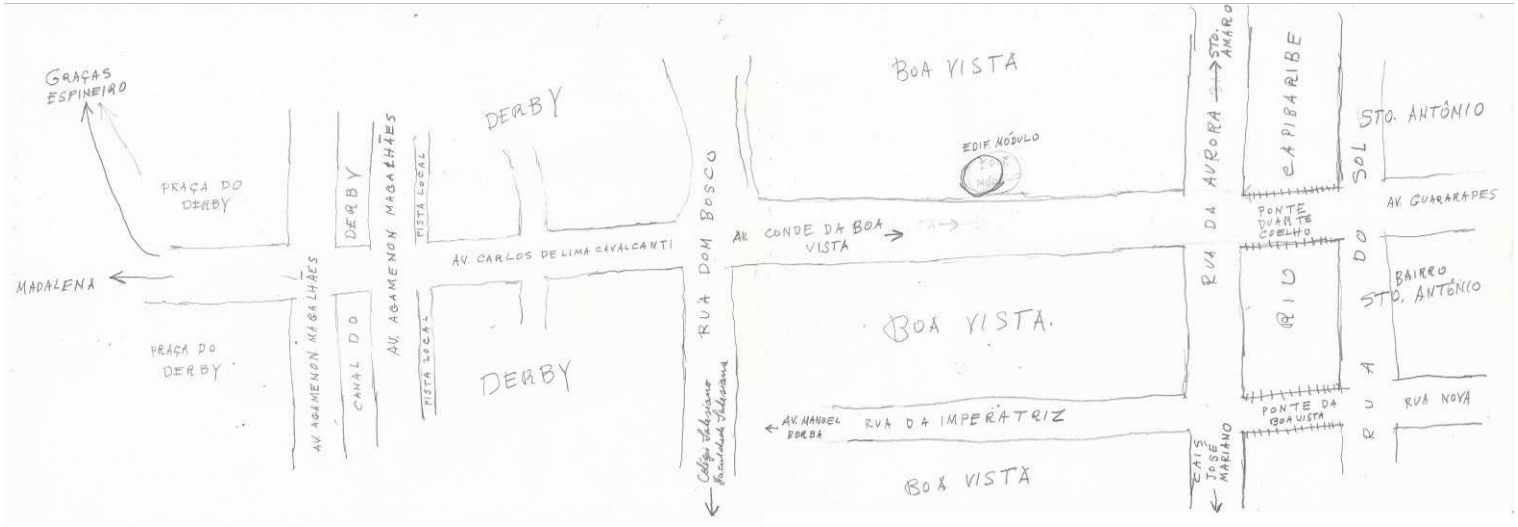
Autora: Maria das Graças Carvalho Villas.



Autora: Maria das Graças Carvalho Villas.



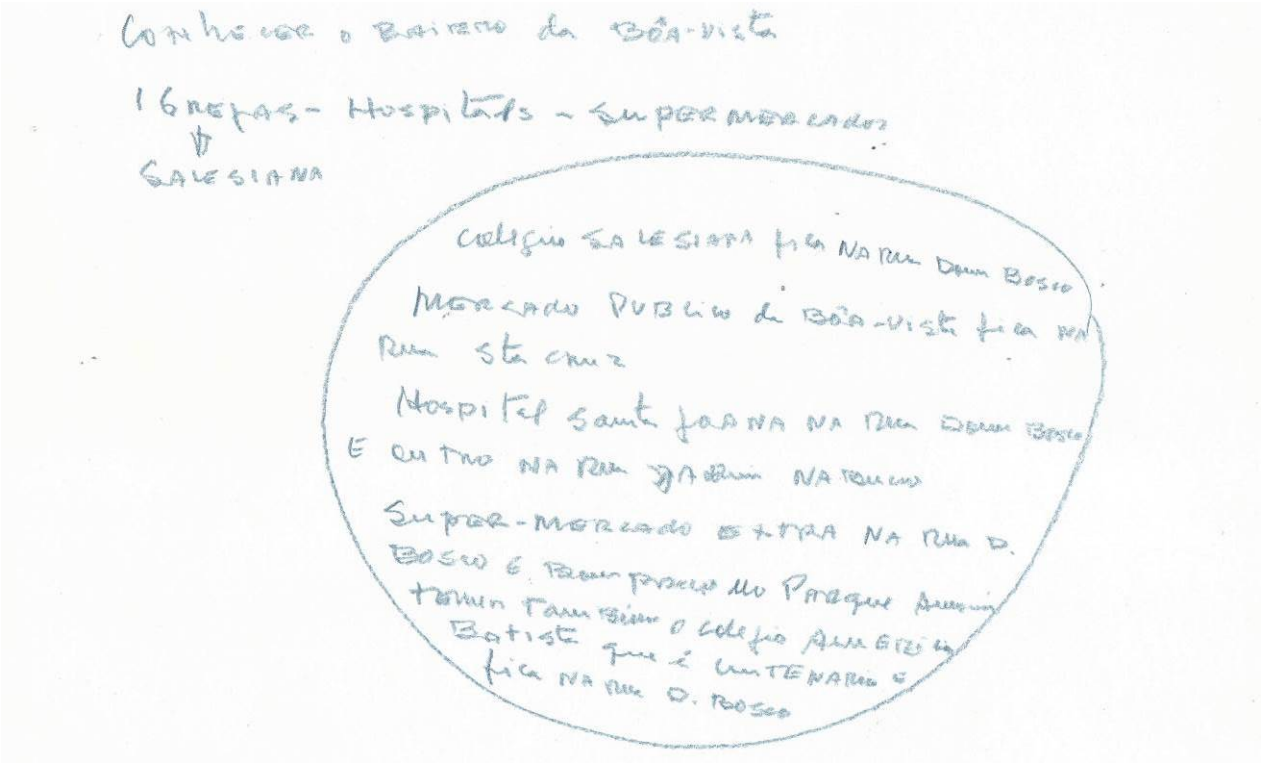
Autora: Maria das Graças Carvalho Villas.



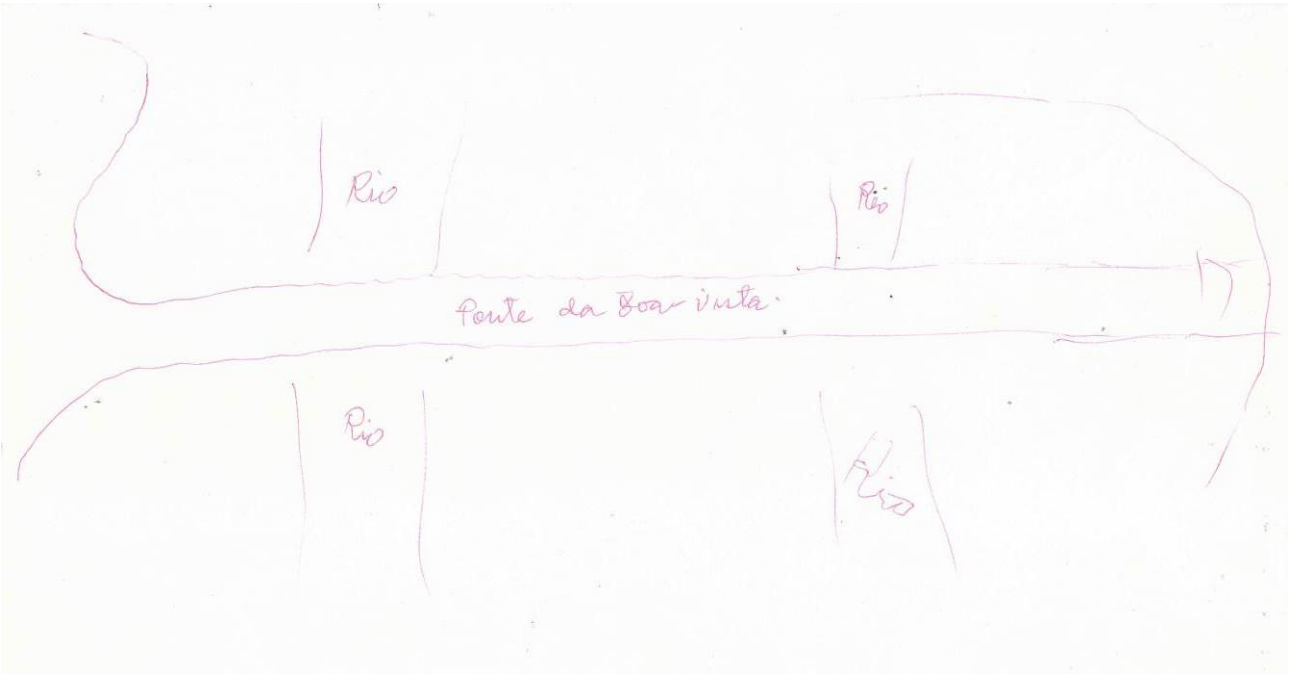
Autor: Roberto Imbelloni.



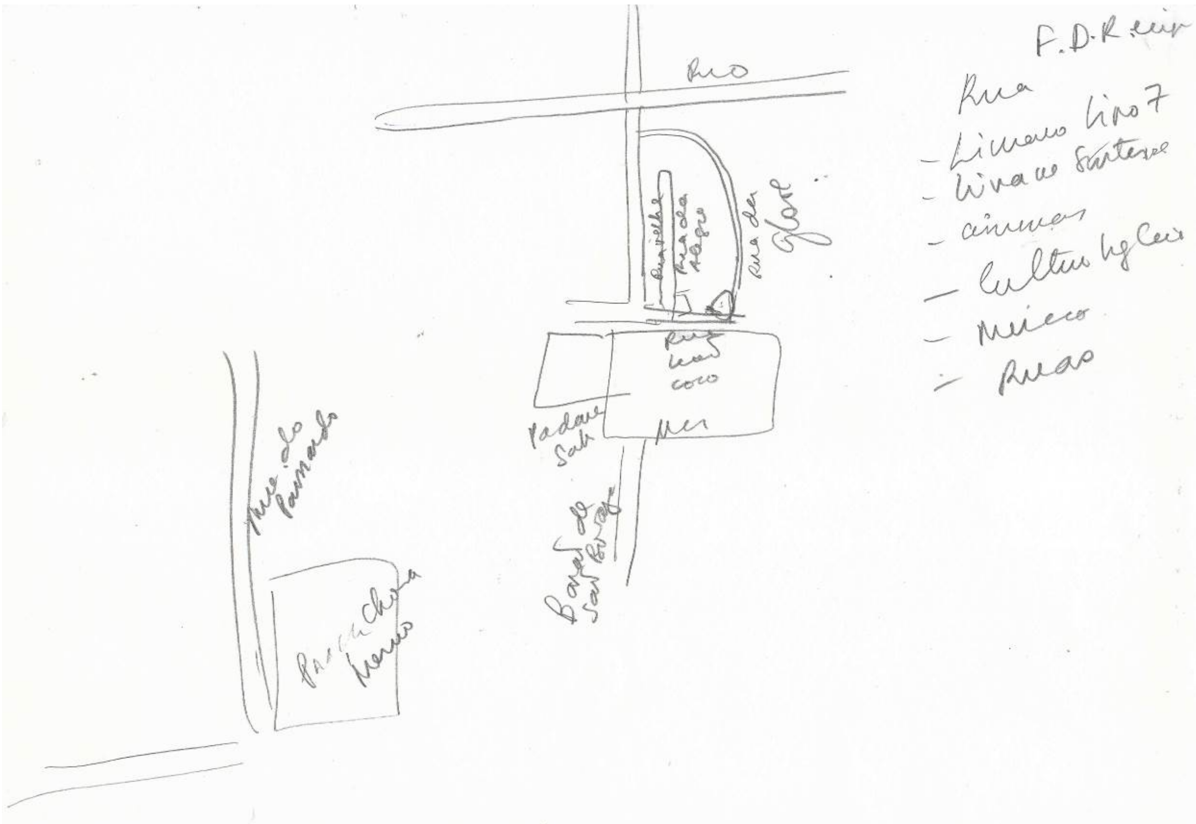
Autor: Luiz Henrique Costa dos Santos.



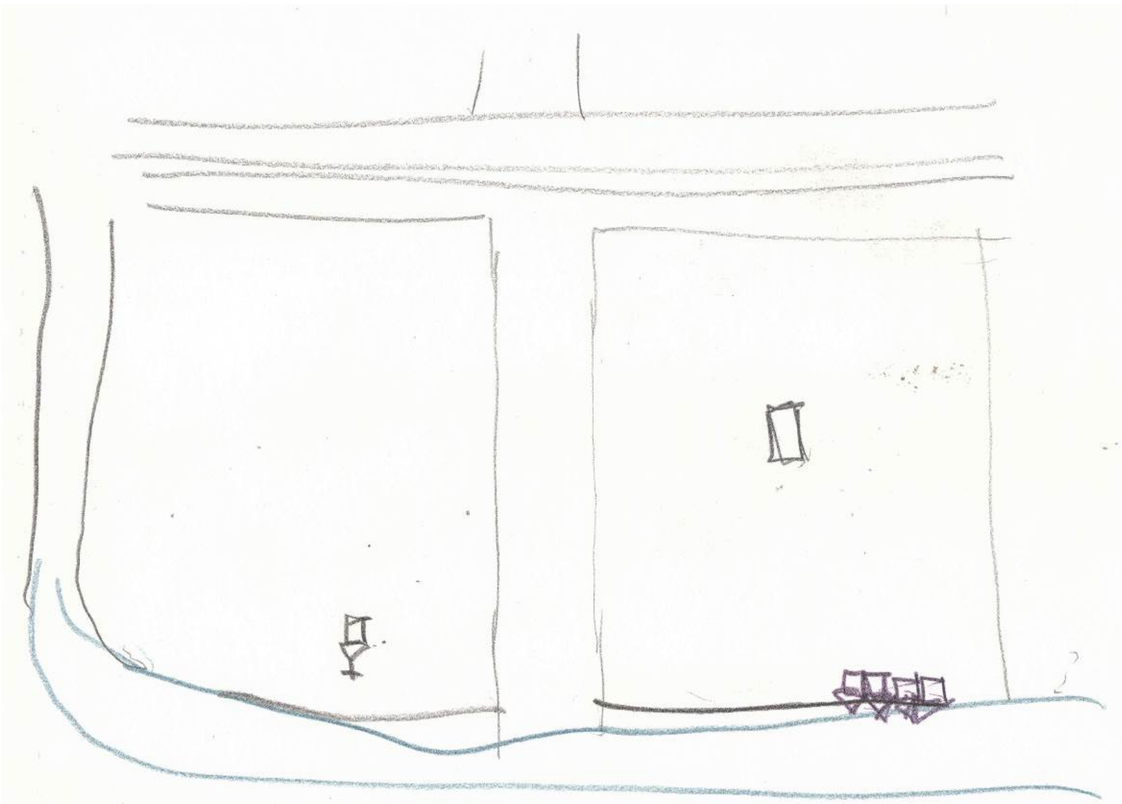
Autor: Nelson Nunes Figueiredo.



Autora: Maria José Cavalcanti Neves



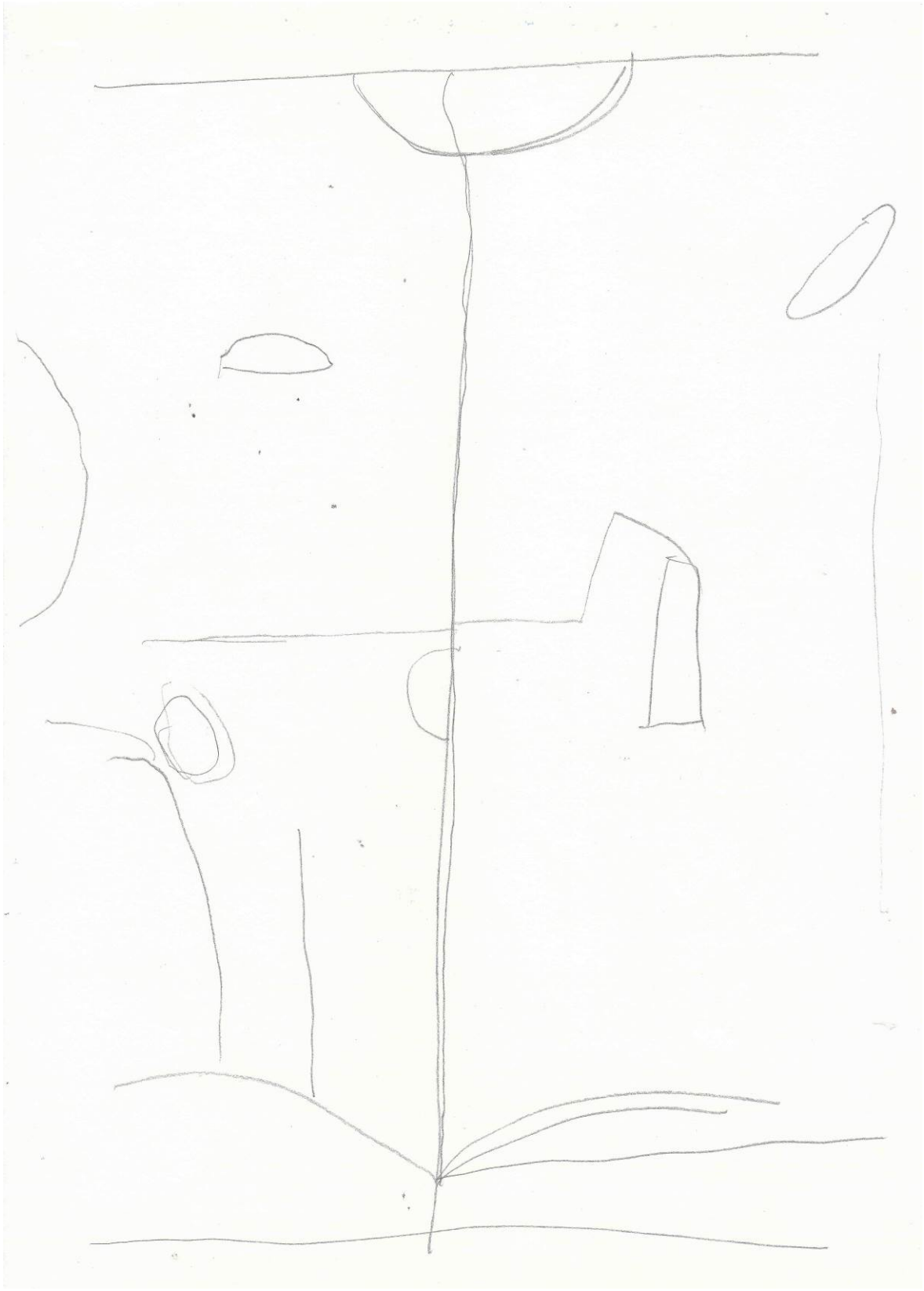
Autor: Alexandre Furtado de Albuquerque Corrêa.



Autor: Frederico Faria Neves Almeida.



Autor: Noé Sérgio do Rego Barros.



Autora: Elenita Rufino.

ANEXO C – CD-ROM